



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca





Presidente Itamar Franco

"O que a Nação mais aspira é o que certamente temos para oferecer: democracia aliada à honradez na administração do Estado."

(5/10/92, Vice-Presidente no exercício do cargo de Presidente da República, na cerimônia de posse dos Ministros de Estado, no Palácio do Planalto)

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

Na Abertura da 4^a Sessão Legislativa
Ordinária da 49^a Legislatura



1994

"A Nação deseja a verdade. Só a verdade poderá libertá-la do medo, do desânimo e dos preconceitos."

(24/4/93, em Reunião Ministerial, no Palácio do Planalto.)

Antônio Britto Filho - 14.10.92 a 14.12.93	MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Sérgio Cutolo dos Santos - 14.12.93	
Ten. Brig. do Ar Lélio Viana Lôbo - 08.10.92	MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
Jamil Haddad - 08.10.92 a 19.08.93	MINISTÉRIO DA SAÚDE
Soulo Pinto Moreira (Interino) - 19.08.93 a 30.08.93	
Henrique Antônio Semillo - 30.08.93	
José Eduardo de Andrade Vieira - 19.10.92 a 22.12.93	MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO
Alton Barcelos Fernandes (Interino) - 23.12.93 a 26.01.94	
Paulino Cícero de Vasconcelos - 08.10.92 a 27.12.93	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
José Israel Vargas (Interino) - 28.12.93	
Alexandre Alves Costa - 08.10.92 a 22.12.93	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL
Romildo Cenário (Interino) - 23.12.93	
Hugo Napoleão do Rego Neto - 19.10.92 a 22.12.93	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Djalma Bastos de Moraes (Interino) - 23.12.93	
Jon Israel Vargas - 27.10.92	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Jutahy Magalhães Júnior - 05.10.92 a 27.12.93	MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL
Leonor Barreto Franco (Interina) - 28.12.93	
Fernando Coutinho Jorge - 19.10.92 a 15.09.93	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Rubens Ricupero - 16.09.93	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E DA AMAZÔNIA LEGAL
Henrique Eduardo Ferreira Harpreaves - 05.10.92 a 29.10.93	CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Tarcísio Carlos de Almeida Cunha (Interino) - 01.11.93	
Mauro Motta Durante - 05.10.92	SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Paulo Roberto Haddad - 19.10.92 a 19.01.93	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Paulo Roberto Haddad (Interino) - 19.01.93 a 28.01.93	
Yeda Ronco Crusius - 28.01.93 a 06.05.93	
Alexis Stepanenko (Interino) - 07.05.93 a 20.05.93	
Alexis Stepanenko - 20.05.93	
Gen. Bda. Fernando Cardoso - 05.10.92	CASA MILITAR DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Gen. Ex. Antônio Luiz Rocha Venâncio - 13.10.92 a 16.01.93	ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS
Alte. Esq. Arnaldo Leite Pereira - 16.04.93	
Mário César Flores - 22.10.92	SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
Mauro Motta Durante (Interino) - 25.11.92 a 28.01.93	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL
Luiza Erundina de Souza - 28.01.93 a 19.05.93	
Romildo Cenário - 20.05.93	



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente Itamar Franco

Ministros de Estado

Maurício José Corrêa - 05.10.92	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Alte. Esq. Ivan da Silveira Serpa - 08.10.92	MINISTÉRIO DA MARINHA
Gen. Ex. Zeníldo Gonzaga Zoroastro de Lucena - 08.10.92	MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
Fernando Henrique Cardoso - 05.10.92 a 20.05.93	MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Luiz Felipe Palmeira Lampreia (Interino) - 20.05.93 a 20.07.93	
Celso Luiz Nunes Amorim (Interino) - 20.07.93 a 31.08.93	
Celso Luiz Nunes Amorim - 31.08.93	
Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho - 05.10.92 a 16.12.92	MINISTÉRIO DA FAZENDA
Paulo Roberto Haddad (Interino) - 17.12.92 a 19.01.93	
Paulo Roberto Haddad - 19.01.93 a 07.02.93	
Yeda Rosângela Crusius (Interina) - 08.02.93 a 01.03.93	
Eliseu Resende - 01.03.93 a 20.05.93	
Fernando Henrique Cardoso - 21.05.93	
Alberto Goldman - 19.10.92 a 20.12.93	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
Margarida Coimbra do Nascimento - 21.12.93	
Lázaro Ferreira Barboza - 14.10.92 a 24.05.93	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA
Wilson Brandi Romão (Interino) - 25.05.93 a 04.06.93	
Nuri Andrade Gassani - 05.06.93 a 15.06.93	
Wilson Brandi Romão (Interino) - 15.06.93 a 16.06.93	
José Antônio Barros Muniz - 17.06.93 a 01.09.93	
José Eduardo de Andrade Vieira (Interino) - 01.09.93 a 12.10.93	
Dejandir Dalpaspoule - 13.10.93 a 20.12.93	
Alberto Duque Portugal (Interino) - 21.12.93 a 26.01.94	
Murilo de Almeida Hingel - 01.10.92	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
Antônio Henriques - 19.10.92 a 02.09.93	MINISTÉRIO DA CULTURA
José Jerônimo Moscardo de Souza - 02.09.93 a 09.12.93	
Adribal Pinto de Oliveira (Interino) - 09.12.93 a 14.12.93	
Luiz Roberto do Nascimento e Silva - 15.12.93	
Walter Barelli - 08.10.92	MINISTÉRIO DO TRABALHO

**MENSAGEM
AO CONGRESSO
NACIONAL**



Presidente Itamar Franco

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

Na Abertura da 4^a Sessão Legislativa
Ordinária da 49^a Legislatura



1994

Brasil. Presidente. 1992- (I. Franco)

Mensagem ao Congresso Nacional, na abertura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 49ª Legislatura. Brasília, Presidência da República, 1994

277 p. (Documento da Presidência da República . Mensagens ao Congresso Nacional, 1994).

I. República Federativa do Brasil — Mensagens Presidenciais, 1994, I. Série. II. Título.

CDU 354(81)(087.2)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

PARTE I

A CONJUNTURA E AS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO DO GOVERNO.....	1
Panorama Político-Institucional.....	3
O Resgate das Dívidas Sociais do Estado.....	9
Estabilização da Economia com Crescimento	19
A Amazônia Legal e os Compromissos Ambientais	33
Diretrizes e Ações para 1994	39
PARTE II	
A AÇÃO SETORIAL	49
Ministério da Justiça	51
Ministério da Marinha	59
Ministério do Exército	65
Ministério das Relações Exteriores.....	71
Ministério da Fazenda	79
Ministério dos Transportes	89
Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.....	97
Ministério da Educação e do Desporto	107

Ministério da Cultura	119
Ministério do Trabalho	125
Ministério da Previdência Social	137
Ministério da Aeronáutica	143
Ministério da Saúde	149
Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.....	157
Ministério de Minas e Energia.....	169
Ministério da Integração Regional.....	181
Ministério das Comunicações.....	189
Ministério da Ciência e Tecnologia.....	197
Ministério do Bem-Estar Social	207
Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal	213
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República - SEPLAN\PR	219
Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).....	233
Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE)	237
Secretaria da Administração Federal (SAF).....	243
PARTE III	
APÊNDICE ESTATÍSTICO.....	251

INTRODUÇÃO

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Pela segunda vez, em meu Governo, cabe-me o dever constitucional de prestar contas a Vossas Excelências dos negócios da República e da ação governamental.

O ano transcorrido foi momento forte em nossa História. Os doze meses serviram para doloroso exame de nossos costumes políticos e do comportamento ético de ponderável parcela das elites empresariais. Se, por um lado, a Nação se viu abalada pelas seguidas revelações de gravíssimos atos de lesão em seu patrimônio, com o envolvimento de homens públicos, aos quais confiara o zelo de seus bens e de seu destino, pelo outro viu renascer o sentimento de cidadania, com a saudável exigência de justiça.

Dispenso-me, pelas injunções naturais do cargo que ocupo, de comentar o comportamento dos implicados. Mas é de meu dever apontar algumas causas que conduziram a essa contrafação do que deveria ser o mundo político, sobretudo quando Vossas Excelências se empenham na revisão do texto constitucional vigente.

A experiência demonstra que o sistema eleitoral estabelecido pela Constituição de 1946, e mantido com poucas alterações até hoje, exige vultosos gastos de propaganda, o que facilita a corrupção do Poder político, antes mesmo que ele se instale. Não nos deve surpreender que muitos dos financiadores das campanhas eleitorais atuem como investidores que esperam o retorno, acrescido de lucros, das

quantias doadas. A nova lei que regulamenta o financiamento das eleições constitui um avanço, mas conviria à Nação sistema eleitoral que tornasse mais autêntica a representação política e permitisse a todos os cidadãos a disputa democrática do poder, sem compromissos prévios que maculem o seu mandato.

Contribui, da mesma forma, para estimular a corrupção, o sistema administrativo centralizador, que tem suas raízes no Império e vem resistindo a admitir o federalismo efetivo. Estou convencido de que a centralização retarda providências que devem ser imediatas, multiplica os custos dos insumos e da administração e facilita os desvios de recursos. Os Estados e Municípios devem assumir maiores responsabilidades políticas e administrativas. É certo que os regimes autoritários reforçaram, como é de sua essência, o poder do Governo Federal, e que os quadros permanentes da burocracia resistem à perda de suas prerrogativas de decisão aparentemente técnica. Incluo-me entre os que esperam, das alterações constitucionais em curso, a redistribuição dos deveres republicanos, com a correspondente destinação de recursos fiscais.

Há ainda, no que tange à decomposição ética do Estado e de parcelas da sociedade, que se apontar a responsabilidade da inflação. A moeda não é apenas o instrumento fundamental das relações econômicas. Nela se reflete o padrão moral das sociedades e a força dos Estados. Entendida, por quase todos tratadistas, como resultado do conflito distributivo, a inflação revela, em seus índices, o grau da injustiça social de cada uma das sociedades políticas. A deterioração do poder de compra da moeda excita a majoração incontrolável dos juros, o que encarece a produção, promove o desemprego e instiga à delinquência em geral, e não só à delinquência dos mais pobres.

Temos lutado, com todas as forças, em busca do saneamento da moeda nacional. Não obstante todos os esforços não conseguimos reduzir ainda os índices inflacionários. Estamos convencidos de que

os ajustes da economia, no sistema democrático, só se conseguem mediante atos prudentes, que podem trazer resultados lentos, mas sólidos. Não tem sido boa, para o Brasil, a aplicação dos chamados “choques” econômicos, que só contribuem para desacreditar o Estado e, passado o efeito da surpresa, erodir ainda mais a moeda. Por isso optamos pelo ajuste das contas públicas como base para as medidas de estabilização monetária.

É importante dizer que o sistema de correção monetária, praticado há tantos lustros em nosso País, constitui, ao mesmo tempo, certa salvaguarda contra a hiperinflação e instrumento cruel de transferência de renda do trabalhador de baixos salários para as camadas sociais elevadas. Os que podem dispor de sobras no fim do mês conseguem assegurar-lhes o poder de compra, e mesmo acrescê-lo, aplicando-as no mercado financeiro. Os demais têm o seu dinheiro desvalorizado dia a dia, hora a hora.

O Poder Executivo conta com o patriotismo de Vossas Excelências a fim de que não lhe faltem os instrumentos legais para as medidas que estão sendo tomadas, e que virão a ser tomadas no curso dos próximos meses.

Devo reconhecer a contribuição permanente do Congresso aos esforços do Poder Executivo. Em sistema republicano, democrático, pluripartidário, como o nosso, os embates cívicos são inevitáveis e sadios. O Governo deve não só os admitir, como tê-los em alta conta. Sendo assim, a oposição parlamentar não pode ser excluída das decisões do Poder. Cabe ao Governo ouvi-la e, em muitos casos, acolher-lhe os avisos e os seguir. Ao assumir a Presidência da República, não importa que idéias tenha ou a que partido pertença, o cidadão necessita ter em mente que vai governar uma sociedade de homens livres e, como tal, em permanente e vital conflito entre eles mesmos. Por isso não é só recomendável, como se impõe o difícil sentimento do equilíbrio. Muitas vezes o Chefe de Estado se vê

obrigado a renunciar a algumas de suas convicções pessoais, a fim de se submeter à vontade geral da Nação, expressa pelos seus representantes nas casas legislativas. Isso não exclui, como é de seu mais alto dever, a necessária resistência quando se encontram em jogo a soberania e a dignidade da Nação, valores permanentes das sociedades políticas, e dos quais somos depositários ocasionais até que outra geração venha a deles cuidar.

Apesar de todas as dificuldades, o País retomou, nos doze meses transcorridos, o ritmo de suas atividades econômicas. O Produto Interno Bruto cresceu, conforme as primeiras indicações estatísticas, cerca de 5%. As nossas exportações foram superiores em dez por cento, em valor, às realizadas no ano de 1992. Não obstante o ponderável aumento das importações, as reservas líquidas do País se aproximam dos trinta bilhões de dólares.

Todos estes dados demonstram a vitalidade da economia brasileira e anunciam vigoroso impulso para os próximos anos, desde que sejamos capazes de recuperar a dignidade da moeda, reduzir as taxas de juros aos níveis do bom senso, e promover a justiça salarial, a fim de que possam os nossos empreendedores contar com mercado interno seguro e permanente.

Outra iniciativa de meu Governo foi a de atuar severamente contra a sonegação fiscal. Como todos sabemos, os assalariados não sonegam tributos, senão raramente e em valores menores. Sob a orientação do Ministério da Fazenda, a Secretaria da Receita Federal, que havia sido desestimulada no Governo anterior, vem realizando trabalho incansável contra os sonegadores. Como resultado de sua vigilância estão sendo reduzidos os níveis de sonegação, com o aumento real da receita fiscal em 29,22%, no exercício passado.

Iguais resultados obteve a Previdência Social. Apesar dos in-calculáveis prejuízos causados pelas fraudes sistemáticas, que, como é do conhecimento público, passaram de um bilhão de dólares só nos

anos imediatamente anteriores, a Previdência vem assegurando aos aposentados e pensionistas o pagamento em dia de seus benefícios.

No instável quadro de reordenamento por que passam as relações internacionais, a atuação governamental, no plano externo, demonstrou a vocação brasileira para o diálogo e para o intercâmbio com todas as regiões do globo, mantida a prioridade das relações com a América Latina.

No âmbito sul-americano, progredimos na constituição do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Graças aos avanços obtidos, o intercâmbio com os integrantes do MERCOSUL duplicou em apenas dois anos. Iniciamos conversações para a implementação da Iniciativa Amazônica, com vistas à assinatura de Acordos de Complementação Econômica com os países da região. Na Reunião de Cúpula do Rio, em Santiago, propus a criação de uma área de Livre Comércio Sul-Americana, destinada a promover a convergência dos esforços sub-regionais de integração do MERCOSUL, do Grupo Andino e da Iniciativa Amazônica, com a participação do Chile, na abertura de um espaço maior de livre comércio. As relações bilaterais com os países latino-americanos ganharam em amplitude e densidade.

A superação das dificuldades para a conclusão da Rodada Uruguai do GATT, para a qual colaboramos, deverá traduzir-se no fortalecimento do sistema multilateral de comércio e no crescimento do comércio mundial. A finalização das negociações com nossos credores externos permitiu a retomada de contatos com os Estados Unidos, a Comunidade Européia, o Japão e o Canadá, com base em renovada confiança mútua, favorecendo a intensificação do diálogo e da cooperação com o mundo industrializado, com o qual continua a expandir-se o nosso intercâmbio comercial.

Recebi os Chefes de Estado e de Governo Ibero-Americanos em Salvador, em reunião que consolidou este foro de entendimento e cooperação entre nações de raízes históricas e culturais comuns. Sob

minha proposta pessoal trabalhamos, os Países de Língua Portuguesa, para a construção de uma comunidade cultural e política. Os entendimentos neste sentido, conduzidos pelo chefe de nossa missão diplomática em Lisboa, Embaixador José Aparecido, e sob a direção do Ministro de Relações Exteriores, se encaminham para a assinatura, em breve, dos primeiros e necessários instrumentos diplomáticos.

Nas Nações Unidas, a atuação brasileira visou à maior transparência e equidade nos processos decisórios da Organização. Na Assembléia Geral da ONU, obteve-se consenso para a proposta brasileira de elaboração de uma "Agenda para o Desenvolvimento". O Brasil integrou o Conselho de Segurança, quando tivemos a oportunidade de participar ativamente dos esforços de pacificação nas situações de conflito em Angola, no Haiti, na ex-Iugoslávia, entre outras. Oficiais brasileiros estiveram presentes em operações de paz das Nações Unidas em Angola, Moçambique, El Salvador, na ex-Iugoslávia, em Uganda-Ruanda e na Libéria. Contribuímos, de forma significativa, para a harmonização de posições no âmbito da Conferência sobre Direitos Humanos das Nações Unidas, realizada em Viena.

Estabelecemos, com a República Popular da China, os alicerces de uma parceria mais estreita e diversificada, com intensa troca de visitas no mais alto nível. Atentos ao crescimento econômico da região asiática do Pacífico, fortalecemos os contatos bilaterais com diversos interlocutores daquela parte do mundo. No Oriente Médio, estreitamos a amizade com um conjunto de países aos quais nos vinculam interesses econômicos e laços afetivos. Acompanhamos de perto o desenvolvimento político na África Austral, onde observamos com satisfação o progresso obtido no desmantelamento do regime segregacionista do "apartheid". Com relação a Angola, associamos demonstrações concretas de solidariedade ao esforço diplomático sustentado em favor da paz. Adaptamos nossa presença ao quadro internacional no Leste

Europeu e na Ásia Central, onde desenvolvemos projetos promissores com novos parceiros.

Temos, na direção dos negócios externos, a consciência das profundas mudanças ocorridas na carta política do mundo. Sabemos que o fim da guerra fria, a reunificação da Alemanha e o retorno da economia de mercado aos países do centro e do leste da Europa não constituem garantia de paz permanente: trazem novos e desafiadores problemas.

Por outro lado, as reformas econômicas nos países ocidentais da Europa, tidas como necessárias à definitiva realização do projeto previsto pelo Tratado de Roma, aportam problemas sociais graves, como o desemprego, e, em consequência, surtos de intolerância racial e nacionalista, com a ressurreição inquietadora de doutrinas totalitárias. A grave perturbação dos Balcãs não pôde ser ainda debelada pelos órgãos internacionais, embora, felizmente, haja sido contida em seus contornos geográficos iniciais.

Todos esses fatos recomendam aos países latino-americanos iniciativas cautelosas em defesa de sua segurança e soberania. Com as naturais dificuldades do Erário, devemos destinar à defesa territorial crescentes recursos nos próximos anos. A nenhum país convém a mobilização para a conquista, mas nenhum país pode descuidar da inviolabilidade de seu espaço soberano e da segurança de sua sociedade.

A segurança do território e o respeito à soberania nacional, ao depender de forças armadas aguerridas e bem equipadas, dependem do desenvolvimento social como um todo. A guerra moderna não é mais a de exércitos que se movam isolados de sua retaguarda, mas da mobilização de todos os recursos nacionais. Isso significa destinar investimentos crescentes às pesquisas científicas e tecnológicas, não só de aplicação militar direta, mas sobretudo as destinadas à produção agrícola e industrial. Não nos foi possível atribuir todos os recursos

necessários aos laboratórios nacionais de pesquisas, mas, conforme o capítulo próprio desta Mensagem, o talento e o patriotismo de nossos cientistas permitiram o desenvolvimento de importantes projetos e a criação de novos produtos e sistemas.

Na base de todo desenvolvimento econômico e social se encontra a educação. No âmbito de suas atribuições, e dentro da limitação orçamentária, o Ministério da Educação e dos Desportos iniciou importantes projetos que visam à universalização e ao aperfeiçoamento do ensino. O Projeto "Educação para Todos", a ser implantado nos próximos dez anos, é importante contribuição de nosso Governo ao futuro, e já começou a ser desenvolvido, tendo recebido o elogio da UNESCO e de autoridades de países estrangeiros.

Entendemos que a primeira e mais importante de todas as missões do Estado é a de promover a coesão da sociedade nacional, de forma a que ela possa crescer em sua identidade no mundo. Nos últimos anos, o Governo vinha agindo como se se interessasse por apenas uma parcela, e parcela menor, de brasileiros. É evidente que não pudemos, e nem poderíamos, em tão poucos meses, integrar na economia e na cultura moderna as dezenas de milhões de compatriotas marginalizados. Mas não se poderá negar a este Governo ter estimulado, na cidadania, os sentimentos naturais de solidariedade. Assim o fizemos, ao criar o Conselho de Segurança Alimentar, a par de outras iniciativas. Estamos convencidos de que a segregação, pela injustiça social, da maioria de nossos irmãos, não pode continuar, sob pena da desagregação nacional. A essa situação já devemos o deplorável estado de nossas cidades maiores, com o atrevido crescimento de áreas controladas por bandidos vulgares, e com a insegurança geral de todos.

No que concerne à reestruturação do Estado, tarefa de que devem encarregar-se, em primeiro lugar, Vossas Excelências, demos os primeiros passos. Convém dizer claramente que não temos administração federal vertebrada e harmônica. Ao longo dos anos, os

grupos corporativos asseguraram para si posição privilegiada, na remuneração e no mando, muitas vezes por força de leis aprovadas pelo Poder Legislativo, com a cumplicidade do Poder Executivo, que as admitiu sem a resistência constitucional do veto.

Usando das prerrogativas constitucionais em vigor, enviamos ao Congresso Medida Provisória que estabelece parâmetros para a remuneração dos servidores. Sem pretender intervir nos outros Poderes da República, cumpre-me adverti-los do perigo iminente que correm o Estado e a Sociedade, se não formos capazes de iniciar, no âmbito de nossa competência, distribuição mais justa da renda, mediante política que compra o mandamento honrado de que a trabalho igual deve corresponder salário igual.

Temos, sobre isso, números que envergonham e amedrontam. A participação do trabalho, em geral, no Produto Interno Bruto, era, há trinta anos, de cerca de 60%, e hoje se situa em menos de 30%. Isso significa que os assalariados, em geral, perderam 50% do poder aquisitivo. Sendo assim, a alta remuneração de setores da classe média, no aparelho do Estado e nas empresas privadas, torna mais repulsiva ainda a situação de injustiça. Como o Estado pode pagar, como vem pagando, a muitos funcionários, remuneração que equivale a mais de cem vezes a de um trabalhador não especializado? Que doutrina moral ou científica pode atribuir a um só homem tanto valor no chamado “mercado” de trabalho?

Não temos, graças a Deus, apenas dificuldades a recensear. A retomada da atividade econômica se deve, reconheçamos, à iniciativa de brasileiros de todos os Estados. Se estamos sendo capazes de crescer, apesar das altíssimas taxas de juros, que desviam para a especulação financeira os capitais necessários aos investimentos produtivos, podemos esperar imenso salto nos anos próximos, quando estiver debelada a inflação, a taxa de juros se equivaler às que são

usadas nos outros países, e a elevação real dos salários dos trabalhadores torná-los consumidores de produtos industriais.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Estes meses no exercício da Presidência da República contribuíram para que se fortalecessem o meu ânimo democrático e a minha certeza do grande destino de nosso Povo. Só empalidece a nossa História a incapacidade, em grande parcela de nossas elites, de assumir e respeitar a rica realidade humana que constitui a gente brasileira.

Com todos os percalços, principalmente o da brutal injustiça para com os que trabalham, e do atraso técnico e cultural que lhe foi deixado pelo colonialismo, o Brasil foi o país que mais se desenvolveu, no mundo inteiro, entre 1870 e 1970. Se esse desenvolvimento não foi bastante para colocá-lo no mesmo nível das sociedades industriais do Hemisfério Norte, possibilitou-lhe a situação de principal sociedade industrializada nos trópicos e na parte meridional do planeta.

A distância que ainda nos separa dos países mais ricos depende, mais do que de tudo, da política. Daí a nossa convicção de que não haverá efetivo progresso material e cultural, sem que se consolidem e se aprimorem as instituições democráticas. Democracia, como é do entendimento de todos, se faz com cidadãos. Os homens são mais ou menos cidadãos conforme a sua participação na vida comum. Para que o homem possa influir nos destinos de sua cidade e de seu país é necessário que tenha conhecimentos e horas disponíveis. Quem deve lutar, todos os dias, para manter o seu próprio emprego e para que não falte o mínimo à mesa familiar vê-se dificultado, pelas penosas circunstâncias da vida, no exercício da própria cidadania.

E o que dizer dos que não têm trabalho, nem esperança de tê-lo em troca de salário justo? E o que dizer daqueles, cujos olhos são embaçados de tal forma pelo sofrimento, que não conseguem nem

mesmo sequer levar à alma a alegria das cores que fazem a beleza do mundo? Queixamo-nos dos votos que os mais pobres destinam aos demagogos de ocasião, muitas vezes em troca de migalhas, mas é natural que assim o façam. Se, conforme a sábia lição de Santo Tomás de Aquino, o mínimo de bens materiais é indispensável ao exercício da virtude, esses milhões de brasileiros marginalizados dela se encontram dispensados. Sem as armas do alfabeto e sem o mínimo de bem-estar não podem ser cidadãos responsáveis, mas ainda assim, e em sua quase totalidade, o são.

Estender a cidadania é, ao mesmo tempo, ampliar a riqueza nacional. É favorecer o espírito criador do povo e estimular o trabalho de cada um dos brasileiros, com o qual faremos a prosperidade comum.

À parte essa responsabilidade histórica, temos tarefas urgentes a cumprir. Como é da nossa tradição política, já se iniciaram os debates em torno da sucessão presidencial, da eleição dos governadores dos Estados e da renovação das casas legislativas. Na necessidade de que se proteja o ainda frágil processo democrático, não hesitará o Governo em se valer dos instrumentos que a Lei lhe assegura, a fim de garantir o cumprimento dos dispositivos constitucionais. A Democracia digna de seu nome deve ser tolerante com a manifestação das idéias, mas não pode permanecer inerte diante de atos deliberados de desordem.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Apesar de tudo o que não me foi possível realizar, e que, provavelmente não poderei realizar nos meses a vir, sinto-me compensado pelo trabalho feito.

Foi-nos possível manter a tranquilidade pública. Os episódios de inconformismo popular, justos alguns e instigados outros, foram menos graves do que os registrados no passado. Conseguimos êxito no combate ao crime organizado, como se verá na parte própria desta

Mensagem. Ao mesmo tempo, como resultado da experiência destes meses, e da contribuição de entidades civis das mais responsáveis, como a OAB, a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros, a ABI e de personalidades destacadas pelo seu saber e espírito público, elaborou o Ministério da Justiça um conjunto de leis, que serão submetidos ao soberano exame de Vossas Excelências, destinadas a coibir, com mais firmeza, a delinqüência comum nas grandes cidades. Elas, sem comprometer as garantias constitucionais vigentes, permitem mais agilidade e mais poder de ação das autoridades policiais e do Ministério Público, na prevenção e repressão dos delitos.

Mantivemos, a duras penas, o poder de compra dos assalariados, e, na esfera de nossa própria responsabilidade, elevamos o valor real dos vencimentos atribuídos à base do funcionalismo público, enquanto determinávamos a redução da remuneração direta e indireta dos que se encontram no cimo da hierarquia, em primeiro e indispensável passo para a redução dos níveis de injustiça.

O melhor resultado de nosso trabalho foi o de impedir que o patrimônio público continuasse a servir de pasto aos peculatários, aos corruptores e corruptos. É provável que não tenhamos descoberto pequenos deslizes aqui e ali, mas o simples fato de não compactuarmos com os atos ilícitos permitiu-nos dar outra atmosfera ética à Administração Federal. As concorrências para a realização de obras públicas, realizadas em meu Governo, foram licitadas por preços inferiores, em muitos casos, a cinqüenta por cento aos do passado.

Determinamos que se investigassem todas as denúncias responsáveis chegadas ao conhecimento da Presidência da República. Essa clara disposição de coibir o peculato, a concussão e a corrupção conferiu-nos autoridade para repelir, com a mesma disposição de fazer justiça, a reles delação desamparada de provas e movida pela inveja, pelo ódio ou pelos interesses políticos.

Quis o destino que, na modéstia de minhas aspirações, mas na grave responsabilidade de homem público, viesse a presidir a República neste delicado momento de travessia política. Mas não me cabem outros méritos do que aqueles que se podem atribuir a qualquer cidadão honrado que ocupe o meu lugar. Tudo o que fizemos, fizemos juntos: o Poder Legislativo, Poder Judiciário, o Poder Executivo e o nosso grande povo brasileiro, ao qual venho servindo, com a alegria modesta de quem cumpre o seu dever, desde que deixei os bancos escolares.

Reafirmo-lhes o meu profundo respeito pessoal e político, convencido de que, na eterna procura do bem-estar, da justiça e da paz para todos os brasileiros, fizemos juntos a nossa parte em 1993.

Brasília, 15 de fevereiro de 1994.

Itamar Franco
Presidente da República

P A R T E I

A CONJUNTURA E AS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO DO GOVERNO

Panorama Político-Institucional
O Resgate das Dívidas Sociais do Estado
Estabilização da Economia com Crescimento
A Amazônia Legal e os Compromissos Ambientais
Diretrizes e Ações para 1994

PANORAMA POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Em 1993, o Brasil enfrentou momentos de decisão política e institucional de grande importância histórica.

Diferente do plebiscito de 30 anos antes, que decidia somente sobre sistema de governo, o de 21 de abril de 1993 levava o povo às urnas para decidir também sobre a forma de governo do Brasil. Da consulta direta sobre o sistema - presidencialismo ou parlamentarismo - e a forma - república ou monarquia - sobreviriam os avanços institucionais em favor de melhor relacionamento político entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Este mesmo ano registrou também outra data importante, o 5 de outubro, quando se iniciariam no Congresso Nacional os trabalhos de revisão constitucional e se tornariam freqüentes as discussões sobre atribuições e competências próprias aos Poderes da União, no reencontro democrático do Estado com a vontade popular.

Em 21 de abril de 1993, a consulta direta mostrou que 55,45 por cento dos votantes optaram pelo presidencialismo contra 24,65 por cento dos votos para o parlamentarismo. A vitória da república sobre a monarquia registrou enorme diferença: 66,06 por cento contra 10,21 por cento.

Diante da legitimação do presidencialismo nas urnas, e sem se afastar dos princípios norteadores de uma política interna equilibrada, a primeira iniciativa do Governo Itamar Franco, comprometido com

os valores da democracia e honradez administrativa, e com o crescimento econômico sustentado, foi promover um ambiente de relacionamento harmonioso entre os Poderes para aprovar o Orçamento do exercício de 1993, apresentado ao Congresso Nacional em agosto de 1992, finalmente aprovado em junho de 1993, e as medidas consideradas essenciais para o momento pós-plebiscito.

Nesse ambiente de parceria entre o Executivo e o Legislativo na administração pública e compartilhamento das responsabilidades pela ação governamental, medidas foram aprovadas para utilização dos recursos provenientes da privatização das empresas estatais prioritariamente nos setores da ciência e tecnologia, da saúde, da segurança pública e do meio ambiente, para oferecimento emergencial de alimentos e de frentes produtivas de trabalho aos brasileiros atingidos por um dos piores períodos de seca deste século no Nordeste, para o combate sem trégua aos sonegadores de impostos, e para a assistência integral à alimentação e à saúde da criança e da gestante, entre tantas outras.

Reconheceu-se também a necessidade de ampliar a autonomia do Poder Executivo, inclusive para facilitar sua atuação em conjunturas difíceis em que ela é restringida, através de sugestões à revisão constitucional para alterações ou eliminação de limitações hoje vigentes com nítido viés parlamentarista. Mereceram atenção da Comissão Especial criada nesse sentido, composta por especialistas em Direito tributário, econômico, administrativo e constitucional, aspectos voltados para a reestruturação do Estado, o saneamento das finanças públicas e a reorganização da máquina administrativa, tais como as relativas a um novo pacto federativo contemplando a redistribuição de responsabilidades administrativas aos Estados e Municípios, novas regras sobre monopólios estatais, eliminação de privilégios corporativos e o equilíbrio das contas públicas.

Visando a aprimorar a qualidade da administração pública federal, trabalhou-se no sentido de ampliarem-se as condições de formação de quadros gerenciais - especialmente para funções típicas de Estado - capazes de constituir um núcleo básico responsável pela definição e implementação de estratégias e de propiciar maior continuidade de projeto e gestão de atividades públicas, de modo a limitar os impactos advindos de cada mudança de titular de cada órgão.

Na política externa multilateral, o Brasil defendeu a adoção de uma nova agenda para o desenvolvimento com ênfase no social, sob um conceito de cooperação fundado na prioridade do combate à mortalidade infantil, ao analfabetismo, à desnutrição, à incidência de endemias próprias da pobreza, ao desemprego e ao atraso educacional e social. Estiveram presentes nos inúmeros compromissos firmados as causas da segurança internacional e do uso pacífico da energia nuclear e a cooperação na região amazônica - inserida no contexto maior da integração latino-americana -, para sua proteção e seu desenvolvimento sustentável. Destacaram-se ainda os argumentos brasileiros sobre a questão do acesso à tecnologia e a difusão do progresso técnico e do conhecimento, como alavancas indispensáveis à justiça social - nascida da harmonia entre capital e trabalho - e à preservação do meio ambiente.

Vivia o Brasil tais ajustes políticos e institucionais da governabilidade democrática quando, junto com a sociedade, passa a conviver, surpreso, com as verificações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Corrupção no Orçamento.

Sensível aos acontecimentos, o Governo, atento aos trabalhos dessa CPI e face às denúncias de irregularidades na distribuição e utilização de verbas federais, edita medidas com o objetivo de apurar improbidades havidas no âmbito do Poder Executivo, de controlar com rigor a liberação de recursos provenientes de subvenções e

contribuições para a assistência social e de acompanhar a evolução patrimonial das autoridades ocupantes de cargos públicos.

Paralelamente, encetavam-se enormes esforços para o equilíbrio das contas públicas. Nesse sentido, podem ser citados o contingenciamento inicial de cerca de US\$ 6 bilhões no orçamento anual, a instituição de normas rígidas para licitações e contratos, o reescalonamento e retomada do pagamento das dívidas dos Estados com a União, a alienação da participação acionária da União em empresas, a intensificação da fiscalização contra a sonegação fiscal, a busca da atenuação dos efeitos lesivos oriundos da concessão de liminares contra o Poder Público - como os daquelas que por meses embargaram os recursos do Fundo de Investimento Social (COFINS) destinados ao custeio previdenciário e de saúde - e o alívio da pressão de privilégios de empregados de empresas estatais nas despesas orçamentárias. Para este caso, foi editada Medida Provisória que estabeleceu tetos salariais em conformidade com o que preceitua a Constituição Federal.

De importância fundamental, após diagnosticado que o desequilíbrio das finanças do Estado - causado pelo déficit público e por limitações constitucionais - é a principal causa da inflação crônica no Brasil, encaminhou-se à apreciação do Congresso Nacional um Programa de Estabilização da Economia, propondo o equilíbrio orçamentário, reforma monetária e sugestões à revisão constitucional, plano este realista, sem fórmulas miraculosas imaginadas por grupos restritos nem desrespeito ao patrimônio dos cidadãos e das empresas, com o firme propósito de vencer a inflação, mas sem permitir a recessão e o desemprego.

Mesmo num quadro conjuntural de grandes dificuldades como o experimentado em 1993, o Brasil cresceu e melhorou. Manteve-se firme a coibição do peculato e da corrupção; obteve-se êxito no combate ao crime organizado; a massa salarial subiu, decorrente dos efeitos conjugados da recuperação do nível de emprego e da elevação

geral dos salários em termos reais; foi ampliada e agilizada a concessão de benefícios previdenciários; a distribuição de alimentação escolar abrangeu quase a totalidade do ano letivo; o consumo industrial de energia elétrica e o consumo de cimento foram superiores aos níveis do ano anterior; o comércio exterior atingiu níveis recordes e as reservas cambiais ultrapassaram a casa dos US\$ 30 bilhões e o Produto Interno Bruto cresceu cerca de 5%.

O RESGATE DAS DÍVIDAS SOCIAIS DO ESTADO

Em 1993 o Brasil reencontra o caminho do desenvolvimento social, com a parceria da sociedade civil na formulação de políticas, programas e projetos voltados para o atendimento da família, crianças, adolescentes, idosos, deficientes físicos e excepcionais, determinando-se o reordenamento das políticas de assistência social, ensino fundamental e assistência à saúde materno-infantil.

Reconheceu-se que o planejamento das políticas públicas deveria orientar-se no sentido de um mesmo objetivo-síntese: o de elevar a qualidade de vida da população, criando e potencializando oportunidades de desenvolvimento, seja para indivíduos e grupos sociais, seja para regiões e setores da atividade econômica, de modo a alcançar os objetivos de crescimento econômico e de justiça social, motivados por princípios e normas de conduta ética e conscientização dos direitos e deveres da cidadania.

Nesse sentido, a política econômica deixou de ser considerada uma dimensão em busca de objetivos e metas autônomas dentro do sistema econômico, para ser um fator importante de promoção social. Conferiu-se destaque aos programas de geração de emprego e renda nas regiões metropolitanas e cidades de médio e grande portes, e ao programa de frentes produtivas de trabalho permanentes nas áreas atingidas pela seca.

Nova política salarial foi adotada como um dos principais instrumentos destinados a reduzir os efeitos corrosivos do processo inflacionário sobre os estratos salariais mais baixos. Em lugar de correções quadrimestrais, os salários passaram a receber antecipações mensais, zerando-se as perdas a cada quadrimestre.

Igual prioridade foi conferida à descentralização de ações para os Estados, Distrito Federal e Municípios, como forma de identificar mais facilmente a população-alvo dos programas sociais e evitar uma atuação governamental fragmentada e dispersiva, com o consequente aumento da eficiência e eficácia na aplicação dos recursos disponíveis, reduzidos em função da crise fiscal do estado brasileiro. Buscou-se o aumento da participação da sociedade na concepção, implantação, acompanhamento e avaliação das políticas sociais, mediante o apoio decisivo aos conselhos setoriais (saúde, previdência, trabalho, direitos da criança, etc) de nível federal e estimulou-se a criação dos correspondentes conselhos estaduais e municipais.

A diretriz de descentralização das responsabilidades do Estado na questão social conduziu também as ações governamentais em direção da reforma agrária. Logo após a promulgação das leis relativas à definição de propriedade improdutiva e ao rito sumário do processo judicial, foi possível imprimir maior ritmo às desapropriações. Paralelamente, em nível institucional, procurou-se descentralizar as atribuições de competência das superintendências regionais do INCRA, redefinindo-se a participação dos governos estaduais e municipais, dos demais órgãos do Governo e das entidades representativas dos próprios beneficiários, na formulação e operacionalização dos assentamentos rurais.

Um brevíario dos compromissos assumidos com a justiça social, conscientização dos direitos e deveres da cidadania, e com os princípios e normas de conduta administrativa ética, será dado a seguir

e complementado com as ações desenvolvidas pelos Ministérios e órgãos do Governo, constantes da Parte II.

a) Plano de Combate à Fome e à Miséria

No conjunto das ações sociais conduzidas pela União em 1993, mereceu destaque o Plano de Combate à Fome e à Miséria, coordenado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que transcende o sentido comum de um plano ou programa: alça-se, de fato, à condição de uma ampla estratégia para se enfrentar essas graves questões no País.

Tal relevo deriva das próprias características que o diferenciam das demais ações governamentais, bem como da profunda repercussão pública alcançada, tanto pela mobilização de setores do governo e da sociedade como pela rapidez com que foi concebido, aprovado e implementado, já apresentando significativos resultados.

O Plano tem dois objetivos básicos: enfrentar os fatores estruturais que levam mais de 20 por cento da população brasileira a sobreviver em condições indignas e que a impedem de ultrapassar o limite da fome e da miséria; e deflagrar um movimento nacional que possibilite a imediata adoção de providências para a erradicação da fome e da miséria.

Em 1993 o CONSEA definiu como ações imediatas do Governo Federal na campanha contra à fome e à miséria: descentralização da alimentação escolar; distribuição de leite ao desnutrido e à gestante; alimentação do trabalhador; distribuição de alimentos aos flagelados da seca; e reforma agrária.

Os objetivos de assegurar o montante e o fluxo de recursos necessários à expansão do programa de alimentação escolar e de garantir a efetiva e gradual descentralização de sua execução, foram atingidos. Os recursos liberados ao Programa permitiram cumprir as

metas de atendimento de 30 milhões de escolares. A descentralização atingiu a todos os estados e suas capitais e 307 municípios com mais de 50 mil habitantes.

A distribuição de leite ao desnutrido e à gestante através do programa "Leite é Saúde" visando reduzir a prevalência das diversas formas de desnutrição no País, atingiu um público-alvo de 414 mil crianças desnutridas e 52 mil gestantes em risco nutricional.

Diferentemente de programas anteriores, neste, o município é o responsável pela aquisição do leite, com o repasse de recursos do Governo Federal. Assim, além de beneficiar as crianças desnutridas e as gestantes, o programa também contribui para o aquecimento da economia local, já que as compras poderão ser feitas diretamente dos produtores rurais ou cooperativas das cidades.

No âmbito das ações do Programa de Alimentação do Trabalhador, destacaram-se as iniciativas para a adesão de maior número de empresas ao programa e os estudos voltados para a inclusão de outras categorias de trabalhadores como beneficiários, a exemplo dos trabalhadores rurais, dos trabalhadores da construção civil e dos usuários do seguro-desemprego. Outra iniciativa foi a de regular, a participação dos trabalhadores no acompanhamento e avaliação do Programa.

Para suprir as populações residentes nos municípios com calamidade pública decretada em nove estados da Região Nordeste e Norte de Minas Gerais, atingidos por prolongada seca, foi criado em novembro de 1993 o Programa Emergencial de Distribuição de Alimentos, com o objetivo de distribuir 150 mil toneladas de alimentos (arroz, feijão, milho e farinha de mandioca) pertencentes aos estoques do Governo, sob a forma de 2,0 milhões de cestas básicas às famílias de flagelados. Participaram do programa diversos setores da sociedade civil, merecendo destaque o movimento Ação da Cida-

dania e a Igreja Católica, contando ainda com a cooperação do Exército.

Com o apoio do CONSEA, foram assentadas 4.268 famílias de trabalhadores rurais em 37 novos projetos de responsabilidade federal, além de 2.700 famílias em projetos já criados. Foram declarados de interesse social, para fins de reforma agrária, 554 mil hectares abrangendo 87 imóveis rurais em vinte e três Estados, beneficiando 13.825 famílias. No total, cerca de 21 mil famílias estão tendo acesso a terra.

b) A Reorganização da Saúde

Baseado na concepção pela qual compete ao Governo Federal a ação normativa, mediante a elaboração de diretrizes gerais, fixação de padrões, montagem de esquemas de financiamento - em conjunto com os governos estaduais e locais -, o Governo decidiu efetivar e fortalecer a implementação do Sistema Único de Saúde em todo o País. Nesse sentido, foram priorizadas as atividades conjuntas com Estados e Municípios, como determina a Constituição, e realizados investimentos na promoção da saúde e na prevenção da doença, gastando menos na medicina curativa, e orientando-se as famílias.

As metas principais definidas para as ações de saúde concentraram esforços no atendimento aos grupos populacionais mais vulneráveis e carentes, como as crianças, as gestantes e nutrizes, visando assegurar o direito à saúde a quase 30 milhões de brasileiros, até o momento sem acesso a alguns dos elementares direitos de cidadania, entre eles o de saúde.

Assim, criou-se o Cartão da Criança para acompanhar o desenvolvimento da criança até os 5 anos de idade e detectar precocemente a sua desnutrição, anotar as vacinações, o peso, a ocorrência de doenças comuns, a alimentação e o aleitamento materno, integrando

as diversas ações de atenção à saúde da criança, e o Cartão da Gestante para acompanhar a saúde da mãe e da criança nas fases da gravidez, do pré-natal ao parto, e no aleitamento materno, nas consultas médicas.

Criou-se programa para interiorizar o sistema único de saúde nos Estados da Região Norte, mediante oferta de profissionais e de serviços médicos, em 211 municípios. Estão sendo aplicados recursos suficientes para a contratação de uma equipe mínima de saúde, composta por um médico, um enfermeiro e agentes comunitários e para reformas ampliações e construções de unidades de saúde. Inicialmente, serão contempladas as populações dos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, onde a falta de médicos e serviços de saúde é considerada mais grave.

Garantiram-se recursos para o programa de agentes comunitários de saúde atuar em 13 Estados das Regiões Norte e Nordeste, com 29.365 agentes trabalhando em 783 municípios, responsáveis cada um, pela orientação de 100 a 250 famílias. Recebendo em forma de bolsa o valor de um salário mínimo, eles ajudaram a população a cuidar da saúde, repassando informações e conhecimentos em perfeita harmonia com a comunidade local, da qual fazem parte e que é a responsável direta pela sua escolha.

Serão criados nas periferias urbanas, juntamente com Estados e Municípios, ambulatórios de alta resolução - postos de atendimento equipados com raio-x, laboratório, sala de pequenas cirurgias e leitos de observação, funcionando 24 horas por dia-, com o objetivo de resolver os problemas de saúde mais freqüentes da população, sem a necessidade de grandes deslocamentos e de perda de tempo em filas.

Para a fabricação de medicamentos mais baratos, determinou-se a adoção do nome genérico - o nome da substância química que realmente trata a doença - em destaque nas embalagens, e a sua prescrição pelos médicos. O consumidor poderá escolher o remédio

mais barato e com qualidade garantida na relação dos genéricos e respectivos preços, a ser afixada nas farmácias em local de fácil acesso.

c) A Retomada dos Investimentos na Educação

Em 1993 ocorreu a efetiva participação do Governo Federal, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, da sociedade e da iniciativa privada, na formulação e execução das ações dirigidas para o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A parceria obtida com as comunidades política e acadêmica possibilitou a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, em início de aplicação nos quase cinco mil municípios brasileiros, para elevar a média de aprovação de estudantes no ensino fundamental, de 22 por cento, para 80 por cento ao final do período.

O Ministério da Educação e do Desporto saneou suas finanças e voltou a fazer planos para o ensino no País. As contas ajustadas permitiram a regularização dos repasses de verbas para as instituições federais de ensino; a reativação do Programa da Alimentação Escolar; a implementação do Programa do Livro Didático (em 1994, pela primeira vez, o livro vai chegar antes do aluno às escolas); e a extensão do Crédito Educativo para 125 mil estudantes. Também as universidades federais, depois de muitos anos, puderam retomar os investimentos em laboratórios, bibliotecas, hospitais, etc, e ainda ampliar em 20 por cento a oferta de cursos noturnos.

O acesso ao ensino obrigatório e gratuito foi garantido pela liberação de recursos orçamentários para a cobertura da demanda por vagas na escola pública. A reformulação administrativa dos procedimentos de repasses de verbas federais levou mais rapidamente esses recursos a estados e municípios.

O Governo Federal assinou convênio com o Banco Mundial para a implementação do Projeto Nordeste de Educação Básica, que objetiva melhorar a qualidade do ensino de Primeiro Grau e ampliar a oferta de vagas e de serviços de educação na região.

No sentido de melhorar os padrões escolares realizou-se investimentos para capacitação de recursos humanos. Em 1993, cerca de 460 mil professores participaram de programas de reciclagem (contra 30 mil em 1992).

Mereceu atenção, também, o ensino de Segundo Grau. O Governo está enviando no inicio de 1994 ao Congresso Nacional projeto de lei criando o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que pretende articular as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais com os Serviços Nacionais de Aprendizagem Industrial, Comercial e Rural. E foi reativado o Programa de Construção de Escolas Técnicas: e vinte e uma unidades estão em fase de conclusão.

Igual prioridade foi dada à educação à distância, com a edição de decreto que cria o Sistema Nacional de Educação à Distância. Este sistema permitirá transmitir programas educativos à população, além de preparar educadores, por meio de telepostos, canais educativos de TV e rádio. No sistema serão utilizadas as redes municipais e estaduais de Primeiro e Segundo Graus e as universidades, e os telepostos públicos

d) Saneamento e Modernização da Previdência Social

O apoio financeiro do Governo Federal somado aos esforços de arrecadação e fiscalização das contribuições previdenciárias, tornou possível o pagamento dos 147 por cento devidos a 2,9 milhões de aposentados e pensionistas; a manutenção de cerca de 15 milhões de benefícios entre urbanos e rurais; e o cumprimento de política salarial

que iguala o direito de aposentados e pensionistas receberem seus benefícios com os mesmos reajustes dos trabalhadores da ativa.

Investiu-se no homem, na tecnologia e na parceria com os Correios, para melhorar o atendimento aos segurados e beneficiários. O treinamento e a reciclagem de servidores permitiu a redução do prazo de concessão de aposentadorias e pensões. A informatização de postos - com a consequente fiscalização da qualidade dos serviços prestados pelos bancos - propiciou a 6,3 milhões de pessoas receber seus benefícios através do sistema de cartão magnético. Com a colaboração dos Correios estão sendo efetuados pagamentos em municípios, onde, inexiste agência bancária.

O combate às fraudes por meio de auditorias especiais em áreas fiscais críticas, resultou no cancelamento de benefícios irregulares e na demissão de servidores públicos.

O resgate das principais dívidas na área de previdência social identifica o ano de 1993 como aquele em que o Governo Federal restituui dignidade e cidadania às famílias onde há aposentados e pensionistas.

e) Moradias Populares de Baixo Custo

Em busca de alternativas para a construção de moradias populares de baixo custo, criou-se através de Decreto de 28 de julho de 1993 o Programa de Difusão de Tecnologia para Construção de Habitação de Baixo Custo, vinculado à Presidência da República e sob a coordenação da Secretaria-Geral.

O programa, que traduz marcada preocupação com o social, visa a criar Vilas Tecnológicas em algumas cidades brasileiras, com o objetivo de construir o habitat a partir de novas propostas urbanísticas e arquitetônicas, dando oportunidade à adoção e difusão regionalizada de inovações tecnológicas com a consequente redução dos

custos e melhoria da qualidade na produção de habitações populares no País.

Para a implementação dessas vilas, registra a co-responsabilidade no trabalho de construção de moradias populares: um mutirão institucional, mediante o qual a União, o Estado, o Município, a iniciativa privada, os organismos não governamentais, e o próprio morador, possam, em sinergia, exercer harmonicamente suas competências.

Em 1993 foram assinados os Protocolos de Cooperação para a construção das Vilas Tecnológicas de Curitiba, Juiz de Fora e Brasília, com recursos alocados pelo Governo Federal, gerenciados pelo programa em parceria com os governos locais. Serão 100 casas utilizando tecnologias diversas e elementos construtivos diferenciados. Além das casas, haverá uma Praça da Tecnologia com espaço coberto e ao ar livre, para exposição permanente de novas tecnologias ligadas à construção ou infra-estrutura de habitação. Em 1994 serão implantadas 12 Vilas Tecnológicas em todo o País.

ESTABILIZAÇÃO DA ECONOMIA COM CRESCIMENTO

Ao montar a sua estratégia em busca da estabilidade com crescimento econômico sustentado e justiça social, o Governo tem por objetivo reforçar e aprimorar o seu papel regulador e indutor da economia, transferindo as atividades produtivas à iniciativa privada, centralizando a sua ação nas funções básicas do Estado, como educação, saúde, segurança pública, e estimulando a modernização da infra-estrutura econômica.

O Poder Executivo Federal, como contribuição ao processo de reestruturação e redimensionamento do Estado brasileiro, instituiu severa austeridade nos gastos, providenciou o saneamento financeiro da Previdência Social e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, descentralizou a operacionalização de serviços públicos, repactuou dívidas com Estados e Municípios, deu prosseguimento à desestatização das atividades produtivas e propôs ao Congresso Nacional um rigoroso programa de ajuste fiscal.

Tomadas individualmente, as ações poderiam parecer desvinculadas. Na verdade, constituem elementos de um conjunto articulado.

O combate à sonegação fiscal, os mecanismos instituídos para o aprimoramento do financiamento agrícola, o estímulo aos acordos promovidos no âmbito das câmaras setoriais, a reorganização do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade, a modernização

e informatização do fluxo de mercadorias do País com o exterior, com a instituição do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, os termos da renegociação para a rolagem da dívida externa, o estímulo à exportação pelas pequenas e médias empresas, a conclusão do cronograma de redução das alíquotas do imposto de importação, a firme orientação à integração regional, o estímulo ao turismo no País constituem ações que compõem a estratégia global orientada para a estabilização da economia e para o crescimento sustentado com geração de empregos e distribuição dos resultados com maior justiça social.

O Governo estabeleceu suas diretrizes macroeconômicas básicas com vista a adequar os instrumentos para a retomada do crescimento, a geração de empregos e o controle e redução da taxa de inflação, sem ceder à recessão, o que exigiu a apresentação à sociedade de um claro diagnóstico das causas do processo inflacionário brasileiro e o ordenamento de ações públicas para sua solução. Afastando a adoção de medidas paliativas, de efeito apenas de curto prazo, optou-se pela adoção de medidas estruturais, de longo e efetivo alcance. Nesse esforço, procurou-se estabelecer uma cooperação política com o Congresso Nacional, de modo a discutir as principais iniciativas para a estabilização da economia brasileira. Conquanto ainda não se tenha reduzido a pressão inflacionária, pode-se anunciar que a recessão foi afastada.

O Desempenho da Economia em 1993

Depois de três anos de estagnação, a economia brasileira registrou, em 1993, a maior taxa de crescimento de seu produto, desde 1986: 4,5%, segundo dados primários. Esta expansão do nível de atividade deve-se principalmente à significativa recuperação da indústria de transformação, que cresceu cerca de 10,9%, impulsionada em particular pelo recorde histórico nos setores automobilístico, com

1,39 milhões de unidades produzidas, siderúrgico (+ 5,3%), e da expansão da construção civil (+ 12,2%). A indústria como um todo cresceu 9,5%, acompanhada pela expansão dos serviços (3,4%), enquanto o produto do setor agrícola manteve-se basicamente sem variação em relação a 1992. Também aumentaram as exportações e importações e elevaram-se as reservas internacionais do País.

Tal desempenho econômico contrasta com o clima de incerteza e estagnação encontrado no início do atual Governo, quando os principais indicadores de emprego e de produção encontravam-se em queda, caracterizando um cenário recessivo, de desemprego e de desconfiança em relação às ações governamentais.

Entretanto, em 1993, apesar do crescimento econômico, a inflação atingiu níveis recordes: 2.489%, estimada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Foi acentuado o paradoxo da coexistência de um setor privado moderno, eficiente e internacionalmente competitivo, com uma multidão de excluídos da economia de mercado. A elevada concentração de renda nas mãos de uma minoria privilegiada, assim como o desequilíbrio entre as várias regiões ainda deixam muito a desejar em termos de uma profunda retomada do desenvolvimento econômico.

Política Salarial e Nível de Emprego

O debate em torno de uma política salarial compatível com a taxa de inflação e com as restrições orçamentárias, resultou na alteração da legislação vigente desde dezembro de 1992. No início do segundo semestre, após negociação com o Congresso Nacional, foi promulgada a Lei nº 8.700, de 27 de agosto de 1993, que instituiu mecanismo de reajuste mensal, com correção das parcelas até seis salários mínimos em percentual correspondente à variação do Índice

de Reajuste do Salário Mínimo - IRSM, que exceder a 10%, a título de antecipação. Ao mesmo tempo, a lei manteve o reajuste integral quadrimestral. Esta política para o setor privado foi estendida aos benefícios previdenciários e ao salário mínimo.

Para os servidores públicos federais, dadas as restrições do ajuste fiscal, foram concedidas antecipações bimestrais de parcela das perdas inflacionárias e correções quadrimestrais (Lei 8.676, de 13.07.93).

Embora as empresas tenham basicamente aumentado a produção através da redução da capacidade ociosa e da racionalização do processo produtivo, com ganhos de produtividade, verificou-se razoável recuperação no nível de emprego.

Segundo dados colhidos pelo Ministério do Trabalho, a massa salarial, na região metropolitana de São Paulo, cresceu cerca de 10% até outubro, decorrente dos efeitos conjugados da geração de emprego (+2,1%) e da elevação geral dos salários (+7,7% reais), que experimentaram expressiva recuperação.

Políticas Monetária e Cambial

As ações de política monetária objetivaram a gradual redução dos custos da dívida pública federal. A taxa de juros requerida pelo mercado para financiar títulos públicos federais demonstrou uma tendência declinante, de 30% ao ano para 18%, em termos reais. Procurou-se o alongamento do perfil da dívida através da introdução de títulos de maiores prazos e de diferentes formas de indexação. Aumentou-se a transparência do relacionamento financeiro intra-setor público, com início dos procedimentos de transferência do passivo externo do Banco Central para o Tesouro Nacional, o que resultou em redução dos encargos da dívida federal.

A redução das taxas de juros reais, durante a maior parte do ano, constituiu importante sinalização ao setor privado. Este movimento e

a maior confiança dos agentes econômicos estimularam o consumo, reduzindo os recursos alocados em aplicações financeiras. O aumento nas importações de bens de capital, em 1993, e as estimativas de crescimento da construção civil são indicadores de um incremento nos investimentos.

Em agosto, o Governo propôs a alteração da moeda nacional, estabelecendo a denominação de "Cruzeiro Real" para a unidade do sistema monetário brasileiro, equivalente a Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), com o objetivo de tornar operacional o manuseio dos valores expressos na moeda nacional, que se tornara grande devido à corrosão inflacionária.

Setor Externo

Enquanto o comércio internacional apresentou fraca expansão em 1993, as exportações brasileiras alcançaram US\$ 38,8 bilhões - um aumento de 8,1% em relação ao ano anterior. Registrou-se forte expansão das importações (23% no ano), que totalizaram US\$ 25,7 bilhões. Estes valores representam um recorde no total do comércio exterior brasileiro, ou seja, mais de 15% do PIB, cujo incremento mais acentuado deveu-se às alterações na política comercial e à recuperação da atividade econômica. Com isto, o superávit comercial foi de US\$ 13,1 bilhões, o terceiro maior do mundo, atrás apenas do Japão e da Alemanha.

Do total das exportações brasileiras, 60% foram representadas por produtos manufaturados, 25% por produtos básicos e 15% por semimanufaturados, o que denota a pujança da pauta de nossas exportações.

Este resultado comercial e a entrada de capitais externos permitiram o aumento das reservas cambiais para mais de US\$ 30 bilhões, contra US\$ 23 bilhões no final de 1992.

Em função da normalização do relacionamento com os credores externos, e como decorrência do otimismo existente quanto as perspectivas econômicas do Brasil, os investimentos estrangeiros líquidos elevaram-se a US\$ 7 bilhões em 1993 (contra US\$ 1 bilhão em 1991 e US\$ 2,8 bilhões em 1992). Por outro lado, o desembolso de novos empréstimos ao Brasil elevou-se a US\$ 10 bilhões em 1993 (contra US\$ 4 bilhões em 1991 e US\$ 7,9 bilhões em 1992).

Em contrapartida, as operações do setor externo continuam a apresentar expressivo impacto monetário e a exigir a atuação do Banco Central na regulação da liquidez. Com vistas a atenuar a pressão monetária expansionista originária da área externa, os recursos externos direcionados ao mercado de capitais sofreram restrição quanto à aplicação em renda fixa, podendo ser destinados somente às ações e debêntures, às moedas de privatização, às operações de *hedge* cambial e a quotas do Fundo de Aplicação Financeira-FAF.

Outra diretriz de ação do Governo é a manutenção dos compromissos da renegociação da dívida externa para alcançar a normalização das relações financeiras internacionais do Brasil. Esta diretriz apresentou significativo resultado no final de 1993, quando foi assinado o acordo definitivo com os bancos credores, já se alcançando 96% de adesão, que permitirá uma redução do estoque e dos encargos em 1994. Igualmente, com os países membros do Clube de Paris, foram firmados vários acordos para regularizar os pagamentos bilaterais e continuaram-se os entendimentos com o Fundo Monetário Internacional.

A Reestruturação do Estado

Como contribuição do Poder Executivo Federal ao processo de reestruturação do Estado, o Governo deu prosseguimento à desestatização, à reorientação de sua relação com Estados e Municípios, à

descentralização de atividades e está promovendo um rigoroso ajuste fiscal, como parte da estratégia de combate à inflação e promoção do desenvolvimento econômico sustentado.

O ajuste do setor público incluiu a continuação do Programa Nacional de Desestatização - PND. Em 1993, concluiu-se a transferência de todo o setor siderúrgico para a iniciativa privada, com a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) e da Aços Minas Gerais (AÇOMINAS), e deu-se seqüência às privatizações nos setores de fertilizantes e petroquímico. No segundo semestre de 1993, o PND ganhou novo dinamismo com a inclusão de empresas do setor elétrico e foram propostas novas formas de pagamento, como a utilização das denominadas "moedas sociais", a fim de ampliar a participação da sociedade na compra de empresas estatais. O Governo propôs a alteração da legislação que orienta a privatização, de modo a propiciar maior transparência do processo, com divisão de responsabilidades, e dar ao Senado Federal a possibilidade de atuar de forma direta e efetiva no Programa.

Foi criada a Nota do Tesouro Nacional - NTN, série P - para ser permutada pelos recursos em moeda corrente e créditos recebidos pelos alienantes no âmbito do PND. Destinou-se a parcela em moeda corrente à redução da dívida pública mobiliária federal e para programas e projetos nas áreas de ciência e tecnologia, saúde, defesa nacional, segurança pública e do meio ambiente, setores que se encontravam criticamente afetados tanto pela recessão quanto por políticas equivocadas.

Com a edição do Decreto nº 905, de 26 de agosto de 1993, foram regulamentados os procedimentos relativos às vendas a curto prazo de participações acionárias minoritárias de que são titulares entidades do setor público em 1.083 empresas estatais e privadas.

No caso do Brasil, a privatização tem um papel chave no esforço de estabilização da economia. A alienação das participações acionárias hoje detidas, direta ou indiretamente, pelo Tesouro Nacional, contribui para restabelecer o equilíbrio das finanças públicas.

Além de contribuir para a redução do peso do endividamento atual, a privatização concorre para a estabilização ao estancar a necessidade de aportes do Tesouro em atividades que podem ser exercidas pelo setor privado.

A redefinição das relações financeiras entre o Tesouro Nacional e o Banco Central aumentou a transparência das contas da União, como parte da nova política monetária já referida anteriormente.

Com a assinatura do compromisso de rolagem da dívida, foi retomado o fluxo de pagamentos dos Estados e Municípios para as instituições financeiras federais. Firmaram-se compromissos de refinanciamento de dívidas de 23 Estados com a União, o que representou importante contribuição para o ajuste do setor público.

Para derrotar a inflação e atingir o crescimento econômico sustentado, o Governo propôs, em 7 de dezembro, um Programa de Estabilização que se inicia pelo ajuste fiscal, requer o aperfeiçoamento da atual Constituição e inclui uma proposta de reforma monetária.

a) O Ajuste Fiscal

A reorganização fiscal do Estado é a pedra fundamental do processo de estabilização, ainda que requeira medidas adicionais para quebrar a “inéria inflacionária” decorrente da indexação e, por fim, chegar ao estabelecimento de um novo padrão monetário estável.

A desordem financeira e administrativa do Estado é a principal causa da inflação crônica que impede a sustentação do crescimento, perpetua as desigualdades e mina a confiança nas instituições.

A crise fiscal brasileira tem raízes que remontam à ruptura do padrão de financiamento externo no inicio dos anos oitenta e à redefinição das relações entre diferentes esferas de governo desde a vigência da Constituição de 1988, que aumentou a rigidez das contas públicas, como resultado da expansão gradual das transferências obrigatórias e vinculações constitucionais da despesa à receita.

As transferências a Estados e Municípios aumentaram significativamente sua participação nas receitas da União, bem como o crescimento das outras vinculações, como as despesas predeterminadas da Seguridade Social, o que não se fez acompanhar de uma proporcional transferência de responsabilidades, que continuaram a cargo da União. Do total da receita arrecadada, o Executivo só decide hoje a destinação de uma quinta parte.

Os Estados, além de desfrutarem de vinculações de receita, também se beneficiam largamente de transferências voluntárias no Orçamento da União e do uso dos bancos estaduais como supridores de recursos. Isto levou a distorções que o Governo vem corrigindo através da repactuação das dívidas dos Estados e de um disciplinamento mais rígido de suas relações com os respectivos bancos.

As empresas estatais, por seu lado, desfrutam hoje de enorme autonomia de gestão operacional. Quando o mau uso dessa autonomia resulta, por exemplo, em cronogramas de investimento superdimensionados ou em políticas salariais excessivamente "generosas", o Executivo é pressionado a transferir a conta para os consumidores, via aumentos de preços e tarifas, ou para o Tesouro, via prejuízos operacionais que se traduzem em endividamento crescente ou em aportes de capital.

A resolução do desequilíbrio fiscal, ponto central do processo inflacionário, concentrou as principais medidas econômicas do atual Governo. Nos primeiros meses, o Congresso Nacional debateu e aprovou a primeira emenda constitucional visando ao aperfeiçoamen-

to do sistema tributário e ao aumento de recursos para a União. Foi aprovada a criação do Imposto Provisório sobre a Movimentação ou a Transformação de Valores e dos Créditos de Natureza Financeira (IPMF) e estabeleceram-se novas regras ao endividamento dos Estados.

O Governo Federal acentuou o controle sobre as empresas estatais e, em junho de 1993, lançou o Programa de Ação Imediata (PAI). Este previa um conjunto de medidas voltadas para a reorganização do setor público, incluindo: redução e maior eficiência de gastos; recuperação da receita tributária, através do combate à sonegação fiscal; fim da inadimplência de Estados e Municípios com a União; controle dos bancos estaduais e saneamento dos bancos federais; aperfeiçoamento e ampliação do programa de privatização.

Essas medidas significaram o começo da reestruturação do Poder Executivo visando a preparar o terreno para o ajuste fiscal no exercício de 1994 e o Programa de Estabilização.

As mudanças propostas no projeto de lei do Orçamento de 1994 têm dois objetivos simultâneos: garantir o equilíbrio das contas públicas e equacionar o financiamento dos principais programas sociais do Governo, em especial os referentes à Saúde e Previdência.

Os novos cortes propostos no Orçamento obedeceram a uma série de critérios, entre os quais cabe mencionar: a) manutenção integral dos gastos financiados com recursos externos e respectivas contrapartidas; b) redução das transferências voluntárias da União para Estados e Municípios; c) manutenção de valores mínimos compatíveis com o funcionamento adequado da Administração Pública Federal e com a execução dos programas prioritários do Governo, em especial os relativos à área social. Buscou-se compatibilizar a urgência do Programa de Estabilização com a agenda da Revisão Constitucional e a equanimidade na distribuição dos sacrifícios inevitáveis do ajuste fiscal.

Tornou-se necessário, entretanto, dispor de um instrumento adicional para financiar o déficit potencial remanescente, dado que os cortes nos gastos de custeio e investimento financiados com recursos não vinculados foram feitos até o limite permitido pelo funcionamento adequado da máquina administrativa do Estado. Para isso, foi proposta a criação do Fundo Social de Emergência, a vigorar por um período de dois anos, através de emenda constitucional.

Com a aprovação deste ajuste, o Governo encontrará o necessário equilíbrio fiscal e terá condições de combater a inflação com a presteza que o País reclama.

b) Sugestões à Revisão Constitucional

A Revisão Constitucional é a oportunidade de definir com nitidez o perfil do Estado desejado pela sociedade brasileira e desatar as amarras constitucionais que hoje tolhem o Governo federal de assumir plenamente seu papel de coordenador das ações do Estado e da sociedade, tanto no terreno do desenvolvimento econômico quanto no do bem-estar social.

As linhas de alteração propostas pelo Governo abrangem, basicamente, as áreas fiscal, orçamentária, tributária, administrativa, previdência social e a modernização da economia.

Como já dito, a Constituição de 1988 aumentou de forma significativa, através dos Fundos de Participação, a fatia dos Estados e Municípios no bolo tributário nacional. Mas o fez sem qualquer contrapartida de esforço tributário próprio ou estabelecimento de padrões mínimos de atendimentos a demandas sociais prioritárias. Ao mesmo tempo, preservou integralmente os encargos do Governo federal nas mais diferentes esferas de atuação, sem, contudo, dotá-lo dos recursos necessários para seu financiamento. A receita que antes

era arrecadada para tal finalidade foi transferida, a partir da entrada em vigor da nova Carta, para as diferentes unidades da Federação.

Em vez de reconcentrar os recursos e o poder discricionário de distribuí-los, o Governo propõe a descentralização, para equilibrar recursos e atribuições, reservando à União tarefas de coordenação e as ações de caráter nitidamente nacional e remetendo-se aos Estados e Municípios a execução dos serviços de interesse local.

As propostas sugeridas pelo Governo buscam viabilizar a transição para um regime de maior flexibilidade orçamentária, através da redução das vinculações de receita.

No que se refere à matéria tributária, há consenso na sociedade sobre a direção das mudanças desejadas: entre elas, simplificação do sistema, através da diminuição do número de tributos; ampliação da base de arrecadação e das formas automáticas de recolhimento; e, dentro do possível, diminuição de alíquotas.

A Revisão Constitucional, enfim, é a oportunidade que se apresenta ao País para responder a questões fundamentais: para permitir que tenhamos uma economia capaz de crescer equilibradamente e com competitividade no contexto internacional; para que a ação social do Governo possa ser eficaz no combate à fome e à miséria; para que o Estado seja mais eficiente e capaz de responder aos desafios da sociedade; para que o povo goze de maior bem-estar, vivendo em uma democracia que decida com presteza e que não abrigue, como hoje, tantas injustiças.

c) Reforma Monetária

Toda a sociedade anseia pelo fim da inflação e espera que o Governo faça alguma coisa para atingi-lo o mais rápido que puder.

O Governo entende que, sem o ajuste fiscal e a reorganização definitiva das contas públicas, qualquer esforço de combate à inflação terá curta duração e estará fadado ao malogro.

O êxito de qualquer programa de estabilização exige, desde o primeiro momento, alto grau de credibilidade por parte dos agentes formadores de preços e da população. Esta meta o Governo está alcançando aos poucos, sem precipitações, atuando sobre os fundamentos do problema inflacionário.

Não é viável, também, eliminar a indexação por antecipação à estabilidade dos preços. Desindexar sem ter condições de garantir preços estáveis retira a única proteção de que a economia dispõe para conviver com a inflação. Corre-se o risco de desorganizar completamente a atividade econômica.

A agenda da estabilização é um processo, uma seqüência de ações que se desenrolam ordenadamente na direção desejada. E, mais do que um programa de Governo, tem que ser um programa assumido pela Nação.

Em algum momento, ao longo desse processo, deverão ser tomadas medidas para reduzir a influência da inflação passada sobre a inflação corrente. Toda indexação é retroalimentadora quando corrige os preços de hoje de acordo com a inflação observada em período anterior. É, portanto, desejável e possível reduzir a memória que a indexação introduz no processo inflacionário. Para isso, o Governo considerou necessária a adoção de uma unidade de referência com valor nominal ou monetário a ser corrigido em intervalos mais curtos.

Uma economia que adote uma indexação mais contemporânea, ou seja, com menor peso para a inflação passada e maior para a inflação corrente, opõe menos resistência à queda rápida da inflação. Entretanto, a adoção generalizada de uma unidade de referência baseada na inflação corrente deve estar subordinada ao avanço significativo da reorganização fiscal.

O Governo está propondo a instituição da Unidade Real de Valor - URV, cuja utilização deverá ocorrer de forma espontânea e, portanto, será um processo gradual. Não deverá haver compulsoriedade de seu uso no setor privado. O mesmo processo gradual deverá caracterizar a utilização da URV por parte do Governo em suas relações com a sociedade. Como primeiro passo, a URV será utilizada para atualizar o valor da receita fiscal, como forma de garantir o compromisso do Governo com a manutenção de seu valor real. A credibilidade da URV é de importância crucial para sua aceitação e para que possa desempenhar adequadamente seu papel de unidade de conta, capaz de reduzir as distorções que a desordem inflacionária cria no sistema de preços.

O objetivo final do processo de estabilização é dotar a economia de uma moeda forte e de poder aquisitivo estável. Com o processo de reorganização fiscal avançado, ter-se-á a garantia de que o Governo não precisará recorrer à emissão de moeda ou quase-moeda de qualquer espécie para se financiar.

Em suma, na proposta do Governo, a ser implementada, não há quebra de contratos, confiscos, tablitas, redutores, nem haverá coexistência de duas moedas. Será instaurado, em primeiro lugar, um processo gradual e natural de utilização facultativa e livre de uma unidade de conta considerada superior aos indexadores hoje existentes. Recupera-se, assim, uma propriedade perdida da nossa moeda, para num segundo momento, com o equilíbrio fiscal assegurado, transformar a URV na moeda nacional, atribuindo-lhe a propriedade de meio de pagamento.

A AMAZÔNIA LEGAL E OS COMPROMISSOS AMBIENTAIS

O Governo Itamar Franco assumiu o desafio de avançar na implementação de uma política ambiental arrojada, superando a inércia verificada em décadas passadas e, principalmente, de dar os primeiros passos na direção da integração desta nova dimensão às políticas nacionais. Mais do que isto, trata-se de repensar o desenvolvimento do País em busca de satisfação dos requisitos de sustentabilidade.

Portanto, se a política governamental tem buscado melhorar as condições de vida da população brasileira, tornou-se imperativo considerar que a qualidade ambiental é uma parcela integrante e, ao mesmo tempo, determinante da noção de qualidade de vida.

O Governo vem tentando elevar o *status* político da questão ambiental, tendo inicialmente instituído um Ministério em substituição à Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República. Recentemente, uma nova alteração nesta estrutura agregou ao Ministério o processo de articulação de todas as ações do Governo Federal para a Amazônia Legal. Este novo arranjo institucional procura evoluir para a adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável para esta região, considerando sua importância para o País e, em especial, para a questão ambiental.

Na área ambiental, o Governo procurou progredir naqueles aspectos que havia identificado como prioritários para a ação federal, entre os quais se destacam: o combate preventivo e corretivo à poluição; o uso responsável dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, segundo os princípios do desenvolvimento sustentável; a proteção de mananciais e de ecossistemas frágeis; o combate à desertificação, à degradação de solos e ao desmatamento; a recuperação de áreas degradadas; o desenvolvimento e adaptação de tecnologias sustentáveis, especialmente nos setores de energia, indústria, transportes, agricultura, manejo de recursos hídricos, manejo florestal e saneamento básico; a educação ambiental; o gerenciamento integrado de bacias hidrográficas, incluindo o aproveitamento de microbacias; e o zoneamento ecológico-econômico.

O Governo avançou ainda na implantação do Programa Nacional do Meio Ambiente, cujo prazo foi renegociado com o Banco Mundial para uma prorrogação por dois anos com a inclusão de dois novos ecossistemas na sua área de aplicação, o cerrado e a caatinga, e do Fundo Nacional do Meio Ambiente, para assistência a municípios com menos de 120 mil habitantes, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Ainda na esfera dos financiamentos internacionais, o Governo vem procurando viabilizar a entrada de novos recursos e garantir a contrapartida aos recursos já contratados, como forma de permitir o acesso à oferta de cooperação internacional, hoje concentrada em grande medida na área ambiental. Foram objeto de atenção especial os recursos alocados ao Programa Piloto de Florestas, dentro do compromisso assumido pelo Grupo dos 7 de carrear recursos, através do “*Global Environmental Facility*” (GEF), do Banco Mundial, para projetos de proteção ambiental na Amazônia.

Foi dada ênfase especial ao trabalho de controle e fiscalização pelo IBAMA, especialmente no que se refere à proteção da tartaruga

marinha (Projeto TAMAR, em colaboração com entidades civis), ao defeso da pesca e à piracema e ao combate à extração ilegal de madeiras.

O Governo concentrou sua atenção, no final do ano, em quatro áreas prioritárias. A primeira delas, foi a descentralização da gestão ambiental, em processo a ser conduzido mediante consulta, já iniciada, com Estados e Municípios. Esse processo deverá desdobrar-se em reuniões regionais no primeiro semestre de 1994, destinadas a definir e implantar um sistema descentralizado de gestão ambiental que assegure maior eficiência, divisão de competências e tarefas e cooperação entre os níveis federal, estadual e municipal. A segunda, em sintonia com a descentralização, a desconcentração do IBAMA em direção às suas superintendências estaduais, permitindo que suas atribuições legais sejam levadas às realidades locais. Dotar as regionais do IBAMA de melhor e maior capacitação técnica e financeira é meta que deverá ser alcançada a médio prazo, iniciando-se no presente exercício. O objetivo precípua é o fortalecimento da execução da política ambiental em franca colaboração com as instituições locais, inclusive com as organizações não-governamentais. A terceira, a aprovação, pelo Congresso Nacional, das Convenções sobre Diversidade Biológica e sobre Mudança Climática, assinadas por ocasião da Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. E a quarta, a estruturação do Ministério, que, além da dotação de cargos indispensáveis legalmente, permitirá, no curto prazo, sinalizar à sociedade os instrumentos de gestão da política ambiental no âmbito federal.

Segundo a Mensagem Presidencial de 1993, “a prioridade para a Amazônia decorre de sua ainda frágil integração com as demais regiões, das grandes responsabilidades com o uso racional de seu grande patrimônio natural, e do resultante compromisso com o desenvolvimento sustentável, em benefício do futuro da região e do País”.

Em decorrência deste novo quadro institucional, criou-se o Conselho Nacional da Amazônia Legal, presidido pelo Presidente da República e reunindo todos os Ministros do Governo Federal e Governadores dos Estados amazônicos. Este Conselho representa passo fundamental para a adoção e implementação dos princípios do desenvolvimento sustentável no País. Em sua primeira reunião, o Conselho recebeu do Presidente Itamar Franco a orientação básica para a formulação de uma política federal integrada para a Amazônia, baseada no conceito de desenvolvimento sustentável, e foram criados dez grupos de trabalho setoriais, voltados para as várias dimensões da Amazônia Legal (desenvolvimento sustentável, vigilância e proteção, relações internacionais, saúde e assuntos sociais, ciência e tecnologia aplicada, garimpo e mineração, populações indígenas, transportes e comunicações, educação e cultura e assuntos florestais) e um grupo técnico, encarregado da elaboração da política integrada.

Neste sentido, uma política integrada para a Amazônia está sendo implementada a partir dos imperativos da região a seguir arrolados:

- a melhoria substancial da qualidade de vida das populações amazônicas;
- a proteção às populações indígenas;
- o desenvolvimento sustentável;
- a segurança, o controle e a defesa do território nacional, como requisito natural para o exercício da soberania;
- a cooperação internacional, em suas várias dimensões;
- a segurança interna e nas áreas de fronteira, incluindo o combate a atividades ilícitas de toda natureza;
- a promoção e valorização da pesquisa científica nacional aplicada às especificidades da região amazônica;

-
- a promoção do “turismo ecológico” em nível nacional e internacional; e
 - a divulgação transparente, objetiva e ágil da realidade amazônica, com base em dados idôneos e abrangentes.

Consoante a política adotada, em 1993, foram enfatizados os seguintes aspectos:

- a revitalização dos entendimentos internos relacionados, tanto a acordos e compromissos sobre meio-ambiente no âmbito da ONU, como a cooperação técnica e financeira externa para projetos ambientais;
- a promoção do desenvolvimento sustentável segundo os princípios referendados pela II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, envolvendo as políticas governamentais e as iniciativas da sociedade; e
- o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente com ênfase na criação de organismos estaduais e municipais e da reestruturação do IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

DIRETRIZES E AÇÕES PARA 1994

Neste ano, que corresponde ao segundo e último ano do mandato do Presidente Itamar Franco, o Governo pretende dar prosseguimento ao processo de reestruturação do Estado, para entregá-lo em melhores condições ao Presidente sucessor.

Para realizar essas ações, confia o Governo na criação de mecanismos constitucionais que possibilitem ao Estado superar os impactos desequilibradores das contas públicas, causados pelos interesses políticos federativos, corporativistas e empresariais.

No campo social, permanecerão em vigor as diretrizes gerais relativas à descentralização administrativa, ao aprimoramento dos serviços sociais dirigidos aos grupos mais necessitados e ao controle social dos programas pelos beneficiários.

Será mantida a mobilização da sociedade e de toda a Administração Federal por meio da ação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar; serão distribuídas cestas básicas de alimentos nas áreas atingidas pela seca, até que as condições climáticas adversas estejam superadas, bem como ampliados os programas de alimentação escolar e atendimento à criança desnutrida e ao menor abandonado.

Na área da saúde, dará o Governo continuidade à municipalização do Sistema Único de Saúde e às políticas de saúde pública que privilegiem os grupos sociais menos favorecidos; à produção de medicamentos, reagentes e equipamentos para ações de imunização;

à capacitação de recursos humanos; e à implementação das medidas necessárias à efetividade da política dos genéricos.

Especial atenção será conferida à melhoria da qualidade da *educação*, através da revisão dos programas, pela capacitação e reciclagem de professores, e pelo desenvolvimento de projetos complementares e de apoio às salas de aulas. Assim como voltando a atenção ao educando, através dos programas do livro e material didáticos e pelos programas de alimentação, saúde e transporte escolares.

No que diz respeito aos portadores de deficiência e/ou necessidades especiais, está previsto amplo atendimento educacional, médico e odontológico em 91 municípios brasileiros.

O Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente deverá terminar obras iniciadas em 1993, autorizar a implantação de mais unidades e equipar e treinar equipes para as instalações concluídas.

Na área dos *desportos*, as ações abrangerão o apoio às entidades federais de administração esportiva, o fomento e o desenvolvimento do desporto para portadores de deficiência, e a construção, reforma ou adaptação e ampliação de espaços poliesportivos.

No campo do *trabalho*, as ações visarão a ampliação e informatização da rede de postos de atendimento, que permitirão elevar a taxa de habilitação ao programa do seguro-desemprego e aprimorar os serviços de identificação e registro profissional, que garantem os direitos sociais do trabalhador - incluindo aqueles da construção civil, da área rural e da economia informal. O Governo conferirá novo enfoque à fiscalização, para garantir o cumprimento da legislação trabalhista e a prevalência de condições e ambientes de trabalho adequados, atribuindo-se esta responsabilidade também a sindicatos e empresas.

Serão ampliados os níveis de cobertura dos benefícios, integrando a *Previdência* aos esforços voltados para a distribuição de renda. Buscar-se-á a viabilidade financeira mediante cancelamento do pagamento dos benefícios indevidos e melhoria do sistema de arrecadação e de fiscalização, intensificando-se o combate às fraudes.

Será feito o reordenamento institucional da *assistência social*, adotando-se critérios de transparência na distribuição e aplicação dos recursos, com vistas à descentralização das ações para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Serão mantidos os programas dirigidos aos grupos sociais fortemente dependentes da assistência do setor público (crianças, deficientes e idosos atingidos pela pobreza e pelo desemprego), e também concedidos benefícios financeiros para os idosos com mais de 70 anos e que não contam com outra fonte de subsistência.

Na área do *meio ambiente e da Amazônia Legal*, será prioritária a conclusão da estruturação do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, para as funções que lhe foram atribuídas, de articulação dos órgãos e unidades de meio ambiente atuantes na Amazônia Legal, visando à preservação dos recursos ambientais e a proteção das comunidades que vivem do extrativismo e dos povos indígenas, e, ainda, a participação do planejamento da segurança da Amazônia, com o fim de manter o controle e defesa do território nacional.

Continuo também será o esforço institucional de conclusão da nova proposta da estrutura e funções do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, e fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA, orientado para a descentralização das ações no meio ambiente.

Na área de *justiça e segurança pública*, prosseguirão as ações concernentes à integração dos sistemas estaduais de segurança, e das políticas de combate à violência e à criminalidade, e à conscientização

do consumidor quanto aos seus direitos e deveres e os incentivos à criação de organismos privados e regionais com tal objetivo.

No tocante à gerência ambiental em áreas indígenas, prosseguirão a vigilância e a fiscalização, assim como as ações voltadas para a identificação, delimitação, aviventação, demarcação, homologação e legalização das terras indígenas.

Será dedicada prioridade absoluta às ações visando à descentralização das atividades *culturais* para todos os municípios brasileiros, de forma a ampliar o acesso dos diferentes segmentos da sociedade aos bens e serviços culturais, à preservação do patrimônio artístico e histórico, à produção de obras cinematográficas e audiovisuais e ao incentivo ao teatro.

As diretrizes para a área de *planejamento, orçamento e coordenação* visam aos seguintes procedimentos: elaboração de um plano nacional de desenvolvimento; institucionalização e reestruturação do Sistema de Planejamento Federal, e implantação de um subsistema de acompanhamento e avaliação gerencial das ações do Governo.

No que se refere à atuação do Sistema BNDES, o financiamento será dirigido aos investimentos com capacidade de geração de emprego, aos que visem ao aumento de competitividade, aos que, na Região Nordeste, promovam a consolidação de setores com alto grau de dinamismo, e aos que se destinem à despoluição e conservação do meio ambiente.

A *política externa* brasileira continuará a atribuir grande importância à América Latina, reforçando seus vínculos bilaterais com os países da região, bem como incentivando os mecanismos regionais de integração econômica e concertação política como o MERCOSUL, a Iniciativa Amazônica e o Grupo do Rio. Igualmente, deverá também promover a consolidação dos vínculos com os países da Europa, os Estados Unidos e o Japão, intensificando laços de cooperação e de novas formas de colaboração.

Na área econômica, permanecerão em vigor as diretrizes gerais atinentes à estabilização da economia, assim como as medidas preconizadas: busca do equilíbrio orçamentário no biênio 1994-95, definição de reformas constitucionais condizentes com esse equilíbrio; implementação de uma reforma monetária que consolide a estabilidade da moeda, a fim de superar com êxito a crise fiscal brasileira.

No que respeita à *política agrícola* destacam-se os objetivos de implantação de sistemática de venda de produtos agrícolas em bolsas de mercadorias e de futuros, com vistas a incentivar o setor privado a ampliar sua participação nos processos de comercialização agrícola; de formulação de política especial para amparar os pequenos produtores que não participam da agricultura de mercado e de um plano de safra específico para a Região Nordeste. Serão também avaliados os resultados e a adequabilidade da política implantada em 1993, de financiamento rural com equivalência em produto.

Em relação à *política de abastecimento*, prosseguirão as atividades do Programa Emergencial de Distribuição de Alimentos e do programa da Rede Somar de Abastecimento, nas Regiões Norte e Nordeste e interior do País. Especial atenção será dada à fiscalização dos estoques e dos armazéns, mediante reavaliação das normas que regulamentam a aquisição, movimentação, armazenagem, comercialização, localização e distribuição dos estoques, a fim de evitar desvios, desperdícios e desabastecimento.

O sistema de *defesa agropecuária* será reestruturado visando à ampliação da vigilância sanitária nos principais portos, aeroportos, postos de fronteira e do serviço de inspeção de produtos de origem animal.

Concernente à *reforma agrária*, prosseguirão os trabalhos de consolidação e emancipação dos assentamentos realizados e de desapropriações para fins de novos assentamentos.

Na área de *ciência e tecnologia*, as prioridades estarão voltadas para o reforço da ação de fomento e de formação de recursos humanos e o aperfeiçoamento da gestão e coordenação do sistema, o fortalecimento das linhas de financiamento a projetos voltados para a capacitação tecnológica das empresas, a promoção da reestruturação industrial do setor produtivo e o apoio ao programa do desenvolvimento de programas de computador (*software*).

Na área da *indústria, comércio e turismo*, a atuação das Câmaras Setoriais continuará a ser articulada como o instrumento de acordos que conduzam à elevação dos níveis de produção e emprego, ampliação dos investimentos e incremento da competitividade. Procurar-se-á atuar também na melhoria de infra-estrutura receptiva do turismo.

Na área de *comércio exterior* as ações estarão voltadas para o incremento do volume do comércio do País e o fortalecimento da posição brasileira nas negociações no GATT, na ALADI e no MERCOSUL. Especificamente no âmbito do MERCOSUL, deverão ser concluídas as negociações em torno dos principais temas relacionados com a união aduaneira dos quatro países envolvidos.

Destacam-se, dentre as diretrizes para o setor de *minas e energia*: o desenvolvimento de programas de conservação e racionalização do uso da energia; a implementação de uma política realista de preços e tarifas, que remova desequilíbrios financeiros e promova maior eficiência no uso de energia; o apoio às iniciativas que objetivam agilizar a regulamentação da concessão dos serviços públicos, de modo a permitir a participação da iniciativa privada na ampliação da produção de energia; e a racionalização da matriz energética, incluindo o estímulo ao aumento de consumo de gás natural e carvão. Buscar-se-á também elevação da competitividade externa do setor mineral brasileiro e o prosseguimento da revisão institucional do setor, dando prioridade aos aspectos relativos a sua desregulamentação.

Na área de *telecomunicações*, permanecerão em vigor as diretrizes gerais relativas à busca de fontes alternativas para os investimentos, à ampliação da plataforma de serviços públicos através de redes de dados locais, à redução dos custos de expansão do sistema e à disseminação do acesso aos serviços pela introdução de novas tecnologias. Ações serão dirigidas à expansão e modernização do sistema básico de telecomunicações, inclusive procurando a elevação da densidade telefônica, com especial atenção à telefonia pública e à rural, e a garantia da participação do País no Sistema Internacional de Fibras Óticas.

Na área de *comunicações postais*, as ações visarão à implantação dos serviços básicos dos correios em todos os municípios do País, ao incentivo da participação de terceiros no atendimento dos serviços postais, e à atualização tecnológica da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Na área de *transportes*, prosseguirão as ações para recuperação da infra-estrutura de transportes, descentralização da gestão e de operação da infra-estrutura, mediante, inclusive, a parceria com a iniciativa privada, e as ações para transferência dos sistemas federais de transportes ferroviários urbanos de passageiros para os governos locais. É prioritária a continuidade das ações para modernização do setor e para a implantação da nova legislação portuária, com vistas a maior participação da iniciativa privada na atividade e ampliação dos investimentos nas instalações e equipamentos portuários.

Serão intensificadas as iniciativas para a revisão do Sistema Nacional de Viação, que permitirá, inclusive, definir parcela da infra-estrutura viária que deverá ficar sob jurisdição federal, estabelecendo uma nova distribuição de competências e de encargos, inclusive possibilitando a concessão da exploração de trechos rodoviários federais para a iniciativa privada.

Na área de *habitação*, serão concluídas as obras de construção de quase 300 mil unidades habitacionais, paralisadas pela carência de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Para os efeitos de construção de moradias populares será criado o Programa Habitar-Brasil, para atender a população com renda familiar inferior a três salários mínimos, através do mutirão habitacional e urbanização de favelas com recursos orçamentários em parceria com Estados, Municípios e entidades comunitárias.

Serão estabelecidos critérios para as aplicações dos recursos federais, de modo a observar as interrelações entre saneamento, níveis de saúde e meio ambiente. Também serão realizados estudos objetivando o reordenamento institucional do setor, com a descentralização de ações para os governos estaduais e municipais.

As diretrizes para a *descentralização e modernização administrativas*, visam a criar o Programa Nacional de Descentralização com o objetivo maior de fortalecer a Federação e proporcionar melhores condições para o desenvolvimento nacional, que será executado pelo Poder Executivo, mediante a repartição e descentralização das atribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a fim de tornar a rede de serviços públicos mais acessível à população, em especial à população carente, e de estabelecer condições para a melhor aplicação dos recursos públicos, eliminando a dualidade e a superposição de ações dos órgãos e entidades da Administração Pública.

O Programa será executado mediante a reorganização, a reestruturação, a fusão, a cisão, ou a extinção de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, de forma a permitir a transferência de atribuições, a implementação e a execução de convênios e ajustes relativos a recursos e à cessão de pessoal e de bens aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

As atividades prioritárias a ser transferidas serão discutidas no Conselho de Governo, formado pela plenária de Ministros, Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e na câmara especial que conduzirá o processo de transferência dessas atribuições interministeriais.

De outra parte, visam a criar o Sistema de Organização e Modernização Administrativa com a finalidade de integrar todas as unidades organizacionais e de modernização administrativa da Administração Pública direta, autárquica e das fundações. Caberá à Secretaria de Administração Federal, como órgão central, formular as diretrizes, a orientação normativa, coordenação, supervisão, controle e fiscalização específica na área, para dinamizar os serviços e evitar a pulverização dos recursos.

PARTE II

A AÇÃO SETORIAL

*Ministérios
Órgãos da Presidência da República*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ao Ministério da Justiça, a mais antiga das Secretarias de Estado, cabe a responsabilidade política de preservação dos direitos humanos e da cidadania arrrolados no texto constitucional de 1988. Em sintonia com a filosofia de Governo do Presidente Itamar Franco, a atuação do Ministério vai além da garantia das liberdades públicas, para concretamente resgatar a dignidade da pessoa humana, desde a tutela dos índios, de sua cultura e de sua segurança, à proteção da criança e do adolescente, à repressão do tráfico de drogas. Cabem ainda ao Ministério a defesa da ordem econômica e o aprimoramento do ordenamento jurídico, anterior e posterior ao processo de elaboração constitucional.

Ações Realizadas em 1993

O Ministério da Justiça, na área de competência referente à Ordem Jurídica, deu continuidade às atividades relativas à elaboração legislativa, bem como ao acompanhamento das normas vigentes. Estudos e projetos de lei foram elaborados visando ao aprimoramento da vida social, a exemplo das revisões dos Códigos Penal, do Processo Penal, do Processo Civil, e também da disciplina jurídica das locações empresariais e do aceleramento das contendas submetidas aos órgãos judiciários. Deve ser destacado, ainda, o projeto para o novo Código Brasileiro de Trânsito, já em tramitação no Congresso Nacional.

Na área de segurança pública, pode-se destacar que, embora algumas vezes prejudicadas pela crise financeira, as ações atingiram alvos essenciais:

- criação de mais três Superintendências Regionais da Polícia Federal nos Estados de Roraima, Amapá e Tocantins e ampliação de 1.600 cargos no efetivo da Polícia Federal, entre delegados, peritos, escrivães e agentes, que serão providos mediante concurso público;
- instauração de 10.033 procedimentos pré-processuais pela Polícia Federal, remessa à Justiça de 8.272 procedimentos e diligências relacionados a 27.306 inquéritos policiais sobre ilícitos diversos;
- apreensão de 11,5 toneladas de maconha, 7,13 toneladas de cocaína, 281,5 kg de pasta de coca e 3,9 kg de haxixe, bem como localização de 2.095.335 pés de maconha e erradicação de 214 plantações desta mesma erva no território nacional;
- apreensão de mercadorias, em decorrência do combate ao contrabando/descaminho no valor de CR\$ 435,5 bilhões, e retiradas de circulação moedas falsas, totalizando US\$ 133,3 milhões e CR\$ 102,0 milhões;
- registro de entrada e saída de 571.064 brasileiros, tendo sido fiscalizados 10.199.298 estrangeiros e arrecadados, entre taxas e multas, CR\$ 136,2 milhões, ao tempo em que foram expedidos 236.608 passaportes comuns;
- apuração de fraudes perpetradas contra a Previdência Social, Caixa Econômica Federal e outras entidades governamentais com danos financeiros estimados em CR\$ 2,0 bilhões;
- desarticulação, pela Polícia Federal, de grupo da Região Norte do País que servia ao cartel de Cáli, em poder do qual foi apreendida mais de uma tonelada de cocaína e apuração das atrocidades praticadas contra os índios Yanomami, tendo sido instalado um Posto da Polícia Federal em Surucucu-Roraima;

-
- promoção de três encontros de integração dos Departamentos Estaduais de Trânsito em Brasília, Manaus e Recife, com o objetivo principal de acelerar a interligação daqueles órgãos com o Sistema RENAVAM - Registro Nacional de Veículos Automotores, que hoje conta com 90% da frota nacional, e a preparação de alguns Estados para integrarem o Sistema RENACH - Registro Nacional de Carteiras de Habilitação;
 - aumento da frota de veículos da Polícia Rodoviária Federal em 227 unidades, sendo adquiridas 216 viaturas novas e incorporados, por cessão, 5 ônibus e 6 kombis; e da Polícia Federal em 2 helicópteros, repassados pelo Banco da Amazônia S.A., através de contrato de comodato;
 - realização da primeira etapa do concurso público para o provimento de 4.438 cargos de Patrulheiro Rodoviário; e
 - realização de convênio com as Polícias Militares do Distrito Federal e do Estado de Minas Gerais, para patrulhamento em rodovias federais.

No âmbito relativo à Cidadania e Justiça, permaneceu o empenho da Pasta no tratamento prioritário de questões relativas: à proteção da criança e do adolescente; aos estrangeiros; à nacionalidade; autorizações para funcionamento de empresas estrangeiras no País e para operação de sistemas de microfilmagem; à classificação indicativa para os espetáculos públicos; declarações de utilidade pública federal e, em especial, aos direitos humanos, gerando:

- contatos permanentes com os Secretários de Justiça e Cidadania, de Segurança Pública e de Polícia Civil das Unidades da Federação, bem como com organizações não governamentais, buscando acompanhar as ações desenvolvidas no combate à violência contra a criança e o adolescente, à violência nos presídios, e também a construção de estabelecimentos prisionais, a defesa das minorias, dentre outros pontos;

-
- acompanhamento, por denúncia da “Comissão Representativa do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana no Combate à Violência contra a Criança e o Adolescente”, de acontecimentos nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Pernambuco e Amazonas;
 - estreito entendimento e colaboração com o Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (CBIA) e com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), na discussão e no planejamento de ações integradas no combate à violência contra a criança e o adolescente;
 - instalação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) que foi incluído na estrutura básica do Ministério da Justiça; e
 - assinatura da Convenção Internacional de Adoção em Haia, Holanda, com a adesão de 62 (sessenta e dois) países para o combate ao tráfico internacional de crianças.

O Ministério participou ainda do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), da Convenção Relativa à Proteção da Criança e do Adolescente e Cooperação em Matéria de Adoção Internacional e da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Direitos Humanos. Atuou na adequação de normas para respaldar ações de naturezas diversas e na celebração de convênios de cooperação técnica, objetivando a defesa do consumidor, com as seguintes entidades: Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Quanto ao apoio às populações indígenas, foram mantidos contatos com universidades brasileiras e outros organismos, governamentais ou não, no sentido de incentivar a elaboração de propostas de projetos voltados para pesquisas em áreas indígenas. Foram também

concedidas autorizações para ingresso em áreas indígenas com o objetivo de pesquisa científica e em caráter excepcional.

Encontram-se em andamento o Projeto Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal, o PRODEAGRO e PLANAFLORO e o Programa de Meio Ambiente e Comunidades Indígenas do Acre e Sudoeste do Amazonas (PMACI).

No que tange às atividades produtivas nas áreas indígenas, registre-se a produção de 17,8 mil ha de grãos e tubérculos, a criação de 13,6 mil cabeças de gado, 32,2 mil aves, a produção de 36.250 toneladas de peixes e o plantio de 90,5 mil mudas.

Na área de saúde, foram realizadas 22,6 mil consultas médicas, 10,2 mil internações e 17,5 mil exames, além da aplicação de 23,4 mil doses de vacinas.

Ainda durante este ano, o Ministério, por meio da FUNAI, efetivou a demarcação e/ou aviventação de 41 áreas indígenas, registrando outras 5, livres de invasão.

O Ministério desenvolveu, ainda, outras atividades de caráter geral, tais como:

- regulamentação do Código de Defesa do Consumidor, fixando os mecanismos de defesa do consumidor, disciplinando as relações econômicas de mercado e normatizando as penalidades; e

- promulgação de resoluções do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, constituindo: Comissão para apurar conflitos envolvendo a Polícia Militar e trabalhadores rurais sem terra na Fazenda Santana (PR); Comissão para apurar violência no Estado do Rio de Janeiro (Chacinas da Candelária e de Vigário Geral); Comissão para aprofundar análises sobre a participação de policiais militares de São Paulo no massacre de Carandiru, entre outras.

Ações Previstas para 1994

O Ministério da Justiça, na área relativa à Ordem Jurídica, dará continuidade à elaboração de anteprojetos de lei de interesse da União, bem como fará a análise de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional.

Além disso, acompanhará as atividades desenvolvidas no Legislativo, particularmente aquelas de interesse da administração federal, providenciará a divulgação e publicação de estudos relacionados à consolidação legislativa e participará da revisão constitucional.

No âmbito da Segurança Pública, o Ministério continuará na busca do estreitamento das relações com os sistemas estaduais de segurança, com o objetivo de integrar e melhor desenhar políticas de combate à violência e à criminalidade a nível nacional.

Terão prioridade as ações de Governo dirigidas à redução do número de vítimas e o volume de acidentes de trânsito nas rodovias federais, bem como se prosseguirá na busca da integração da totalidade das Unidades da Federação ao Sistema RENAVAM e na implantação do Sistema RENACH, com o objetivo de ampliar a segurança pessoal e patrimonial do cidadão.

O Ministério promoverá, ainda, a coordenação e o desenvolvimento de métodos que permitam a obtenção de estatísticas nacionais descentralizadas e minimamente padronizadas, necessárias à proposição de políticas públicas nacionais e regionais no que concerne à segurança pública, bem assim facilitar ações estratégicas de policiamento local.

Quanto à Cidadania e Justiça, serão desenvolvidas ações com o objetivo de combater a violência em geral e, especialmente, contra a criança e o adolescente.

Da mesma forma, terá continuidade o programa Mutirão Nacional de Execução Penal e haverá o prosseguimento da expansão

física da capacidade de lotação do Sistema Penitenciário Nacional, seu reaparelhamento, modernização dos serviços prisionais, bem como a implantação de Penitenciárias Federais de Segurança Máxima.

Serão, também, desenvolvidas ações no sentido de promover a valorização humana dos condenados, dando-lhes apoio jurídico e nas áreas de saúde, educação e cultura, bem como permitindo seu aperfeiçoamento profissional, com ênfase na pedagogia do trabalho produtivo.

No que concerne à área de Proteção da Livre Concorrência e Defesa do Consumidor, buscar-se-á a concentração do poder de polícia e de intervenção do Estado para coibir práticas comerciais e industriais que possam produzir danos ao livre mercado e aos direitos dos consumidores, bem assim criar condições técnicas internas para análises e estudos que possam respaldar a tomada de decisões.

Nesse sentido, continuarão sendo desenvolvidas atividades que permitam a conscientização do consumidor quanto aos seus direitos e deveres, através de manuais e cartilhas explicativas e por intermédio de campanhas de popularização do Código de Defesa do Consumidor e de incentivo à criação de organismos privados e regionais com tais objetivos, integrando-os ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

No que tange ao Apoio às Populações Indígenas serão desenvolvidos estudos, pesquisas e normas com vistas:

- ao resguardo dos direitos das comunidades indígenas, no que tange a seus conhecimentos tradicionais, protegendo-as da aplicação incorreta da Lei das Patentes, em tramitação no Congresso Nacional;
- a garantir aos povos indígenas o direito autoral sobre suas produções artísticas e culturais;
- a estudar a questão do alcoolismo no seio da comunidade karajá;

- a investigar a prática do suicídio no meio dos índios guarani/kaiowá.

Além disso, terão continuidade a gerência ambiental em áreas indígenas, sua vigilância e fiscalização e as ações voltadas para a identificação, delimitação, demarcação, avivamentação, homologação e legalização das terras indígenas, bem como sua preservação *latu sensu*.

Na área de Publicação de Atos Oficiais e Atividades Industriais, prosseguirá a política de modernização do parque gráfico da Imprensa Nacional, tanto na área administrativa como na produtiva.

Por último, no âmbito da Preservação da Memória Nacional e do Arquivamento de Atos Públicos, deverá ser consolidado o papel do Arquivo Nacional como agente da Política Nacional de Arquivos, e implementadas políticas de gestão e preservação de documentos, e de organização e disseminação de informações.



MINISTÉRIO DA MARINHA

O Ministério da Marinha trabalha, há muitos anos, orientado por um Plano Diretor que engloba todas as ações necessárias ao perfeito desempenho de sua responsabilidade constitucional.

As mudanças políticas, que trouxeram em seu bojo alterações em muitos dos setores da Administração Federal, apenas reorientaram a condução das ações previstas na sua área de atuação, não ocasionando descontinuidade na consecução das metas factíveis previstas no Plano Diretor, nem exigindo reformas estruturais para se trabalhar em busca dos objetivos governamentais.

Ações Realizadas em 1993

Para conjugar a necessidade de preservação quantitativa e qualitativa do Poder Naval, com as restrições financeiras ditadas pela conjuntura econômica atual e objetivando efetuar, a curto prazo, a substituição ou modernização de seus navios e equipamentos, já com idade avançada, tendo sempre a preocupação de incentivar a indústria naval nacional, a Marinha brasileira teve a seguinte atuação:

- lançamento ao mar, em 18 de novembro, do primeiro submarino convencional construído no País, o "TAMOIO";
- contratação, em estaleiros nacionais, da construção de quatro navios-patrulha classe "GRAJAÚ" e, em estaleiro alemão, de duas

outras unidades; iniciada a concorrência, no nível nacional, para a construção de mais duas unidades;

- construção de três submarinos classe "IKL-1400";
- contratação, no País, da construção de vinte lanchas-patrulha e de polícia naval para o projeto Calha Norte e rede de capitaniias;
- iniciação, no País, da modernização de dez helicópteros tipo Esquilo Monoturbina e aquisição de duas unidades novas junto à Helibrás;
- assinatura de contrato para aquisição de nove helicópteros, "SUPER LYNX" e modernização de outros cinco do tipo "LINX", todos anti-submarinos;
- conclusão das etapas críticas iniciais de modernização dos Sistemas de Armas e Máquinas do Navio Aeródromo Ligeiro Minas Gerais, o que estenderá sua vida útil até o ano 2000;
- aquisição de trinta novas viaturas e equipamentos especiais para operações de desembarque do Corpo de Fuzileiros Navais;
- iniciação do processo de aquisição, junto à Marinha dos EUA, de até seis fragatas classe "KNOX", um navio de desembarque de carros de combate classe "NEWPORT" e seis helicópteros SH-3, "Sea King";
- promoção da abertura de concorrência internacional para obtenção de um Navio de Apoio Oceanográfico, para o Programa Antártico Brasileiro;
- inicio da construção de helipontos nas instalações navais de Rio Grande, na base naval de Val-de-Cães e na base Almirante Parreiras;
- criação da Estação Naval do Rio Grande e da Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores em substituição ao Batalhão de Comando de Tropa de Reforço, com vistas a adequar as instalações de apoio em terra às necessidades das operações navais;

-
- realização, por todo o litoral, de diversos exercícios de operações navais, dentre os quais vários conduzidos com as Marinhas de outros países, tais como EUA, Argentina e Uruguai;
 - realização de diversas visitas operativas a portos da África Ocidental, América do Sul e Caribe, possibilitando o adestramento das Forças Distritais e fortalecendo os laços de amizade com esses países;
 - desenvolvimento de materiais especiais como: cerâmicas piezoeletricas, propelentes de alto teor energético e componentes de tinta anti-radiação; e
 - desenvolvimento de equipamentos de guerra eletrônica, sensores iniciais e munição; construção do reator de água pressurizada e usinas-piloto das fases do ciclo de combustível nuclear, todos necessários ao projeto do submarino de propulsão nuclear.

Por fim, cabe mencionar que, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, a Marinha executou etapas dos programas de cooperação que pretendem intensificar o relacionamento do Brasil com países ocidentais africanos. Além disso, em apoio efetivo aos propósitos políticos brasileiros, atuou, em conjunto com outros setores do País ou individualmente, no atendimento das necessidades da ONU, com destaque para:

- envio de missão precursora a Cabo Verde, de modo a levantar as possibilidades de apoio à estruturação da Marinha daquele país;
- elaboração do plano de apoio à estruturação da ala naval da Força de Defesa da Namíbia;
- envio de oficiais como observadores militares nas Operações de Paz da ONU em Angola, Moçambique, El Salvador, ex-Iugoslávia e Uganda/Ruanda;
- realização da Conferência Naval Interamericana Especializada de Diretores de Logística e Material no Rio de Janeiro, presidida

pela Marinha do Brasil, com a participação de representantes de 11 países; e

- início da Operação Antártica XII com a participação da Força Aérea Brasileira, comunidade científica nacional e convidados das Marinhas da Argentina, do Chile e do Uruguai.

Ações Previstas para 1994

- início da construção, no País, de um Navio Transporte Fluvial para a área do 6º Distrito Naval;
- construção, no País, de 3 (três) navios balizadores;
- contratação e início da modernização dos sistemas de armas e máquinas de 6 (seis) fragatas classe "NITERÓI";
- início da modernização, no País, de um Navio Patrulha e da conversão de um Navio Tanque, na área do 6º Distrito Naval;
- obtenção, por licitação internacional, de um Navio Oceanográfico, para atender aos compromissos assumidos junto à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;
- início da construção, no País, de uma nova corveta, por projeto aperfeiçoado da corveta classe "INHAÚMA";
- obtenção de armamento e equipamentos modernos de apoio para os Fuzileiros Navais;
- construção do pier da Estação Naval do Rio Grande e ampliação do cais da Base Fluvial de Ladário;
- construção de um novo Hospital Naval em Salvador;
- construção e reformas dos próprios nacionais residenciais, de modo a prover melhores condições de habitação nas áreas fora do Rio de Janeiro;
- ampliação do conceito de comunicações, como forma de modernização de seus sistemas;

-
- prosseguimento com a instalação do sistema de informática para obtenção de sensível racionalização dos processos administrativos;
 - manutenção do mais elevado nível operativo dos diversos meios, através da execução completa do programa de adestramento dos meios operativos;
 - prosseguimento de pesquisas e desenvolvimento para capacitação em tecnologias sensíveis envolvidas na moderna Guerra Naval;
 - estreitamento da cooperação e colaboração para a aproximação política com a Argentina, os EUA e Portugal, além de manter o esforço na cooperação com Cabo Verde e Namíbia;
 - participação nas Operações de Paz da ONU em Moçambique e no sistema de Forças - Prontas daquela organização; e
 - continuação das atividades de pesquisa e desenvolvimento.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Apesar das restrições orçamentárias o Exército Brasileiro vem dando continuidade à capacitação, organização e aparelhamento da Força Terrestre, prosseguindo na implantação da Aviação do Exército e na reestruturação da Força, reduzindo, eliminando ou racionalizando organizações consideradas obsoletas ou desnecessárias.

Na área de ensino, instrução e adestramento do pessoal, os cursos, estágios e o adestramento da Força transcorrem normalmente.

Ações Realizadas em 1993

No que tange à reestruturação e reequipamento, observou-se a transferência de Organizações Militares das Regiões Sul e Leste para a Região Norte. Em Tefé-AM, iniciou-se a construção dos aquartelamentos de uma grande unidade, a implantação do Centro de Instrução e Aperfeiçoamento em Cruz Alta-RS, a elaboração de um Plano Diretor de Informática e a aquisição de diversos equipamentos.

No que concerne à Instrução e ao Adestramento, cerca de cem mil homens na idade de 18 a 20 anos, em mais de seiscentas Organizações Militares distribuídas em todo o País, receberam instrução, adestramento, capacitação física, educação, alimentação, vestuário, assistência médica, farmacêutica e odontológica, além do desenvolvimento do espírito cívico, desportivo e de cidadania.

Realizado estágio preparatório para setecentos e oitenta oficiais temporários em Centros de Preparação de Oficiais da Reserva e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva e estágio de adaptação e serviço em Organizações Militares e Organizações Militares de Saúde a 1.377 médicos, 150 farmacêuticos, 454 dentistas e 54 veterinários em todo o País.

Com apoio das outras Forças Singulares, foi efetuada manobra na Região Amazônica, denominada Operação Surumu, com emprego de 5.000 militares.

Quanto ao Ensino, merece destaque a realização de Ensino Preparatório e Assistencial a onze mil alunos, filhos de civis e militares, em idade de 10 a 18 anos, nas principais capitais do País, e de Ensino de Formação, Aperfeiçoamento, Especialização e Altos Estudos a nível de graduação, de pós-graduação, de mestrado e doutorado a doze mil oficiais e praças em diferentes postos e graduações da hierarquia militar.

Houve reativação dos Colégios Militares (primeiro e segundo graus) em Belo Horizonte-MG, Salvador-BA e Recife-PE, e criação dos Colégios Militares de Juiz de Fora-MG e Campo Grande-MS.

Na área da Formação de Recursos Humanos, procedeu-se à profissionalização em variados segmentos do mercado de trabalho, de cerca de trinta mil homens (recrutas), que obtiveram, assim, melhores condições de retorno à vida civil.

No tocante às Atividades Complementares, realizou-se a coordenação e distribuição de 99.635 toneladas de feijão do estoque regulador do Governo Federal, doadas às populações carentes em todo o País, além de colaboração na Campanha de Vacinação Anti-Rábica junto às Secretarias Municipais de Saúde, bem como apoio às campanhas nacionais de vacinação contra a poliomielite, o cólera e a rubéola.

Foram firmados convênios ou protocolos de intenções com os seguintes Órgãos: Ministério da Saúde, para a fabricação de medicamentos; Banco do Brasil, para a criação de Cooperativas de Ensino, visando suprir a carência de estabelecimentos de ensino nos níveis de primeiro e segundo graus; Universidade Federal Fluminense, para a promoção da integração acadêmica entre aquela instituição de ensino superior e o Instituto Militar de Engenharia, com vistas a desenvolver a cooperação científico-tecnológica e a formação de recursos humanos; Ministério da Cultura, com a interveniência do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, para a restauração, preservação e utilização dos bens históricos de interesse da memória da defesa nacional; entidades de assistência à infância para amparo a cerca de 500 crianças carentes e para a realização de cursos supletivos de primeiro e segundo graus em unidades militares do Exército.

Outros convênios assinados com órgãos federais e/ou governos estaduais destinaram-se à realização de obras de infra-estrutura, estando concluídas: conservação, restauração e/ou pavimentação de 1.160 km de rodovias; execução de 12 km de superestrutura ferroviária; perfuração de 162 poços no Nordeste; construção de 45 km de canais e de um açude com capacidade de 10,6 milhões de litros; e construção de 524 unidades habitacionais, através do sistema FHE/POUPEX. Encontram-se em andamento: conservação, restauração e/ou pavimentação de 2.308 km de rodovias; execução de 248 Km de superestrutura ferroviária e 1.550 m de obras de arte na ferrovia Paraná-Oeste; perfuração de 258 poços; construção de barragens, saneamento ambiental e melhoria de aeroportos; e construção de 603 unidades habitacionais.

Além dessas obras de infra-estrutura cabe destacar a conclusão das mini-usinas hidroelétricas nas localidades de Quarai (AM) e Surucucu (RR), estando em construção as Usinas de São Joaquim e de Maturaci (AM) e de Avaris (RR).

Finalmente, o Exército firmou convênios com o Ministério do Bem-Estar Social para a abertura de Tiros-de-Guerra em áreas carentes, sendo, em consequência, ativados seis Tiros-de-Guerra, enquanto encontram-se em estudos duas dezenas de solicitações; e com a companhia Vale do Rio Doce, com interveniência da FUNAI, para demarcação de duas áreas indígenas, no Maranhão.

Ações Previstas para 1994

A Força Terrestre desenvolverá, em 1994, ações que possibilitem:

- o reaparelhamento e a modernização do Exército Brasileiro, com destaque para a aviação do Exército;
- a vigilância da fronteira norte;
- a manutenção e o suprimento de material bélico, visando a manter os estoques de suprimento operacionais em níveis compatíveis com as suas necessidades;
- o prosseguimento de suas atividades de ensino, pesquisa, cultura e desportos previstas, aumentando o número de Colégios Militares, de 5 para 8, e o número de alunos de 1º e 2º graus; e
- a construção, através do sistema FHE/POUPEX, de mais 2.500 unidades habitacionais em diversas localidades.

Encontram-se em estudos, solicitações do Ministério do Bem-Estar Social para a abertura de aproximadamente duas dezenas de Tiros-de-Guerra, em áreas carentes.

Dependendo de liberação de recursos provenientes de financiamento externo/ interno, o Exército pretende adquirir:

- 501 viaturas de diversos tipos;
- 125 diferentes equipamentos de comunicações e eletrônica; e

-
- helicópteros de instrução e utilitários, treinadores e armamento para helicóptero.

A Força Terrestre deverá, ainda, prosseguir apoiando os programas sociais do governo e os convênios com os órgãos federais e governo estaduais.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

A atuação do Itamaraty reflete o firme compromisso do Governo Itamar Franco com o desenvolvimento e a afirmação dos valores democráticos. No campo administrativo, foi possível ao Ministério das Relações Exteriores retornar a um padrão mínimo de estabilidade financeira, para o que contribuiu o esforço empreendido internamente no sentido de se adequarem as despesas de custeio ao já comprimido orçamento do serviço exterior.

Ações Realizadas em 1993

A América Latina continuou sendo área prioritária da política externa brasileira. Foram freqüentes os encontros do Presidente Itamar Franco com Chefes de Estado dos países da região, como da Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Bolívia. Durante esses encontros, vários atos importantes foram concluídos, como a assinatura do contrato definitivo de compra de gás boliviano e a instalação da Comissão Tripartite relativa à construção do eixo viário São Paulo/Porto Alegre/Montevidéu/Buenos Aires. Nos encontros entre autoridades e delegações brasileiras e equipes latino-americanas, tratou-se de temas relevantes, como as questões relativas a fronteiras. Nesse campo específico, caberia mencionar os esforços desenvolvidos pela diplomacia brasileira para, em conjunto com a Venezuela, solucionar

os problemas surgidos na área de fronteira, por intermédio do diálogo constante e construtivo.

Outra vertente importante do relacionamento com a América Latina é o Grupo do Rio. Neste ano, foram realizados encontros dos Chanceleres do Grupo do Rio durante a Assembleia-Geral das Nações Unidas e a VII Reunião de Cúpula teve lugar em Santiago, com a presença do Presidente Itamar Franco. O Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central participaram das IV, V e VI reuniões de Ministros da Economia e Presidentes de Bancos Centrais. No que diz respeito a aspectos mais rotineiros da consolidação do MERCOSUL, delegações brasileiras participaram ativamente das reuniões dos sub-grupos de trabalho do Mercado Comum, para harmonização de políticas dos quatro países membros em diversas áreas.

A atuação da diplomacia econômica brasileira no Continente não se limitou ao Cone Sul, como bem reflete a Iniciativa Amazônica, proposta este ano pelo Brasil, a qual consiste na negociação de amplos acordos econômicos com os países da região.

O Itamaraty seguiu dedicando atenção especial às relações com os Estados Unidos. Vale registrar a reunião, em Washington, do Subgrupo Consultivo de Comércio Brasil-EUA, que não se reunia desde 1985.

As relações do Brasil com os países da Europa foram dinâmicas e bem sucedidas. O processo de institucionalização da comunidade de países de língua portuguesa, de iniciativa do Brasil, avançou com o apoio de Portugal e dos países africanos lusófonos. A visita a Brasília do Presidente da República Popular da China, Jiang Zemin, bem simboliza a qualidade dos nossos laços com os países da Ásia.

No campo multilateral, o Brasil assumiu, pela sétima vez, assento não-permanente no Conselho de Segurança da ONU, com mandato de dois anos, tornando-se, assim, o Estado-membro que exerceu o maior número de mandatos no órgão. Cabe destacar,

também, a eleição unânime do Embaixador do Brasil junto àquela organização para a presidência do Comitê de Sanções Contra a Antiga Iugoslávia. Outro exemplo de contribuição do Brasil para as atividades da ONU é a sua participação em diversas Operações de Paz, como a UNAVEM, a UNOSAL, a UNOMIL, a UNPROFOR, a UNTAC, a UNOMUR e a UNOMOZ. Esta última, em Moçambique, é comandada por Oficial General brasileiro.

A diplomacia brasileira participou ativamente dos esforços multilaterais no sentido do combate à pobreza e da retomada do desenvolvimento. A III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Salvador, teve por tema central “Uma Agenda para o Desenvolvimento, com ênfase no Desenvolvimento Social”. O tema foi inspirado por Resolução das Nações Unidas, de iniciativa brasileira, voltada para a retomada, em novas bases, do diálogo internacional sobre o desenvolvimento.

No campo humanitário, cumpre destacar a ativa participação do País na Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, durante a qual membro da Delegação do Brasil foi eleito para a presidência do Grupo Redação da Declaração Final. O MRE tem acompanhado de perto e com grande interesse os trabalhos preparatórios da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, a realizar-se no Cairo em 1994. Orientado por um dos objetivos fundamentais do atual Governo, de afirmação dos valores democráticos, o Brasil obteve na ONU o acolhimento de sua iniciativa sobre a necessidade de apoio financeiro e técnico da Organização a projetos nacionais que fortaleçam as instituições do Estado de Direito.

Os esforços brasileiros na área de meio ambiente não se esgotaram com a realização da Conferência do Rio de 1992. O Brasil reafirmou seu compromisso com o tema, tendo anunciado sua intenção de criar, no Rio de Janeiro, um Centro Internacional de Estudos sobre Desenvolvimento Sustentável. Estão em curso providências

para a criação de uma Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável, a ser presidida pela SEPLAN. O Brasil foi eleito pelo ECOSOC para integrar a Comissão de Desenvolvimento Sustentável, criada com o objetivo de implementar as disposições da Agenda 21.

O Brasil tem participado das discussões sobre a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, da Conferência sobre Espécies Altamente Migratórias e Tranzonais e vem apoiando a criação de um Santuário de Baleias no Hemisfério Sul. Quanto à Antártica, o Itamaraty encaminhou ao Congresso, este ano, o texto do Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Meio Ambiente.

Ainda no campo multilateral, o País participou ativamente das Sessões da Comissão de Desarmamento da ONU, onde lançou iniciativa sobre a transferência de alta tecnologia com implicações militares. Reafirmando seu compromisso com a não-proliferação de armas químicas, o Brasil assinou, em Paris, a Convenção sobre a matéria e tomou parte ativamente das sessões preparatórias da Organização para a Proibição de Armas Químicas, tendo inclusive apresentado candidatos a postos na Organização. No que diz respeito à utilização pacífica da energia nuclear, o Brasil, no decorrer de 1993, adotou várias iniciativas com vistas a inserir-se, de forma positiva, no debate internacional sobre a matéria. Vários fatos evidenciam a posição construtiva do Brasil nessa área: negociações dos arranjos subsidiários e a aprovação pela Câmara dos Deputados do Acordo Quadripartite entre Brasil, Argentina, Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, bem como a aprovação pela Câmara de emendas ao Tratado de Tlatelolco, que permitirão sua entrada em vigor. Cumpre ressaltar, ademais, a intensificação dos contatos do Brasil com os diferentes regimes multilaterais de controle de tecno-

logias sensíveis, particularmente com o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR).

No que diz respeito ao comércio internacional, o Ministério das Relações Exteriores - mediante processo de coordenação com os demais Ministérios interessados e com os países do MERCOSUL e do Grupo do Rio, além de consultas ao setor privado - elaborou posições para a retomada das negociações comerciais da Rodada Uruguai do GATT e empenhou-se na sua bem-sucedida conclusão dentro do prazo estabelecido. Na área da siderurgia, o Governo brasileiro deverá recorrer ao GATT para solicitar conciliação e eventualmente um grupo especial sobre os produtos afetados por processos anti-*dumping* e de direitos compensatórios, iniciados pelo Departamento de Comércio dos EUA. O Brasil deu continuidade à sua participação na 2ª Rodada de Negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento. No tocante aos produtos de base, em colaboração com o MICT e com o setor privado, promoveu as negociações para criação da Associação dos Paises Produtores de Café e/ou estabelecimento de um esquema de retenção para imediata recuperação dos preços internacionais do produto.

Quanto à Ciência e Tecnologia, tiveram continuidade as várias ações específicas no sentido de implementar e aprofundar as diretrizes políticas nessa área: privilegiar áreas de ponta, buscar maior entrosamento dos centros de pesquisa com o setor produtivo, ampliar o relacionamento com os parceiros tradicionais e iniciar cooperação em alto nível com parceiros asiáticos e com o Chile. A atuação do Ministério das Relações Exteriores na área de formação e treinamento também foi intensa.

Na área financeira, o Itamaraty desempenhou papel importante na coordenação do processo de negociação e conclusão de Acordos sobre Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos. Foram rubricados acordos com quatro países, realizadas as primeiras etapas de

negociações com três outros e concluídos os entendimentos relativos ao Acordo Quadripartite no âmbito do MERCOSUL.

Outra iniciativa importante foi a instalação, em janeiro, do Comitê Empresarial Permanente, integrado por empresários nacionais e presidido pelo Ministro das Relações Exteriores. O Comitê destina-se a assegurar consonância entre a atuação do Itamaraty e os interesses da comunidade empresarial, no que diz respeito à política de comércio exterior do País. Merece relevo, também, a plena implementação do "Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas" (SIPRI), iniciativa voltada para o apoio a pequenos e médios empresários nacionais no tocante à cooperação externa e para o auxílio na captação de investimentos e na formação de *joint-ventures*.

Merece registro, também, o vigoroso esforço no sentido de reexaminar os princípios, as diretrizes, os objetivos e os meios da diplomacia brasileira. Nesse sentido, realizaram-se encontros com diversos setores da sociedade civil e órgãos do Governo, que contribuíram para a elaboração de documento intitulado "Reflexões sobre Política Externa", com análises e sugestões de iniciativas possíveis na área.

O Instituto Rio Branco formou, em 1993, 22 novos diplomatas. Foram realizadas as primeiras fases do Concurso para Oficial de Chancelarias, que habilitou 295 candidatos a prestarem os exames da última etapa. De imediato, 244 dos aprovados serão chamados.

Ações Previstas para 1994

A política externa brasileira deverá continuar a atribuir grande importância à América Latina, reforçando seus vínculos bilaterais com os países da região, bem como incentivando os mecanismos regionais de integração econômica e concertação política, como o

MERCOSUL, a Iniciativa Amazônica e o Grupo do Rio, no qual o Brasil exercerá, no próximo ano, as funções de Secretaria Pro-Tempore. Trabalhar-se-á no sentido de construir um espaço econômico sul-americano.

O Brasil deverá, também, reforçar seus vínculos com os países da Europa, os Estados Unidos e o Japão, para com eles intensificar laços de cooperação e identificar novas formas de colaboração.

Nossos vínculos com os países em desenvolvimento deverão ser incrementados, prevendo-se encontros bilaterais de Presidentes e de Chanceleres. A participação nos mecanismos de cooperação Sul-Sul, como o G-15, merecerá atenção especial de nossa diplomacia.

Continuará merecendo atenção especial a atuação brasileira em diversos organismos multilaterais, entre eles a OEA e as Nações Unidas, em cujo Conselho de Segurança o Brasil exercerá o segundo ano de seu mandato como membro não-permanente. Permanecermos ativos no encaminhamento de questões como direitos humanos, meio ambiente, desarmamento e não-proliferação.

Com o objetivo de expandir o mercado externo para produtos brasileiros, o Itamaraty seguirá buscando crescente e competitiva inserção de nossa economia no plano internacional.

Esfôrços continuarão a ser feitos no sentido de modernizar a rede consular, com vistas a adequá-la à defesa dos interesses dos brasileiros no exterior, e terá prosseguimento o projeto de aperfeiçoamento da organização e das práticas administrativas do Itamaraty.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Quando o Presidente Itamar Franco assumiu o Governo, a economia brasileira encontrava-se ainda em recessão e prevaleciam expectativas de incerteza de parte dos agentes econômicos: decisões de investimentos eram postergadas, os níveis de renda caiam, aumentava o ritmo de remarcação dos preços e o processo recessivo se aprofundava.

A gravidade do quadro social resultante, a necessidade urgente de reverter essas expectativas, de promover a estabilização da economia e de retomar o processo de crescimento eram os principais desafios que se impunham ao Governo.

Ações Realizadas em 1993

Visando a amenizar as consequências do quadro de incertezas e dificuldades, o Ministério da Fazenda procurou inicialmente conduzir a formulação e a execução da política macroeconômica com o objetivo central de buscar a progressiva estabilização da economia, tendo como critério básico a manutenção de regras estáveis que pudessem favorecer o adequado funcionamento dos mercados e a conformação de horizontes de planejamento mais amplos para a iniciativa privada.

A reforma do Estado e o consequente equilíbrio das finanças públicas foram identificados como elementos essenciais, em médio e

longo prazos, para criar as condições estruturais necessárias à progressiva redução dos índices inflacionários e a retomada do desenvolvimento econômico e social do País.

Nesse sentido, no primeiro semestre do ano foi lançado o Programa de Ação Imediata (PAI) contemplando um conjunto de medidas direcionadas para a reorganização das finanças públicas que incluiu corte nas despesas orçamentárias de CR\$ 1,68 trilhões e um maior rigor no combate à sonegação fiscal, tornando possível elevar o nível de arrecadação de impostos federais para a média CR\$ 12,9 trilhões em 1993, contra CR\$ 10,28 trilhões no ano anterior.

O PAI deu também ênfase à regularização das dívidas dos governos estaduais e municipais com a União, buscando sustar a prática de financiamento dessas administrações junto aos bancos estaduais. Assim, o Banco Central passou a atuar no sentido de impor maior rigidez na aplicação das regras que estabelecem os montantes mínimos de capital dos bancos estaduais e os limites de concessão de empréstimos para entidades do setor público. Foi ainda vetada a prática de concessão de “socorro financeiro” para atender programas de saneamento de bancos estaduais.

O comprometimento das administrações estaduais e municipais com o ajuste macroeconômico do setor público foi efetivado através da assinatura de termos de compromisso relativos ao refinanciamento de suas dívidas contratuais, com o intuito de assegurar o fluxo de retorno de créditos da União e reduzir o nível de inadimplência dos estados e municípios. Neste ano, foram assinados termos de compromisso envolvendo 23 estados, no valor aproximado de CR\$ 5,87 trilhões.

Cabe destacar que, em decorrência dessas medidas, foi retomado o fluxo de pagamentos dos Estados e Municípios para as instituições financeiras federais.

Intensificou-se, ainda, a reestruturação das instituições financeiras federais, tendo por objetivo prepará-las para operar com níveis inflacionários reduzidos e, ainda, redefinir suas funções, com vistas a enxugar suas estruturas e a evitar a superposição de atuações e a concorrência recíproca e predatória.

O PAI buscou também a aceleração do Programa Nacional de Desestatização através da inclusão no Programa dos setores elétrico e de transporte ferroviário, e também pela transferência das empresas a serem privatizadas do controle dos respectivos ministérios para o Ministério da Fazenda. Ainda, o processo de venda das estatais foi facilitado pela eliminação do limite de participação do capital estrangeiro nos leilões de privatização. Destaca-se, também, ter havido a proposição de novas modalidades de pagamento, de caráter social, que irão democratizar as participações no capital das empresas.

Com relação à execução de caixa do Tesouro Nacional, o Governo desenvolveu, ao longo de 1993, uma política de contenção de gastos, com o objetivo de manter as despesas nos estritos limites da arrecadação. Tal política compreendeu a programação antecipada dos gastos, em consonância com a expectativa de ingresso de recursos no caixa do Tesouro.

A receita fiscal totalizou CR\$ 10,28 trilhões, indicando crescimento real de 7,5% no período, destacando-se o crescimento nas arrecadações do Imposto de Renda (15%), Imposto sobre Produtos Industrializados (6,7%), Cofins (30%) e Contribuição sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas (68%). Em todo o ano de 1993, a arrecadação de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal deve atingir cerca de CR\$ 12,9 trilhões, indicando um acréscimo real de mais de 24% em relação ao ano anterior. Para tanto, o combate à sonegação e à evasão fiscal foi decisivo.

Através do Cadastro de Acompanhamento de Grandes Contribuintes foram fiscalizadas diretamente mais de 200 empresas de

grande porte, com expressivos ganhos em termos de créditos tributários. Destacam-se ainda as seguintes ações:

- desenvolvimento de sistema para obtenção de informações sobre emitentes e usuários de documentos inidôneos;
- implantação do Programa Nacional de Auditoria Fiscal, visando dotar o sistema de fiscalização de modernos instrumentos de informática;
- desenvolvimento do Projeto de Inteligência Fiscal, destinado a implantar serviço de investigação criminal no âmbito da Secretaria da Receita Federal, de forma a permitir o combate ao crime organizado, lavagem de dinheiro, operações bancárias ilícitas, entre outros crimes e delitos de natureza fiscal; e
- elaboração do Plano Nacional de Vigilância Aduaneira que define diretrizes e normas gerais destinadas a orientar as atividades de fiscalização e controle aduaneiro nas áreas dos portos, aeroportos, pontos de fronteira e demais áreas sob jurisdição da autoridade aduaneira.

Houve crescimento real da receita, em 1993, de mais de 15% incluindo a Previdência Social, que retornou a seus maiores níveis históricos, superando 16% do PIB. Viabilizou-se o atendimento da seguridade social com o significativo aumento real de suas fontes de financiamento. Na gestão da dívida pública mobiliária fora do Banco Central, manteve-se estabilidade de seu valor, no montante de CR\$ 11,45 trilhões, no decorrer do ano, evitando-se esta forma de endividamento.

As despesas do Tesouro, entretanto, cresceram mais de 44% em termos reais, decorrentes principalmente de maiores encargos da dívida pública, interna e externa, e das despesas de custeio e pessoal.

Ainda no que tange aos gastos públicos, foi iniciada a implantação do Programa de Controle de Gastos Públicos e a realização de auditorias especiais no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e

nos empréstimos externos contraídos com o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e bancos estrangeiros.

No que concerne à Dívida Pública Mobiliária Federal, a taxa de juros requerida pelo mercado para financiar títulos públicos federais tem demonstrado tendência descendente, passando de uma média de 2,2% ao mês, isto é, 29,8% ao ano, no último semestre do ano passado, para cerca de 1,2% ao mês, ou 15,4% ao ano, contribuindo para reduzir a pressão sobre o endividamento do Tesouro Nacional e a reversão da tendência declinante dos investimentos, estimulando a geração de empregos.

O Governo instituiu a separação das contas entre o Banco Central e o Tesouro Nacional, dando transparência ao relacionamento financeiro entre essas instituições, decorrente das operações com títulos públicos federais, depósitos das disponibilidades de caixa da União neste Banco, além de outros haveres. Tal operação objetivou fundamentalmente evitar o financiamento inflacionário do gasto público e compor a carteira de títulos públicos do Banco Central a níveis compatíveis com a execução da política monetária.

Com relação à política cambial, o Executivo buscou assegurar estabilidade à taxa de câmbio, apesar das dificuldades derivadas do processo inflacionário e da instabilidade nos mercados cambiais da Europa. Estas condições exigiram atuação compatível nos mercados de câmbio, de forma a absorver eventuais excessos de liquidez ou ajustar a oferta com a demanda de divisas, sem causar movimento indesejáveis na taxa de câmbio.

O Banco Central, em 1993, atuou de forma a praticamente eliminar o ágio entre os mercados livre e flutuante de câmbio e para regular o fluxo de recursos externos de curto prazo, importante fator de expansão dos agregados monetários. Quanto a este fluxo, várias medidas foram tomadas acerca de prazos e condições mínimas para a emissão de títulos ou bônus brasileiros no exterior e para focalizar

o uso de recursos especulativos nas bolsas de valores, controlando seu acesso às operações de renda fixa.

A balança comercial do País apresentou superávit de US\$ 13,1 bilhões, inferior ao verificado em 1992, em decorrência do aumento expressivo das importações. As exportações totalizaram US\$ 38,8 bilhões (+ 8,1% em relação a 1992) enquanto que as importações totalizaram US\$ 25,7 bilhões (+ 23% em relação a 1992).

Na área externa, destaca-se a conclusão, no mês de fevereiro, do acordo com o Clube de Paris, tendo a *Agreed Minite* sido aprovada em maio pelo Senado Federal. A negociação envolveu o reescalonamento de US\$ 12,8 bilhões, incluindo principal e juros, dos quais US\$ 8,6 bilhões relativos aos atrasados acumulados até o final de 1991 e US\$ 4,2 bilhões vincendos entre 1/7/92 e 31/8/93.

Destaca-se ainda que, a despeito do não fechamento do acordo com o Fundo Monetário Internacional, foi assinado o acordo da dívida externa brasileira com os credores privados internacionais, que permitirá a redução total de aproximadamente US\$ 7 bilhões na dívida com esses credores, atualmente de US\$ 35 bilhões.

No tocante ao financiamento às atividades produtivas e ao setor social de parte das instituições financeiras vinculadas ao Ministério da Fazenda, destaca-se na área agrícola um conjunto de medidas voltadas à ampliação da produção e da produtividade agropecuária como:

- o atendimento integral da demanda de crédito rural;
- o estabelecimento de condições adequadas de renegociação das dívidas do setor, a fim de permitir ao agricultor a continuidade da assistência financeira;
- aumento da oferta de recursos destinados à aquisição de insumos para a correção de solos e outros investimentos;

-
- a instituição do sistema de equivalência em produto, aplicável aos financiamentos de custeio e investimento para mini e pequenos produtores de algodão, arroz, feijão, mandioca, milho e trigo; e
 - proposição ao Congresso Nacional da criação da Cédula de Produção Rural (CPR), a ser utilizada especificamente para formalização de promessas de compra e venda de produtos rurais para entrega futura.

Até outubro, o Banco do Brasil destinou às atividades agropecuárias montante de recursos equivalente a CR\$ 50,36 trilhões.

No tocante à execução da política social nas áreas de habitação, saneamento básico, infra-estrutura urbana e assistência ao trabalhador, destacam-se as seguintes ações desenvolvidas no âmbito da Caixa Econômica Federal: financiamento para construção de aproximadamente 250 mil unidades habitacionais com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e Fundo de Desenvolvimento Social; desembolsos de mais de CR\$ 83,81 trilhões para obras de saneamento básico e infra-estrutura urbana, beneficiando uma população de cerca de 11 milhões de habitantes; pagamento de aproximadamente 5,2 milhões de contas inativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, com adoção de providências para o reequilíbrio econômico-financeiro do Fundo, mediante modificação da legislação que regia a movimentação de contas inativas e contingenciamento das operações da Caixa Econômica Federal com estados e municípios, além de renegociação da dívida vencida dessas esferas de governo; efetivação de mais de 13,8 milhões de pagamentos através do Seguro Desemprego; com desembolso da ordem de CR\$ 110,6 bilhões, apoio, através do Programa de Crédito Educativo, a 178 mil estudantes até outubro de 1993, representando um montante de recursos de CR\$ 17,18 bilhões.

No âmbito das ações desenvolvidas pela Caixa Econômica Federal, destaca-se também a criação de uma linha de crédito especial

destinada a micro e pequenas empresas, que possibilitou o atendimento a mais de 13 mil empresas, com desembolso de recursos no valor de CR\$ 16,76 bilhões.

Finalmente, com relação à política para o setor de seguros, também administrada pelo Ministério da Fazenda, cabe destacar a expressiva expansão, em 1993, do mercado de seguros no País, fruto, em grande parte, do regime de liberdade tarifária que, mediante o estímulo a uma maior competição no mercado doméstico, provocou a modernização da oferta de seguros pela introdução de novos serviços.

Ações Previstas para 1994

O Governo, através da atuação do Ministério da Fazenda, prosseguirá na condução das ações voltadas para estabilização da economia. Nesse sentido, serão concentrados esforços na implementação do programa de estabilização anunciado à Nação no final de 1993, que dá continuidade às ações iniciadas pelo Programa de Ação Imediata na linha da reorganização do setor público e do ajuste fiscal.

O foco principal das novas medidas é a obtenção progressiva da estabilidade da moeda, fator indispensável à criação de condições para a retomada do desenvolvimento econômico e social do País.

Tais medidas, submetidas à decisão do Congresso Nacional, têm o intuito de superar definitivamente a crise fiscal brasileira, contemplando as seguintes vertentes de atuação: a) a busca do equilíbrio orçamentário no biênio 1994-95; b) a definição de reformas constitucionais condizentes com esse equilíbrio e com uma maior eficiência na atuação do setor público; e c) a implementação de uma reforma monetária que consolide a estabilidade da moeda.

A reprogramação dos gastos públicos previstos no Orçamento de 1994, para a eliminação de um déficit operacional da ordem de

CR\$ 6,2 trilhões, incluiu-se entre as principais providências adotadas, o que exigiu a alteração de dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, com vistas a: regulamentar as transferências voluntárias para os estados e municípios, atenuar a pulverização das ações do setor público e limitar a emissão de títulos do Tesouro Nacional unicamente à obtenção de recursos para o pagamento do serviço da dívida pública federal.

O novo programa propõe também a criação, através de emenda constitucional, de um Fundo Social de Emergência com o objetivo de equacionar o financiamento dos principais programas sociais, evitando a utilização de recursos de fontes inflacionárias. Segundo a proposta, o Fundo seria constituído por meio do aporte de 15% da arrecadação de todos os impostos e contribuições federais e de um adicional de 5% que incidiria sobre as alíquotas desses impostos e contribuições.

No tocante à reforma constitucional, o Governo encaminhou ao Congresso Nacional um conjunto de sugestões consideradas fundamentais para garantir a estabilidade da economia em bases duradouras, através, principalmente, da redefinição do perfil do Estado, envolvendo as seguintes áreas: federalismo fiscal; orçamento; reforma tributária; reforma administrativa; modernização da economia; e previdência.

Com relação à reforma monetária, o Governo propôs a adoção de uma unidade de referência, de utilização não compulsória a Unidade Real de Valor a ser corrigida em intervalos mais curtos de tempo, tendo por base os níveis de inflação correntes. A utilização desse indexador estará subordinada, entretanto, à observação de uma política monetária rígida e a avanços significativos em termos do ajuste fiscal.

O objetivo das medidas de estabilização é dotar a economia de uma moeda forte, com poder aquisitivo estável. Assim, numa pers-

pectiva de médio prazo, com grande parte dos contratos atrelados ao novo indicador e tendo avançado o processo estrutural de equilíbrio das contas do setor público, eliminando substancialmente a necessidade de financiamento inflacionário dos gastos públicos, o Governo tem a expectativa de que sejam criadas as condições para a criação dessa nova moeda forte e estável.

No tocante ainda à busca do equilíbrio das finanças públicas, em 1994, o Governo pretende avançar no processo de securitização como instrumento de renegociação de grandes passivos da União, como o Fundo de Compensação das Variações Salariais, devolução do empréstimo compulsório e dívidas com o setor elétrico, além das dívidas chamadas sociais, como o FGTS e o PIS/PASEP, que poderão ser convertidas em créditos utilizáveis no Programa Nacional de Desestatização. O potencial estimado de dívidas a serem securitizadas em 1994 alcança cerca de CR\$ 2,79 trilhões.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

O Governo definiu, como principal estratégia para a área de transportes, a de fazer funcionar bem o patrimônio já existente no País, buscando a recapacitação do setor para desempenhar, de forma eficiente, seus papéis de agente de integração nacional e de indutor do crescimento econômico e da melhoria da qualidade de vida da população.

O Governo vem ainda procurando, progressivamente, adquirir capacidade para passar a intervir no setor segundo um enfoque multimodal, que leve ao equilíbrio na participação entre os meios de transporte e possibilite tirar o máximo proveito das vantagens comparativas de cada modalidade, em benefício da eficiência global do sistema.

A ampliação e regularização dos fluxos de recursos para o setor, através do incremento da base de captação - via cobrança de pedágios, definição clara de fluxos orçamentários e aumento da participação da iniciativa privada - bem como a desestatização e descentralização da operação e da administração dos serviços, têm igualmente concentrado as preocupações do Governo Federal.

Ações Realizadas em 1993

O principal desafio que vem sendo enfrentado pelo Governo é a necessidade de recuperar e manter o patrimônio instalado no setor, estimado em cerca de CR\$ 47,5 trilhões.

Nesse sentido, uma série de iniciativas foram tomadas pelo Executivo, nos planos institucional e operacional, com o intuito de iniciar a reestruturação do setor de transportes e estancar o processo de degradação dos sistemas e malhas já existentes no País.

Procedeu-se a remontagem do Ministério dos Transportes, capacitando-o para assumir novas funções a partir de um enfoque que privilegia o conjunto da atividade, em detrimento da visão compartmentalizada vigente no passado.

Foram envvidados esforços na preparação do Projeto de Lei do novo Sistema Nacional de Viação, tendo como premissas básicas as necessidades de integração dos sistemas rodoviário, ferroviário e hidroviário e de viabilização da transferência da malha de transportes não estrutural para os governos estaduais.

O Governo também atuou na implantação dos Conselhos de Autoridades Portuárias (CAP), em cumprimento a Lei 8.630 (Lei dos Portos), que visa a modernizar os portos, tornando-os auto-suficientes financeiramente e competitivos entre si, de forma a diminuir os custos das operações portuárias no País. Em 1993, foram implantados 28 CAP, tendo se iniciado a reestruturação organizacional nas diretorias das Companhias de Docas, objetivando sua adaptação à nova Lei. Destacam-se, ainda, as providências adotadas para a assinatura dos Contratos de Adesão que permitirão o uso público dos terminais privativos nas áreas portuárias, contribuindo para a melhoria das condições para a exportação.

Através do Decreto nº 952, de 08/10/93, foi editada nova regulamentação para a exploração dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, que, ao retirar do Estado a condição de definidor das tarifas para o setor, possibilitou a criação de um ambiente de competição na área, com oportunidades para a implantação de mais linhas e a melhoria dos serviços.

A essa providência se seguiram a assinatura de convênios com governos estaduais, para possibilitar a fiscalização no nível local, publicação de editais para licitação de novas linhas de transporte de passageiros e distribuição de cartilhas para os usuários do transporte rodoviário interestadual, contendo esclarecimentos sobre o novo Decreto.

Outra medida da maior relevância foi o início da implementação da transferência para os Estados dos sistemas de transporte ferroviário urbano, geridos pela CBTU e TRENSURB.

Tal transferência, que atende preceito constitucional e foi definida em Lei aprovada pelo Congresso Nacional em 1993, envolve a implantação de projetos de reabilitação dos sistemas ferroviários urbanos, a maioria em estado precário de operação, e ações institucionais, administrativas e operacionais.

Cabe salientar a assinatura, no âmbito ainda da estadualização, de contratos entre a CBTU e o BIRD, com a participação dos Estados, no valor de US\$ 560 milhões, e o início das obras de recuperação dos sistemas de São Paulo e Rio de Janeiro, que proporcionarão, quando da sua conclusão, o aumento de 1.200 mil para 2.400 mil passageiros/dia transportados.

Além de São Paulo e Rio de Janeiro, o Governo já assinou convênios definindo as diretrizes para a transferência dos sistemas com os Estados de Minas Gerais e Pernambuco, devendo também efetivá-los com os Estados do Rio Grande do Sul e Ceará. Encontram-se em fase de preparação projetos de complementação, reabilitação e modernização dos sistemas de Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre e Fortaleza.

Procedeu-se, também em 1993, ao lançamento de licitações para concessão da exploração das instalações de transportes. Encontram-se em fase adiantada do processo de concessão a Ponte Rio-Niterói, as rodovias Dutra, Rio-Petrópolis, Rio-Teresópolis e Osório-

Porto Alegre, além dos Portos de Itajaí, Laguna, Cabedelo e Porto Velho.

Vale salientar que, sob o regime de concessão, a iniciativa privada poderá cobrar pedágios e tarifas pela utilização das rodovias apenas depois de realizados os investimentos de restauração pré-determinados.

O Governo desenvolveu também ações visando ao saneamento das empresas de navegação Cia. de Navegação Lloyd Brasileiro e Enasa-Empresa de Navegação da Amazônia S.A, com o objetivo de prepará-las para a privatização. A ENASA, em particular, além do processo administrativo-organizacional saneador, tem buscado a transferência gradual dos transportes aos estados, quando institucionalmente possível, e a terceirização de serviços.

No setor ferroviário, foram reiniciadas as obras de recuperação e modernização nos corredores ferroviários, Goiás-Minas e Paraná, com investimentos da ordem de CR\$ 13 bilhões, bem como as obras ferroviárias da travessia de Belo Horizonte, que permitirão eliminar o gargalo operacional no corredor Goiás-Minas-Espírito Santo, com previsão de término para 1994.

Foi retomada a construção da Ferrovia do Aço, em conjunto com a iniciativa privada, tendo sido concluídos 58 km do Trecho Norte, paralisado desde 1984, o que possibilita o acesso ferroviário a novos pólos de carga, prevendo-se aumento de transporte superior a 15 milhões de toneladas/ano.

Sob a responsabilidade da iniciativa privada, com financiamento do BNDES, foram iniciadas as obras de construção da FERRONORTE no trecho entre Aparecida do Taboado (MS) e Chapadão do Sul (MS) com 350 km - novo canal de escoamento da produção da Região Centro-Oeste.

Em parceria com a iniciativa privada, iniciou-se um grande esforço de investimentos na modernização e recuperação de locomo-

tivas da Rede Ferroviária Federal. Essa empresa movimentou, em 1993, cargas equivalentes a 39,2 bilhões de toneladas-quilômetros úteis, indicando aumento de quase 7% em relação ao volume transportado no ano anterior.

Destaca-se, ainda, a implantação, em 1993, do Rodotrilho/Carreta no eixo Rio-São Paulo e do Rodotrilho/Areia no Vale do Paraíba, que visam a aliviar o trânsito de cargas pesadas pela Via Dutra, melhorando as condições de segurança nessa rodovia, além de permitir ganhos expressivos em termos de redução de custos de transporte.

No setor rodoviário, foram tomadas providências para o início da implementação de obras de grande porte para duplicação de rodovias federais, destacando-se a BR 381 (Fernão Dias), a BR 116 (São Paulo/Curitiba) e a BR 376/101 (Curitiba-Florianópolis) cabe participação dos governos estaduais interessados. Cabe destacar ainda, a autorização para o financiamento do segundo trecho da Linha Vermelha, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O Governo procedeu à recuperação de cerca de 6.600 km de rodovias federais, à conservação rotineira e emergencial em 30 mil km e a manutenção de 1.200 km de sinalização horizontal. Nesse ano, já foram também executadas obras voltadas para a eliminação de 35 segmentos críticos em rodovias, caracterizados pelo grande número de acidentes.

Com relação ao setor portuário, foram aplicados, em 1993, recursos em obras de dragagem, ampliação da capacidade operacional, reaparelhamento e modernização dos portos. Nesse ano, a movimentação de cargas foi da ordem de 340 milhões de toneladas, sendo que mais de 70% desse movimento se verificaram nos terminais privativos.

O Executivo está também envolvido na implementação de programas especiais voltados para a redução dos acidentes nas estradas e para a redestinação urbana de áreas públicas.

No tocante à redução de acidentes, o programa contempla um conjunto de ações coordenadas voltadas para restauração, manutenção, sinalização, eliminação de pontos críticos e duplicação de rodovias. Essas ações tiveram por objetivo reduzir em 20%, no ano de 1993, os acidentes nas estradas federais, que atingiram cerca de 60 mil ocorrências em 1992, com 5 mil mortos.

A redestinação de áreas públicas objetiva o reaproveitamento, pela sociedade, das áreas portuárias e ferroviárias que não são mais utilizadas, prevendo-se a aplicação dos recursos obtidos com a sua transferência na modernização do próprio setor. No início de 1994 serão deflagrados os processos de licitação para arrendamento de áreas portuárias do Rio Janeiro, Salvador e Santos.

Cabe finalmente destacar a implementação, em 1993, da sistemática de Audiências Públicas, que têm permitido uma ampla discussão de questões cruciais relacionadas com o desenvolvimento dos transportes no País.

Ações Previstas para 1994

Em 1994, o Governo dará prosseguimento às ações para recuperação da infra-estrutura de transportes, obedecendo, como principais diretrizes: a prioridade à recuperação e modernização das malhas e sistemas já implantados, principalmente no setor rodoviário; a ênfase ao tratamento multimodal no planejamento dos investimentos; a descentralização da gestão e operação da infra-estrutura, mediante, inclusive, a parceria com a iniciativa privada; e a ampliação de recursos para o financiamento do setor.

Será enfatizada a estratégia de implantação dos Corredores de Transportes para racionalização das intervenções do Governo e da iniciativa privada na área, dando-se prioridade aos investimentos nos trechos críticos e de maior fluxo de carga. Buscar-se-á com essa estratégia a melhor relação entre investimentos e resultados, particularmente no tocante ao objetivo de redução de custos e perdas na movimentação de mercadorias.

No setor rodoviário, o Governo realizará a restauração de cerca de 3.500 km de trechos rodoviários da rede federal, além de desenvolver ações visando à melhoria da segurança e o aumento do tráfego nas rodovias federais. Nesse sentido, deverão ser eliminados mais de 270 pontos críticos e mantida a sinalização rodoviária em 9.000 km de rodovias.

Serão também iniciadas as obras de duplicação da Rodovia Fernão Dias (BR 381), da São Paulo-Curitiba (BR 116) e Curitiba-Florianópolis (BR 376/101).

O Executivo dará prioridade ainda à conservação rotineira e emergencial de toda a malha rodoviária federal.

Será dada continuidade às iniciativas voltadas para a recuperação, modernização e conservação de trechos do sistema ferroviário federal, bem como à reabilitação de suas locomotivas e material rodante. Também, será dada continuidade à execução da chamada Ferrovia Transnordestina.

Destacam-se ainda, no modo ferroviário, os inícios do assentamento da infra-estrutura da FERRONORTE e das obras de ponte rodoviária São Borja (Brasil)/San Tomé (Argentina), a ser construída e explorada pela iniciativa privada.

Será concluído o estudo para modernização da ligação ferroviária Rio-São Paulo-Campinas.

Deverão também ser intensificadas as ações visando à concretização da transferência dos sistemas de transportes urbanos de passageiros para os governos locais.

Na área portuária o Governo dará continuidade à modernização do setor com vistas a reverter progressivamente as más condições físicas e operacionais dos portos brasileiros. Nesse sentido, será dada ênfase aos esforços para implantação da nova legislação portuária, objetivando maior participação da iniciativa privada na atividade, que viabilize a intensificação dos investimentos na recuperação da infra-estrutura, instalações e equipamentos portuários.

Terão prosseguimento, em conjunto com os governos estaduais, as iniciativas para a revisão do Sistema Nacional de Viação, que deverá alterar a legislação atual, datada de 1973. Tal revisão permitirá definir a parcela da infra-estrutura dos sistemas viários nacionais que ficará sob jurisdição federal, estabelecendo, com os estados, uma nova distribuição de competências quanto aos encargos de construção, conservação e recuperação desses sistemas.

Vão ser também intensificadas, principalmente no setor rodoviário, as ações visando à concessão da exploração para a iniciativa privada de trechos dotados de elevado fluxo de veículos, abrindo perspectivas promissoras no tocante à ampliação da capacidade de conservação e de restauração da malha rodoviária nacional.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA

O Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, no desempenho de suas atribuições de formulação, coordenação e implementação de medidas de apoio ao desenvolvimento rural, empreende ações em diversas áreas, destacando-se as de política agrícola; abastecimento, reforma agrária, pesquisa e extensão rural, defesa sanitária e cooperativismo, dentre outras.

Ao iniciar o Governo Itamar Franco, a principal diretriz estabelecida para a Pasta foi restaurar e fortalecer sua capacidade de ação, com o objetivo de reverter o quadro de incertezas então vigente, entre os agentes econômicos ligados ao setor, quanto à continuidade e ao aperfeiçoamento das medidas de apoio ao desenvolvimento rural.

Ações Realizadas em 1993

No campo da reforma agrária, buscou-se, inicialmente, aprovar legislação complementar à Constituição de 1988, em articulação com o Congresso Nacional. Assim, com a aprovação da Lei Agrária, em fevereiro de 1993, que possibilita ações de desapropriação, e da Lei Complementar nº 76/93, que trata do rito do processo judicial, foi

possível retomar, a partir de julho de 1993, a desapropriação de terras improdutivas.

Paralelamente, o INCRA procurou descentralizar as ações, tanto em nível interno, através de suas superintendências regionais, quanto na co-participação dos governos estaduais e municipais, dos demais órgãos do Governo - dentro de suas atribuições específicas - e das entidades representativas dos próprios beneficiários na formulação e operacionalização dos assentamentos.

No Programa Emergencial de Reforma Agrária, foram declarados de interesse social, para fins de reforma agrária, 554 mil hectares, totalizando 87 imóveis em 23 Estados brasileiros e atingindo 13.825 famílias. Foram assentadas 4.268 famílias em 37 novos projetos, numa área de 165.091 hectares, além de 2.700 famílias em projetos já criados, numa área de 135 mil hectares, totalizando cerca de 21 mil famílias com acesso à terra.

O atendimento de 86.988 famílias com crédito para produção, alimentação, fomento e habitação; discriminação de 106.121 hectares; arrecadação de 105.106 hectares de terra; emissão de 12.456 documentos de titulação de imóveis rurais; reformulação completa e atualizada do cadastro rural e o apoio a 49 projetos de colonização que ainda carecem de condições mínimas para sua sustentação representam outras realizações importantes do Governo, no período, no âmbito da reforma agrária.

Quanto à pesquisa agropecuária, a evasão de pesquisadores, aliada ao modelo de pesquisa predominante, que não induzia a iniciativa privada e órgãos estaduais e municipais a assumirem participação maior no processo de modernização da agropecuária, compunham um quadro grave que precisava ser alterado.

Em face disso, as principais mudanças qualitativas introduzidas relacionam-se à implantação de novo modelo institucional, que tem buscado evitar superposição com sistemas estaduais de pesquisa,

além de estimular e apoiar maior participação do setor privado no processo de geração e difusão tecnológica, por meio de contratos de parceria.

O apoio da pesquisa agropecuária materializou-se também através de ações conjuntas da EMBRAPA, Banco do Brasil, CONAB e de sistemas estaduais de pesquisa e assistência técnica e extensão rural, na realização de seminários informativos em 60 pólos de produção agrícola e na distribuição de manuais contendo recomendações técnicas para preparo do solo, plantio, controle de pragas e doenças e colheita de arroz, feijão, milho, mandioca e algodão.

Desenvolvimento de 3.200 projetos de pesquisa nos campos da produção vegetal e animal; lançamento de 53 novas tecnologias; fortalecimento do sistema de difusão tecnológica; implantação de programas de redução de perdas de safras, de produção de sementes e mudas, de estabilização da produção leiteira, de criação de micro e pequenas agroindústrias no interior e de utilização de tecnologias que permitam a convivência com a seca, no semi-árido nordestino, complementam o elenco das principais contribuições da pesquisa para o desenvolvimento da agropecuária.

No tocante à defesa agropecuária, o lento processo de implementação de alternativas envolvendo governos estaduais, universidades e laboratórios privados no complemento às ações oficiais; a inadequação da legislação; o modelo organizacional vigente e a escassez de recursos materiais e humanos motivaram regressão na qualidade dos serviços de defesa sanitária vegetal e animal e de inspeção, padronização e classificação de produtos, o que deixava o País vulnerável em termos de consumo interno e de exportações.

Dentre as ações realizadas em 1993, merecem destaque a formulação do Plano de Ação Unificado de Atenção à Saúde Animal e Sanidade Vegetal; melhoria da infra-estrutura, inspeção de 1.697 estabelecimentos de bebidas; análise de 3.389 amostras de sementes

e de 15.228 produtos de origem animal e de insumos para a agropecuária; produção de 4.590 doses de vacinas e reagentes biológicos e realização de diversas outras ações, nos campos do controle, prevenção e erradicação das principais pragas, doenças e zoonoses que atingem o meio rural.

Destaca-se, também, o esforço empreendido no combate à febre aftosa, tendo como resultado a manutenção de 294 estabelecimentos na lista geral de exportadores a partir do acompanhamento a missões veterinárias estrangeiras em visitas de inspeção ao País.

Nas áreas de abastecimento, estoques reguladores e comercialização agrícola, conduzidas pela CONAB, buscou-se descentralizar suas atividades; recuperar créditos oriundos de perdas e desvios de produtos armazenados, através de processos administrativos e judiciais; revisar normas de credenciamento de unidades armazenadoras visando a evitar fraudes e desvios de estoques públicos; inventariar os efetivos estoques oficiais de produtos; implantar o sistema de compras e trocas via bolsas de mercadorias e desenvolver o programa de "marcas próprias" e da Rede SOMAR, a visando aumentar a transparência e a eficiência da atuação do Governo nessas áreas.

Sob o ponto de vista quantitativo, merecem registro a venda de 2,02 milhões de toneladas de alimentos para complementar o abastecimento interno; doação de 100 mil toneladas de feijão dos estoques públicos às populações carentes; remoção de 150 mil toneladas de arroz, milho, feijão e farinha de mandioca para atendimento de 2,0 milhões de famílias em 1.162 municípios nordestinos; aquisição, fornecimento e distribuição de 4.059,5 toneladas de produtos básicos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, além da participação no Programa Mundial de Alimentação, mediante recebimento, transporte, armazenamento, fracionamento, troca, fornecimento e distribuição de 8.934 toneladas de produtos básicos doados pela FAO ao Governo Brasileiro ou por este adquiridos, com recursos daquele

organismo internacional, para distribuição a consumidores de baixa renda dos Estados do Ceará, Paraíba e Piauí.

Em termos da política agrícola, os segmentos mais representativos do setor rural reivindicavam aperfeiçoamentos nos programas de crédito e seguro rural, preços mínimos e comercialização pois, tendo suas lavouras em pleno desenvolvimento, dependiam dessas definições e de outras na área macroeconômica para a tomada de suas decisões.

Neste sentido, foram aperfeiçoados os principais instrumentos, com adoção do sistema de equivalência em produto em financiamentos de custeio e investimento para mini e pequenos produtores de algodão e de alimentos básicos; mobilização de recursos novos da ordem de CR\$ 167,6 bilhões para investimentos agrícolas; renegociação de dívidas pendentes de safras anteriores junto ao Banco do Brasil; aumento das tarifas de importação de arroz e trigo visando a proteger os produtores nacionais da concorrência predatória praticada no mercado internacional, além de outras medidas de apoio à produção e à comercialização das safras.

Cabe enfatizar ainda o aperfeiçoamento da Política de Garantia de Preços Mínimos, com o início do processo de regionalização dos preços de garantia para arroz e milho, a ser completado em quatro safras, bem como seu fortalecimento, com a inclusão, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de dispositivo que permite ao Governo Federal emitir títulos para sustentar operações de aquisição e empréstimo (AGF e EGF).

Dentre outras ações desenvolvidas pela Pasta, cumpre destacar:

- Programa de Microbacias Hidrográficas, treinando 95 técnicos em conservação de solos, implantando 16 unidades demonstrativas, distribuindo 10.230 exemplares explicativos e mantendo 205 projetos;

-
- formalização de 28 convênios/contratos para execução descentralizada dos serviços de classificação vegetal nos Estados, permitindo a classificação de 40.500 toneladas de produtos;
 - reativação da cooperação técnica e financeira com os serviços públicos estaduais de assistência técnica e extensão rural, com ênfase na descentralização desses serviços para os municípios;
 - implantação de 25 estações agrometeorológicas; aquisição de 7 estações de recepção e tratamento de imagens de satélite de baixa resolução e instalação de uma estação de radiosondagem para aprimoramento da prestação de informações meteorológicas;
 - controle da enfermidade "vassoura-de-bruxa" em 350.000 hectares de lavouras cacaueiras; prestação de assistência técnica a 6.080 produtores; treinamento de 4.666 trabalhadores; desenvolvimento de 59 estudos e projetos de pesquisa e realização de outras ações com vistas ao aumento da produção e da produtividade do cacau e à diversificação das atividades agropecuárias na região cacaueira, para torná-la menos vulnerável aos riscos inerentes à monocultura; e
 - criação de 26 projetos, instalação de Comitês Gestores e Técnicos, realização de diagnósticos e seminários sobre perdas na agropecuária brasileira e desenvolvimento de outras atividades destinadas a fortalecer o "Programa Qualidade Total para a Agricultura", inserido no Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP).

Empreendeu-se, portanto, no Governo Itamar Franco, um elenco de ações visando a oferecer condições satisfatórias para a colheita e a comercialização da safra 1992/93, de aproximadamente 69 milhões de toneladas de grãos, o que representou um incremento de 2,6% em relação à safra anterior.

Ações Previstas para 1994

Em 1994, o Ministério terá que impor maior seletividade nas ações que empreenderá, em virtude da reformulação orçamentária necessária ao sucesso do Plano de Estabilização da Economia. Neste sentido, a preocupação fundamental e determinação do Ministério, até para minimizar as consequências da restrição financeira, é elevar a eficiência de sua atuação.

Com relação à reforma agrária, a ênfase será na consolidação e emancipação dos assentamentos anteriormente realizados e que passam por dificuldades. Para tanto, buscar-se-á estimular a produção, principalmente através do direcionamento de recursos para assistência técnica e creditícia, visando a atingir, em 1994, ao redor de 100 mil famílias. As desapropriações para fins de novos assentamentos terão maior velocidade em virtude das Leis Complementares promulgadas em 1993, que regulamentaram a Constituição de 1988.

Na área de pesquisa agropecuária, dar-se-á continuidade à reestruturação da EMBRAPA, concentrando suas ações em 16 grandes programas, destacando-se os sistemas de produção de grãos, frutas e hortaliças, de matérias-primas, de animais e agroflorestal; e os programas de pesquisa em avaliação, manejo e recuperação de recursos naturais; conservação e multiplicação de material básico; desenvolvimento de pesquisas básicas em biotecnologia e a racionalização da agricultura de subsistência.

Quanto à política agrícola, o Ministério continuará avaliando e apoiando a implantação de sistemática de venda de produtos agrícolas em bolsas de mercadorias e de futuros e incentivando o setor privado a ampliar sua participação nos processos de comercialização agrícola. Além disso, serão formulados uma política especial para amparar os pequenos produtores que não conseguem participar da agricultura de mercado e um plano de safra específico para a Região Nordeste.

Na área de abastecimento, dar-se-á continuidade ao Programa Emergencial de Distribuição de Alimentos - PRODEA, que prevê a distribuição, em quatro meses, de 6 milhões de cestas básicas. Buscar-se-á consolidar e expandir o programa da Rede Somar de Abastecimento, duplicando o número de varejistas filiados, com atuação nas Regiões Norte, Nordeste e interior do País. Procurar-se-á, também, implantar a quarta etapa do Plano Nacional de Abastecimento - PLANAB, nos Estados de Sergipe, Goiás, Maranhão, Rondônia, Acre, Mato Grosso do Sul, Roraima, Alagoas, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, com vistas a atender 500 mil famílias por mês.

Ainda na área de abastecimento, cabe destacar a maior fiscalização dos estoques e dos armazéns e a reavaliação das normas que regulamentam a aquisição, movimentação, armazenagem, comercialização, localização e distribuição dos estoques.

No campo da defesa agropecuária, o plano de ação para 1994 prevê o inicio da reestruturação do sistema de defesa. Neste esforço, dentre outras ações, buscar-se-á ampliar a vigilância sanitária nos principais portos, aeroportos e postos de fronteira, reestruturar o serviço de inspeção de produtos de origem animal, com a finalidade de atender exigências do comércio internacional, intensificar campanhas de prevenção de doenças e pragas, especialmente cancro cítrico, nematóide da soja, mosca da fruta e o gafanhoto, e adequar os laboratórios de referência vegetal para atendimento aos mercados interno e externo.

A erradicação da febre aftosa constitui prioridade de ação governamental objetivando fortalecer os setores produtivos de carne bovina e concorrer para a elevação das exportações do setor.

Na atividade de meteorologia, buscar-se-á continuar o esforço de modernização e reaparelhamento da rede de estações meteorológicas, com aquisição de equipamentos e instrumentos para laboratórios e para automatização das atividades técnico-operacionais.

Quanto ao cooperativismo, pretende-se treinar e capacitar 4.500 pessoas entre dirigentes, associados de cooperativas e associações rurais e apoiar a realização de 250 eventos voltados às necessidades das organizações de produtores rurais e suas entidades representativas.

Por fim, cabe destacar a ênfase na melhoria da qualidade e produtividade do setor agropecuário, através do seu engajamento ao Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade. Nesta área, buscar-se-á sensibilizar dirigentes e técnicos dos órgãos e entidades do setor para a importância desse Programa e incentivar entidades de classe para a execução de ações com esse objetivo. Em 1994, será implementado o Subprograma da Qualidade e Produtividade da Fruta Brasileira compreendendo normas, padrões, classificação, certificação e selo de qualidade e o Programa de Redução de Perdas no Setor Agropecuário.

Com o aperfeiçoamento dos instrumentos de apoio ao setor rural que a Pasta pretende introduzir ao longo de 1994, espera-se proporcionar a colheita de uma safra da ordem de 72 milhões de toneladas, no ano agrícola 1993/94, necessária para viabilizar o cumprimento das funções do setor rural no contexto socio econômico do País, em termos de atendimento das necessidades alimentares básicas da população, especialmente a de baixo poder aquisitivo, de geração de renda e emprego e de ampliação dos excedentes exportáveis e do grau de inserção do Brasil nos mercados agrícolas internacionais.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, as forças representativas da comunidade educacional e as famílias brasileiras propiciaram, em responsabilidade compartilhada, os meios de acesso à educação, concretizando ações em 1993.

As principais realizações do MEC podem ser alinhadas de forma a sintetizar o empenho e a vontade política de potencializar os ativos educacionais brasileiros em favor dos saldos do patrimônio educativo da Nação.

Ações Realizadas em 1993

A educação fundamental, antes de tudo, mereceu ajuste e extensão. O Plano Decenal de Educação para Todos, lançado em junho de 1993, é um instrumento de ação governamental e da sociedade brasileira que transcende a ações circunstanciais, consolidando uma idéia comum: eliminar barreiras para o sucesso da educação básica de todos. O compromisso insere-se na Declaração Mundial sobre Educação para Todos e fixa metas a serem alcançadas nos próximos dez anos, no Brasil.

Nesse contexto, a gravidade da situação educacional do Nordeste brasileiro exigiu que o atual governo priorizasse sua atenção ao alarmante quadro do ensino de 1º grau, instituindo um instrumento

de ação regional imediata - o Projeto Nordeste. O convênio assinado com o Banco Mundial, para implementar o projeto, no valor total de US\$ 736,5 milhões em 1993, busca romper com essa realidade dramática.

Foi redimensionada a política da atenção à criança e ao adolescente. Em face das irregularidades apontadas pela Procuradoria Geral da República, o Projeto Minha Gente sofreu profundas modificações. Questionada a validade dos seus atos constitutivos, de 1991 e 1992, respaldados em atos do Executivo, não consagrados em lei e não consignados nos Planos Plurianuais de Aplicação, o projeto carecia de identidade programática.

Através da Lei nº 8.642 de 31.03.92, foi instituído o Programa Nacional de Atenção Integral às Crianças e Adolescentes (PRONAICA) e estruturadas, em todas as unidades da Federação, suas coordenações estaduais.

Dando cumprimento ao seu papel coordenador na formulação e implementação de políticas, o MEC elaborou uma proposta de implantação, no País, de uma Política Nacional de Educação Infantil, ora em discussão. Uma comissão nacional, composta por representantes do setor público e de entidades não-governamentais, lidera o processo de discussão da melhoria do atendimento das crianças na faixa de 0 a 6 anos de idade. No âmbito das políticas pioneiros, incluem-se ainda o projeto de educação indígena e educação para segurança de trânsito.

Educadores, representantes das classes trabalhadora e patronal, bem como de diversos segmentos organizados na sociedade brasileira, debatam-se em amplas discussões objetivando a elaboração de uma política para a área de educação de jovens e adultos. A atenção do Estado, relegada a um papel secundário nos últimos anos, é responsável pela elevação das perdas educacionais de milhares de brasileiros, algumas irrecuperáveis. Nesse sentido, a implantação de

um novo segmento administrativo educacional - a educação à distância - muito contribuirá na recuperação de jovens e adultos, hoje mais expressivamente atendidos pelo sistema da Confederação Nacional das Indústrias e pelas empresas brasileiras, com apoio de recursos do Estado.

É dentro das políticas inovadoras que o MEC, em ação conjunta com a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), vem definindo, com diversas entidades brasileiras, a maximização da capacidade instalada para um programa nacional de educação à distância.

Em 1993, o MEC, contrabalançando os efeitos da crise fiscal e aprimorando a gestão administrativa das contribuições do Salário-Educação, imprimiu maior eficiência e agilidade nos sistemas e processos operados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, visando ao aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos para a educação fundamental. Tais medidas se consubstanciam na Resolução/FNDE/nº 02, de 14/06/93 e na Resolução/FNDE/nº 08, de 28/07/93, bem como no decreto que elimina o trânsito dos recursos do Salário-Educação no Tesouro Nacional, representando um ganho real expressivo para os Estados e Municípios.

Em respeito aos ditames constitucionais e visando a construir as bases de sustentação e de desenvolvimento das ações educacionais para todos os brasileiros, o MEC definiu uma política nacional de educação especial para o atendimento aos portadores de deficiência, aos superdotados e àqueles que apresentam desvios de comportamento e outras condutas semelhantes.

Foram redefinidos os percentuais de aplicação do FNDE, tendo sido direcionados cerca de 15% do Fundo para a capacitação de recursos humanos. Em decorrência dessa medida, foram treinados 460 mil professores em 1993, contra 30 mil, em 1992.

O MEC também se preocupa com a questão do meio ambiente e práticas pedagógicas correspondentes, dando forma às novas exigências de uma política brasileira de educação ambiental.

Quanto ao atendimento ao educando, o governo brasileiro, através de convênio com os governos estaduais, prefeituras das capitais e 307 prefeituras com mais de 50 mil habitantes, descentralizou o fornecimento da alimentação escolar. Com esta medida e a destinação de verbas específicas, 30 milhões de crianças foram atendidas durante os 155 dias letivos. Em 1992, a alimentação foi suficiente para apenas 43 dias.

Em 1993 foram distribuídos 25 milhões de publicações compostas por 23,6 milhões de livros didáticos, 835,5 mil manuais do professor e 705,6 mil cadernos de atividades. Distribuídos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos aos alunos da 1^a à 4^a série do 1º grau de todo o País, os livros chegaram rapidamente, sendo entregues diretamente às escolas.

O módulo "Sala de Leitura", formado por 53 livros de autores diversos, constitui, muitas vezes, o único acervo disponível de crianças e professores. Por essa razão, foram destinados, no conjunto, 600 mil exemplares do Jornal da Alfabetizadora, Ciência Hoje e Nova Escola, atingindo um público de 18.000 docentes e 27.000 alunos. Foram, ainda, selecionados cerca de 100 títulos para constituição do acervo inicial das bibliotecas do professor, a serem implantadas em 1994.

Uma população de 18,9 milhões de alunos carentes da rede pública do ensino fundamental foi atendida com *kits* de material escolar constituído de cadernos, lápis, borracha, régua e apontador, ao custo de CR\$ 700 milhões. Os módulos, a exemplo dos livros didáticos, foram destinados diretamente às escolas e aos 13,8 milhões de estudantes da 1^a à 4^a série do 1º grau e 5,1 milhões de alunos da 5^a à 8^a série.

Convênios celebrados com as secretarias estaduais de educação propiciaram, com os equipamentos adquiridos pela Fundação de Assistência ao Educando (FAE), o atendimento básico de higiene odontológica e de atenção oftalmológica à criança do 1º grau. Módulos de higiene e de prevenção da saúde bucal (constituído de escova de dentes, pasta de dentes e pastilha de flúor) bem como lentes, armações de óculos e alicates de giro de eixo ótico serão distribuídos diretamente aos necessitados.

Assinatura de 1.313 convênios com prefeituras municipais e recursos diretamente repassados pelo programa, asseguraram a parcela de ajuda do Governo Federal para a aquisição de 1.266 ônibus escolares e 84 barcos para os municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Um conjunto de ações priorizou a melhoria da qualidade das 94 instituições federais de educação média e tecnológica. A tarefa maior, facilitada pelo processo de diagnóstico e avaliação anteriormente desenvolvido, envolveu a redefinição dos modelos pedagógicos e administrativos das escolas técnicas e agrotécnicas. A manutenção do nível de qualidade apresentado pelos centros federais de educação tecnológica e pelas escolas técnicas federais, ao lado da revitalização e aperfeiçoamento das escolas agrotécnicas federais e agrícolas, globarizaram 45 projetos de modernização. Com especial ênfase nos resultados da aprendizagem e nas condições de ensino, foram implantados, nas 61 escolas técnicas e agrotécnicas, equipamentos para a atualização de laboratórios de química, eletro-química, geodésia, topografia, eletro-analíticos e informática.

A transformação das escolas agrotécnicas federais em autarquias permitirá a esperada autonomia didática e disciplinar, descentralizando-se o poder decisório na gestão dessas escolas.

Na educação superior, as ações se concentraram na melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, no apoio aos *campi* universitários, e no treinamento e capacitação de recursos humanos.

Foram criadas nove comissões de especialistas, que estão em pleno funcionamento, nas áreas de administração, arquitetura e urbanismo, ciências físicas, ciências agrárias, direito, educação, engenharia, informática, medicina e odontologia. O ensino noturno nas instituições federais de ensino superior mereceu atenção especial, tendo sido criados novos cursos, com ampliação de cerca de 20% das vagas existentes.

No âmbito do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, foi criada uma comissão encarregada de fixar parâmetros para a elaboração de projetos nas áreas de agronomia, cultura, ecologia, educação, saúde e tecnologia. Até o presente foram examinados 128 projetos de 50 instituições de ensino superior e liberados CR\$ 30 milhões, para apoio à institucionalização de atividades voltadas para a integração das instituições de ensino superior (IES) com as comunidades onde se inserem.

Em vista dos severos impactos da reforma administrativa do governo anterior, uma análise criteriosa da demanda fundamentou pedidos de nomeações de cerca de 2.100 docentes, contratação de 50 professores visitantes, aproximadamente, e de 3.000 funcionários técnico-administrativos. Foi também elaborado um projeto de lei para criação de 25.000 cargos de pessoal técnico-administrativo para os hospitais de ensino.

A crise do setor saúde aguçou a preocupação do MEC com a qualidade e produtividade dos hospitais de ensino, resultando em ações efetivas de melhoria do ensino e da prestação de serviços de elevada qualidade. Em 1993 foram implementados sistemas de informações gerenciais e um programa continuado de desenvolvimento de recursos humanos. Recursos significativos foram destinados à reforma e manutenção dos hospitais, aquisição de equipamentos e fortale-

cimento do Projeto Farmácia-Escola, em parceria com o Ministério da Saúde.

As IES vêm prestando, há vários anos, significativa contribuição aos governos estaduais e municipais no equacionamento das questões relativas ao cumprimento do preceito constitucional de obrigatoriedade da educação fundamental. As ações por elas realizadas obedecem às seguintes linhas estratégicas: atualização e aperfeiçoamento de professores; desenvolvimento de estudos, planos e inovações pedagógicas; e melhoria do ensino nos colégios de aplicação das próprias IES.

No início do governo atual, o Programa de Crédito Educativo não chegava a atender a 5% do total de alunos matriculados no ensino superior. Em 1993, a Secretaria de Ensino Superior procurou sanar as dificuldades, regulamentando a Lei nº 8.436/92 de modo a institucionalizar esse Programa, obtendo a ampliação dos recursos orçamentários. Democratizando o acesso ao crédito, mediante seleção criteriosa nas IES, retirou a exigência de fiador e cadastro financeiro e distribuiu as vagas pelos Estados, com base em verificação da oferta de ensino público, renda per capita, demanda e necessidades regionais, o que fez aumentar o atendimento de 85.000 para 125.000 alunos.

A capacitação e o aperfeiçoamento de pessoal do ensino superior receberam especial atenção decorrente do ajustamento e redefinição da política de formação de recursos humanos de alto nível. Foram restabelecidos os valores das bolsas de estudo do País, instaurados critérios definitivos de ajuste do valor das diversas modalidades de bolsas (atrelado a parcelas da remuneração dos docentes das universidades federais) e regularizadas as datas de pagamento das bolsas. No âmbito internacional, o MEC reorganizou o investimento na formação de pós-graduados, que vinha sendo feito de maneira desordenada e onerosa.

Na educação física e nos desportos, as tarefas capitais, plenamente cumpridas, foram a aprovação e a regulamentação do "Projeto Zico" (Lei nº 8.672, de 06 de julho de 1993 e Decreto nº 981, de 11 de novembro de 1993); a reorganização da Secretaria de Desportos no contexto do Ministério da Educação e do Desporto; e a formulação das bases para a organização e o funcionamento do Conselho Superior de Desportos (CSD) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo (FUNDESP).

A revitalização do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais trouxe relevante contribuição às ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação e do Desporto. A mais expressiva advém do Programa de Fomento à Pesquisa compreendendo seis áreas temáticas: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação básica de jovens e adultos, ensino superior e educação, estado e sociedade.

Encontram-se em andamento 44 projetos de pesquisa, 10 estudos de casos e análises de experiências educacionais desenvolvidas no Brasil e o cadastramento das instituições que dispõem de informações e estudos educacionais. Perseguindo sua linha editorial, o INEP publicou 6 tipos de trabalho, editando 39.000 exemplares comprometidos com a divulgação de assuntos educacionais.

Paralizado desde 1989, foi realizado o Censo Educacional de 1993 sobre educação pré-escolar, ensinos fundamental, médio e supletivo, educação especial e ensino superior, além de financiamento da educação. Para tanto, foram definidos 16 tipos diferentes de inquéritos, abrangendo cerca de 300.000 estabelecimentos de ensino distribuídos pelos 4.974 municípios das 27 unidades da Federação. Pela primeira vez, a coleta de dados foi informatizada.

Ações Previstas para 1994

Esta programação expressa o compromisso do Ministério da Educação e do Desporto com o aprimoramento qualitativo da oferta pública da educação e com o aumento gradativo dos níveis de escolaridade da população brasileira.

A atual política educacional, através do Plano Decenal de Educação para Todos, implementa ações que buscam assegurar a construção/reconstrução do sistema de educação básica, dando-lhe condições de enfrentar o desafio de universalizar o ensino fundamental com qualidade e equidade, revertendo a atual expectativa de fracasso para um estágio educacional, onde o êxito e o sucesso escolares constituam espinhas dorsais do projeto pedagógico da escola.

Os compromissos do governo brasileiro com a educação de seu povo estão, portanto, expressos no Plano Decenal de Educação para Todos, cujo objetivo mais específico é assegurar, até o ano 2000, a crianças, jovens e adultos, conteúdos de aprendizagem, que garantam a melhoria do fluxo escolar, e reduzindo as repetências, sobretudo na 1^a e 5^a séries, de modo a que 80% das gerações escolares, do final do período, possam concluir a escola fundamental com bom aproveitamento.

No âmbito específico da coordenação do Plano, assumida pelo MEC, destacam-se as seguintes ações:

- capacitação, atualização, aperfeiçoamento e especialização de professores em que será utilizada a Rede Brasil de Televisão e Rádio Educativa - Recepção Controlada e Tutoria à Distância, com a qual contribuirão, de maneira decisiva, os programas veiculados pela rádio e pela TV educativas;

- desenvolvimento de projetos de apoio a salas de aula do ensino fundamental e alfabetização de jovens e adultos, objetivando assegurar

rar, progressivamente, até o ano 2000, o aumento da taxa de cobertura para o mínimo de 94% de atendimento da população em idade escolar de 3,2 milhões de crianças do segmento social mais pobre; em relação aos jovens e adultos, destaca-se a configuração da Política Nacional de Educação para esta clientela, no ano de 1994, assim como a reativação dos centros de estudos supletivos, ampliando o atendimento a jovens e adultos, priorizando a faixa de 15 a 29 anos, de modo a oferecer oportunidades de educação básica equivalente a quatro séries para 3,7 milhões de analfabetos e 4,6 milhões de subescolarizados; e

- desenvolvimento e projetos de multimídia de interligação de redes de informática, com acionamento à distância de som e imagens, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB).

Quanto ao atendimento ao educando, com o objetivo de viabilizar as diretrizes básicas estabelecidas em seus programas, o MEC deverá atingir, no ano vindouro, as seguintes metas:

- 30 milhões de alunos atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar durante 200 dias letivos;
- 28 milhões de alunos atendidos pelo Programa Nacional do Livro Didático;
- 27 milhões de alunos beneficiados pela criação e implantação de salas de leitura;
- 27 milhões de alunos carentes atendidos pelo Programa Nacional de Material Escolar;
- 15 milhões de alunos atendidos pelo Programa Nacional de Saúde do Escolar; e
- 2.650 municípios atendidos pelo Programa Nacional de Transporte Escolar.

No que diz respeito à educação de portadores de deficiência e/ou necessidades especiais, está previsto, em 25 unidades da Federação, compreendendo 91 municípios, o atendimento tanto educacio-

nal, como médico e odontológico, a esse tipo de clientela, assim como a implementação de atividades profissionalizantes através da contratação de professores especializados e/ou instrutores.

Em consonância com a meta global de proporcionar, até o ano 2000, atenção integral a 1,2 milhão de crianças e adolescentes através do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA), em áreas urbanas periféricas, o MEC desenvolverá as seguintes ações até o final de 1994: autorização de implantação de mais de 147 unidades, a serem incluídas até o final de 1994, completando 500 centros automatizados; conclusão de obras iniciadas em 1993, em número de 150, até o final do primeiro semestre de 1994; equipamento e treinamento de equipes para os CAICs acima; e implantação de uma oficina de comunicação voltada prioritariamente para a divulgação da pedagogia da atenção integral.

Com respeito ao ensino médio e tecnológico, estão previstos: a implementação do projeto de capacitação de recursos humanos, utilizando a metodologia de educação à distância, para professores do ensino fundamental (5^a à 8^a séries) e do ensino médio; implantação de 32 centros de informática educativa; fomento ao programa de cooperação com a UNESCO para implantação de seis Centros Nacionais visando à formação e treinamento de docentes e técnicos-administrativos para o ensino tecnológico; e a conclusão de 21 novas escolas técnicas e agrotécnicas.

Na área dos desportos, as ações abrangerão: o desenvolvimento e melhoria da qualidade e da prática desportiva, através do apoio às entidades federais de administração dos desportos, visando à melhoria da qualidade e à participação em eventos internacionais; fomento e desenvolvimento do desporto para pessoas portadoras de deficiência, cujos objetivos são promover, apoiar e difundir as atividades físicas, desportivas, recreativas e de lazer para pessoas portadoras de deficiência; construção, reforma e ou adaptação de 30 espaços poliespor-

tivos com o objetivo de apoiar e/ou organizar ações relacionadas com as instalações convencionais ou não, que componham o parque cultural das atividades desportivas.

Na área de estudos e pesquisas educacionais, estão programados o desenvolvimento de cerca de 30 pesquisas na área de ciências sociais aplicadas, 4 projetos de estudos avançados em ciência e tecnologia, divulgação e publicação de 5.000 estudos e pesquisas, o desenvolvimento de 16 projetos culturais e a implantação de 18 bases de dados gerados, entre outros. Na perspectiva de subsidiar o processo de planejamento e de tomada de decisões governamentais, os quais devem ser baseados em informações e dados educacionais reais e fidedignos, o MEC fará realizar o Censo Educacional de 1994, envolvendo ações que iniciam com o seu planejamento até à implantação de um banco de dados, em equipamento de grande porte, com as informações geradas.

Serão pesquisados estabelecimentos de ensino fundamental e médio e de ensino superior, o que deverá gerar informações sobre repetência e evasão escolar.

MINISTÉRIO DA CULTURA

A ação do Governo reestabeleceu o diálogo com a comunidade cultural brasileira e permitiu a retomada de uma política para o setor.

Ações Realizadas em 1993

As ações institucionais na área da cultura incluíram a instalação do Conselho Nacional de Política Cultural, através do Decreto nº 823, de 21.03.93, com as mesmas atribuições do extinto Conselho Federal de Cultura; e o encaminhamento à SAF-PR de projetos de Decretos que aprovam a estrutura regimental do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) e os estatutos da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBAC), Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e Fundação Cultural Palmares (FCP).

A produção e difusão culturais foram incentivados, mediante a implantação do Salão Nacional de Artes Plásticas, com o objetivo de discutir e expor as principais tendências das artes plásticas, nas diversas regiões brasileiras; implementado também o Projeto Macunaíma, dedicado à difusão das experiências e propostas de novos artistas plásticos, de todo o País. Foi realizado o projeto No Trilho da Imagem Fotográfica e Memória, para comemorar o dia mundial da fotografia, 19 de agosto, com a promoção de palestras e exposições sobre a história, informação, preservação, organização, curadoria e

reprodução fotográfica. A X Bienal de Música Contemporânea Brasileira, principal mostra da produção musical brasileira, com a promoção de 14 concertos, reuniu cerca de mil músicos, na execução de oitenta obras de compositores brasileiros. Instalada também a Rede Nacional de Música, difundindo, principalmente no interior do País, a música de concerto, o intérprete e o compositor brasileiro, contando com a participação de renomados intérpretes, que realizam apresentações. O Projeto Pixinguinha, por sua vez, significou neste ano a volta do mais importante projeto musical já havido com o objetivo promover a divulgação da música brasileira por meio de apresentações itinerantes por todo o território nacional.

Outras atividades foram desenvolvidas, abrangendo o Concurso Nacional de Dramaturgia - importante iniciativa de difusão e valorização da dramaturgia brasileira - revitalizado este ano, oferece prêmios na área do teatro; o Olhar Contemporâneo da Dança, reabiizado neste exercício, consistindo na mostra da mais recente produção coreográfica; ativação da Escola Nacional de Circo e Centro Técnico de Artes Cênicas; instalação do Programa de Teatro de Bonecos; e promoção do Prêmio Sílvio Romero para a cultura popular.

O apoio à produção e difusão de obras cinematográficas brasileiras fez com que o cinema brasileiro ressurgisse de um estado inegável de quase extinção. Concorreram para a nova realidade, entre outras, duas iniciativas do Governo Federal:

- promulgação da Lei nº 8.685, de 20.07.93, que cria mecanismos de incentivo às atividades audiovisuais, regulamentada pelo Decreto nº 974 de 08.11.93; e
- aprovação de crédito adicional para incentivo à produção de obras cinematográficas brasileiras no valor equivalente a CR\$ 2,5 bilhões.

O Ministério apoiou a realização de 38 curtas e quatro longametragens através do IBAC, bem como participou efetivamente dos festivais de Gramado, Natal, Bahia e Brasília.

No tocante à preservação e divulgação do acervo bibliográfico e documental foi restaurado o edifício-sede da Biblioteca Nacional, através do convênio FBN/Fundação Roberto Marinho/Banco Real, no valor de CR\$ 350,0 bilhões de dólares. Foi implantado também um programa de preservação do acervo da Biblioteca Nacional constituído por 700 mil manuscritos, 42 mil obras raras, 50 mil partituras originais, 4,0 milhões de jornais e revistas, 1,2 milhão de monografias e 3 milhões de discos.

Foi promovido o incentivo à produção literária nacional, através da implantação da Casa da Leitura do Rio de Janeiro, espaço que permitirá a reunião de educadores, pesquisadores e estudantes com o intuito de modificar o panorama da leitura no País. Um convênio FBN/Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras permitirá a ligação das 900 bibliotecas universitárias, através de sistema *on line*, com as 3.000 bibliotecas integrantes do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

Na preservação e difusão do patrimônio cultural, foram executadas 63 obras de restauração de bens imóveis tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O Decreto nº 998, de 17.11.93, transferiu para o Ministério da Cultura todo o acervo espalhado pelas autarquias e repartições públicas, o que viabilizará a instalação do Museu de Arte Moderna em Brasília.

A cultura afro-brasileira foi contemplada com a publicação do dicionário da Escravidão Negra no Brasil, em convênio com a União Brasileira de Escritores. Por solicitação da Procuradoria Geral da República, a Fundação Cultural Palmares participou de reuniões que discutiram as questões fundiárias dos remanescentes quilombos do

Frexal, no Maranhão, Kalunga, em Goiás e Rio das Rãs, na Bahia, reconhecendo essas comunidades como quilombos.

Quanto ao intercâmbio cultural, o Brasil participou do V Encontro dos Ministros de Cultura da América Latina e do Caribe, realizado em Caracas (Venezuela) e do Seminário "Educação, Trabalho e Pluralismo Cultural" realizado em Oaxaca (México), evento preparativo para o 1º Encontro dos Ministros da Cultura dos países Ibero-Americanos, realizado no Chile em novembro de 1993.

O Programa Nacional de Cultura (PRONAC), aprovou 441 projetos no montante equivalente a CR\$ 3,5 bilhões de UFIR, na área de mecenato privado, que permite às pessoas físicas e jurídicas a dedução, no imposto de renda devido, de recursos alocados sob a forma de doações e patrocínios.

Ações Previstas para 1994

As ações concentrar-se-ão prioritariamente no Programa de Municipalização da Cultura, que objetiva promover a descentralização das atividades culturais para todos os municípios brasileiros, de forma a ampliar o acesso dos diferentes segmentos da sociedade aos bens e serviços culturais.

As metas prioritárias desse Programa são: instalação, nos municípios brasileiros, de uma Praça de Cultura e/ou de uma Casa de Cultura, de preferência em imóveis tombados pelo Patrimônio Nacional; expansão de rede de bibliotecas públicas; valorização da atividade teatral em nível local; apoio a bandas de música, corais e outros grupos representativos da comunidade artística em nível local; apoio à divulgação da cultura popular nas áreas de artesanato e folclore.

O Programa Nacional de Incentivo às Artes Cênicas visa a incentivar a produção e circulação de peças teatrais, bem como possibilitar o acesso da população de baixa renda a eventos de

natureza teatral. As metas prioritárias deste programa são: implantação do projeto de financiamento reembolsável para projetos de produção teatral; campanha de popularização do teatro; e execução do Projeto Procópio Ferreira que permitirá a circulação de peças teatrais em nível nacional.

Será implantado também um Programa de Definição de Uso de Bens Imóveis Tombados, tendo como objetivo ceder o uso de bens tombados para o desenvolvimento de iniciativa de caráter privado. A sua meta prioritária será o levantamento dos imóveis tombados próprios da União que possam ser transferidos a terceiros, para viabilizar a utilização dos mesmos como centros de irradiação cultural, em nível local.

Ainda, o Programa Nacional de Incentivo à Produção de Obras Cinematográficas Brasileiras merecerá especial atenção neste exercício. Visa principalmente a apoiar a execução de projetos de produção independente de filmes de curta, média e longa metragens. Suas metas prioritárias consistirão na concessão de prêmios; na aprovação de linha de financiamento, através da FINEP, para produção de obras audiovisuais brasileiras; e no apoio à participação de filmes brasileiros em festivais nacionais e internacionais.

Todos esses programas, que serão desenvolvidos em 1994, obedecem à determinação do Governo, no sentido de fazer com que a cultura seja um fator de identidade e desenvolvimento humano na vida de todos os brasileiros.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

A partir da reestruturação administrativa decorrente da instalação do atual governo, o Ministério do Trabalho participa ativamente das discussões e decisões governamentais no plano econômico; coordena negociações importantes, como as ocorridas quando da aprovação, pelo Congresso Nacional, das leis salariais para a iniciativa privada e para os reajustes do funcionalismo público federal; tem provocado o debate sobre a modernização das relações trabalhistas, colocando na ordem do dia propostas como a do contrato coletivo de trabalho e um novo patamar de salário mínimo; mantém diálogo franco, tanto com as centrais sindicais dos trabalhadores, quanto com as entidades empresariais; estimula a participação da cidadania, criando canais para que a sociedade não fique à margem das decisões oficiais; enfim, busca uma nova dimensão para a ação do Estado no contexto político, econômico e social.

Ações Realizadas em 1993

Dentre as ações concretizadas pelo Ministério do Trabalho em 1993, merece destaque o acordo com os servidores públicos federais civis e militares, configurado na aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 8.676, de 13 de julho de 1993, que compreende a adoção de uma nova política salarial a vigorar até maio de 1994, com antecipações bimestrais a partir de julho de 1993 e reajuste geral na data-base

(janeiro de 1994) corrigindo perdas de 1993; elevação gradativa, a se completar em junho de 1994, do percentual da Gratificação de Atividade de 80% para 160%; criação de comissão mista governo-servidores para o acompanhamento do processo de apuração dos índices de revisão salarial e de variação da receita líquida de impostos permanentes; compromisso de destinação de adicional sobre aumento real da receita líquida para a implantação e aperfeiçoamento de planos de carreira; e calendarização para o pagamento de contas inativas do FGTS durante o ano de 1994, no respectivo mês de aniversário dos servidores públicos, em função do advento do Regime Jurídico Único.

O Conselho Nacional do Trabalho, órgão tripartite - Governo, trabalhadores e empresários - encarregado da proposição e avaliação da política do trabalho, implantado no ano, é o mais forte instrumento no campo do Poder Executivo para viabilizar a participação da cidadania na concretização dos objetivos de política trabalhista do governo. O conselho já conta com sua estrutura de funcionamento definida. Comissões e grupos de trabalho tratarão, no âmbito do CNTb, dos seguintes temas: eliminação do trabalho forçado no Brasil, combate à fome através da geração de empregos, relações internacionais/MERCOSUL, sistema de formação profissional e educação tecnológica, reforma agrária, contrato coletivo de trabalho, regulamentação da dispensa imotivada, organização e representação sindical e encargos sociais.

Os acordos derivados do funcionamento das câmaras setoriais - setores automotivo, de construção naval, e de caminhões e máquinas agrícolas (FINAME-Rural) - constituíram importantes eventos para a retomada do desenvolvimento, ampliação do emprego e aperfeiçoamento das condições trabalhistas. Em decorrência dos acordos firmados foram destinados recursos adicionais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), em setembro de 1993, no montante de CR\$ 69,2 bilhões, gerenciados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Eco-

nômico e Social (BNDES). Recursos aprovados pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) beneficiaram o Ministério da Saúde, sendo o primeiro empréstimo concedido ainda em outubro de 1992 no montante de CR\$ 202,4 bilhões e o segundo, em julho de 1993, no montante de CR\$ 197,6 bilhões. Considerando o empréstimo efetivado em dezembro de 1991, de CR\$ 82,9 bilhões, o crédito do CODEFAT junto ao Ministério da Saúde é da ordem de CR\$ 482,9 bilhões.

Quanto ao FGTS, adotou-se solução para pagamento das contas inativas mediante acordo que possibilitou iniciar os pedidos de saque a partir de 17 de maio de 1993, com prazo de conclusão previsto para 31 de março de 1994. Cerca de 20 milhões de trabalhadores poderão ter suas contas saldadas, gozando de uma bonificação adicional à taxa vigente de 3% ao ano. Foram concluidas as auditorias nas contas do FGTS relativas aos anos de 1990 a 1992, o que possibilitará o aperfeiçoamento da gestão do fundo, bem como a caracterização dos atos irregulares de gestão e punição dos responsáveis. Por fim, definiram-se os mecanismos para o parcelamento dos débitos de contribuições com o FGTS e para o aprofundamento do trabalho de fiscalização dos recolhimentos de contribuições, tendo como resultado o crescimento real da arrecadação mensal em cerca de 7,5%.

A participação da representação do Brasil na 80ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho serviu para resgatar o respeito ao País, notadamente pela divulgação das providências que têm sido tomadas quanto às denúncias de trabalho forçado ou escravo e discriminação no mercado de trabalho.

Após a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 8.700, de 27 de agosto de 1993, a política salarial passou a assegurar antecipações salariais mensais sobre a parcela dos salários até 6 (seis) salários mínimos, sobre o salário mínimo e sobre os benefícios de prestação continuada da Previdência Social, em percentual correspondente à

parte da variação do Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM) que exceder 10% (dez por cento) no mês anterior ao da sua concessão. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) foi substituído pelo IRSM, a partir de janeiro de 1993, para todos os fins previstos nas Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991.

Relativamente ao Plano de Combate à Fome, foi iniciado debate junto aos segmentos empresariais e de representação dos trabalhadores, com o objetivo de promover a ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e a alteração do perfil do trabalhador beneficiado para abranger, prioritariamente, os trabalhadores de poder aquisitivo mais baixo. Nesse sentido, foram desenvolvidas as seguintes ações: dinamização da informação sobre o Programa, de modo a estimular a sua utilização por trabalhadores e empresas; aperfeiçoamento dos mecanismos operacionais do Programa, flexibilizando os instrumentos de sua aplicação de forma a atingir o trabalhador rural e os trabalhadores de menor nível de organização; definição de mecanismos que possibilitem o atendimento de trabalhadores beneficiados pelo seguro-desemprego e do setor informal do mercado de trabalho; ampliação do Programa para trabalhadores de alguns segmentos do setor formal da economia, especialmente na construção civil e na prestação de serviços; normatização da legislação pertinente, de forma a permitir o acompanhamento e a fiscalização do Programa; e revisão dos benefícios incentivados, de forma a atingir os pequenos e médios empresários. O PAT beneficia, atualmente, cerca de 8 milhões de trabalhadores.

O MTb também vem promovendo amplo debate sobre o sistema de relações de trabalho, objetivando criar condições favoráveis à adoção do contrato coletivo de trabalho. Recentemente foi realizado o Fórum Nacional com transmissão, via TV Executiva da EMBRATEL, para 56 auditórios localizados nos Estados, acompanhado por debates realizados através de Fóruns Regionais e da captação de experiências

de outros países através de Seminários Internacionais. Esses eventos têm como objetivo diagnosticar a situação das relações de trabalho em todo Brasil e nas diversas regiões, comparando essa realidade com a experiência internacional.

O MTb, em conjunto com outros Ministérios, instituiu o "Pro-Labor - Força Jovem para o Interior", que busca solução para dois problemas: o dos 230 mil profissionais recém-formados que deixam as faculdades anualmente sem perspectivas de emprego, e dos empregadores como prefeituras, pequenas empresas e outras instituições distantes dos grandes centros urbanos, que não dispõem de informações para a localização da força de trabalho. Projeto de lei em discussão no âmbito do Poder Executivo prevê o estabelecimento de incentivos para empresas contratantes de profissionais recém-formados.

O Programa entrou em funcionamento em março de 1993 com a instalação da Central de Oportunidades. Foram cadastrados 24 mil candidatos das mais diversas ocupações, dos quais 4 mil de nível médio e 20 mil de nível superior. Por esses dados, percebe-se que os candidatos, em geral, estão dispostos a aceitar a idéia de interiorização, inclusive os médicos, mas, para estes, os salários oferecidos têm sido um fator de freio às expectativas. A configuração apresentada pelo preenchimento de vagas reafirma a validade do Programa, mostra a mobilidade dos candidatos e aponta a necessidade de sua consolidação. Atualmente, busca-se a articulação com o Sistema Nacional de Empregos (SINE), objetivando ampliar a contratação de profissionais, permitindo o preenchimento de vagas nas grandes cidades.

Foram negociados os termos de um acordo de cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), já aprovado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e pela FAO-Roma, para a implementação de um programa de geração

de emprego e renda em áreas rurais e urbanas de pobreza generalizada, mediante a organização e capacitação massiva de trabalhadores para incentivar a criação de empreendimentos de autogestão. Visando a instrumentalizar o debate acerca das questões relacionadas com a geração de empregos, salários e renda, está em processo de elaboração projeto que objetiva promover discussão em nível nacional e incentivar a geração de conhecimentos nestas áreas.

O aperfeiçoamento da fiscalização do trabalho desencadeado no ano teve como finalidade atingir os segmentos produtivos de maior densidade de trabalhadores, os de maior risco e os de menor organização. Busca-se, através de ações conjuntas, com o envolvimento de outros órgãos da administração pública e instituições e segmentos da sociedade civil, maior eficácia na proteção ao trabalho. Em relação à fiscalização das contribuições do FGTS, foram fiscalizados 290,7 mil empresas, alcançando-se 19,0 milhões de empregados. Quanto às denúncias de ocorrência de trabalho forçado, foi organizado arquivo contendo as informações relativas aos resultados da fiscalização e desdobramentos da ação fiscal no âmbito do Ministério Público, Polícias Civil e Federal e Poder Judiciário.

Em relação ao trabalho da criança e do adolescente, o objetivo é coibir a ocorrência de prorrogação da jornada de trabalho sem autorização, de manutenção de menores de 18 anos em trabalho noturno, de não garantia do horário de freqüência à escola e não cumprimento das cotas de contratação de aprendizes. Com o mesmo objetivo, foi celebrado convênio entre a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Ministério do Trabalho para execução de programa de caráter internacional no período de novembro de 1993 a julho de 1994.

Complementarmente, o MTb realizou mapeamento dos problemas através das unidades regionais; manteve contatos com entidades governamentais e civis, e realizou estudo dos programas já implanta-

dos; analisou propostas de governos estaduais e municipais e de entidades da sociedade civil; participou das assembleias do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e em suas Comissões Temáticas do Trabalho e de Combate à Violência; e elaborou proposta de ação para fiscalização do trabalho da criança e do adolescente, estimulando a promoção de fóruns e debates sobre a questão com os diversos representantes da sociedade civil.

Visando à elaboração de um plano de ação capaz de contribuir efetivamente para a melhoria das condições e ambientes de trabalho e para a proteção à saúde no trabalho, foram desenvolvidas atividades preparatórias à implantação de projetos relacionados ao trabalho da criança e do adolescente; à reformulação das normas regulamentadoras do uso do benzeno; e a dispositivos que garantam a segurança e a saúde de trabalhadores que se utilizam de motosserras. Além disso, destacam-se a revisão, atualização e publicação de 7 normas de segurança e saúde no trabalho; intercoordenação de ações de segurança e saúde no trabalho com o Sistema Único de Saúde (SUS), beneficiando 10 unidades da Federação; fiscalização dos ambientes e condições de trabalho de 153 mil empresas; realização da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CANPAT) em várias unidades da Federação; distribuição de 185 mil exemplares de cartilhas sobre direitos trabalhistas em saúde; e implantação nas escolas de conteúdos de educação em segurança, saúde e higiene no trabalho.

A partir de novembro de 1993, vem sendo veiculada “Campanha pela Carteira de Trabalho Assinada - Questão de Cidadania”, cujo objetivo é o de aumentar o número de trabalhadores com sua situação funcional formalizada, passando a usufruir de todos os seus direitos trabalhistas.

O Sistema Nacional de Emprego (SINE) passou por um amplo processo de reestruturação, efetivada através da realização de convênios com os estados, com aplicação de CR\$ 1,3 bilhão do Fundo de

Amparo ao Trabalhador (FAT). O SINE, agora, está orientado para o aperfeiçoamento da concessão do seguro-desemprego, com ênfase na preparação do trabalhador desempregado para o retorno ao trabalho, através de programas de reciclagem profissional adequados às necessidades locais. Nesse sentido, o MTb treinou 32,2 mil trabalhadores, beneficiou 3,6 milhões de trabalhadores com o seguro-desemprego, e concedeu abono salarial (PIS/PASEP) a 3,9 milhões de trabalhadores de baixa renda.

Acordo firmado entre o governo brasileiro e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) resultou na implantação do projeto "Desenvolvimento de Políticas e Programas para o Setor Trabalho", que objetiva a implantação do contrato coletivo de trabalho no Brasil, a geração massiva de empregos e a criação de métodos visando ao acesso às informações básicas sobre direitos, benefícios e obrigações, dentro de um amplo programa denominado Trabalho e Cidadania, que são as linhas mestras do MTb. Dessa forma, os trabalhadores urbanos, pelo estágio de organização que já alcançaram, disporão de um novo instrumento de relação de trabalho que ampara, indistintamente, empregados de grandes, médias e pequenas empresas; os trabalhadores rurais contarão com meio de informação, bem como com fiscalização de suas atividades; as universidades e centros de pesquisa terão acesso a bancos de dados referentes à questão trabalho; e os trabalhadores suscetíveis a doenças em decorrência do ambiente e das condições do trabalho terão, mediante a revisão da legislação e da presença da fiscalização, melhoria da sua qualidade de vida.

Finalmente, providências foram adotadas para adequar a estrutura administrativo-operacional do MTb ao seu novo perfil, com a consequente busca de melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade. Nesse sentido, destacam-se os seguinte projetos em andamento: "Plano Emergencial de Apoio Técnico-Administrativo",

destinado a prestar assessoramento direto e efetivo às Delegacias Regionais do Trabalho com ações de manutenção, de apoio administrativo, de investimentos/inversões financeiras e de reformas e melhorias de prédios; política de recursos humanos para o MTb, através da manutenção de programas de qualificação dos servidores e de adequação do quadro de pessoal às reais necessidades do órgão; obtenção e adequação de espaços físicos para as unidades do MTb; e plano de informatização, envolvendo a sede em Brasília e as Delegacias Regionais do Trabalho.

Ações Previstas para 1994

A estratégia de desenvolvimento adotada pelo Governo Federal segue diretrizes econômicas e sociais fundamentadas na recuperação das condições básicas de crescimento econômico e na prioridade dada à estabilização monetária.

Desta forma, o Ministério do Trabalho, objetivando a redução dos elevados níveis de desemprego, dará prosseguimento à sua política de emprego através de medidas de promoção de empregos permanentes e transitórios, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), mediante repasse ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de aproximadamente CR\$ 54,6 bilhões, para a geração de cerca de 111 mil empregos. Paralelamente, também será dado andamento ao Programa de Geração de Emprego e Renda, através de 27 projetos, um em cada unidade da Federação, com recursos previstos da ordem de CR\$ 1,5 bilhão.

O MTb continuará o trabalho de reestruturação do Sistema Nacional de Emprego (SINE), cujas metas em 1994 são de intermediar 240 mil, reciclar 160 mil e treinar 2,6 mil trabalhadores, aplicando CR\$ 2,0 bilhões. No âmbito do Pro-Labor, coordenado pelo MTb e desenvolvido em conjunto com outros ministérios, será implementa-

do e mantido cadastro, com previsão de aplicação de recursos no montante CR\$ 25,7 milhões.

Como decorrência da ampliação e informatização da rede de postos de atendimento do MTb, a taxa de habilitação ao programa do seguro-desemprego deverá alcançar níveis mais elevados em 1994, beneficiando cerca de 6,0 milhões de trabalhadores com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) da ordem de CR\$ 60,0 bilhões. O abono salarial irá beneficiar 6,0 milhões de trabalhadores, direcionando para tanto CR\$ 34,0 bilhões. A comprovação da relação de emprego, através da identificação e registro profissional, que garante os direitos sociais do trabalhador, será aprimorada com a emissão de 10 milhões de Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS), com gastos previstos em torno de CR\$ 49,4 bilhões.

Na área da formação profissional, o MTb promoverá cursos de qualificação, objetivando reciclar 128 mil trabalhadores, treinar 100 mil trabalhadores, preparar 10 mil trabalhadores para atuarem como agentes multiplicadores para a formação profissional, e ainda incentivar a participação de organismos sindicais nesta área através do treinamento de 4 mil sindicalistas. Essas ações serão executadas com recursos do FAT da ordem de CR\$ 1,1 bilhão.

Com o objetivo de aperfeiçoar a capacidade de fiscalização do Estado e, principalmente, garantir o cumprimento da legislação trabalhista e a prevalência de condições e ambientes de trabalho adequados, o MTb dará novo enfoque à fiscalização, atribuindo esta responsabilidade também a sindicatos e empresas. Como parte desta nova abordagem, o MTb contribuirá para conscientizar os trabalhadores sobre seus direitos e também para mostrar que muitas infrações causam prejuízos que vão além dos locais de trabalho, onerando a sociedade como um todo. Na área de saúde e segurança, por exemplo, o aumento dos auxílios previdenciários e das aposentadorias por acidente ou doença

representa ônus adicional na forma de contribuições sociais pagas por empresas e trabalhadores.

Assim sendo, a fiscalização das relações do trabalho seguirá três linhas básicas, quais sejam: programas especiais de fiscalização do trabalho rural e infantil que beneficiará 3,6 milhões de pessoas; aprimoramento da fiscalização do FGTS, que atingirá 486 mil empresas; e programa de incentivo ao registro de empregados e contenção do trabalho extraordinário, beneficiando 30 milhões de trabalhadores.

No que se refere à fiscalização das condições de trabalho e saúde do trabalhador, as metas para 1994 incluem a revisão, atualização e publicação de 27 normas de segurança e saúde no trabalho; intercoordenação de ações com o Sistema Único de Saúde (SUS), beneficiando todas as unidades da Federação; e fiscalização dos ambientes e condições de trabalho de 360 mil empresas.

Nesse ano, grande ênfase será dada ao aspecto técnico-científico para ampliação da prevenção de acidentes e das doenças do trabalho. Desta forma, a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Saúde no Trabalho (FUNDACENTRO), entidade de pesquisa vinculada ao MTB, deverá se integrar a outros órgãos públicos e entidades da sociedade civil, de modo a formar uma rede de atendimento para combater as condições de periculosidade ou insalubridade nos locais de trabalho. Sua programação para 1994 inclui o aprimoramento técnico-científico de 6,8 mil técnicos, destinando para tanto R\$ 134,7 milhões; o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre higiene e segurança no trabalho, com dispêndios previstos de R\$ 418,4 milhões; e a modernização e informatização de 14 centros de pesquisas.

O objetivo principal do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) será o envolvimento de 55 mil empresas, elevando o número de participantes para 12 milhões de trabalhadores. Sua meta é alcançar os trabalhadores da construção civil e da área rural, e uma parcela de

empregados da economia informal. Nessas ações serão gastos cerca de CR\$ 40,4 milhões.

A revisão do sistema de relações do trabalho no Brasil, iniciada em 1993, terá prosseguimento através de ações destinadas a incrementar o conhecimento sobre contrato coletivo de trabalho e sistema de relações do trabalho. Nesse sentido, com gastos previstos de CR\$ 188,9 milhões, prioridade será dada à revisão da legislação trabalhista, à ampliação do atendimento em relações trabalhistas através da assistência a 10 mil entidades sindicais, e ao desenvolvimento de projeto de cooperação técnica, além de pesquisas sobre o sistema de acompanhamento de greves e relações coletivas e individuais de trabalho.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Previdência Social atualmente goza de uma imagem positiva perante a sociedade, inspirando mais credibilidade e respeito para com os segurados e contribuintes. Isto certamente é o resultado dos progressos nas áreas do seguro social e da arrecadação e fiscalização, no combate à sonegação e às fraudes e na modernização administrativa, comprovando que, com dedicação e profissionalismo, não só é possível administrar a Previdência Social, como também é possível transformá-la em algo de que a sociedade brasileira possa se orgulhar.

No inicio do atual Governo os aposentados e pensionistas passaram a receber seus benefícios, pela primeira vez na história da Previdência, com reajustes idênticos aos que percebem os trabalhadores da ativa. A política administrativa de cunho profissionalizante, então implantada na Previdência Social, reflete uma cultura moderna de administração pública, na qual os serviços previdenciários devem ser executados com elevados padrões de desempenho, baseados no ideal de qualidade e produtividade. Sem perder de vista as ações de longo prazo, optou-se pelo resgate do planejamento estratégico como método de trabalho e pela implementação de instrumentos administrativos para análise do desempenho operacional da Previdência.

Ações Realizadas em 1993

Na área administrativa foram implementados o Formulário Mensal de Desempenho Operacional (FMDO), o Boletim Mensal de

Desempenho Operacional (BMDO) e o Relatório de Acompanhamento do Plano de Ação (RAPA). Além disso, foi celebrado um novo contrato de serviços entre o INSS e a DATAPREV, passo inicial para um futuro contrato de gestão.

A execução financeira da Previdência Social alcançou cerca de CR\$ 6,0 trilhões no ano, dos quais cerca de 90% corresponderam a despesas com pagamento de benefícios previdenciários. Em 1992 haviam sido gastos CR\$ 4,7 trilhões, dos quais cerca de CR\$ 4,2 trilhões com benefícios. O valor unitário dos benefícios praticamente dobrou entre dezembro de 1992 (CR\$ 213 mil) e fins de 1993 (CR\$ 39,5 mil).

O número de benefícios em manutenção no final do ano era de 14,7 milhões, que representam um acréscimo de 1,6 milhões ou 12,2% em relação aos 13,1 milhões de benefícios em manutenção no final de 1992 e o resultado líquido entre concessões, cancelamentos, suspensões ou cessações de benefícios ocorridos durante o ano. No ano foram concedidos cerca de 2,6 milhões de benefícios, 47% dos quais na área rural. Atualmente, três em cada quatro benefícios são concedidos com tempo abaixo de 45 dias, conforme determina a Lei de Benefícios da Previdência Social. O pagamento de sentenças transitadas em julgado (CR\$ 53,9 bilhões) correspondeu, em 1993, a oito vezes o valor que havia sido pago em 1992 (CR\$ 6,5 bilhões).

Para a melhoria do atendimento aos segurados, a Previdência está informatizando todos os postos de benefícios distribuídos pelas diversas regiões do País. O PRISMA, na condição de projeto estratégico para a modernização da Previdência, informatizou 435 postos em 1993, totalizando 500 postos informatizados até o momento ou 48,9% do total de 1.023 existentes. Passaram a receber seus benefícios através do sistema de cartão magnético 6,3 milhões de aposentados, contra 2,4 milhões em 1992.

No contexto econômico dos últimos cinco anos, as receitas da Previdência Social, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), têm mantido um peso médio em torno de 4,5%. Por outro lado, a razão entre o montante das contribuições dos empregadores e dos trabalhadores passou de 2,23 em 1989 para 3,22 em 1992.

A partir do final de 1992, a ampliação das despesas com benefícios só não contribuiu para agravar o déficit fiscal do Governo Federal porque a Previdência redobrou esforços no sentido de intensificar e melhor direcionar a fiscalização, visando ao aumento da arrecadação e o equilíbrio do fluxo de caixa do sistema. Esses esforços trouxeram bons resultados. Em 1993, os resultados da ação fiscal (CR\$ 1,5 trilhão) - notificações, parcelamentos e recolhimentos - corresponderam quase ao dobro do que havia sido arrecadado em 1992 (CR\$ 1,0 trilhão).

Esses resultados foram obtidos, ao contrário do que se poderia supor, com um número menor de empresas fiscalizadas do que no período anterior. Em 1992 foram fiscalizadas 1.134,0 mil empresas e apenas 673,8 mil em 1993, demonstrando, objetivamente, os resultados promissores da fiscalização dirigida.

Simultaneamente, foi iniciada a reformulação da perícia médica do INSS cabendo destacar a reorganização dos serviços por 2.000 médicos peritos, para evitar fraudes, distorções e desvios na concessão de benefícios. Comparativamente a 1992, a Previdência Social apresentou, entre outros, os seguintes resultados: 4.297 prefeituras municipais com situação regularizada em 1992 e 4.725 em 1993; 2.990 fiscais em atividade em 1992 e 4.366 em 1993; 991 postos de benefícios em 1992 e 1.023 em 1993; nenhuma procuradoria regional informatizada em 1992 e 25 informatizadas em 1993; 850 mil benefícios suspensos devido a irregularidades em 1992 e 1,3 milhão em 1993; nenhum segurado urbano cadastrado em 1992 e 9 milhões cadastrados em 1993; nenhuma aposentadoria por invalidez cance-

lada em 1992 e 87 mil canceladas em 1993; nenhum benefício rural irregular cancelado em 1992 e 294 mil cancelados em 1993; 735 mil benefícios represados em 1992 e 262 mil em 1993.

Foram pagos os 147% devidos pelo Governo a 2,9 milhões de aposentados e pensionistas, após uma longa pendência e que representou um desembolso de CR\$ 390,7 bilhões.

Ações Previstas para 1994

Na área do seguro social, o Plano de Ação da Previdência Social para 1994 compreende conclusão da informatização de mais 500 postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), correspondente ao projeto PRISMA; conclusão da revisão dos benefícios urbanos; diminuição do percentual de benefícios concedidos com tempo maior que 45 dias, que atualmente é de 23%; intensificação do combate às fraudes no pagamento de benefícios; manutenção de cerca de 16 milhões de aposentadorias e pensões; concessão de cerca de 2,5 milhões de novos benefícios; manutenção do valor médio real dos benefícios; início de pagamento de cerca de CR\$ 1.138 bilhões, como complementação ao piso de um salário mínimo referentes aos benefícios em manutenção no período de novembro de 1988 a abril de 1991, e em cumprimento a decisão do Supremo Tribunal Federal; acompanhamento dos serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT); e treinamento de servidores, adaptando-os a novo padrão de prestação de serviços.

Quanto à arrecadação e fiscalização, a Previdência Social contemplará cobrança dos parcelamentos efetuados no primeiro semestre de 1993 (Lei nº 8.620/93); intensificação da fiscalização, abrangendo cerca de 1,0 milhão de empresas, concentrando ações sobre os setores de maior peso na formação da renda nacional (fiscalização dirigida); combate aos empresários que se apropriam indevidamente de contri-

buições dos trabalhadores, com o consequente encaminhamento de notícias-crime ao Ministério Público da União; institucionalização da troca de informações cadastrais com outros órgãos da área fiscal da União, de Estados e de Municípios, visando ao cruzamento de dados dos grandes contribuintes para análise do potencial de arrecadação e melhor orientação da fiscalização (interface com ações de fiscalização dirigida); aperfeiçoamento dos sistemas de arrecadação da Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV), com estratificação mais detalhada e segura da base de dados; depuração dos cadastros de contribuintes; informatização das Gerências Regionais de Arrecadação e Fiscalização (GRAFs); interligação lógica dos sistemas de arrecadação da DATAPREV com as GRAFs; implantação de sistema de cobrança dos débitos do setor sucroalcooleiro e dos hospitais; e fiscalização das entidades filantrópicas.

Relativamente à Procuradoria do INSS, em 1994 serão desenvolvidas as seguintes ações: agilização dos ajuizamentos de ações na Justiça Federal contra os grandes devedores; informatização dos controles processuais para cálculo e acompanhamento da cobrança das dívidas ativas da Previdência; contratação dos procuradores aprovados no último concurso; e aperfeiçoamento do sistema de indicadores de desempenho.

Nas demais áreas da Previdência serão priorizadas as ações de implantação de 200 Conselhos Municipais de Previdência Social e o Conselho do Distrito Federal; implantação das Superintendências do INSS nos Estados do Amapá e Roraima; prosseguimento dos trabalhos para implantação, em 1995, do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS); desregulamentação de normas e procedimentos burocráticos; aperfeiçoamento das atividades de acompanhamento de projetos e dos indicadores de desempenho das diversas áreas da Previdência Social; estabelecimento de novo sistema de cadastro de procuradores na área de benefícios; implantação do sistema de con-

trole dos recolhimentos “fita-a-fita” em todos os bancos arrecadadores; intensificação das atividades de auditoria nas regiões críticas (auditoria seletiva); implantação da Ouvidoria da Previdência Social; e modernização do sistema de controle de acidentes de trabalho e perícias médicas.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

O Ministério da Aeronáutica vem se empenhando, apesar das dificuldades acarretadas pela crise econômico-financeira que tem afetado o País, para manter a Força Aérea Brasileira em permanente estado de aprontamento operacional e garantir a continuidade de sua programação prioritária.

Ações Realizadas em 1993

No tocante às Operações Aéreas, a Força Aérea Brasileira (FAB) realizou 175.000 horas de vôo no cumprimento de suas atribuições militares e civis.

O estado de aprestamento da FAB, no presente exercício, pode ser considerado como mantido no nível mínimo satisfatório. Entre os exercícios realizados pela FAB, destaca-se a Operação Surumu, manobra conjunta das três Forças Armadas Brasileiras na Região Amazônica.

No campo da Pesquisa e Desenvolvimento, foi atingido um marco relevante com o lançamento do foguete VS-40 destinado à avaliação, em condições reais, do motor do quarto estágio do Veículo Lançador de Satélite (VLS) e a ativação da Estação de Teledestruição do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

Foram feitos, ainda, treinamentos operacionais conjuntos das equipes do CLA e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), bem como observado o perfil da densidade eletrônica ionosférica, durante a ocorrência do fenômeno da Bolha Ionosférica.

Estima-se que o projeto do VLS tenha alcançado, no fim de 1993, o índice de 73% de realização. Quanto ao CLA, os índices de realização atingidos são: Estação de Controle (50%), Estação de Preparação e Lançamento (65%), Estação de Controle de Satélite (20%), Sítio de Radar (100%), Zona de Apoio Logístico - Aeroporto (62%).

Quanto à área da Indústria Aeronáutica, os eventos mais marcantes podem ser considerados: a entrega dos dois primeiros Tucanos para *L'Armée de L'Air* Francesa, a usinagem da primeira peça da aeronave EMB-145 e, ainda, a entrega de quinze aeronaves EMB-120 Brasília e dez aeronaves AM-X.

É importante destacar a concessão, pelo Governo brasileiro, da garantia financeira pleiteada pela EMBRAER, para a entrada em vigor do contrato de aquisição das oitenta aeronaves EMB-312 para a França.

Por outro lado, o processo de privatização da EMBRAER ultrapassou um grande obstáculo com o acordo firmado entre debenturistas e acionistas majoritários da empresa. Com isso, acredita-se que a composição societária possa voltar a respeitar a proporção estabelecida pela Lei das Sociedades Anônimas. Entre os ajustes prévios para sua desestatização, foi autorizada a conversão de parte de sua dívida para com a União em participação em ações da empresa, tendo sido marcada para o dia 25 de março de 1994 a realização do seu leilão.

Foi, também, autorizada pelo Governo a assinatura de documentos, através dos quais os governos do Brasil e Itália se comprometem a adquirir o terceiro lote de aeronaves AM-X.

Na área de Proteção ao Vôo, foram atingidas as seguintes metas principais: ativado o 3º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (DACTA III), com sede em Recife; transferida para Brasília a Estação Terrena do Programa Sistema de Busca e Salvamento por Satélite (COSPAS/SARSAT), para localização de aeronaves e navios considerados perdidos, pela utilização de satélites. No fim de 1993 foi completada a cobertura radar contínua no espaço aéreo entre Salvador e Fortaleza (litoral).

No campo específico das Telecomunicações Aeronáuticas, a empresa de Telecomunicações Aeronáuticas S.A. (TASA), recebeu da Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Vôo do Ministério da Aeronáutica o controle de quatro grupamentos de proteção ao vôo, como parte do Programa de Absorção Gradativa de Encargos.

No Projeto SIVAM, foram concluídas as obras do sítio de São Gabriel da Cachoeira, encontrando-se em operação o radar e todos os demais equipamentos planejados para o local, prevendo-se, para curto prazo, a sua integração ao Centro de Controle de Área, em Manaus. Tiveram continuidade as obras de implantação dos sítios de Manaus, Boa Vista e Tabatinga e foram concluídos os documentos que compõem a concepção, configuração e o plano de implantação de todo o sistema.

O processo de licitação para aquisição de equipamentos teve seu início marcado pela distribuição das especificações técnicas e instruções para elaboração de propostas às embaixadas de países que possuem empresas com grau de capacitação tecnológica em condições de apresentar propostas para os fornecimentos previstos. O processo licitatório conta, fundamentalmente, com o aporte de financiamentos externos.

Na área de Infra-estrutura Aeroespacial, a Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (INFRAERO) concluiu as obras de ampliação do aeroporto de Aracajú e continuou dando andamento às

obras de modernização e ampliação dos aeroportos de Ilhéus e os internacionais de Brasília, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Curitiba. Estima-se que o de Ilhéus tenha suas obras concluídas no mês de abril de 1994.

No campo da Aviação Civil, ressalta-se o estágio avançado das conversações mantidas pelo Brasil com a China, Rússia, Cuba, Hong Kong, Tailândia, entre outros, com vistas ao estabelecimento de acordos bilaterais sobre Transporte Aéreo Regular.

O Ministério da Aeronáutica entregou, no exercício, 200 residências, em Minas Gerais, destinadas a cabos, taifeiros e civis e concluiu 96 apartamentos, no Rio de Janeiro, destinados a oficiais e civis.

O Ministério iniciou, a partir de julho de 1993, a implantação do Programa de Modernização e Administração de Pessoal, através do qual pretende profissionalizar todos os graduados, com sensível redução de gastos na formação e aperfeiçoamento de pessoal.

Ações Previstas para 1994

No campo da pesquisa e desenvolvimento, o Ministério da Aeronáutica dará continuidade às atividades de implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), devendo adquirir, no mercado nacional, e instalar, o Radar Meteorológico, bem como promover o desenvolvimento e a fabricação da torre móvel de integração do Veículo Lançador de Satélite (VLS).

Quanto ao projeto VLS, as principais metas previstas são: ensaio de separação do primeiro estágio e da ogiva, ensaios dinâmicos e estruturais do veículo completo e maquete de simulação do lançamento do VLS.

Na área de Sistemas Bélicos, prosseguirão as atividades de desenvolvimento de bombas e pretende-se retomar o projeto de

desenvolvimento do míssil ar-ar de curto alcance, denominado Pira-
nha, devendo ser contratada empresa nacional especializada para
conclusão do projeto.

No que diz respeito à Indústria Aeronáutica, terão continuidade
as ações destinadas à consecução do objeto do contrato celebrado
entre a EMBRAER e a *L'armée de l'Air* Francesa através da entrega
mensal de duas aeronaves EMB-312 ao longo do ano.

Pelo programa EMB-120 Brasilia, já há registro em carteira de
pedidos de venda de 13 unidades para 1994 e encontram-se em
discussão contratos de venda de 24 Tucanos para diversos países.

O programa EMB-145 já conta com mais de 100 opções de
compra, e prosseguirá com ênfase nos trabalhos de projeto e de
fabricação do primeiro protótipo, cujo primeiro vôo está previsto para
fevereiro de 1995.

O programa de trabalho da EMBRAER prevê, ainda, a entrega
do restante das aeronaves AM-X (seis aeronaves) pertencentes ao
segundo lote.

Quanto ao processo de privatização, a EMBRAER espera superar
todos os ajustes prévios recomendados pela consultoria contratada
pelo BNDES para, no primeiro semestre, concluir o processo.

Na área de Proteção ao Vôo, terão continuidade os programas
de modernização do sistema de telecomunicações do DACTA I, a
implantação do DACTA III, assim como o projeto que visa à implantação
dos Sistemas de Navegação Aérea do Futuro, desenvolvido pela
Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).

No projeto SIVAM, em 1994, deverão ser concluídas as obras
dos sítios de Manaus, Boa Vista e Tabatinga e planeja-se o início das
operações do Centro de Controle da Área de Manaus (ACC-MN).

Na parte correspondente à Infra-estrutura Aeroespacial, terão
prosseguimento, através da INFRAERO, as obras em curso nos aero-

portos internacionais de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba e espera-se entregar ao uso alguns novos postos de embarque no Aeroporto de Brasília. A INFRAERO estima investir CR\$ 40,5 bilhões, no período, nas obras de modernização dos diversos aeroportos sob sua jurisdição.

No âmbito das Bases Aéreas, planeja-se continuar o programa de construção dos pequenos abrigos individuais de aeronaves (hangares).

No campo da aviação civil, o estágio avançado das conversações mantidas pelo Brasil com a China, Rússia, Cuba, Hong Kong e Tailândia, entre outros, visando ao estabelecimento de acordos bilaterais sobre Transporte Aéreo Regular, permite prever suas finalizações no decorrer de 1994.

No tocante à construção de residências, a Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIA tem, em sua programação para 1994, a previsão de construção de 678 unidades habitacionais, das quais, 192 apartamentos a serem entregues no Rio de Janeiro, para suboficiais, sargentos e civis. A CFIA espera poder dar andamento ao projeto de utilização da área do sítio do Gama, no DF, onde serão construídas 2.000 unidades habitacionais.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

O ano de 1993 ficará na história do Ministério da Saúde como o marco inicial de um processo de descentralização, democratização da gestão e reorganização do modelo de atendimento.

Ações Realizadas em 1993

Ao assumir o compromisso de cumprir os dispositivos legais que determinam a descentralização do Sistema Único de Saúde - SUS, o Ministério elaborou um projeto de descentralização das ações e serviços de saúde, o qual se configurou num pacto envolvendo gestores públicos e entidades de representação dos diversos interesses relacionados com a questão da saúde. Este pacto resultou na Portaria MS nº 545, de maio de 1993, que estabelece as normas e procedimentos reguladores do processo quanto ao gerenciamento, financiamento e condições de gestão do sistema nos três níveis de governo - Norma Operacional Básica-SUS-NOB 01/93.

Estas ações desencadearam a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), bem como a redefinição das funções e a reestruturação do Ministério.

Foram, ainda, destaque as ações de regulação estatal em áreas estratégicas, como é o caso da política de medicamentos e das ações de vigilância sanitária. No plano das ações destinadas a melhorar a

gestão pública foram desenvolvidos esforços no sentido de reinstauração do processo de planejamento, controle e avaliação e de implantação de sistema de informações. Com relação à sistemática de pagamento à rede hospitalar, o Governo Itamar Franco reduziu os prazos de reembolso de 70 para 30 dias, além de reajustar o valor das consultas médicas acima do nível da inflação.

Por último, cabe ressaltar a plena atuação do Conselho Nacional de Saúde - CNS, que transformou seu plenário em um centro de confluência decisória sobre toda sorte de questões substanciais da esfera de atuação do Ministério. O CNS contribuiu, significativamente, para a implantação de Conselhos de Saúde em todas as Unidades Federadas com a aprovação da Resolução nº 33 que dispõe sobre as Recomendações para Constituição e Estruturação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde.

O Governo Itamar Franco adotou uma nova política para os medicamentos ao determinar, através do Decreto nº 793/93, - aos fabricantes de remédios que utilizem o nome genérico (nome científico) do produto em destaque nas embalagens dos medicamentos.

A aquisição e distribuição de medicamentos totalizou CR\$ 5,1 bilhões, sendo CR\$ 2,8 bilhões provenientes de laboratórios oficiais e CR\$ 2,3 bilhões de privados. Foram firmados convênios entre a CEME e laboratórios oficiais no valor de CR\$ 168,8 milhões, visando à modernização dos mesmos.

No campo do controle de doenças transmissíveis imunopreveníveis, o MS vem, através do Programa Nacional de Imunizações (PNI), fornecendo todas as vacinas necessárias à cobertura vacinal de rotina e das campanhas nacionais, bem como apoiando técnica e financeiramente as Unidades Federadas quanto a treinamento de pessoal, insumos, reformas e construção de câmaras frias, informatização dos serviços e elaboração de manuais técnicos. Este ano foram repassados CR\$ 585,0 milhões aos estados e municípios em forma de

convênio. A campanha nacional de vacinação para a erradicação da poliomielite atingiu um índice de cobertura de 93,35%. A cobertura vacinal de rotina para a eliminação e controle do sarampo, até agosto deste ano, foi de 66 %.

No controle da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS) deu-se início a uma campanha de prevenção contra a disseminação da enfermidade, em todos os meios de comunicação; a distribuição gratuita de preservativos, através de diferentes órgãos e entidades governamentais e ONGs; a implantação de 13 Centros de Orientação e Apoio Sorológico; credenciamento de 19 Centros de Referência Nacional - 5 para HIV/AIDS e 14 para laboratórios; financiados 40 Centros Sentinelas; e criados 3 Centros Nacionais de Vacinas Anti-HIV. Ainda este ano, foram padronizados os medicamentos de máxima prioridade para HIV/AIDS e assegurada a distribuição dos mesmos para as 27 Unidades Federadas. A partir do ano de 1993, o Brasil passou a dispor de uma legislação mais rigorosa para a coleta do sangue, tornando obrigatória a realização de teste para a detecção dos vírus da hepatite B, leucemia e linfoma celular.

Para o controle das doenças entéricas, principalmente o cólera, o MS proporcionou assistência técnica aos estados e municípios, não só para solucionar as situações emergenciais, como também, no sentido de que os serviços monitorem e exerçam a vigilância para definir o padrão de comportamento local das diarréias. Foram aplicados recursos no valor de CR\$ 415,3 milhões em melhorias sanitárias, abastecimento de água, esgotamento sanitário e em técnicas de cloração de água para evitar a disseminação do cólera em municípios de oito estados brasileiros. O Brasil registrou 46.976 casos de cólera, de janeiro a 2 de dezembro de 1993, com 509 mortes. Existem, hoje, 959 municípios atingidos pelo cólera, sendo que 96% deles estão localizados nas regiões Norte e Nordeste. O desenvolvimento da epidemia

ficou muito aquém das previsões feitas graças ao trabalho dos 30 mil agentes comunitários de saúde e da rede hospitalar.

Dados epidemiológicos, do primeiro semestre de 1993, mostraram uma tendência decrescente da malária, havendo uma redução de casos da ordem de 28,5% comparado ao mesmo período de 1992. Mais acentuada foi a diminuição do número de casos de *plasmodium falciparum*, agente responsável pelas formas graves de malária, que baixou de 42% dos casos registrados em 1992 para 36,6% em 1993.

Dentre as ações na área de Vigilância Sanitária destacaram-se a participação junto ao MERCOSUL na harmonização de normas e regulamentos técnicos; a elaboração da Portaria nº 58, que dispõe sobre a vigilância sanitária dos alimentos; e a definição de plano de trabalho no campo da saúde do trabalhador.

Paralisado há 10 anos, o Programa do Iodo foi retomado na Administração Itamar Franco com a aquisição de 20 t do produto, em caráter emergencial, prevendo-se para 1994 a compra de 100 t de forma a evitar o bócio, a deficiência intelectual e o retardamento psico-motor, ocasionado pela ausência do iodo no sal de cozinha.

As ações de saneamento desenvolvidas pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, se concentraram em áreas rurais e periferias urbanas com ênfase na prevenção de doenças endêmicas e ao controle do cólera. Foram beneficiados 5 milhões de habitantes em 303 municípios, com a construção e ampliação de sistema de abastecimento de água; construídas 82.083 melhorias sanitárias domiciliares que beneficiaram 135.780 pessoas; recuperação e reconstrução de 1.900 moradias para o controle da doença de Chagas que beneficiaram 10 mil habitantes da área rural; e controle da qualidade de água de consumo humano em 980 municípios e localidades, beneficiando 5,4 milhões de habitantes.

No campo da assistência à saúde destacaram-se as ações de normatização para a atualização das orientações técnicas e operacio-

nais; subsídios técnicos aos gestores do SUS sobre questões de gestão, controle e avaliação; e intercâmbio e cooperação técnica relacionada diretamente à assistência à saúde. A função de execução direta da assistência se restringiu às atividades desenvolvidas por unidades de saúde ainda não transferidas aos gestores estaduais e municipais. Na área de câncer, o Instituto Nacional do Câncer (INCA), através de suas unidades, realizou 190.199 consultas, 4.251 internações, 6.084 atos cirúrgicos, 444.863 procedimentos de diagnose e 180.856 procedimentos terapêuticos.

Na área de recursos humanos, as principais ações foram dirigidas ao processo de descentralização, capacitando pessoal para os diversos níveis de gestão e áreas técnicas de prestação direta de assistência à saúde. A Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ capacitou 288 alunos no nível de doutorado e mestrado, 282 em residência médica e especialização, 135 em nível técnico e 385 receberam qualificação profissional.

O programa de auto-suficiência em imunobiológicos tem atendido, satisfatoriamente, a demanda nacional em relação às vacinas contra sarampo, difteria e tétano, febre amarela, febre tifóide, raiva humana, raiva canina, tuberculose (BCG-ID) e aos soros antiofídicos, antidiftérico, antitetânico, antiaracnídeo, antiescorpiônico e anti-rábico. Quanto às vacinas tríplice (difteria, tétano e coqueluche) e dupla adulto (difteria e tétano) já foram absorvidas as respectivas tecnologias, mas não assegurada a auto-suficiência que deverá ser alcançada em 1996 com a entrada em produção dos projetos do Instituto Butantã, Tecpar e Biomanguinhos/FIOCRUZ. Neste ano, o País investiu cerca de CR\$ 2,6 bilhões no Programa de Auto-Suficiência Nacional em Imunobiológicos, estando previstos, para 1994, investimentos da ordem de CR\$ 482,2 milhões.

Em 1993, a FIOCRUZ produziu um total de 22,9 milhões de doses de vacinas, cerca de 2 milhões de reativos para diagnóstico,

82,5 milhões de comprimidos, 10,4 milhões de cápsulas e 1,7 milhões de bisnagas.

Ações Previstas para 1994

A análise da política de saúde e das condições do sistema de atenção à saúde no País tem sido dificultada pela fragilidade dos mecanismos gerenciais de programação de atividades e pela ausência de sistema de informações capaz de fornecer suporte ao controle e avaliação das ações estatais para a análise de impacto das mesmas. Isso coloca em evidência a necessidade urgente de restaurar as práticas de planejamento no SUS, em nível central e, mediante cooperação técnica e apoio, nos níveis estadual e municipal, como condição, essencial, à obtenção dos resultados esperados no processo de descentralização. A superação da crise na área da saúde pressupõe que, ao lado do equacionamento da questão do financiamento setorial, sejam tomadas medidas destinadas a conferir ao sistema capacidade gerencial que conduza a maior racionalidade na alocação dos recursos; a institucionalização de mecanismos e procedimentos que assegurem estabilidade na condução das políticas; e a restauração da competência técnica através da capacitação e profissionalização do corpo funcional e a adequação de seu perfil às novas funções a serem desempenhadas em cada esfera de governo.

Em função do quadro acima descrito, a programação setorial para o exercício de 1994 está assim definida:

- descentralizar as ações e serviços de saúde constituirá em 1994 a prioridade máxima do MS. Todos os esforços estarão direcionados ao objetivo de promover o enquadramento do maior número possível de municípios em uma das três situações de gestão previstas na NOB-93, e a obter, em curto prazo, a reorientação do modelo de atenção à saúde, com ênfase para as ações de vigilância à saúde e

prevenção de agravos. A descentralização da rede de serviços de saúde, ainda operada sob gestão federal, deverá ser intensificada, bem como as ações executadas nas áreas de controle de endemias e saneamento básico. Desta forma, o MS deverá gradualmente reorientar sua ação para o desempenho das funções típicas de Estado Nacional, com ênfase na regulação, normatização de caráter nacional, análise e disseminação de informações, cooperação técnica, difusão de experiências e promoção do intercâmbio interinstitucional;

- implementar o programa de interiorização do Sistema Único de Saúde (SUS) objetivando assegurar instalações e serviços especializados às áreas mais carentes;
- consolidar e implementar os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, envolvendo os setores sociais relevantes ao processo, de forma a permitir o controle social previsto na Constituição Federal, bem como a implementação de mecanismos de comunicação e de divulgação das deliberações relativas à política de saúde emanadas pelos Conselhos;
- capacitar recursos humanos do setor saúde, nas áreas técnica, superior e de pós-graduação, bem como a expansão da formação de pessoal não qualificado para obter melhores índices de produtividade e qualidade na prestação de serviços à população;
- apoiar a produção, produzir, adquirir e distribuir insumos, medicamentos imunobiológicos, soros, reagentes e equipamentos para as ações de imunização, objetivando suprir as necessidades dos programas do MS;
- reformar, ampliar e equipar 5 laboratórios do sistema oficial de produção de medicamentos, bem como apoiar projetos de modernização de 3 almoxarifados e de 4 laboratórios de controle de qualidade;
- proteger a saúde do consumidor através de teste e análise de qualidade de 75% dos medicamentos distribuídos;

-
- apoiar técnica e financeiramente a construção de 297 sistemas de tratamento de resíduos sólidos, 340 sistemas de abastecimento de água, 450 mil melhorias sanitárias, 306 sistemas de esgoto, bem como implantar 50 sistemas de drenagem urbana, dentre outras ações de saneamento básico, que beneficiarão ao redor de 932 mil famílias;
 - implementar medidas destinadas a conferir efetividade ao Decreto nº 793/93 que regula o mercado de medicamentos;
 - dar seguimento à implementação de ações na área da assistência à saúde, com vistas a apoiar o processo de descentralização do SUS, priorizando: ações de normatização, promoção, coordenação e cooperação técnica a estados e municípios com vistas a implantação de sistemas de manutenção de equipamentos médico-hospitalares e gestão de procedimentos de alta complexidade; ações de normatização, coordenação, apoio à implantação e operacionalização do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados; ações de normatização, coordenação e cooperação técnica para controle de infecção hospitalar; ações de normatização, coordenação e apoio técnico à implantação de serviços de atenção a doenças mentais; ações de normatização e cooperação técnica nas áreas de emergência e trauma, controle de câncer e outras doenças degenerativas; apoio e cooperação técnica a estados e municípios para implantação dos sistemas loco-regionais de saúde; apoio financeiro a estados e municípios para os custeios das ações de atenção médico-hospitalar; apoio técnico e financeiro para a recuperação, reforma e ampliação da rede pública de serviços assistenciais; manutenção e reequipamento das unidades assistenciais próprias e das mantidas em regime de co-gestão; e reequipamento das unidades assistenciais do Rio de Janeiro;
 - instituir laboratórios de alta resolução equipados com Raios-X, salas de pequenas cirurgias funcionando durante 24 horas por dia.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO

A despeito de avanços importantes na criação de um ambiente interno mais competitivo, obtido através da abertura progressiva da economia, e na mobilização para a melhoria da qualidade e da produtividade, a instabilidade macroeconômica e o quadro recessivo prevalecentes no início do Governo Itamar Franco não contribuíam para a retomada dos investimentos do setor privado, elemento indispensável para a modernização da economia. Além disso, as áreas de ciência e tecnologia e de infra-estrutura econômica encontravam-se fragilizadas, as quais são de fundamental importância para a reestruturação produtiva da economia.

Firmou-se a consciência de que o desafio de transformar qualitativamente a estrutura industrial brasileira em direção a padrões de competitividade internacionais não poderia ser tarefa apenas atribuída ao Governo Federal; impunha superação dos conflitos e a construção de um conjunto amplo de parcerias com a iniciativa privada, trabalhadores e governos estaduais e municipais.

Ações Realizadas em 1993

Para enfrentar os problemas mencionados, o Governo procurou fortalecer as Câmaras Setoriais como instrumentos de conciliação de

interesses em busca da recuperação e reestruturação da atividade industrial, aumento da competitividade setorial e modernização das relações de trabalho, procurando alternativas negociadas entre empresários, trabalhadores e Governo.

Já foram pactuados quatro acordos setoriais (Automotivo, Indústria Naval, Brinquedos e Cosméticos) e estão em negociação diversos outros.

O Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT) coordena, atualmente, 25 Câmaras Setoriais, com 78 grupos de trabalho temáticos.

O Governo vem também atuando através de outras instâncias de articulação com vistas a obter parcerias para aperfeiçoar a formulação e execução da política industrial e de comércio exterior, destacando-se a atuação através do Conselho da Indústria, Comércio e Turismo (CONSICT), que, em sintonia com o Fórum Nacional de Secretários de Indústria, Comércio e Turismo, tem permitido o intercâmbio de informações e experiências e a prestação de assistência mútua para a implementação de programas e projetos nessas áreas.

Com o mesmo objetivo, cabe ainda salientar a criação, em 1993, do Conselho Consultivo Empresarial de Competitividade (CONSEC), reunindo mais de 200 empresários, e do Conselho Consultivo dos Trabalhadores para a Competitividade (CTCOM), reunindo as principais lideranças sindicais, tendo como missão buscar o aumento da competitividade estrutural para os vários segmentos econômicos.

O esforço que está sendo empreendido para a reavaliação da política industrial e de comércio exterior conta, também, com o subsídio das propostas derivadas do "Estudo de Competitividade da Indústria Brasileira". Este estudo, patrocinado pelo Governo Federal, constituiu-se em um esforço abrangente de diagnóstico.

Por seu turno, o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP) passou por importante reorganização e redirecionamento

a partir da reunião de Reavaliação Estratégica ocorrida em dezembro de 1992, contemplando as seguintes medidas:

- incorporação de representantes dos trabalhadores e dos consumidores para legitimar sua participação na gestão do Programa;
- aprofundamento da mobilização da sociedade para ações contra o desperdício;
- criação do subprograma para micro e pequenas empresas;
- intensificação da gestão descentralizada do Programa, com a crescente participação de entidades como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI) e Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (DIEESE); e
- criação de comissões técnicas voltadas para questões como a valorização do trabalho e do emprego, participação de consumidores e redução do desperdício.

Com a cooperação do Japão, está sendo implantado o Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade, cujo projeto está sendo detalhado por um perito do "Japan Productivity Center".

Para melhorar a gestão da política industrial e de comércio exterior, foram incorporados à estrutura do MICT os órgãos encarregados das ações de metrologia, normalização e certificação (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO) e registro de marcas e patentes (Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI), que estavam anteriormente vinculados ao Ministério da Justiça.

O INMETRO empreendeu ações que resultaram na implantação de Comitês Nacionais nas áreas de normalização (com a participação de 30 entidades), certificação (23 entidades) e credenciamento de laboratórios (20 entidades). Além disso, foram criadas várias entida-

des tecnológicas setoriais para a certificação de produtos padronizados e com garantia de qualidade e implantados novos modelos de normalização, certificação e credenciamento de laboratórios. A atuação do INMETRO, como instância coordenadora do processo de descentralização das atividades de metrologia, normalização e certificação, tem garantido resultados importantes para o desenvolvimento do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade.

O INPI está empenhado em tornar a propriedade industrial um instrumento efetivo de política industrial e tecnológica, através da modernização e de informatização de suas operações.

Ademais, a perspectiva de aprovação da nova Lei de Propriedade Industrial vem exigindo a modernização do Instituto de modo a que possa cumprir adequadamente com a missão de garantir a apropriação dos direitos da propriedade industrial pelos seus legítimos detentores.

Na área de comércio exterior, com a consolidação do processo de abertura da economia, em julho de 1993, concluiu-se o cronograma de redução tarifária, que rebaixou a alíquota média do imposto de importação para 14,2% e foram adotadas medidas adicionais para a simplificação de trâmites operacionais do comércio exterior e eliminação dos fatores inibidores à sua expansão.

A partir de janeiro de 1993, o Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) informatizou os procedimentos nas operações de exportação para tornar mais ágil a sistemática de registro, acompanhamento e controle das operações. Os trabalhos para a implantação do módulo de importação foram desenvolvidos.

Foi enviado ao Congresso Nacional projeto de lei sobre importação de equipamentos usados, para adequar os procedimentos de importação desses bens às demandas existentes atualmente. Por outro lado, está sendo elaborado o anteprojeto da "Lei Única de Comércio Exterior", que visa consolidar toda a legislação da área para garantir

maior transparência, eficiência e compatibilizar a legislação com a abertura comercial.

A balança comercial brasileira, em 1993, registrou exportações no valor de US\$ 38,8 bilhões, assinalando crescimento de 8,1% em relação a 1992, e as importações foram de US\$ 25,7 bilhões, 23% a mais que em 1992, resultando em superávit de US\$ 13,1 bilhões. Estes valores, recordes históricos, indicam que o intercâmbio brasileiro com o exterior apresentou crescimento global de 10%, ao passo que o crescimento do comércio mundial ficou próximo de 4%.

O Programa Novos Pólos de Comércio Exterior, criado pelo Governo para orientar empresas de pequeno e médio portes a exportar, registrou em 1993 aumento médio de 30% nas exportações dos 25 produtos que integram o Programa, totalizando US\$ 6,4 bilhões, em face de US\$ 5,0 bilhões em 1992. O setor moveleiro, uma das ênfases do Programa em 1993, apresentou uma expansão de 102%, com vendas externas de US\$ 215 milhões.

O incremento das exportações brasileiras baseou-se principalmente nas vendas de calçados, soja, produtos semimanufaturados de aço e autopeças. Merece destaque especial o crescimento de 14,1%, em relação a 1992, das exportações de bens de capital.

O principal mercado de expansão das vendas brasileiras continuou sendo a América Latina, com um crescimento de 24% em relação a 1992, consolidando-se como o segundo maior mercado regional de exportação, com o valor de US\$ 7,8 bilhões. Outro mercado dinâmico foi o asiático, com um crescimento de 16% e vendas de US\$ 5,2 bilhões. O mercado norte-americano (Estados Unidos e Canadá) apresentou uma evolução similar à média total, mantendo sua participação de 21,5% do total exportado pelo Brasil. A Comunidade Econômica Européia continuou como primeiro mercado regional, com 26% do total, observando-se, contudo, uma queda de 3,3% em suas compras. O crescimento das exportações intra-re-

gionais para os países asiáticos reforçam a tendência de globalização dos produtos brasileiros e consequentemente, a importância para o País das negociações multilaterais e dos esforços regionais, como o Mercado Comum entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai - MERCOSUL.

Em julho de 1993, foram determinadas novas regras para o financiamento das exportações pelo Programa de Financiamento às Exportações (PROEX). Entre as principais medidas, instituiu-se o Comitê de Crédito às Exportações, com a atribuição de decidir sobre a aplicação de recursos monetários da União e a equalização de taxas, dada a diferença entre o custo do dinheiro no mercado e a taxa de juros vigente no contrato.

O MICT vem ainda desenvolvendo iniciativas em parceria com empresários, dirigentes e executivos das principais empresas exportadoras do País, para consolidar a *Marca Brasil* no mercado internacional. Sob a coordenação do setor privado, está em implementação um projeto para veiculação de campanha na mídia nacional para estimular o empresariado a exportar mais, valorizando seus produtos com a *Marca Brasil*. Também consta do projeto um programa de atendimento e de consultoria a novos empresários interessados em competir no mercado internacional.

No campo da defesa contra práticas desleais de comércio vêm se intensificando instrumentos "anti-dumping" e anti-subsídio, adotando-se medidas de proteção à indústria nacional, coerentemente com os princípios dos códigos do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), do qual o País é signatário.

Quanto às negociações que estão sendo realizadas no âmbito do MERCOSUL, merecem destaque as ações para a harmonização de políticas comerciais, destacando-se a aprovação de Regulamento Contra Práticas Desleais de Comércio. O MICT tem tido uma participação ativa nessas negociações e já vem atuando como Autoridade de Aplicação do Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro-Ar-

gentinas. Outros resultados relevantes já obtidos nas negociações foram a definição de metodologia para comparação dos Regimes de Promoção e de elementos para elaboração de uma política de cooperação internacional relacionada com a reconversão industrial e desenvolvimento regional.

Na área do comércio, merecem destaque as relacionadas com a comercialização do café. O segmento ganhou novo impulso em 1993 com a retomada das liberações de recursos do Funcafé e com a elevação das cotações internacionais do produto, derivada da atuação do Governo em conjunto com outros países produtores.

A organização de encontros nacionais e internacionais, com vistas à criação da Associação dos Países Produtores de Café (APPC), efetivada em setembro de 1993, permitiu o início do plano de retenção, com a consequente valorização do produto. Os ganhos alcançados pela iniciativa brasileira são expressivos, uma vez que o preço do café no mercado internacional, a partir da primeira reunião da Associação, elevou-se de US\$ 55,30, por saca, para US\$ 75,15, por saca, no final de dezembro.

Dentro da visão de abertura de novos mercados na área internacional, promoveu-se, em dezembro, celebração de um acordo comercial entre o Brasil e a Federação Russa, fato inédito na história das relações entre os dois países, que deverá alcançar o valor de US\$ 5 bilhões nos próximos cinco anos. Os princípios estabelecidos no acordo atendem ao grande potencial econômico dos dois países, especialmente no momento atual em que o mundo está se dividindo em blocos comerciais, tornando-se da maior importância estratégica que o Brasil possa redirecionar seus esforços na identificação de mercados não tradicionais. Pelo acordo, o Brasil deverá exportar produtos industrializados e alimentícios, tais como: têxteis, calçados, açúcar e café industrializado. Por outro lado, o Brasil deverá importar

produtos da mais alta tecnologia nas áreas eletrotécnica e aeronáutica, como também fertilizantes, cimento e produtos químicos.

O MICT coordenou também os trabalhos interministeriais que permitiram a regulamentação do Processo Produtivo Básico para a Zona Franca de Manaus (ZFM), efetivada através do Decreto nº 783/93, que também fixou as exigências para fruição dos benefícios fiscais. Através de Comissão criada pelo Decreto nº 781/93, foram também avaliados os procedimentos de análise, aprovação e fiscalização de projetos naquela zona franca, redundando numa série de sugestões para aperfeiçoamento da política para a ZFM.

No tocante ao turismo no Brasil, a política em andamento assenta-se em uma maior integração entre as áreas governamentais e privadas, objetivando a construção de parcerias para o desenvolvimento de projetos integrados, a criação de produtos diversificados e a melhoria da infra-estrutura receptiva. Neste sentido, cabe ressaltar a importância da reativação da Câmara Setorial de Turismo, agora com a participação de 60 associações e entidades representativas. Outra ação importante foi a realização do Fórum para o Desenvolvimento de Hotéis e Turismo na América do Sul, que contou com a participação do Banco Mundial e do Departamento de Comércio dos Estados Unidos da América, dentre outros participantes locais, e que resultará na adequação de dezoito projetos nacionais aos padrões de financiamento exigidos pelo Banco Mundial.

Ainda na esfera de promoção do turismo, destaca-se a implantação do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste-PRODETUR/NE, com recursos da ordem de CR\$ 223,5 bilhões. Esse Programa articula as ações dos governos do Nordeste, prevendo a contratação de um empréstimo no valor de US\$ 400 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para obras de infra-estrutura que favoreçam a ampliação dos fluxos turísticos na região.

Ações Previstas para 1994

Ao lado da continuidade da implantação de medidas voltadas para aumentar a competição no mercado doméstico e estimular a eficiência empresarial e a redução dos preços na economia, o Governo apoiará os esforços do setor privado para a reestruturação e modernização da indústria.

Espera-se, com isso, lançar as bases para a construção progressiva de um parque produtivo mais dinâmico e homogêneo, com condições de absorver e desenvolver novas tecnologias e produzir segundo padrões internacionais de eficiência e qualidade.

A atuação através das Câmaras Setoriais continuará merecendo prioridade como instrumento para a promoção de acordos setoriais que conduzam à elevação dos níveis de produção e emprego, à ampliação dos investimentos e ao incremento da competitividade do setor industrial. O Governo, através da atuação do MICT, procurará coordenar e acompanhar de forma adequada as atividades das Câmaras já instaladas e dos 78 grupos de trabalho constituídos a partir delas, com vistas a consolidar os acordos setoriais já pactuados e agilizar os em implantação.

Deverá ainda ser criada a Câmara Estrutural, fórum que reunirá membros do Conselho Consultivo Empresarial de Competitividade e do Conselho Consultivo dos Trabalhadores para Competitividade, com o intuito de identificar e contribuir na implementação de medidas destinadas a aumentar a competitividade estrutural da economia brasileira.

Será também consolidada a implantação das medidas já mencionadas de reestruturação do Programa Brasileiro da Qualidade e da Produtividade, com a execução de ações visando preparar e coordenar a realização de várias reuniões da Coordenação Executiva e do Comitê Nacional do Programa.

Entre os projetos prioritários a serem desenvolvidos na área, destacam-se a coordenação da campanha nacional de combate ao desperdício e a implementação, com apoio do Governo Japonês, do Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade, instituição de natureza privada e sem fins lucrativos.

Na área do comércio exterior, as ações estarão orientadas para o incremento do volume de comércio do País, estabelecendo-se, como metas, valores de exportação e importação, para 1994, próximos a US\$ 47 bilhões e US\$ 37 bilhões, respectivamente.

Terão prosseguimento as iniciativas para a inclusão das operações de importação no SISCOMEX e serão envidados esforços para aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei Única de Comércio Exterior.

O Governo buscará, também, o fortalecimento da posição brasileira nas negociações externas levadas a cabo no GATT, Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e MERCOSUL, buscando, ainda, a implementação de sistemática atualizada que disciplina os procedimentos e prazos nos processos de defesa comercial.

Especificamente no âmbito do MERCOSUL, deverão ser concluídas as negociações em torno dos principais temas relacionados com a união aduaneira dos quatro países envolvidos, destacando-se: política comum de salvaguardas; regimes aduaneiros especiais; sistema e instrumentos de promoção e estímulo às exportações; nomenclatura comum; zonas francas e de processamento de exportações; áreas aduaneiras especiais; e regras de origem.

Na área de metrologia, certificação e normalização, estão previstas as seguintes principais realizações: a) ampliação da rede de laboratórios de calibração; b) aumento da capacidade técnica em metrologia científica do INMETRO; c) consolidação do modelo de Regulamento Técnico na área governamental; d) ampliação e consolidação da rede de laboratórios de ensaio; e) ampliação e descentrali-

zação da fiscalização metrológica através do incentivo à criação de órgãos metrológicos estaduais; f) revisão do atual modelo de metrologia legal; g) ampliação do controle metrológico de instrumentos utilizados na área de saúde; h) assinatura de acordos internacionais com entidades de certificação para reconhecimento do Sistema Brasileiro de Certificação da Qualidade.

No tocante à propriedade industrial, o Governo desenvolverá um conjunto de ações visando a adequação progressiva do INPI às mudanças na Lei da Propriedade Industrial, buscando ainda divulgar amplamente a nova legislação.

Na área do turismo, procurar-se-á atuar na melhoria da infra-estrutura receptiva, sendo que, somente na Região Nordeste, estão previstas obras de melhorias em rodovias e em vários portos e aeroportos, a serem executadas no âmbito do PRODETUR/NE. Será também enfatizado o aperfeiçoamento da mão-de-obra que atua no setor.

Está prevista a conclusão da implantação do Projeto de Produção e Disseminação da Informação Turística (SINTUR), que permitirá a integração nacional de informações sobre turismo no Brasil. Também deverá ser concluído o sistema informatizado para a gestão do Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), que, no ano de 1994, financiará mais de 40 projetos de infra-estrutura turística.

Fruto de protocolo de cooperação entre o MICT e o Banco do Brasil, serão implantados 7 pontos de promoção e captação de negócios turísticos internacionais em agências daquele Banco. Essa iniciativa facilitará também a atração de investimentos estrangeiros no setor.

No segmento de serviços, recentemente estruturado no MICT, prevê-se, para o ano de 1994, iniciativas visando o fechamento do Acordo Quadro sobre Serviços no MERCOSUL e o prosseguimento das negociações sobre o mesmo assunto junto a ALADI. Destaca-se,

também, a criação, nesse ano, de um banco de dados de serviços, com informações relevantes para possibilitar a elaboração de normas e procedimentos e a montagem de um sistema de avaliação permanente do setor.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

O Governo enfrentou nos setores energético e mínero-metalúrgico um quadro caracterizado pelos seguintes problemas estruturais: restrições macroeconômicas que dificultavam a retomada dos investimentos nesses setores; elevado grau de desperdício na utilização de energéticos; desequilíbrio econômico-financeiro no segmento de energia elétrica; instabilidade da política tarifária; restrições legais para participação da iniciativa privada nesses setores; e baixo aproveitamento do potencial mineral disponível no País.

Em particular, na área de energia, era necessário buscar-se solução para os problemas do setor elétrico, que vinha convivendo, nos últimos anos, com situação de grave insuficiência dos recursos necessários aos investimentos nos projetos das áreas de geração e transmissão de energia elétrica, para evitar os riscos de desabastecimento.

Também necessário era enfatizar as iniciativas para o processo de desestatização no setor e intensificar e consolidar as ações direcionadas para dar maior autonomia de gestão às empresas estatais que atuam naquelas áreas, objetivando a elevação da competitividade intrassetorial.

A necessidade de racionalização da matriz energética brasileira, através, entre outras iniciativas, do estímulo ao aumento da oferta

de gás natural, era outra providência que vinha exigindo atuação decisiva do Governo Federal.

O equacionamento e a solução dos problemas estruturais vividos pelo setor de energia elétrica recebeu prioridade por parte do Executivo.

Ações Realizadas em 1993

Para o setor elétrico, as medidas propostas pelo Governo, concretizadas na Lei nº 8.631, de março de 1993, representaram instrumento fundamental para viabilizar o equilíbrio econômico-financeiro do setor e resgatar sua capacidade de investimento. Entre outros aspectos, a Lei estabelece a extinção da equalização tarifária entre os concessionários e suprime o regime de remuneração garantida, permitindo que os saldos credores das empresas junto à União sejam utilizados para o encontro de contas intrassetoriais e com o Tesouro Nacional.

Além do impacto financeiro da adequação do nível tarifário sobre a geração interna de recursos das empresas, o encontro de contas previsto na Lei abriu perspectivas para uma melhoria substancial nos índices que medem a situação patrimonial de algumas delas.

Isso possibilitou que, ao longo do ano, o setor fosse progressivamente retomando o seu equilíbrio econômico-financeiro, permitindo a paulatina retomada do cronograma de obras de expansão. Cabe salientar, entretanto, que persistiram as dificuldades de caixa no Sistema ELETROBRÁS, motivadas, principalmente, pela necessidade dessa *holding* financiar uma parte da compra de energia feita pelas concessionárias. Tal situação será progressivamente regularizada com a consolidação da recuperação das tarifas de energia elétrica.

Em 1993, o Sistema Eletrobrás investiu recursos da ordem de US\$ 1,4 bilhão, destacando-se a retomada da execução dos projetos

das usinas hidrelétricas (UHE) de SAMUEL (RO); de CORUMBÁ I (GO), de SERRA DA MESA (GO), da Usina Termelétrica de JORGE LACERDA IV (SC) e RIO ACRE (AC); prosseguimento das obras civis da UHE de XINGÓ (AL/SE), possibilitando o fechamento da barragem, em 1994; intensificação dos investimentos para reassentamento da população atingida pela UHE de ITAPARICA (PE/BA).

No setor de petróleo, cabe destacar que a produção nacional atingiu, em dezembro de 1993, o patamar de 700 mil barris/dia de óleo e 20,3 milhões de metros cúbicos/dia de gás natural. O volume processado nas refinarias superou os 1.200 mil barris/dia, com um acréscimo de 3,2% em relação ao ano anterior.

A atividade de exploração desenvolvida pela PETROBRÁS permitiu a elevação das reservas provadas de petróleo e gás natural para cerca 5,2 bilhões de barris de óleo equivalente, contra 4,5 bilhões em 1992.

Foram concluídas as obras de expansão da capacidade instalada das refinarias Alberto Pasqualini (RS), Gabriel Passos (MG) e Paulínia (SP) e reiniciadas as obras de modernização e expansão da Refinaria Landulpho Alves (BA). Foram iniciadas as construções dos oleodutos de Mataripe/Sul da Bahia, Curitiba/Litoral de Santa Catarina e Campinas/Brasília.

As ações da Petrobrás foram concentradas, prioritariamente, na área de desenvolvimento da produção, nos campos de Albacora, Enchova/Enchova-Oeste e Marlin, entre outros, e compreenderam, até o final de 1993, investimentos de aproximadamente US\$ 2,1 bilhões.

O Governo vem também implementando política direcionada ao aumento da participação do gás natural na Matriz Energética Brasileira para cerca de 11% do consumo total de energéticos no final da década, contra uma participação atual próxima a 2%. Esse objetivo é justificado por tratar-se de um produto cuja utilização traz impor-

tantes benefícios ao País, favorecendo a melhoria da qualidade do ar nas grandes cidades, a redução dos custos, a racionalização energética e o aperfeiçoamento das condições operacionais em alguns processos industriais. Nesse sentido, foi aprovada a construção dos gasodutos de Rio de Janeiro/Belo Horizonte, Cabiúnas/Cantagalo (RJ) e Cabiúnas/Campos (RJ).

Além do aumento da produção interna de gás natural, o Governo vem dando prioridade à viabilização dos esquemas institucional e financeiro necessários à concretização do empreendimento de importação do gás da Bolívia, cujo contrato de fornecimento foi assinado em fevereiro de 1993. O volume de gás a ser adquirido daquele País será de 8 milhões de metros cúbicos/dia numa primeira etapa, evoluindo para 16 milhões de metros cúbicos/dia a partir do oitavo ano de operação do gasoduto.

Merecem ainda ser destacadas ações no campo da racionalização do uso dos energéticos, que incluirão:

- a assinatura de convênios com o MEC, SENAI e Serviço Nacional de Aprendizado Comercial (SENAC) para inclusão dos conceitos da racionalização energética em todos os níveis do ensino brasileiro;
- a assinatura de convênios com a CNI, Confederação Nacional do Comércio (CNC) e SEBRAE para promover a eliminação de desperdícios e reduzir a incidência energética na produção de bens e serviços; e com a Associação Brasileira da Indústria Nacional de Material Eletro-Eletrônico (ABINEE), Associação Brasileira da Indústria de Iluminação (ABILUX) e Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) para promover o aumento da eficiência de equipamentos, eletrodomésticos, sistemas de iluminação e veículos produzidos no Brasil;
- a criação do Selo Verde de Eficiência Energética, com o objetivo de identificar, para os consumidores, os equipamentos que apresentem os melhores níveis de eficiência energética;

-
- a retomada das atividades do Grupo Executivo do Programa Nacional de Racionalização do Uso de Energia (GERE), com a ampliação da sua estrutura organizacional e o redirecionamento de suas atribuições; e
 - a formulação do Programa MERCOSUL de Racionalização, Qualidade e Produtividade no setor energético.

No tocante ao uso competitivo de fontes energéticas renováveis, destaca-se a criação de grupos de trabalho para o encaminhamento de sugestões de medidas destinadas à viabilização do emprego de tecnologias que utilizem fontes energéticas renováveis, em especial energia eólica e solar fotovoltaica, principalmente no que se refere à eliminação de obstáculos institucionais ao desenvolvimento da utilização dessas fontes de energia.

Com relação às iniciativas na área tecnológica, foram concluídos estudos propondo diversas medidas para viabilizar o uso competitivo do carvão mineral nacional na geração de energia elétrica, atendendo os requisitos da legislação ambiental vigente. O Governo vem ainda promovendo pesquisas voltadas à intensificação da utilização do gás natural nos segmentos de energia elétrica e como combustível para veículos, além de estudos relacionados com o aproveitamento do gás natural de URUCU, na Amazônia, para geração de energia elétrica para a região.

Com relação ao setor de mineração, além de investimentos de cerca de CR\$ 19,5 bilhões, em contraposição à média anual de CR\$ 11,2 bilhões havida nos anos anteriores, destaca-se o lançamento, em 1993, do Programa para Mineração, que se constituiu na mais importante reforma do setor mineral brasileiro desde o final da década de 60, abrindo perspectivas bastante promissoras para o desenvolvimento do setor nos próximos anos. O Programa contempla, entre outras medidas:

-
- a reestruturação do Departamento de Produção Mineral (DNPM), com sua transformação em autarquia e criação de um plano de carteira para seus servidores;
 - a instituição do Plano Plurianual para o Desenvolvimento do Setor Mineral;
 - a desregulamentação da legislação mineralária;
 - a institucionalização dos levantamentos geológicos básicos; e
 - a reestruturação da Companhia de Pesquisas e Recursos Naturais (CPRM).

O Programa de Mineração complementa-se com outras medidas já em tramitação no Congresso Nacional, destacando-se as referentes à revisão das legislações de garimpo (Lei nº 7.805/89) e de mineração em terras indígenas.

Ainda com relação ao setor mineral, cabe destacar o bom desempenho que vem sendo apresentado pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a despeito da conjuntura adversa observada no mercado internacional. Para tanto, contribuiu decisivamente a implementação do contrato de gestão, assinado com a União em meados de 1992, o qual outorgou à CVRD maior autonomia operacional, administrativa e financeira, facilitando o ajustamento competitivo da empresa. Esse contrato foi renovado em 1993, com prazo de vigência de três anos (1994-1996).

As vendas de minério de ferro e pelotas da CVRD atingiram, até setembro, cerca de 67 milhões de toneladas, superando em 4% o volume vendido em 1992.

Após sete anos de paralisação, a empresa retomou, em 1993, as obras do projeto ALUNORTE, cuja planta, localizada em Barcarena-PA, deverá produzir 1.100 mil toneladas/ano de alumina a partir de 1995. Também em 1993, foi fechado o acordo de participação societária que permitiu a constituição da Salobo Metais. Este projeto da

CVRD em associação com empresa privada, localizado na província mineral de Carajás, deverá produzir, a partir de 1998, 150 mil toneladas/ano de cobre metálico, 17 toneladas/ano de prata e 8 toneladas/ano de ouro.

Cabe também destacar a entrada em operação, no mês de abril, do Terminal de Grãos da CVRD no Porto de Tubarão, em Vitória-ES, encerrando a primeira fase de implantação do chamado Corredor de Exportação Centro-Oeste, ligando por ferrovia a região central do País e grande parte do Estado de Minas Gerais ao litoral do Espírito Santo, facilitando o escoamento da produção industrial e agrícola para os grandes mercados mundiais. Esse complexo tem capacidade para movimentar, anualmente, 1,5 milhão de toneladas de grãos e farelo de soja. Deve-se assinalar a exemplar parceria entre estatais (CVRD e RFFSA), estados e a iniciativa privada, que conduziu recentemente à constituição de consórcio para operacionalização daquele Corredor.

A CVRD deu início à implantação do projeto de ouro no Estado de Tocantins, com capacidade de 500 a 1000 kg numa primeira etapa, com entrada em operação prevista para meados de 1995, atingindo 5000 kg numa segunda etapa, em 1997.

No tocante à privatização de empresas públicas vinculadas ao Ministério das Minas e Energia, vale destacar a conclusão, em 1993, da transferência para o setor privado das empresas siderúrgicas remanescentes - Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) e Aços de Minas Gerais (AÇO-MINAS) - atingindo um valor total de alienação próximo a CR\$ 670,5 bilhões. No setor petroquímico e de fertilizantes foram privatizadas a GOIASFÉRTIL e a COMPANHIA BRASILEIRA DE ESTIRENO (no final de 1992) e a POLIOLEFINAS, a ULTRAFÉRTIL e a OXITENO (em 1993).

Ações Previstas para 1994

No setor de energia, as ações, no ano de 1994, continuarão a contemplar, entre outras, as seguintes:

- o desenvolvimento de programas de conservação e racionalização do uso da energia;
- a implementação de uma política realista de preços e tarifas, que remova desequilíbrios financeiros, promova maior eficiência no uso de energia e tenha como contrapartida ganhos de eficiência empresarial;
- a ênfase a iniciativas para agilizar a regulamentação da concessão e licitação de serviços públicos, de modo a permitir a participação da iniciativa privada na ampliação da produção;
- a racionalização da Matriz Energética Brasileira, incluindo o estímulo ao aumento do consumo de gás natural e carvão;
- a conclusão das obras em andamento no segmento de energia elétrica e o prosseguimento das iniciativas para equacionamento definitivo dos débitos do setor e para viabilização de novas fontes de financiamento para os investimentos;
- o estímulo às atividades de autoprodução, co-geração e de aproveitamento de pequenas centrais hidrelétricas;
- a busca da ampliação das reservas brasileiras de óleo e gás natural para possibilitar a ampliação da produção nacional;
- a adaptação do parque de refino de petróleo, de acordo com as necessidades do mercado;
- a reavaliação e consolidação do setor alcooleiro na Matriz Energética Nacional; e
- o apoio a estudos e projetos experimentais de aproveitamento de energia da biomassa, eólica e solar, particularmente para atendi-

mento de localidades isoladas e desassistidas quanto ao suprimento de energia.

O Sistema ELETROBRÁS deverá dar continuidade às obras em execução. Nesse ano, deverá entrar em operação a primeira unidade da UHE de XINGÓ, com potência de 500 MW, e a terceira turbina da UHE de SAMUEL. Também, iniciarão suas operações as UTEs de Jorge Lacerda e Rio Acre.

Na área de transmissão, terão prosseguimento diversas obras, incluindo as linhas de transmissão (LT) de Samuel/Ariquemes/Jiparaná e de Rio Verde/Barra do Peixe, além das obras das subestações de Brasília, Mogi, Rio Verde, Gravataí, Jorge Lacerda e da conversora de Uruguaiana. Com relação à distribuição de energia, estarão em andamento os investimentos para expansão dos sistemas de Manaus, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

No tocante ao setor de petróleo, está prevista a produção, em 1994, de 800 mil barris de óleo equivalentes/dia, representando um crescimento de 6% em relação a 1993. Será priorizada a avaliação do potencial petrolífero das bacias sedimentares, objetivando a elevação das reservas brasileiras. No desenvolvimento da produção, os investimentos estarão dirigidos para os diversos campos de petróleo da Bacia de Campos - destacando-se os de Albacora, Marlim, Enchova/Enchova Oeste, Bijupira, Salema e Barracuda - e nas demais bacias marítimas e terrestres.

Em 1994, o Governo dará continuidade ao desenvolvimento do Plano Diretor de Conservação de Energia, priorizando as medidas de conservação a serem adotadas no âmbito do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e do Programa Nacional de Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (CONPET).

Será também operacionalizado o Programa MERCOSUL de Racionalização, Qualidade e Produtividade no Setor Energético no que se refere à constituição de uma carteira de projetos na área.

No que diz respeito ao uso termelétrico do carvão mineral nacional, uma série de ações será deflagrada, destacando-se o apoio à revisão da Resolução nº 8 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), no sentido de viabilizar o uso competitivo deste energético na Região Sul do País; a promoção de eventos, em cooperação com a Alemanha, sobre a utilização de tecnologias limpas de geração de eletricidade utilizando carvão mineral; e a operacionalização - no âmbito da ELETROBRÁS - de programas para o desenvolvimento tecnológico da geração de energia a partir do carvão e de capacitação tecnológica no setor.

Será promovida a eliminação de obstáculos institucionais ao desenvolvimento de fontes energéticas renováveis alternativas, com vistas a assegurar o atendimento energético competitivo a comunidades rurais isoladas.

Na área de mineração, o Governo conduzirá suas ações segundo as seguintes diretrizes principais:

- busca da elevação da competitividade externa do setor mineral brasileiro;
- ampliação do conhecimento do subsolo brasileiro, com vistas ao correto dimensionamento do patrimônio mineral do País;
- prosseguimento da revisão institucional do setor, dando prioridade aos aspectos de desregulamentação da atividade;
- atenuação dos impactos ambientais da atividade mineral; e
- estímulo à atividade mineira, com fortalecimento e modernização das funções de controle e fiscalização executadas pelo poder público.

Para o cumprimento dessas diretrizes, o Governo atuará decisivamente na implementação das medidas previstas no Programa para Mineração, com destaque para as ações voltadas para a reestruturação do DNPM e da CPRM e para a modernização e racionalização da

estrutura legal, institucional e administrativa do setor mineral, que vinha impedindo o seu desenvolvimento de forma compatível com o grande potencial do País nessa área.

Os investimentos da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) deverão se dirigir, com prioridade, aos seguintes projetos: Pier II do Porto de Ponta da Madeira (São Luís-MA), com conclusão prevista para o início do ano; construção de dois silos para grãos no Porto de Tubarão; e conclusão das obras da segunda fase da mina de ouro Igarapé Bahia (Carajás-PA). Será também dada continuidade aos projetos de implantação da ALUNORTE e SALOBO e iniciado o projeto de Rio Capim Química, em associação com grupo privado, para produção, em primeira fase de 300 mil toneladas de caulim por ano, no Pará, com investimento de US\$ 120 milhões.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

A Lei nº 8.490, de 22 de novembro de 1992, que definiu a nova estrutura administrativa deste Governo, transformou a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República - SDR/PR em Ministério da Integração Regional - MIR, atribuindo-lhe atividades nas áreas de defesa civil, relações com os Estados, o Distrito Federal e os municípios, irrigação, macrossaneamento, desenvolvimento regional, urbano e de áreas metropolitanas e atividades do setor sucroalcooleiro.

Consoante as diretrizes estabelecidas pelo Governo, entre as quais estão a diminuição das desigualdades intra e inter-regionais, a priorização de programas que produzissem respostas mais rápidas no que diz respeito à geração de emprego e de renda, a interiorização do desenvolvimento, de modo a conter as migrações e ocupar os espaços vazios do território nacional, a melhoria da qualidade de vida nas cidades brasileiras, calamidades públicas etc., as ações do Ministério foram direcionadas com maior ênfase para as Regiões Nordeste e Norte, onde os problemas estruturais e sociais são mais agudos.

Ações Realizadas em 1993

Na busca de uma ação integrada no combate à seca que vem assolando a Região Nordeste desde 1990, e no seu desenvolvimento

sustentável, o Governo Federal, através da SUDENE, vem se utilizando de todos os instrumentos de política regional de que dispõe.

Com o objetivo de amenizar os problemas da seca, foram implementadas ações emergenciais sob o Programa Frentes Produtivas de Trabalho, cuja principal inovação foi a criação de comissões, em âmbito nacional, estadual e municipal, compostas de representantes de segmentos diversos da sociedade, inclusive dos trabalhadores e da igreja, permitindo, com maior transparência nas ações desenvolvidas, a realização de obras e serviços que vão efetivamente ao encontro dos anseios e necessidade de cada comunidade.

Por outro lado, o Programa ensejou uma maior participação financeira dos Estados envolvidos, através de uma contrapartida equivalente a 30% dos recursos liberados pelo Governo Federal, para aplicação no aluguel de carros-pipa e na aquisição de equipamento, implementos e materiais necessários à execução das obras e serviços.

Ao longo do ano, foram investidos CR\$ 69,8 bilhões na construção de 370,2 km de adutoras, na construção (3.000 km), recuperação e manutenção (65.000 km) de estradas, na fabricação de telhas e tijolos (127.000 milheiros) e na recuperação de açudes, barragens e barreiros (17.900 unidades), além da perfuração de poços profundos (653 unidades), dando ocupação produtiva a dois milhões de trabalhadores. O Programa atinge os Estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão.

Nas ações de médio e longo prazos foram utilizados os instrumentos já existentes, não só para o desenvolvimento da Região, mas também no combate à seca. São eles: Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), programas de irrigação da Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco (CODEVASF), Programa de Integração Nacional (PIN)/Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), Fundo

Constitucional do Nordeste (FNE) e Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR). Também com este intuito, o Governo Federal criou o Programa de Ação Governamental para o Nordeste (PAG), coordenado pela SUDENE.

O PAPP foi objeto de uma descentralização administrativa, a partir de julho de 1993, tornando-se essencialmente estadual do ponto de vista da coordenação, planejamento, administração e controle de sua execução. À SUDENE compete acompanhar, supervisionar e avaliar o seu desempenho em nível regional, podendo prestar, adicionalmente, mediante solicitação dos Estados, assessoramento técnico.

Entre as principais realizações do Programa, no período de outubro de 1992 a junho de 1993, estão a implantação de 260 sistemas de abastecimento d'água, perfuração de 581 poços artesianos e construção de 200 cisternas. Tais ações beneficiaram cerca de 104,6 mil famílias. Além disso, foram atendidas 46 cooperativas e 18 associações, beneficiando nove mil produtores e proporcionando a comercialização da produção local, da ordem de 3,3 mil toneladas.

Quanto à irrigação, além das atividades normais da CODEVASF, o destaque fica para o Programa de Fruticultura, desenvolvido pelos produtores da região após a implantação do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, na região de Petrolina/Juazeiro, que deverá alcançar uma produção de 33 mil toneladas em 1993, com receita estimada em CR\$ 18,07 bilhões. Em 1992, a exportação de frutas somou 22.750 toneladas, com receita de CR\$ 12,5 bilhões.

Os fundos constitucionais do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste (FNE, FNO e FCO) sofreram alterações operacionais com vistas a alterar a tendência de concentração das aplicações em empresas de maior porte. No caso do FNE, além das citadas alterações, que elevaram o índice das contratações com mini, micro e pequenos produtores/empresas de 22,9% em 1992, para 45%, de janeiro a setembro de 1993, foi cumprida, pela primeira vez, a determinação

constitucional, elevando-se o volume de recursos deferidos aos produtores/empresas localizadas no Semi-Árido para 52,1% dos recursos totais contratados pelo Fundo.

Em face do prolongado período de estiagem, a programação do FNE para 1993 foi objeto de ajuste, direcionando a concessão de crédito em bases e condições diferenciadas à promoção de investimento no Semi-Árido, o que propiciou uma demanda adicional de crédito advinda principalmente do setor rural.

Em relação aos recursos do FNE, a realização (CR\$ 141,56 bilhões até setembro) foi 40% superior à programação inicial do Fundo (CR\$ 100,57 bilhões), sendo 53,4% comprometidos com o setor rural, 13,6% com o setor agroindustrial e 33,0% com o setor industrial, tendo sido formalizadas 62.976 contratações.

No tocante ao FINOR, de janeiro a outubro de 1993, foram aprovados 42 projetos, com investimentos totais previstos de CR\$ 44,7 bilhões, dos quais CR\$ 18,9 bilhões a título de incentivos. Os setores mais beneficiados com esses projetos foram a indústria, com 17 projetos, e a agricultura, com 13 projetos, absorvendo, respectivamente, 81,1% e 10,7% do investimento total e 79,1% e 12,7% de incentivos do FINOR. No período, foram concluídos oito projetos, representando uma oferta de 4,1 mil novos empregos.

Na Região Norte, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em parceria com o Banco da Amazônia, são os principais órgãos executores da Política de Desenvolvimento.

A SUFRAMA, desde o inicio do Governo, vem trabalhando para se adaptar à nova realidade da política industrial e de comércio exterior do País e à nova legislação que institui o Processo Produtivo Básico (Lei nº 8.747/91), participando na elaboração da sua regulamentação e implantação, juntamente com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

A Zona Franca de Manaus (ZFM) teve, no ano passado, crescimento no seu faturamento global, que registrou CR\$ 1,98 trilhão, contra CR\$ 1,65 trilhão em 1991 e CR\$ 0,33 trilhão em 1992. Foi o segundo maior faturamento desde sua implantação, há 25 anos. Em relação a 1992, houve um aumento de 24% na oferta de empregos diretos, havendo o preço final de grande parte dos seus produtos diminuído em cerca de 35% para o consumidor. Ao longo de 1993, a SUFRAMA aprovou a implantação de 96 novos projetos industriais de implantação, dos quais 27 no setor eletro-eletrônico e 42 no de informática, além de outros 185 projetos de ampliação e diversificação da produção.

Cabe, ainda, registrar a instalação da Zona de Livre Comércio de Macapá/ Santana no Amapá e do Entreponto Internacional da Zona Franca de Manaus, que é um centro de compras voltado para atendimento a importadores.

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, que juntamente com o Banco da Amazônia administra os Fundos de Investimento, aprovou, para financiamento com recursos do Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM), 60 projetos, sendo 42 de enquadramento e 18 novos, significando investimento total de CR\$ 3,4 bilhões, dos quais CR\$ 1,7 bilhão provenientes do Fundo, devendo gerar 5.347 novos empregos. Também foram deferidos 50 pleitos de isenção, cinco de redução do Imposto de Renda e um projeto de reinvestimento.

No que diz respeito ao Fundo Constitucional do Norte, entre as operações de crédito realizadas, cabe ressaltar aquelas referentes ao "Programa da Terra" que passaram de 448 em 1992 para 7.717 entre janeiro e julho de 1993, beneficiando os projetos e assentamentos elaborados e aprovados pelo INCRA.

O Programa de Manejo de Recursos Naturais de Rondônia (PLANAFLORO) teve início efetivo em abril de 1993, objetivando o

desenvolvimento auto-sustentado e o manejo adequado dos recursos naturais de Rondônia. Seu público alvo é de 52 mil famílias de produtores rurais, 2.400 famílias de seringueiros, 900 famílias de pescadores e cinco mil índios. Os recursos previstos são de US\$ 228,9 milhões, dos quais US\$ 31 milhões a cargo do Governo Federal, US\$ 30,9 milhões como contrapartida do Governo Estadual e US\$ 167 milhões originários do BIRD.

Entre as principais realizações de 1993 estão: assistência técnica e financiamento a produtores rurais, implantação de unidades de observação, construção de rodovias, construção e recuperação de escolas, pesquisas e atividades de fiscalização de saúde vinculadas aos índios.

No Centro-Oeste, na administração do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, além das alterações operacionais que resultaram no aumento da participação dos pequenos produtores para 83% dos contratos de financiamento, merecem destaque as ações de incentivo ao associativismo. O número de contratos realizados com cooperativas aumentou substancialmente.

Os recursos do Projeto de Desenvolvimento Ambiental do Mato Grosso (PRODEAGRO) liberados em 1993, foram utilizados em infraestrutura, treinamento de recursos humanos, pesquisa florestal, crédito a pequenos produtores, demarcação de áreas indígenas e proteção e demarcação de unidades de conservação, cadastramento de terras, construção e reforma de escolas e unidades de saúde.

O Programa de Promoção do Desenvolvimento Integrado dos Vales Pobres de Minas Gerais (PROMOVALE) foi aprovado em 28 de julho de 1993, para ser operacionalizado pelo Ministério da Integração Regional. Abrange 114 municípios, numa área de 204 mil quilômetros quadrados, com 2,5 milhões de habitantes. Concebido para o período 1993/95, conta com dotações iniciais de CR\$ 4,9 bilhões, para cobertura das necessidades básicas da população nas áreas de educa-

ção, saúde, moradia popular, saneamento básico, desenvolvimento rural, eletrificação, irrigação, estradas rurais e vicinais e ações geradoras de emprego e renda. Envolve a participação dos Ministérios da Fazenda, Planejamento, Saúde, Bem-Estar Social, Minas e Energia, Educação e Agricultura, além do Governo de Minas Gerais, associações locais e organizações não-governamentais da região.

Na área de Desenvolvimento Urbano, o MIR procurou implementar diversas ações, tendo como prioridade investimentos em infra-estrutura das cidades e saneamento ambiental. Vinte áreas metropolitanas foram contempladas, até setembro de 1993, com recursos que ascendem a CR\$ 4,6 bilhões, utilizados principalmente em obras de saneamento básico e pavimentação de vias públicas. Tais investimentos deverão chegar a CR\$ 5,7 bilhões no exercício de 1993, beneficiando 24 áreas e aglomerados urbanos.

Ações Previstas para 1994

Embora sujeitas ao desenvolvimento econômico, em relação aos fundos, ao orçamento fiscal e às possibilidades de liberação de recursos externos contratados, são as seguintes as ações preconizadas:

- aumento da área irrigada em mais 72.871 ha, criação de mais 218.613 empregos diretos e indiretos, exportação de 183 mil toneladas de frutas e estudos de viabilidade de mais 12 projetos públicos de irrigação nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe e Alagoas;
- a implantação, pelo DNOCS, de 16.127 ha de área irrigada, desapropriação de 16.290 ha para construção de açudes e barragens, perfuração de 242 poços e instalação de 38 poços artesianos, construção de 18 açudes e 1.500 m de canal, e 20 km de adutoras de água etc;

- na Região Norte, além das atividades de rotina da SUFRAMA e da SUDAM, está previsto um programa de assentamento no Distrito Agropecuário de Manaus, a ser realizado com a participação dos setores agropecuário e do meio ambiente, com o objetivo de contribuir na contenção de migrações campo-cidade. Também está programada a implantação de um programa de construção de casas populares para trabalhadores das indústrias da Zona Franca de Manaus, em conjunto com sindicatos e a Caixa Econômica Federal;

- na área de desenvolvimento urbano, a prioridade será para ações nos municípios da faixa de fronteira, especialmente das Regiões Norte e Centro-Oeste, e naqueles que sofreram o impacto de grandes projetos federais, como corredores de exportação, hidrelétricas, ferrovias etc., nos vales pobres de Minas Gerais e na região integrante da área de influência da Capital da República.

A Secretaria de Defesa Civil do MIR deverá implantar o Conselho Nacional de Defesa Civil e reformular a Junta Deliberativa do Fundo Especial de Calamidades Públicas.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Ao longo dos últimos anos, o ritmo de desenvolvimento do setor de comunicações no País vinha frustrando as expectativas da sociedade, com repercussões adversas sob o ponto de vista da integração do território nacional e da modernização da economia brasileira. Níveis de investimento insatisfatórios, deterioração da qualidade dos serviços, falta de estrutura de fiscalização das comunicações no País e ausência de atrativos ou regulamentação adequada para investimentos privados conformavam um quadro de distorções que obstaculizava o dinamismo do setor.

Especificamente na área de telecomunicações, o Brasil vem investindo, através do Grupo Telebrás, valores inferiores a 1% do PIB na manutenção e ampliação dos sistemas, quando se estimam necessidades mínimas de investimento em torno de 1,5% do PIB para que o setor possa efetivamente atuar como indutor do desenvolvimento econômico e social do País.

Assim, a atuação do Executivo na área tem se orientado pela necessidade de reverter esse quadro, introduzindo mudanças na política que permitam recuperar e ampliar os serviços de comunicações oferecidos à população, através de ações direcionadas para resgatar as condições de planejamento de médio e longo prazos do setor; garantir um adequado nível de remuneração pelos serviços prestados; reduzir as barreiras regulamentares à participação da iniciativa privada nos

investimentos; e dar maior autonomia gerencial às empresas estatais que atuam na área.

Ações Realizadas em 1993

O Governo Federal deu prioridade à recuperação das defasagens tarifárias dos serviços de telecomunicações e dos Correios, efetivada através das determinações constantes nas Exposições de Motivos nº 19 e nº 20, de dezembro de 1992, tendo como principal propósito a recuperação das condições de auto financiamento, elemento indispensável para a elevação dos níveis de investimento setoriais.

Procurou-se intensificar as ações visando ao atendimento de regiões interioranas e de camadas menos favorecidas da população, a despeito da preservação dos programas voltados para ampliar e diversificar a oferta de serviços para os centros mais desenvolvidos da economia.

Em 1993, os investimentos da Telebrás atingiram a US\$ 3,9 bilhões, tendo sido instalados mais de 1.005 mil terminais telefônicos, alcançando 11,6 milhões de telefones, sendo cerca de 43,5 mil terminais de uso público, com uma expansão de 16,8%, para atingir 303 mil telefones públicos. A expansão dos serviços de telecomunicações permitiu atender a mais 797 novas localidades, totalizando 16,2 mil logradouros.

Vale destacar a obtenção de melhoria sensível na qualidade e confiabilidade dos serviços prestados. A taxa de congestionamento nas ligações telefônicas urbanas caiu de quase 14% em 1992, para cerca de 10,5% em 1993, sendo que a taxa de chamadas completadas via Discagem Direta à Distância passou para patamares superiores a 50%, contra níveis próximos a 47,6% no final do ano de 1992.

Na telefonia móvel celular, o Distrito Federal e os Estados do Paraná, Bahia, Espírito Santo, Santa Catarina, Goiás, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Sergipe e Alagoas foram beneficiados com investimentos totais da ordem de US\$ 205,5 milhões, que permitiram um acréscimo de 193 mil novos terminais. Nesse ano, a telefonia móvel chegou também ao Estado de São Paulo, com 89 mil terminais instalados.

Cabe destacar a inauguração, pela EMBRATEL, da ligação por fibra óptica entre o Rio de Janeiro e São Paulo, envolvendo recursos da ordem de US\$ 46 milhões, que possibilitará um acréscimo estimado de tráfego de 80% entre os dois Estados. Foi também iniciada a implantação do sistema de cabos de fibras ópticas interligando o Rio de Janeiro a Belo Horizonte e Belo Horizonte a São Paulo e aberta a concorrência para a implantação da rota de fibras ópticas interligando o Rio de Janeiro a Fortaleza.

Destaca-se, também, a implantação, em Santa Catarina, da maior rede de fibras ópticas em linhas de transmissão elétrica da América Latina, com 542 km de extensão, tendo como objetivo reduzir os custos de comunicações de longa distância e aumentar a capacidade de transmissão.

Teve continuidade o projeto de lançamento de dois satélites de segunda geração em substituição ao BRASILSAT I e II.

A EMBRATEL realizou extenso trabalho de implantação de rede de comunicação de dados, com impacto no processo de integração nacional e modernização dos sistemas de transmissão de informação, inclusive de bancos de dados e de centrais de computação. O primeiro sistema (REENPAC - de comunicação de "pacotes" de dados, para interligação não-previamente estabelecida), apresentou evolução de 14 mil postos em 1992 para 28.800 postos em 1993, com o tráfego elevando-se de seis bilhões para 10 bilhões de segmentos. O segundo sistema (DATASATBI - transmissão via satélite, usado principalmente

pelos bancos) expandiu-se de 1.688 estações em 1992 para 1.340 estações em 1993. O terceiro sistema (TRANSDATA - linhas permanentes) teve capacidade utilizada de transmissão elevada de 127 megabites em 1992 para 160 megabites em 1993, com o tempo de espera para atendimento do cliente reduzindo-se de nove meses de espera em 1992 para dois meses em 1993.

No tocante às comunicações postais, o Governo atuou tendo como diretrizes a disseminação de serviços básicos dos Correios por todo o território nacional e o contínuo incremento do padrão de qualidade dos serviços prestados à população. Para tanto, prosseguiu-se no estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada, apoiadas tanto nos serviços tradicionais dos Correios, quanto na comercialização de produtos de terceiros nas unidades de atendimento da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT).

Assim, foi intensificada a adoção do sistema de *franchising* para a instalação de agências postais, visando ao redimensionamento da rede de atendimento própria da ECT, a racionalização da distribuição das unidades e a redução dos custos de manutenção. Atualmente, cerca de 1.646 agências já vêm operando nesse sistema. O número total de agências dos Correios evoluiu de 12.606 em 1992 para mais de 12.766 em dezembro de 1993.

No tocante às ações de modernização operacional e diversificação de serviços, destaca-se a implementação do Serviço de Mensagem Eletrônica, que propiciará facilidades de comunicação que vão desde a interligação com outros sistemas públicos e privados e conexão com fax/telex, até a impressão e entrega física de mensagens geradas por microcomputadores de usuários.

Encontra-se também em fase adiantada de implementação a Rede Postal Aérea do MERCOSUL, interligando a cidade de Porto Alegre às capitais da Argentina e do Uruguai, e a cidade de Foz do Iguaçu à capital do Paraguai.

Cabe também mencionar um conjunto importante de intervenções dos Correios de elevado alcance social:

- a criação da chamada Carta Social, que objetivou reduzir os custos das remessas postais para as pessoas físicas, tendo sido expandidas 820 mil unidades, em 1993;
- a ampliação do contrato com o INSS para habilitação e concessão de benefícios, pagamento e recebimento de contribuições em todas as cidades onde não haja postos desse Instituto;
- a prestação, através das agências dos Correios, do auxílio pecuniário aos consumidores de baixa renda na compra de gás de cozinha;
- o convênio com a Secretaria da Receita Federal para solicitação do CPF através das Agências de Correios; e
- a consolidação dos programas de distribuição de livros didáticos e remédios para estados e municípios.

Por último, vale ressaltar os esforços do Ministério das Comunicações no aprimoramento de suas funções de fiscalização das comunicações, efetivados através da estruturação de delegacias regionais em todo o território nacional.

Ações Previstas para 1994

O Executivo continuará contemplando o objetivo de assegurar uma infra-estrutura adequada de comunicações que possibilite, principalmente, a maior integração econômica e social, nos níveis regional e internacional, a aceleração dos ganhos de produtividade na economia, a melhoria da qualidade de vida da população e a criação de um ambiente favorável ao fluxo de informações, de uma maneira ampla, permeando toda a atividade social.

Na área de telecomunicações, o Governo vai atuar segundo as seguintes diretrizes:

-
- busca de fontes alternativas para os investimentos, inclusive por meio de associações e parcerias com a iniciativa privada;
 - ampliação da plataforma de serviços públicos de telecomunicações, através de redes de dados locais;
 - redução dos custos de expansão dos sistemas; e
 - disseminação do acesso aos serviços de telecomunicações, pela introdução de novas tecnologias no sistema de telefonia pública e utilização de tecnologia celular e de redes via satélite para expansão da oferta nas áreas rurais.

Pretende-se, já a partir de 1994, promover um progressivo crescimento do nível de investimentos no setor, de modo a elevar a densidade telefônica no País para 8,6 terminais por habitante em 1995, atingindo, nesse ano, cerca de 380 mil telefones públicos.

Deverão ser instalados cerca de 1.050 mil terminais telefônicos, sendo 46,5 mil de uso público, permitindo o atendimento de mais 1.500 localidades.

Como fruto de ações em desenvolvimento, o País deverá garantir a sua participação, já a partir de 1994, no Sistema Internacional de Fibras Óticas, envolvendo o Cabo Submarino Américas I (Brasil - Venezuela - Trinidad - St Thomas - EUA); Cabo Submarino Columbus II (Brasil-EUA-Espanha-Portugal-Itália); e Cabo Submarino Unisur (Brasil-Argentina-Uruguai).

No tocante aos programas de expansão e modernização do sistema básico de telecomunicações, terá continuidade também a implantação do Sistema Nacional de Fibras Ópticas referentes à rotas Rio/Belo Horizonte, Belo Horizonte/São Paulo, Rio/Fortaleza e Rio/Porto Alegre, bem como de outros troncos de menor extensão na jurisdição de diversas operadoras.

Será ainda concretizada a substituição do BRASILSAT I e II por dois satélites de segunda geração, nos meses de julho e novembro de 1994, respectivamente.

Na área de comunicações postais, o Executivo estabeleceu as seguintes diretrizes gerais de atuação para 1994:

- implantação de serviços básicos dos Correios em todos os municípios do País, com ênfase para o atendimento às comunidades situadas em áreas rurais;
- incentivo à participação de terceiros no atendimento aos serviços postais;
- ampliação do leque de serviços prestados, inclusive pela incorporação de novas tecnologias.

No tocante aos esforços para atualização tecnológica da Empresa de Correios e Telégrafos, terão prosseguimento os projetos que visam a dotá-la de mecanismos e processos de tratamento de informações que permitam rapidez e precisão na execução e controle de ações administrativas e operacionais. Entre esses projetos, destacam-se os de implantação e ampliação do Sistema de Rastreamento de Objetos e de automação de agências, centros operacionais e unidades administrativas, bem como o projeto de implantação da rede de teleinformática.

Será também dada continuidade à expansão dos serviços postais, através de iniciativas que envolverão a construção, ampliação e reforma de agências e centros operacionais, a intensificação do sistema de franquias, bem como a aquisição de veículos operacionais.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Ministério da Ciência e Tecnologia, dando cumprimento às suas atribuições, orientou a sua atuação a partir de três diretrizes básicas: aperfeiçoamento da gestão e coordenação do sistema; ampliação do orçamento nacional de Ciência e Tecnologia (C&T); e fortalecimento de políticas e projetos de natureza estratégica e manutenção e diversificação do Programa de Bolsas. A intenção foi a de buscar uma ação mais pragmática e seletiva, diante da crônica insuficiência de recursos, buscando atender as atividades inadiáveis pelo seu caráter estratégico ou pelo seu efeito catalizador de novos investimentos, em especial aqueles oriundos do setor privado.

Ações Realizadas em 1993

Na área de Coordenação e Gestão do Sistema Ciência e Tecnologia, cumpre destacar a proposta de reformulação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), mediante projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional em 27 de agosto de 1993. Em paralelo, para subsidiar a definição de políticas no campo da C&T e da sua interface com a política industrial do Governo, o MCT concluiu dois grandes estudos: "Estudos Analíticos do Setor de Ciência e Tecnologia" e "Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira".

Com o propósito de aprimorar a eficiência da atuação dos principais órgãos do MCT, iniciou-se um processo de avaliação dos institutos vinculados ao Ministério e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Complementando essa ação, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Instituto Nacional de Tecnologia (INT) e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) elaboraram seus planos estratégicos, definindo novas perspectivas de atuação. Cabe mencionar, ainda, a criação, pela Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, do Plano de Carreiras de C&T, idealizado para valorizar e melhorar a qualificação dos quadros de pessoal da área.

Considerando o desequilíbrio estrutural existente entre as fontes de financiamento - estimativas registram que 90% do dispêndio nacional é constituído por recursos públicos, dos quais cerca de 70% oriundos da União, o MCT concretizou diversas ações, entre as quais a sanção da Lei nº 8.661/93, que cria incentivos à capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária; e a regulamentação da Lei nº 8.248/91, de Informática, através do Decreto nº 792/93, que permite às indústrias do setor de informática o abatimento, no Imposto de Renda, dos seus gastos em pesquisa e isenção do IPI.

Nesse âmbito, importa destacar também que o MCT procurou diversificar as fontes de financiamento para o setor, realizando acordos junto à Fundação Banco do Brasil, ao BNB e ao BASA, envolvendo aporte adicional entre CR\$ 1,7 bilhão e CR\$ 2,3 bilhões para a área. Além disso, passou a contar com parte das receitas provenientes do Programa Nacional de Desestatização, para aplicação basicamente em projetos estratégicos e de infra-estrutura.

No que respeita à formação de pesquisadores, foram assegurados os recursos para a manutenção, pelo CNPq, do patamar de 44.110 bolsas, de pesquisa e pós-graduação, no País e no exterior. No mesmo sentido, procurou-se fortalecer o subprograma Recursos Humanos em

Áreas Estratégicas (RHAE), cuja meta é consolidar a competência tecnológica das instituições atuantes no desenvolvimento tecnológico nacional, com ênfase no setor privado.

Para atender à demanda de recursos para infra-estrutura de C&T, o MCT contou, sobretudo, com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), apesar de suas dificuldades financeiras. Suas operações estiveram, principalmente, orientadas para a recuperação e manutenção da base de pesquisa instalada. A parte isso, o Ministério pôde contar com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT II) e com a relativa recuperação dos recursos orçamentários para a linha de auxílios, no CNPq.

Merece destaque o fato de o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações (CEPESC), incorporado à estrutura do MCT em novembro de 1992, ter retomado suas atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Os recursos oriundos do Programa Nacional de Desestatização viabilizaram a retomada de projetos estratégicos, entre os quais se destacam: Implantação do Ciclo Completo de Fabricação de Circuitos Eletrônicos no Centro Tecnológico para Informática (CTI); a recuperação dos aceleradores de partículas no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF); a conclusão do segundo prédio do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS); e a operacionalização do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC).

No setor aeroespacial, vale mencionar o lançamento, em fevereiro de 1993, do primeiro satélite brasileiro, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), cuja plena utilização permitirá a medição de parâmetros climáticos e ambientais do País. Outra importante medida foi a retomada do projeto de cooperação técnica para construção e lançamento de satélites de sensoriamento

remoto, conduzido pelo INPE em conjunto com a República Popular da China.

Merce destaque, ainda, a implantação do primeiro radar meteorológico, em conjunto com a Fundação Cearense de Meteorologia.

Na área ambiental, o Ministério deu continuidade aos estudos relacionados com a Região Amazônica, voltados ao monitoramento e investigação do ecossistema e de suas relações com os sistemas socioeconômico-culturais, através do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e do Museu Goeldi, ligado ao CNPq. Na área de clima, deu andamento à implantação do CPTEC, do INPE e de montagem de redes telemétricas em diversos Estados com apoio do MCT.

No âmbito da política industrial, foi criada, sob a presidência do MCT, a Comissão Nacional do Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI), instrumento essencial para que o parque produtivo nacional atinja níveis de competitividade compatíveis com o padrão internacional. No âmbito do PACTI, merece referência a contratação, pela FINEP, de 96 projetos, com o atendimento a cerca de 1.250 micro e pequenas empresas, em 19 unidades da Federação. O MCT, como responsável pelo Projeto de Especialização em Gestão da Qualidade (PEGQ), propiciou o treinamento direto de cerca de 11 mil pessoas e atingiu indiretamente cerca de 50 mil pessoas, em um universo de mais de 760 instituições públicas e privadas.

Nessa mesma linha, a FINEP tem atuado na implementação da política industrial e de comércio exterior, através do financiamento direto a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Cabe destacar, na FINEP, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (ADTEN) e o de Apoio à Gestão da Qualidade (AGQ), este vinculado ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), que permitiu a realização de 100 projetos de gestão da qualidade na empresa, abran-

gendo diversos setores de atividade. O Programa de Educação para a Competitividade apoiou diversos empreendimentos integrados por empresas, universidades e prefeituras municipais, visando à implementação de projetos-piloto voltados para o aperfeiçoamento da rede pública de ensino.

Para apoiar a Política Industrial, o MCT também conta com o Instituto Nacional de Tecnologia (INT), que empreendeu, em 1993, importantes esforços visando a ampliar sua atuação em nível nacional, através de programas de cooperação técnico-científica com outros Estados e de uma maior interação com a comunidade científica e empresarial.

Quanto ao setor de informática, além do já mencionado Decreto nº 792/93, que estabeleceu os incentivos fiscais para essa área, cabe destacar a atuação do CTI, que realizou, entre outras atividades, a implantação quase completa do serviço de Prototipagem Rápida de Circuitos Integrados; o desenvolvimento do programa aplicativo para telas sensíveis ao toque, equipamento destinado à reabilitação de portadores de deficiências; a prestação de serviços tecnológicos em automação industrial, trabalhos de normalização técnica nos processos de produção de *software* e para verificação da qualidade dos *software* produzidos no País, dentre outros. Ainda no campo de estímulo à indústria de informática, foi criado pelo MCT e gerenciado pelo CNPq o Programa Nacional de Exportação de Software (SOFTEX), para a produção e comercialização, no exterior, de *softwares* nacionais.

No âmbito do Programa de Combate à Fome e à Miséria, o MCT, atuando basicamente através da FINEP e do CNPq, desenvolveu ações que contemplam a geração e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de subsídios à formulação e implementação de políticas nos setores de alimentos, habitação, saneamento, saúde, educação e desenvolvimento regional.

Por fim, deve-se mencionar a importante atuação do MCT no âmbito dos acordos do MERCOSUL, no qual aprovou o documento "Estratégia de Ação para Ciência e Tecnologia no Mercosul" e aprovou o "Programa de Cooperação Mercosul em Qualidade e Produtividade", além de estar participando diretamente das negociações referentes à harmonização da Política Tecnológica da Agroindústria e da Agropecuária.

Ações Previstas para 1994

As prioridades do MCT, à semelhança do ano anterior, estarão voltadas para o reforço da ação de fomento e de formação de recursos humanos e para a recuperação de projetos estratégicos, dando continuidade as três diretrizes básicas definidas para 1993. Cabe ressaltar, todavia, que o alcance das metas programadas estará subordinado à possibilidade de assegurar recursos, no orçamento do Ministério, em nível compatível com tais ações.

Várias medidas, no campo do aperfeiçoamento da gestão e coordenação do sistema de C&T, estão em curso e deverão gerar seus primeiros resultados ainda este ano. Há uma expectativa de que o projeto de lei que recria o CCT, ora em tramitação no Congresso Nacional, possa ser sancionado e instalado no decorrer do período.

A busca de uma eficiência maior dos principais órgãos do MCT deverá ser acelerada, com a conclusão do processo de avaliação dos institutos vinculados ao Ministério e ao CNPq. Será efetivada a implantação dos Conselhos de Assessoramento Superior nos institutos vinculados ao MCT. No mesmo sentido, serão implementados os planos estratégicos elaborados pela FINEP, pelo INT e pelo INPA, que definiram as propostas para 1994.

Para atingir o objetivo de ampliar o orçamento nacional de C&T, o MCT espera contar com aporte proveniente do Programa de

Desestatização, que poderá atingir CR\$ 5,7 bilhões no biênio 1994/95, montante que deverá suplementar os recursos oriundos do Tesouro.

De outra parte, em consequência dos esforços envidados pelo Ministério, em 1993, no sentido de incrementar a participação do setor privado nos gastos de C&T, prevê-se para o corrente ano a aplicação dos primeiros recursos decorrentes dos incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária e para as indústrias de informática. No primeiro caso, estima-se, para esse ano, um investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de algo equivalente a CR\$ 5,7 bilhões, por meio de renúncia fiscal.

No que respeita à indústria de informática, estão previstos gastos da ordem de US\$ 400 milhões, considerando os cerca de 300 pedidos já encaminhados ao MCT. Desse modo, deve-se verificar, em 1994, o início de mudança no perfil dos dispêndios nacionais em C&T, concentrados, historicamente, na esfera do setor público.

Sob a égide de uma atuação mais seletiva, face à crônica escassez de recursos, o MCT deverá dar continuidade as ações desenvolvidas no ano anterior, enquadradas dentro da terceira e última diretriz. São medidas consideradas como inadiáveis para manter em funcionamento a infra-estrutura de ciência e tecnologia do País em níveis aceitáveis, dada a complexidade atingida pela sua base social e produtiva.

No que se refere à formação de recursos humanos, está prevista a manutenção das Bolsas do CNPq, no patamar de 44.110 bolsas de pesquisa e pós-graduação, no país e no exterior. De igual modo, prevê-se um aprofundamento das mudanças que vêm alterando a operacionalização do subprograma RHAE, das quais cabe destacar o cumprimento à diretriz de diversificar a capacitação de recursos humanos na área de C&T, enfatizando uma participação maior do setor privado.

As ações de fomento à pesquisa, cujo financiamento depende do apoio do FNDCT, estarão fundamentalmente voltadas para a recuperação e manutenção da infra-estrutura de pesquisa instalada. Pretende-se alavancar projetos em segmentos considerados prioritários, como o setor agropecuário, as áreas sociais, inclusive aquelas voltados para o Programa de Combate à Fome e à Miséria; centros biológicos e da saúde; meio-ambiente; informática aplicada a complexos agroindustriais e, na área de informação, como por exemplo, o apoio a centros de supercomputação em três Estados da Federação. Os projetos integrados e individuais de pesquisa deverão contar também com os recursos do CNPq, através do fortalecimento do programa de auxílios. O PADCT II deverá dar, por sua vez, continuidade aos seu editais para o financiamento à pesquisa.

A consolidação da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), viabilizando a comunicação eletrônica entre os membros da comunidade científica e tecnológica e o acesso a redes de informação no exterior será outra das contribuições importantes que o Governo Federal deverá dar em favor do desenvolvimento da pesquisa nacional.

Na área espacial, cabe mencionar, como principais realizações para o período, a operacionalização do sistema de retransmissão dos dados para medição de parâmetros climáticos e ambientais do País, a partir do primeiro satélite brasileiro, desenvolvido pelo INPE; a continuidade do projeto de cooperação técnica para construção e lançamento de satélites de sensoriamento remoto em cooperação com a República Popular da China; a conclusão, no INPE, de uma plataforma suborbital estabilizada, a ser lançada pelo foguete SONDA III, concebida para viabilizar experimentos científicos e tecnológicos como a obtenção de materiais nobres em ambientes de microgravidade, dentre outros.

A partir do ingresso dos recursos oriundos do programa de desestatização, será continuada a execução de projetos estratégicos,

reiniciados em 1993, que estavam paralisados ou em atraso por falta de recursos.

No campo do Meio Ambiente, está prevista a efetivação do Programa Piloto de Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras, que contempla o INPA e o Museu Emílio Goeldi (MPEG) no projeto "Centros de Excelência". O Programa de Vigilância da Amazônia (SIVAM) deverá contar com o *software*, desenvolvido pelo INPE, importante para o trabalho de zoneamento ecológico-econômico da Amazônia Legal e para o monitoramento da região. Na área de clima, a oferta, em 1994, de previsões de tempo para cada cinco dias, com margem de acerto de 70%, a partir da conclusão do CPTEC, do INPE, e da implantação de redes telemétricas estaduais, representará um importante passo no monitoramento do tempo e do clima e no gerenciamento de recursos hídricos.

Para atender aos objetivos da Política Industrial, uma das principais prioridades do MCT será a de fortalecer, através da FINEP, as linhas de financiamento a projetos voltados para a capacitação tecnológica das empresas; ao desenvolvimento de tecnologia de gestão vinculado à qualidade e produtividade; a projetos de pequenas e médias empresas e à promoção da reestruturação industrial do setor produtivo. O INT deverá dar também a sua contribuição, dobrando o número de empresas atendidas pela prestação de serviços técnicos especializados e aumentando em 50% o número de contratos de transferência de tecnologia de produtos do Instituto.

Já no campo da informática, as principais realizações deverão repousar, entre outros aspectos, no impacto provocado pela regulamentação do art. 3º da Lei nº 8.248/91, que disciplina o poder de compra do Estado na aquisição de bens e serviços de informática (objeto da Portaria nº 223/93-DOU de 24 de setembro de 1993); na implementação do Programa SOFTEX 2.000, em 13 cidades brasilei-

ras; na oferta, no CTI, de serviços especializados na área de microeletrônica.

Dentro do programa de Combate à Fome e à Miséria, o MCT deverá implementar as atividades-fim do Programa de Apoio às Tecnologias Apropriadas (PTA), com a implantação do Banco de Soluções e das Fábricas-Escolas e/ou Liceus de Artes e Ofícios.

MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL

O Ministério do Bem-Estar Social (MBES) implementou políticas de habitação, saneamento, assistência social, bem como de apoio e de integração social das pessoas portadoras de deficiências, atuando, prioritariamente, junto aos grupos de menor renda.

Ações Realizadas em 1993

Um conjunto de diretrizes norteou a ação ministerial, com vista ao suprimento das necessidades básicas da população de mais baixa renda, estimulando projetos voltados à ampliação da demanda pela geração de empregos em obras de habitação e saneamento, e ao crescimento da renda apoiando grupos associativos em microunidades de produção. Atendem, nesse sentido, às diretrizes gerais do MBES de descentralização, controle social, federalização e municipalização das ações.

Habitação

Os programas foram elaborados e direcionados, conforme as especificidades da população, para dois segmentos: um referente à população com renda até três salários mínimos; e outro, à população com renda de três a oito salários mínimos.

Habitar Brasil é o principal programa para atender a população com renda até três salários mínimos. Seus beneficiários não têm acesso aos mecanismos formais de financiamento habitacional. O programa transfere recursos orçamentários para Estados e Municípios e busca integrar ações em habitação, saneamento e promoção humana, na produção de lotes na urbanização de favelas e na construção de moradias. Os critérios de composição dos recursos aplicados nos projetos pilotos - 40% em habitação, 47% em saneamento e 13% em promoção humana - indicam essa preocupação governamental.

Em relação a população situada na faixa de renda entre três e oito salários mínimos, o MBES desenvolve programas com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), como os Programas de Habitação para o Cidadão e para o Trabalhador. O primeiro financia a pessoa física, beneficiando diretamente o cidadão. O segundo visa a construção de unidades habitacionais por empresas ou sindicatos, sendo mutuários finais os empregados.

Em 1993, foram equacionados os problemas das obras financiadas pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), utilizando-se recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) para a conclusão das paralizadas e pelo redirecionamento para habitação dos recursos bloqueados de contas especiais.

Saneamento

Os recursos orçamentários atenderam a mais de 1.500 municípios. As obras se referem a projetos de drenagem, infra-estrutura urbana, saneamento geral, abastecimento d'água, sistema de esgotos e defesa contra inundações. Os principais programas, com recursos internacionais, na área de saneamento, foram os de modernização das companhias de saneamento e projeto de qualidade das águas e poluição hídrica.

Destaca-se o PROSEGE - Programa de Ação Social em Saneamento - que visa a realização de obras urbanas de esgotamento sanitário, para a população de baixa renda. Foram celebrados 128 convênios, com valor de CR\$ 61,9 bilhões, e iniciadas 42 obras com valor de CR\$ 21,9 bilhões, visando atender 2,37 milhões de pessoas.

Assistência Social

As atividades de assistência social foram implementadas pelos seguintes órgãos: Secretaria de Promoção Humana, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (CBIA), Legião Brasileira de Assistência (LBA) e Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS).

A Secretaria de Promoção Humana atendeu 4.623 municípios com o Programa de Ação Emergencial para Distribuição de Feijão; aplicou CR\$ 530,0 milhões no Programa do Artesanato Brasileiro, que beneficiou cerca de 5 milhões de artesãos e transferiu CR\$ 4,4 milhões para o Projeto Vida Centro Humanístico no estado do Rio Grande do Sul, envolvendo 12 mil idosos e 92,4 mil crianças.

Os portadores de deficiências foram atendidos com 97 projetos de capacitação profissional e com o Programa de Ações Integradas de Atendimento Especializado, que beneficiou 1,4 milhão de pessoas, mediante o trabalho de 103 agências não governamentais e 11 órgãos de governo.

O trabalho da CBIA, de coordenação e manutenção de ações de amparo às crianças e aos adolescentes em situação de risco, assistiu 850 mil pessoas, envolvendo 2.360 agências governamentais e não governamentais. Além disso, foram implantados 2,3 mil Conselhos de Direitos e Tutelares e capacitados 66 mil agentes sociais.

A LBA apoiou 1,4 milhão de crianças/mês; 212 mil idosos/mês e beneficiou 94 mil pessoas/mês com o Programa de Apoio ao Cidadão, à Família e ao Deficiente. As microunidades produtivas receberam o aporte de CR\$ 128,4 milhões e Projeto da Pastoral da Criança beneficiou 14 mil comunidades, atingindo 1 milhão de famílias, 74 mil gestantes e 1,5 milhão de crianças.

O CNSS cancelou o registro de 835 entidades devido a inadimplências e excluiu 5 mil estabelecimentos do seu cadastro em função da revisão dos critérios de concessão de certificados.

Ações Previstas para 1994

Habitação

O Programa Habitar Brasil permanece como prioritário, possivelmente ampliado pelo reforço de recursos do IPMF, com um escopo amplo dos projetos, que deverão integrar ações de habitação, saneamento e promoção humana, envolvendo a comunidade no processo em mutirões ou outras formas de auto-ajuda. Buscar-se-á também uma racionalização no processo de distribuição dos recursos do FGTS retomando obras não concluídas. Os Programas Habitação para o Trabalhador e para o Cidadão não sofrerão solução de continuidade, aplicando-se recursos do FDS.

Saneamento

Os principais objetivos nessa área serão: privilegiar o atendimento de baixa renda no meio urbano e rural, com ações de infra-estrutura sanitária; racionalizar os investimentos do setor, capacitando órgãos locais e incentivando a participação comunitária e a educação sanitária; e atender a população urbana e rural com obras de abastecimento

de água, esgotamento sanitário, drenagem e coleta e disposição de resíduos sólidos.

Assistência Social

Serão enfatizados, prioritariamente, o reordenamento institucional dos órgãos de assistência social, a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social, a formulação da política nacional da família e o atendimento dos deficientes, crianças, adolescentes e idosos.

Além das ações permanentes desenvolvidas pela CORDE, CBIA e LBA, o MBES buscará, na sua atuação, a parceria dos estados, Distrito Federal e municípios e a participação das agências não governamentais.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E DA AMAZÔNIA LEGAL

O Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA) tem sob sua responsabilidade a execução da política nacional de meio ambiente e a ação coordenada na Região Amazônica.

Suas atribuições, além daquelas próprias da política ambiental, envolvem a coordenação das ações do Governo na Amazônia, articulando atividades, responsabilidades, programas e projetos dos Ministérios e organismos setoriais, de forma integrada com os governos estaduais e locais. As diretrizes do Ministério na região são a preservação do meio ambiente, melhoria das condições de vida da população, conservação e uso adequado dos recursos naturais, promoção do desenvolvimento socio econômico, apoio às ações de segurança e aperfeiçoamento da cooperação internacional.

Na política de meio ambiente o Ministério compromete-se com os princípios do desenvolvimento sustentável e com a implementação dos acordos internacionais consolidados na II Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Apoia-se no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), como órgão deliberativo e normativo, e no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), como órgão executivo na órbita federal. São prioridades o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), através da criação e estruturação

de órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, a descentralização executiva da política ambiental e os entendimentos na área de cooperação técnica e financeira externa para projetos ambientais no Brasil.

Ações Realizadas em 1993

A rearticulação em nível nacional das ações e mecanismos voltados para a implementação da política de meio ambiente teve início com a criação do Ministério do Meio Ambiente em outubro de 1992. Isso permitiu que em 1993, apesar do quadro de limitações orçamentárias, se revitalizasse essa política, com ênfase no desenvolvimento institucional, nas negociações internacionais e nas atividades executivas do IBAMA, sobretudo no que se refere à proteção e conservação dos ecossistemas nacionais, controle e fiscalização do meio ambiente, pesquisas, fomento e educação ambiental.

Em setembro de 1993, a atribuição ao novo Ministério das responsabilidades relativas à Amazônia Legal refletiu as preocupações do Governo, compartilhadas por amplos setores da comunidade nacional e internacional, frente aos desequilíbrios sócio-ambientais que atingem a região em decorrência do processo de ocupação. Foi criado o Conselho Nacional da Amazônia Legal, reunindo todos os Ministérios e os Estados da região. Em sua reunião inaugural o Conselho iniciou o debate sobre uma política nacional integrada para a Amazônia.

O Programa Piloto Para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, que terá apoio financeiro e técnico dos países do Grupo dos Sete e da Comissão das Comunidades Européias, prosseguiu os trabalhos preparatórios com a aprovação de quatro projetos para negociação final com o Banco Mundial. Em um período de três anos está prevista a contribuição de US\$ 258 milhões de recursos exter-

nos. O Programa Nacional de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica (PRONABIO), criado pelo Governo com base na Convenção Sobre Diversidade Biológica, estabelecida na Conferência do Rio de 1992, teve definidas sua programação e linhas prioritárias - inventário e monitoramento da diversidade biológica, estimativa do valor econômico e conservação e utilização sustentável dos recursos bióticos - para o aporte de recursos do Global Environment Facility (GEF). Foram também concluídas as negociações com o BID para o financiamento de US\$ 22 milhões ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e a extensão do Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas (PMACI) até setembro de 1994.

Tiveram continuidade a coordenação do Plano Setorial Para os Recursos do Mar (PSRM) e do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), através do IBAMA, e o apoio aos trabalhos coordenados pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) no projeto do Zoneamento Ecológico-Econômico. O Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA), executado sob a responsabilidade do IBAMA com financiamentos do Banco Mundial e do Banco de Desenvolvimento do Governo Alemão (KFW), teve realizada sua revisão de meio termo, ampliando-se por mais três anos o período de execução e incluindo-se os Cerrados e a Caatinga entre os ecossistemas a serem protegidos, além do Pantanal Matogrossense, Floresta Atlântica e Zona Costeira.

Entre as convenções e acordos internacionais que têm participação brasileira, envolvendo os problemas do meio ambiente, o MMA colaborou com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) no desenvolvimento da Agenda 21, nas Convenções Sobre Alteração Climática e Sobre Proteção da Biodiversidade, na Declaração Autoritativa de Princípios Florestais, na Convenção de Viena e Protocolo de Montreal e na Convenção de Combate à Desertificação.

No exercício de suas atribuições, o IBAMA promoveu os programas de proteção, conservação e manutenção dos grandes ecossistemas do País - Amazônia, Cerrados, Pantanal, Mata Atlântica, Zona Costeira - e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, envolvendo a administração e manejo de quase uma centena de reservas florestais, parques e florestas nacionais, reservas extrativistas, reservas biológicas e outras unidades. Realizou a gestão das políticas de pesca e desenvolvimento da aquicultura, manejo e utilização racional dos recursos naturais renováveis, fiscalização dos recursos ambientais da flora e fauna, proteção de recursos hídricos e controle da qualidade ambiental - através de programas como o de Preservação e Combate aos Incêndios Florestais (PREVFOGO), Controle da Poluição do Ar, Por Veículos Automotores (PROCONVE) e de Educação e Controle da Poluição Sonora. Prosseguiram também as ações de preservação do meio ambiente nas comunidades indígenas.

Ações Previstas para 1994

Ao mesmo tempo em que se estrutura para as novas funções abrangendo a Amazônia Legal, o MMA promoverá a articulação dos órgãos e entidades de meio ambiente atuantes na região visando a preservação de seus recursos ambientais. As atividades econômicas deverão ser avaliadas e corrigidas quanto aos seus efeitos e custos sobre o patrimônio natural, e a sociedade civil e suas organizações serão estimuladas à participação na defesa do meio ambiente amazônico. Os esforços estarão voltados também para a melhoria das condições de vida da população, no que diz respeito à saúde, educação, saneamento, infra-estrutura, habitação e preservação da identidade cultural. As comunidades, em especial as que vivem do extrativismo, e os povos indígenas serão protegidas de ações nocivas, ilegais e desagregadoras, e apoiadas na busca de soluções próprias para o atendimento de suas necessidades básicas.

O MMA participará do planejamento da segurança da Amazônia, com o fim de manter o controle e a defesa do território nacional, impedir o narcotráfico e o contrabando, reprimir e desarticular a exploração ilegal dos recursos naturais e proteger a população da ação de grupos ilegais e clandestinos. De outra parte, a promoção do desenvolvimento socio econômico estará baseada no zoneamento ecológico-econômico, no fortalecimento das comunidades, na sustentabilidade ambiental, na recuperação de áreas degradadas, no turismo ecológico e na integração com os países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica. No plano político-institucional, será criado o Fórum Nacional da Amazônia e elaboradas as linhas mestras da política nacional para a região.

O esforço institucional visará também a conclusão da nova proposta de estrutura e funções do IBAMA e a continuidade do fortalecimento do SISNAMA, orientado sobretudo para a descentralização das ações em meio ambiente.

Será iniciada a execução de quatro projetos do Programa Piloto Para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, com apoio dos países do Grupo dos Sete e da Comunidade Econômica Européia, através do Banco Mundial, e estarão em processo final de formulação mais 10 projetos. Também o PRONABIO terá o início de sua execução, consistindo na realização de seis "workshops" de âmbito nacional sobre os principais ecossistemas brasileiros. O PMACI, contando com novos recursos orçamentários para contrapartida do financiamento do BID, entrará em sua fase final, com toda sua programação redefinida. O PNMA, também reformulado e ampliado, dará início a um novo período de execução de três anos, atuando no desenvolvimento institucional, na proteção dos grandes ecossistemas e no desenvolvimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Por fim, o MMA prosseguirá em seu esforço permanente no sentido de apoiar o Governo no cumprimento dos compromissos

internacionais envolvendo as questões de meio ambiente, sobretudo os acordos e convenções firmados na Conferência de 1992, e nos entendimentos, visando a canalizar recursos e cooperação técnica para projetos nacionais.

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SEPLAN/PR**

A crise que atinge o Estado brasileiro, a economia e a própria sociedade impôs ao Governo repensar o planejamento governamental, com a adoção de novos métodos e processos que envolvam, necessariamente, a participação dos diversos segmentos sociais, tornando-o um processo democrático, aberto, integrado e dinâmico, capaz de direcionar as ações do Governo, permitindo o enfrentamento priorizado dos graves problemas do País, e ensejando uma nova inserção internacional do Brasil.

Foi com esse intuito que o governo do Presidente Itamar Franco recriou a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação - SEPLAN/PR, com a finalidade de assistir o Presidente da República na coordenação do sistema de planejamento e orçamento, formulação de estudos e pesquisas socio econômicas, elaboração e acompanhamento dos planos nacionais e regionais de desenvolvimento, do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias anuais, e na supervisão dos sistemas cartográfico e estatístico nacionais.

Ações Realizadas em 1993

a) Planejamento, Orçamento e Coordenação

No primeiro semestre de 1993 procedeu-se à revisão do Plano Plurianual (PPA) para o período 1994/95, a fim de ajustá-lo às circunstâncias emergentes no contexto social, político, econômico e financeiro do País, bem como para assegurar a continuidade do processo de estabilização da economia e da retomada do crescimento.

Esta revisão representou um avanço significativo para o aprimoramento do Sistema de Planejamento Federal (SPF), uma vez que o processo deu-se com intensa participação dos órgãos setoriais de planejamento dos Ministérios e Secretarias da Presidência da República.

A SEPLAN consolidou, elaborou e editou a Mensagem Presidencial - 1993, encaminhada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da 3ª Sessão Legislativa, bem como participou da elaboração das Diretrizes de Ação Governamental, documento de natureza estratégica, e do Plano de Ação do Governo Itamar Franco (PAGIF).

Como parte do esforço para a racionalização do processo orçamentário, a SEPLAN/PR elaborou estudo detalhado da Lei Orçamentária sancionada em abril de 1993, cujos subsídios resultaram altamente benéficos para a ação governamental, especificamente no que diz respeito a uma efetiva coordenação entre a SEPLAN e órgãos setoriais na execução do Orçamento da União.

Dentre as medidas constantes do Programa de Ação Imediata (PAI), o corte de CR\$ 1,68 trilhão nas despesas de capital programadas na Lei Orçamentária/93 constituiu passo importante para a adequação das despesas do Governo dentro dos limites da realidade do Orçamento, princípio esse que também norteou a revisão da proposta orçamentária para 1994.

Ao reformular a proposta inicial do Orçamento de 1994, o governo visou, essencialmente, a eliminação do déficit público, meta essa atingida mediante ajustes e reordenação de gastos, além de aumento de arrecadação e da proposta de criação do Fundo Social de Emergência, com recursos da ordem de CR\$ 4,5 trilhões.

Por sua vez, o Projeto de Lei Diretrizes Orçamentárias para 1994, elaborado em conformidade com o disposto na Constituição Federal, incorporou vários aperfeiçoamentos em termos de uma melhor definição de objetivos e metas da administração federal. Cumpre ressaltar que a LDO foi posteriormente alterada, para dar o indispensável suporte legal às medidas de ajuste fiscal, necessárias ao programa de estabilização econômica apresentado à Nação.

Na qualidade de acionista controlador das empresas estatais e visando à melhoria do desempenho do conjunto e de cada uma em particular, o Governo adotou medidas que afetam de forma positiva a geração de receitas e a redução das despesas dessas empresas, criando o comprometimento das respectivas administrações com programas de resultado. Dentre as medidas adotadas, destacam-se:

- instalação do Comitê de Coordenação das Empresas Estatais (CCE), que assumiu *status* de colegiado de ministros, sob a presidência do Ministro-Chefe da SEPLAN;
- definição de critérios para alienação das participações minoritárias das empresas estatais em outras entidades;
- estabelecimento de diretrizes e parâmetros para disciplinar as negociações coletivas de trabalho de que participam as empresas estatais;
- participação efetiva de representantes da SEPLAN-PR nos conselhos de administração das empresas controladas pela União;
- recuperação do cadastro de dados financeiros, econômicos e contábeis das empresas estatais, no período 1989/92;

-
- revisão dos gastos das empresas estatais - Programa de Dispêndios Globais (PDG/93) e elaboração do PDG/94;
 - instituição de uma nova sistemática de reajuste das tarifas de bens e serviços públicos, através de rígido controle das planilhas de custo das empresas;
 - criação de um grupo de trabalho com vistas a aperfeiçoar o controle sobre as transferências de recursos das empresas estatais para os fundos de pensão;
 - alienação das participações minoritárias das estatais em cerca de 1.083 empresas;
 - estabelecimento de metodologia para celebração de contratos de gestão com empresas estatais. Estão em fase final de negociação contratos com a TELEBRÁS e a PETROBRÁS;
 - criação de condições para o equacionamento do crônico endividamento do setor elétrico, bem como de estímulo à eficiência e à produtividade no âmbito das empresas concessionárias, mediante a promulgação da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993; e
 - realinhamento de preços e tarifas praticados pelas empresas estatais, visando à recuperação de receitas e ao aumento da capacidade de investimento.

Com relação à captação de recursos externos junto a organismos internacionais e agências governamentais de crédito, foram aprovados pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX) financiamentos para projetos no valor de US\$ 3.250,6 milhões, junto ao BIRD, BID e FIDA.

No mesmo período foram negociados projetos no valor de US\$ 375,7 milhões junto ao BIRD e de US\$ 557,2 milhões junto ao BID. Foram, ainda, assinados contratos no valor de US\$ 1.431,5 milhões e US\$ 1.198,00 milhões, respectivamente, junto ao BIRD e ao BID.

Além disso, destacam-se dentre outras, as seguintes ações:

-
- revisão dos critérios para análise e aprovação de projetos pela COFIEX, facilitando o acesso ao crédito externo por parte dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais;
 - definição de estratégias de captação de recursos junto a agências governamentais estrangeiras, no sentido de ampliar o espectro de fontes de recursos externos; e
 - estudos para a criação de um fórum de discussão de uma política para o investimento externo do País.

b) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como coordenadora do Sistema Estatístico Nacional e produtora de informações e pesquisas na área de geografia e estatística, vem desenvolvendo as seguintes atividades:

- reestruturação do banco de dados existente, visando à oferta de novos produtos de informação - SIDRA II;
- retomada das atividades normais de pesquisas, incluindo a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD), a Pesquisa Mensal de Emprego e os Censos Econômicos, que se encontravam paralisados;
- continuação dos trabalhos de apuração do Censo Demográfico de 1991, tendo sido desenvolvidas as etapas de crítica e análise de consistência das informações.

No tocante aos projetos relacionados à estatística e aos indicadores sociais, o IBGE centrou esforços na elaboração do relatório dos indicadores sociais, que apresenta um panorama da década de 1980, com os principais aspectos da sociedade brasileira; realizou a Pesquisa Sindical e publicou o perfil estatístico de crianças e mães-educação e trabalho nas áreas urbanas - desenvolvido por intermédio do acordo com o UNICEF.

O IBGE publicou, entre outras, a Pesquisa Anual de Comércio (PAC-1988/89/90) e a Pesquisa Anual do Transporte Rodoviário (PATR-1991/92), bem como realizou a divulgação mensal de fascículos de Indicadores Conjunturais da Indústria.

No que diz respeito a índices de preços, o IBGE produziu as Estatísticas do SINAPI, preços e salários; as estatísticas do SNPIC, INPC, IPCA, INPC-E e IRSM. Iniciou a divulgação de índices (INPC e IPCA) quadrissemanais, que passaram a ser produzidos continuamente neste ano e realizou o planejamento da Pesquisa de Orçamentos Familiares - PDF/94, com vistas a sua implantação em 1994.

Na área de geociências, especial atenção continuou sendo dispensada ao Projeto Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal, que se realiza através de convênio firmado com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE).

Vale destacar, também, a publicação do Anuário Estatístico 1993 e do livro *MERCOSUL: Sinopse Estatística*, produzido em conjunto com quatro países membros; a elaboração de um Diretório de Estatísticas Ambientais e de relatórios técnicos, que visam a avaliar a proposta de criação dos Estados Tapajós, Rio Negro, Solimões e Triângulo Mineiro.

c) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), como um órgão gerador de pesquisas e estudos para a formulação e avaliação das políticas públicas, vem desenvolvendo as seguintes atividades:

- atualização e consolidação do Gasto Público Federal, revelando sua sensível redução nos primeiros anos da década de 90, o que provocou uma considerável deterioração nas condições das populações mais carentes;

-
- elaboração e publicação dos Mapas da Fome I, II e III, que constituem subsídio importante para a programação das ações do Governo e para a conscientização da sociedade civil para o grave problema da fome e da miséria no País;
 - coordenação da elaboração do Plano de Combate à Fome e à Miséria (PCFM), bem como o acompanhamento e reestruturação dos programas prioritários no âmbito do PCMF, destacando-se o Programa de Atendimento ao Desnutrido; o Programa de Alimentação Escolar; a Reforma Agrária e o Programa de Alimentação ao Trabalhador;
 - participação na elaboração do processo normativo do PRODEA, que destinará cinco milhões de cestas básicas aos flagelados pela seca na Região Nordeste, em um inédito sistema de parceria com a Ação de Cidadania;
 - elaboração do Programa de Desenvolvimento Integrado dos Vales Pobres, PROMOVALE, em articulação com ministérios setoriais e com o governo do Estado de Minas Gerais;
 - desenvolvimento de Indicadores da Qualidade e Produtividade para os setores privado (complexos industriais) e público (Subprograma Qualidade e Produtividade na Administração Pública - PBQP), tendo publicado dois números da revista de mesmo nome;
 - conclusão das negociações e início da execução do Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS), envolvendo recursos do Banco Mundial e a participação do PNUD, da Secretaria Nacional de Saneamento do Ministério do Bem-Estar Social e três companhias estaduais de saneamento (EMBASA-BA, SANESUL-MS e CASAN-SC);
 - acompanhamento da conjuntura econômica, através do monitoramento de variáveis macroeconômicas, como produção industrial, balanço comercial e preços, e a realização de estudos sobre políticas de competitividade e reestruturação produtiva internacional;
 - conclusão dos estudos condicionantes da política de abertura comercial brasileira, sobre capacitação tecnológica, política industrial

e competitividade; sobre a reconversão produtiva na agricultura no contexto do MERCOSUL e sobre cadeias agroindustriais, também no contexto da integração regional;

- assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com o PNUD e com o Ministério do Bem-Estar Social para a implantação das ações do Projeto de Modernização do Setor Saneamento - PMSS; estruturação do sistema de informações e bancos de dados sobre saneamento básico; controle do acervo técnico-científico do Programa Nacional de Saneamento Rural - PNSR; e publicação de documentos políticos, econômicos e sociais;
- previsão mensal do comportamento da balança comercial, de produção industrial, elaboração de relatórios sobre as perspectivas da economia brasileira em curto prazo, sobre as consequências da privatização do setor elétrico brasileiro e elaboração do cenário de inflação para curto e médio prazo; e
- realização de projetos e atividades de pesquisa em nove áreas de interesse para formulação de políticas públicas; finanças públicas; análise e modelagem macroeconômica; mercado de trabalho e distribuição de renda; segurança social; políticas sociais; meio ambiente; indústria, tecnologia e comércio exterior.

d) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

O Sistema BNDES, formado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), aprovou a aplicação de recursos equivalentes a CR\$ 1,0 trilhão, dos quais 52% da FINAME.

Nas operações da FINAME destacam-se os Programas Automáticos e Agrícola, com aplicações de recursos da ordem de CR\$ 229,1 bilhões e CR\$ 190 bilhões respectivamente.

Os desembolsos do BNDES, por programas, foram os seguintes: Programa Nordeste Competitivo: CR\$ 43,7 bilhões; Programa de Controle do Meio Ambiente: CR\$ 10,0 bilhões; Programa de Infra-Estrutura: CR\$ 977,8 bilhões; Programa de Desenvolvimento Tecnológico - CR\$ 39,9 bilhões; Programa de Agropecuária - CR\$ 97,2 bilhões.

Programa Nacional de Desestatização - O atual Governo introduziu importantes modificações na regulamentação do PND, através do Decreto nº 724, de 19 de janeiro de 1993, com o objetivo de vincular o programa de privatização à política industrial e de propiciar maior transparência aos atos praticados no âmbito do Programa. Dentre elas, destacam-se:

- a obrigatoriedade de que uma parcela mínima dos recursos seja representada por moeda corrente, cuja destinação final será o apoio a empreendimentos na área de ciência e tecnologia, saúde, segurança pública e meio ambiente;
- a participação de representantes da empresa proprietária das ações a serem vendidas e de seus empregados nas decisões mais importantes sobre a privatização;
- o amplo acesso aos laudos de avaliação das empresas a serem privatizadas;
- a realização dos serviços de avaliação contábil e jurídica, bem como de avaliação patrimonial, de forma independente dos serviços de avaliação econômico-financeira; e
- o estabelecimento de obrigações aos novos controladores quanto à realização de investimentos em meio ambiente, à observância da legislação de defesa da concorrência, à satisfação dos compromissos de natureza previdenciária e ao treinamento de mão-de-obra que, eventualmente, venha a ser dispensada.

Foram realizados nove leilões, com a privatização de doze empresas e arrecadação global de CR\$ 843,7 bilhões. Completou-se

a desestatização do setor siderúrgico com a privatização de quatro grandes empresas, algumas delas fortes demandantes de recursos da União. A arrecadação, em moeda corrente, atingiu CR\$ 41,0 bilhões, representando 4,9% do total obtido, contra 1% no período anterior.

Ações Previstas para 1994

a) Planejamento, Orçamento e Coordenação

A SEPLAN-PR programou para o ano de 1994, as seguintes ações:

- concepção de um plano nacional de desenvolvimento;
- institucionalização e reestruturação do Sistema de Planejamento Federal;
- continuidade à concepção, implantação e operação de um Subsistema de Acompanhamento e Avaliação Gerencial das Ações do Governo, Federal, inclusive da informatização da Secretaria de Planejamento e Avaliação e das unidades setoriais de planejamento;
- consolidação e elaboração da Mensagem Presidencial - 1994, que deverá ser encaminhada ao Congresso Nacional;
- elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Proposta Orçamentária, ambas para o exercício financeiro de 1995.

No que tange à captação de recursos externos junto a organismos internacionais e agências governamentais de crédito, estão previstas para 1994 a negociação e a assinatura de contratos na ordem de US\$ 2.736,7 milhões.

b) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

O IBGE, em 1994, além de dar prosseguimento às atividades de caráter permanente na área de geografia e estatística, programou os seguintes compromissos:

- na área da administração, deverão ser iniciadas as atividades relativas à utilização de planejamento estratégico, implementação de Sistema de custos, geração de recursos próprios e realização de Programa de Desenvolvimento Gerencial;
- na área de pesquisas e análises estatísticas será realizada a pesquisa de campo para elaboração dos censos econômicos, bem como a pesquisa de campo na busca de informações básicas sobre as condições socioeconômicas da população, em especial, referentes ao consumo, para a elaboração da Pesquisa de Orçamento Familiar.

c) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

O IPEA dará continuidade às atividades permanentes desenvolvidas pelo órgão nas áreas de projetos e pesquisas para a formulação de políticas públicas; desenvolvimento de indicadores de qualidade e produtividade; publicação de estudos políticos, econômicos e sociais; previsão mensal do comportamento da balança comercial, de produção industrial e elaboração de relatórios sobre as perspectivas da economia brasileira, entre outros programas.

d) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES)

Para o biênio 93/94, o Sistema BNDES estabeleceu as seguintes ações prioritárias:

- apoio aos investimentos, com reconhecida capacidade de geração de emprego direto e indireto, bem como aos empreendimentos que visem ao aumento de competitividade, contemplando melhoria de qualidade e produtividade, organização da produção e desenvolvimento da comercialização externa. Dentre os setores a serem apoiados destacadamente, assinalam-se: Complexo Agroindustrial, Máquinas e Equipamentos e Construção Naval.

- apoio aos investimentos no Nordeste, geradores de emprego, que incorporem a demanda regional ou promovam a consolidação de setores com alto grau de dinamismo, capacidade de expansão e difusores da cultura empresarial competitiva na região;

- incentivo à participação da iniciativa privada na produção de bens e serviços que estavam a cargo do Estado, no setor de infra-estrutura;

- incentivo à reestruturação empresarial, conferindo as condições adequadas às empresas para enfrentar a concorrência internacional, atrair fluxos de capital e internalizar os benefícios dos novos paradigmas tecnológicos e gerenciais, incluindo o aprimoramento das relações entre capital e trabalho;

- apoio a investimentos em despoluição e conservação do meio-ambiente e avaliação, nos empreendimentos financiados, do impacto ambiental e sobre a saúde do trabalhador.

O ano de 1994 deverá representar novos rumos para a desestatização dos serviços públicos. Uma vez definido o modelo, deverá ser iniciada pela da Rede Ferroviária Federal S.A..

A Light Serviços de Eletricidade S.A. e a Espírito Santo Centrais Elétricas S.A - ESCELSA deverão marcar o início do processo de desestatização do setor elétrico.

A desestatização poderá ainda ser ampliada, caso, na revisão constitucional a ser realizada, sejam levantadas restrições hoje exis-

tentes quanto a sua efetivação em alguns setores, como o de telecomunicações.

A COBRA - Computadores e Sistemas Brasileiros S.A., pioneira na fabricação de computadores no País, e a EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., fabricante de aeronaves, internacionalmente reconhecida, estão programadas para serem privatizadas no primeiro trimestre de 1994.

Com a desestatização da COPENE e das participações minoritárias da PETROQUISA, além da Petroquímica União S.A., será completada a privatização do setor petroquímico.

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS (EMFA)

O Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) vem desenvolvendo as atividades previstas em seu orçamento, embora a escassez de recursos financeiros não permita executar os projetos no ritmo desejado.

O EMFA prosseguiu conferindo prioridade a sua programação de pesquisas e aos projetos voltados para o desenvolvimento de tecnologias militares, além das atividades ligadas à área aeroespacial e ao desenvolvimento da implantação dos Sistemas de Comunicações Militares por Satélites e do Sistema Militar de Comando e Controle, que dotarão o Brasil de um sistema de comunicação eficiente e confiável, para atender a estrutura militar.

A par disso, o Hospital das Forças Armadas (HFA) e a Escola Superior de Guerra (ESG) deram seqüência às suas atividades normais, nas áreas de saúde e de ensino especializado.

Ações Realizadas em 1993

O EMFA prosseguiu na elaboração da proposta de um Plano de Ciência e Tecnologia das Forças Armadas (PCT-FA) - documento básico constituído de projetos para obtenção de capacitações tecnológicas necessárias a mais de uma Força Armada - que servirá como instrumento de planejamento setorial do Ministro-Chefe do órgão. A

execução desse plano contribuirá para racionalizar e otimizar o emprego de recursos destinados às atividades de ciência e tecnologia; ampliar e aprofundar o conhecimento científico; gerar tecnologia a curto, médio e longo prazos; formar recursos humanos nas áreas de conhecimento consideradas essenciais para a estrutura de defesa do País; e viabilizar a integração dos esforços das Forças Armadas com os demais órgãos governamentais ou instituições civis na área de ciência e tecnologia.

O EMFA continuou apoiando os centros de pesquisa das Forças Singulares, visando favorecer os esforços de nacionalização dos seus meios, principalmente os projetos em andamento na área de Guerra Eletrônica, desenvolvimento de mísseis e sistema de controle tático e sensores (sonar e infravermelho).

O Hospital das Forças Armadas contratou novos profissionais da área médica, proporcionando ampliação do atendimento médico-hospitalar.

Quanto ao projeto de implantação de um Sistema Militar de Comando e Controle, realizou-se a interligação dos Centros de Operações das Forças Singulares, por meios computacionais, e deu-se prosseguimento à formação de recursos humanos e às especificações do Subsistema de Comunicações a ser implantado.

Com referência à implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite, foi elaborada a especificação final do Sistema de Apoio Logístico Integrado dos SISCOMIS e dos equipamentos da 3ª Fase (Banda X). Proseguiu-se, ainda, com a formação de recursos humanos e foi concluída a implantação do segmento terrestre da 1ª Fase (Banda C), na área de Brasília (DF), iniciando-se a implantação dessa mesma Fase nas áreas de Curitiba (PR) e Rio de Janeiro (RJ).

Em paralelo a esses trabalhos, foram enviados a Los Angeles (EUA) militares engenheiros, que acompanharam os testes dos *transponders* da Banda X.

O EMFA participou, ainda, da utilização da Banda X (3^a Fase) com administrações estrangeiras, através do Ministério das Comunicações, destacando-se as administrações belga (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e a norte-americana (Forças Armadas dos EUA).

A Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE) vem exercendo a coordenação de três projetos: o de desenvolvimento de satélites - a cargo do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) -, o de desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélite (VLS) e o da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (MA), esses dois últimos a cargo do Ministério da Aeronáutica.

No presente ano, a COBAE teve como principais realizações o lançamento do foguete WS-40, último lançamento a anteceder o do Veículo Lançador de Satélites brasileiro, previsto para 1995; o aprimoramento do nível técnico do Centro de Lançamento de Alcântara, possibilitando o lançamento do referido foguete, e a implantação da estação de meteorologia, de grande parte do projeto da plataforma do VLS e do sistema de teledestruição e a antena de rastreio de satélites.

Em 9 de fevereiro, foi colocado em órbita o primeiro satélite brasileiro de coleta de dados.

Ações Previstas para 1994

O EMFA continuará apoiando, prioritariamente, o desenvolvimento de tecnologia aplicada à área militar. O HFA ampliará o atendimento médico-hospitalar, reativando cerca de 100 leitos e relocando e ampliando o serviço de hemodiálise. Pretende, ainda, o HFA, reativar a residência médica.

No que se refere ao projeto de implantação de um sistema militar de comando e controle, estão previstas ações para adequação física do Centro de Operações do Comando Supremo, a expansão do

sistema, visando a atender aos demais usuários constantes da sua estrutura organizacional, e a continuação da formação de recursos humanos na área de informática.

Quanto à implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite, o EMFA realizará a ativação dos segmentos espaciais e terrestres da 1^a Fase (Banda C), nas áreas de Brasília, Curitiba e Rio de Janeiro iniciando, a sua operação experimental; adquirirá e iniciará a instalação de equipamentos da 3^a Fase (Banda X) e prosseguirá na coordenação de ações para sua utilização, com administrações estrangeiras, com o apoio da TELEBRÁS e da EMBRATEL.

Para 1994, a COBAE estima realizar a conclusão do modelo de voo do 2º satélite de coleta de dados, a integração do modelo de identificação e qualificação do 1º satélite de sensoriamento remoto; a adaptação do segmento solo para o 2º satélite de coleta de dados; o ensaio em solo de três propulsores S43TM (para 1º estágio e 2º estágio do VLS); ensaio, em solo, de um propulsor S44 (para 4º estágio VLS) e o ensaio, em voo, de dois foguetes de sondagem.

Terão, ainda, andamento as atividades de implantação e desenvolvimento da torre móvel de integração do VLS, da estação de *software* e *hardware*, do sistema de teledestrução, da rede de gerenciamento, do linhão de 138 KV entre Três Marias e Miranda, do radar de meteorologia e obras referentes às necessidades administrativas do Centro, como refeitório, oficinas e estação de tratamento de água.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (SAE)

A Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE passou por um período de estruturação de suas três áreas: a de planejamento estratégico, a de projetos especiais e a de inteligência.

Na área de planejamento estratégico, foi desenvolvido o mapeamento físico e econômico-financeiro dos sistemas de infra-estrutura produtiva (transporte, armazenamento, telecomunicações e energia), com a finalidade de identificar aspectos críticos à retomada do crescimento econômico brasileiro. Estão em andamento os trabalhos do Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional, visando à compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a preservação do meio ambiente.

Na área dos projetos especiais, a SAE coordena as ações do Programa de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear, do Programa Calha Norte, do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, além do Sistema de Proteção da Amazônia e do Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira.

Na área de inteligência, foi iniciada a implantação de um sistema de transmissão de mensagens sigilosas via computador e via fac-símile.

Vale destacar que as três áreas encontram-se em fase de articulação e coordenação, tendo em vista que anteriormente eram desenvolvidas por órgãos diferentes da estrutura do Governo.

Ações Realizadas em 1993

Nos campos social e político-institucional foram feitas análises de conjuntura, construídos cenários internos e externos e elaborados estudos voltados à formulação de estratégias e de diretrizes de desenvolvimento.

Foram encaminhados estudos com o objetivo de investigar oportunidades de investimento nas áreas de infra-estrutura de energia, comunicações, transportes e armazenagem, segundo a proposta dos "Eixos de Desenvolvimento".

No Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional, encontra-se em fase de preparação o Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal, realizado através de convênios entre a SAE e os governos estaduais; estão também sendo assinados convênios com outros Estados para o zoneamento das demais regiões do País.

Na área de Programas e Projetos Estratégicos, foram mantidas, aquém do necessário, as atividades de apoio ao Programa de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear.

No que se refere ao Sistema de Proteção à Amazônia - SIPAM, entraram em condições de operação a Unidade de Vigilância de São Gabriel e um Centro de Controle Provisório, em Manaus.

Ainda no âmbito do SIPAM, o Conselho de Defesa Nacional examinou e aprovou o projeto denominado Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), que prevê a aquisição de equipamentos para controle do tráfego aéreo e detecção de atividades anômalas na região, bem como a proteção do tráfego aéreo. Dentre as atividades anômalas

já referidas, haverá ênfase naquelas suscetíveis de causar danos ao meio ambiente da região amazônica. Está em curso o processo de licitação internacional para a compra de radares e sensores necessários ao SIVAM.

Quanto ao Programa Calha Norte, foi realizada uma série de ações de vigilância naval, terrestre e aérea e promovida a assistência às comunidades indígenas, além da implantação de estrutura viária, na região amazônica.

Na área de Inteligência, deu-se continuidade aos estudos e ações visando a estruturar essa atividade de forma eficiente e ágil e, sobre tudo, assegurar sua compatibilidade e observância dos preceitos inerentes ao Estado democrático. Prosseguiu-se, igualmente, com a implantação do sistema de transmissão de mensagens e de apoio às comunicações do Presidente da República.

No âmbito de competência da Comissão Nacional de Energia Nuclear, desenvolveu-se pesquisa tecnológica de reatores e de materiais nucleares, foram produzidos lingotes de zircônio, em escala piloto, e concluídos os testes de peletização com óxido de urânio natural e a construção da matriz para a fabricação de pastilhas de óxido de urânio enriquecido. Além disso, foi implantada a Central de Atendimento a Situações de Acidentes Nucleares e Emergências Radiológicas e revistos os planos de emergência da Usina Nuclear de Angra I.

Ainda no setor nuclear, forneceu-se apoio em matéria de proteção radiológica ao Ministério da Saúde, às secretarias de Saúde estaduais e aos serviços de vigilância sanitária. Foram também reiniciados os estudos de seleção e escolha de locais para a construção de depósitos de rejeitos radioativos e criado, em cooperação com o Colégio Brasileiro de Radiologia, o Selo de Qualidade em Mamografia, para melhorar a qualidade de diagnóstico dos aparelhos existentes

no País; foram ainda produzidos radioisótopos e radiofármacos para o atendimento a cerca de 500 mil pacientes.

No que se diz respeito à empresa Indústrias Nucleares do Brasil S.A - INB, foram fabricados componentes diversos para a montagem de elementos combustíveis e produzidas 28 toneladas de concentrado de urânio. Desfez-se a sociedade com as empresas alemãs STEAG/SIEMENS, na NUCLEI, visando a sua extinção. A INB iniciou também estudos sobre a absorção da NUCLEMON-Mínero-Química e o descomissionamento de suas instalações em São Paulo. Merece destaque, ainda na área, o início da montagem do pressurizador e dos condensadores de Angra II, na NUCLEBRÁS Equipamentos Pesados - NUCLEP.

Ações Previstas para 1994

Na área de planejamento estratégico serão intensificadas ações para ampliar a articulação com os demais órgãos da Administração Federal, particularmente com a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, visando a estabelecer diretrizes e prioridades para superação dos problemas nacionais. Esse processo contará com a participação da SAE, SEPLAN, Ministério das Relações Exteriores e Estado-Maior das Forças Armadas e ainda de outros órgãos setoriais organizados em comitês temáticos.

O resultado desse trabalho será apresentado para debate, na forma de "Diretrizes para o Desenvolvimento Brasileiro", ao Poder Legislativo, aos Estados e Municípios, bem como às instituições de pesquisa e organizações não-governamentais.

Na área de Programas e Projetos Estratégicos terão continuidade atividades de desenvolvimento de tecnologia nuclear, do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear, do Sistema de Proteção da Amazônia e do Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira.

Na Subsecretaria de Inteligência serão promovidas ações para o aperfeiçoamento de sistemas seguros de comunicação.

No Centro de Estudos Estratégicos estão programados eventos, cursos e encontros para a formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos nas áreas de planejamento estratégico de interesse para a SAE.

Na área nuclear terão prosseguimento as ações de licenciamento e fiscalização de instalações, o desenvolvimento do projeto de um reator PWR de média potência (refrigerado a água pressurizada) e um reator de alto fluxo para pesquisa e produção de radioisótopos. Além disso, será iniciada a construção de um depósito definitivo para os rejeitos radioativos gerados no acidente de Goiânia.

Deverá ainda ser completada a reestruturação do setor nuclear, com a extinção da NUCLAM - Nuclebrás Mineração e a possível absorção, pelas Indústrias Nucleares do Brasil, das atividades da NUCLEMON Mínero-Química e da Urânio do Brasil.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL (SAF)

A máquina administrativa passou por um desgastante processo de enquadramento aos dispositivos estabelecidos pelas Leis 8.028 e 8.029, de 12 de abril de 1990, e ao Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990, que se caracterizavam, basicamente, pela extinção, fusão, transformação e criação de órgãos, sem uma análise profunda do papel e das missões a serem desenvolvidas pela Administração Pública, desmotivando, assim, o servidor público.

Houve uma visível desvalorização do servidor público, evidente nas demissões em massa ocorridas, na despreocupação com a implantação de um Sistema de Carreiras, na adoção de uma Política Salarial de “arrocho” e achatamento dos vencimentos.

Da conturbada situação que se instalou, resultou grande perda de memória institucional, de acervos técnicos e patrimonial, de valorização do bem público, de credibilidade nas pessoas e serviços prestados. A desestruturação do setor público causou maior prejuízo à sociedade, que teve obstado o atendimento de demandas essenciais. Grande, também, foi o ônus decorrente de indenizações via judicial e da perda de investimento em capacitação, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos.

Pode-se afirmar que era grave a situação organizacional do Governo Federal e do setor público como um todo e, embora ainda

Franco para reverter o quadro de servidores desmotivados e paralizados diante do colapso da maioria dos sistemas organizacionais e das condições de trabalho que lhes eram oferecidas.

Ações Realizadas em 1993

Durante o ano de 1993, destacam-se as seguintes ações:

- revisão da sistemática de captação de preços praticados para a Administração Pública Federal por meio do Sistema Integrado de Registro de Preços (SIREP);
- conclusão do Projeto de Sistema de Cadastro Unificado (SICAF);
- conclusão, de acordo com a Lei 8.029/90, do processo de extinção e liquidação das seguintes entidades: Campanha Nacional de Combate ao Câncer; Campanha Nacional Contra a Tuberculose; Campanha Nacional de Saúde Mental; Departamento Nacional de Obras de Saneamento; Distribuidora de Filmes S.A.; Empresa Brasileira de Transportes Urbanos; Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos; Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural; Fundação do Cinema Brasileiro; Fundação Nacional de Arte; Fundação Nacional de Artes Cênicas; Instituto do Açúcar e do Álcool; Instituto Brasileiro do Café; Fundação Museu do Café; Petrobrás Mineração S.A.; Fundação Nacional Pró-Memória; Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste; Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul; Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras; Fundação das Pioneiras Sociais;
- elaboração de documentos para fins de mapeamento e cadastramento quantitativo e qualitativo de cargos em comissão e funções de confiança da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, resultando no Decreto nº 838, de 11 junho de 1993;

-
- realização do acompanhamento e controle da distribuição dos Cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) e Funções Gratificadas (FG);
 - início do processo de cadastramento, em nível nacional, dos pensionistas estatutários para revisão das pensões e pagamento pelo Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIAF);
 - criação da matrícula única do servidor, independentemente do cargo, a qual já se encontra em fase final de implementação, possibilitando o controle e o acompanhamento de acumulação de cargos; 98% dos servidores já têm matrícula única, restando apenas 2% para que a unificação seja concluída;
 - aprovação de novas regras para a movimentação de servidores, através da Instrução Normativa nº 04, de 14.5.93;
 - elaboração do Decreto nº 945, de 1º.10.93, que trata da contabilização da folha de pagamento através do SIAPE, em integração com o SIAFI, eliminando rotinas manuais à apropriação de pagamentos;
 - elaboração em conjunto com a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República (SEPLAN-PR), Ministério do Trabalho e Ministério da Fazenda do projeto de lei que estabelece a política de remuneração dos servidores públicos civis e militares da Administração Federal direta, autárquica e fundacional (Lei nº 8.676, de 13 junho de 1993);
 - regulamentação através do Decreto nº 977, de 10.11.93, da Assistência ao Pré-Escolar, devido à defasagem do valor de reembolso;
 - devolução, em outubro de 1993, do percentual de 6% (seis por cento) descontado a maior no período janeiro de 1991 a fevereiro de 1993, referente ao Plano de Seguridade Social; e

- criação, em 23 de junho de 1993, de comissão para análise e exame das demissões ocorridas no período de 16.3.90 a 30.9.92; foram recebidos 72.000 requerimentos de reintegração, que foram protocolados, triados, cadastrados e classificados.

A Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, desenvolveu as seguintes atividades: realização de 90 cursos, alcançando 5.882 horas-aulas, em atendimento a 2.514 servidores; 46 seminários, "workshops", ciclos de debates e outros eventos, importando em 454 horas e envolvendo 3.371 participantes; 15 projetos na área de estudos e pesquisas, além do Programa de Apoio à Conclusão de Pesquisas no Campo da Administração Pública; 4 publicações e ações diversas no campo da documentação e informação em administração pública e capacitação de pessoal; início de programação na área cultural, como atividade complementar ao desenvolvimento dos recursos humanos do serviço público e instrumento de valorização dos servidores, contando com 80 eventos já realizados e mobilização de um público de 7.300 pessoas; e apoio técnico e operacional a 27 eventos de outras instituições, com 2.388 participantes.

Ações Previstas para 1994

Os processos de extinção e liquidação das entidades a seguir relacionadas se encontram em fase de decisão ou de conclusão: BANKORAIMA - Banco de Roraima S.A.; COALBRA - Coque e Álcool de Madeira S.A.; COLONE - Companhia de Colonização do Nordeste; CONCEIÇÃO - Empresa de Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalares Conceição; CONESP - Companhia Nordestina de Sondagens e Perfurações; CRN - Companhia Riograndense de Nitrogenados; ENASA - Empresa de Navegação da Amazônia S.A.; FRANAVE - Companhia de Navegação de São Francisco; INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social; MFM - Monteiro da Família Militar; NUCLEI - Nuclebrás Enriquecimento Isotó-

pico S.A.; PRÓLOGO - Produtos Eletrônicos S.A.; SENAR - Serviço Nacional de Formação Profissional Rural; Estrada de Ferro Tocantins.

Pretende-se dar seguimento aos programas/projetos não concluídos em 1993, além de novos projetos a serem implementados, conforme discriminação abaixo:

- implantação do Sistema Integrado de Registro de Preços (SIREP) a nível nacional, e determinar os materiais de maior consumo e/ou valor utilizados na Administração Pública Federal, visando orientar uma pesquisa dos preços de mercado;
- implantação do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) a nível nacional;
- disponibilização do Catálogo Básico de Materiais e Serviços (CAMS);
- revisão da Consolidação das Normas de Construção e Demolição de Edifícios Públicos, instituídas pelo Decreto nº 92.100, com o objetivo de dotar o Serviço Público Federal de uma ferramenta atualizada tecnologicamente e coerente com o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade e o de Conservação de Energia;
- implantação do Cadastro Nacional de Veículos Oficiais, integrado ao SIASG;
- desenvolvimento do projeto de elaboração da Lei Orgânica da Administração Pública Federal;
- implantação e acompanhamento do Programa de Nacionalização e Simplificação de Normas e Procedimentos na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- implantação, supervisão e acompanhamento do Sistema de Modernização Administrativa (SIDEMOR);
- implantação, no SIAPE, do módulo Lotação, o que permitirá o efetivo controle do quantitativo de cargos e funções de cada órgão

ou entidade, bem como o controle e a movimentação dos respectivos servidores, entre órgãos;

- implantação do Controle Automático de Férias, através do SIAPE;
- correção das distorções remuneratórias através de planos de retribuição, com vistas à isonomia e implantação do Sistema de Plano de Carreira dos Servidores Públicos Civis dos Poderes da União;
- realização de auditoria preventiva do Sistema de Pessoal Civil;
- desenvolvimento e reformulação do SIAPE, no que se refere ao módulo “Folha de Pagamento”, com alterações de rotinas e controles, visando reduzir a vulnerabilidade do sistema e margem de erros;
- orientação aos Órgãos integrantes do SIPEC, sobre a atualização dos proventos de inativos e pensionistas, decorrentes de transformação ou reclassificação; oriundos da Implantação dos Planos de Carreira;
- desenvolvimento e ampliação do programa de Formação de Educação Básica, abrangendo 7.000 (sete mil) servidores, a nível nacional; e
- desenvolvimento do Sistema de Capacitação vinculado ao Sistema de Carreira, com o objetivo de definir, em 1994, um sistema de capacitação para promoção dos servidores integrantes das carreiras, sendo a clientela os servidores de 191 (cento e noventa e um) órgãos da Administração Pública Federal.

Na área de pesquisa, a Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) deverá dar continuidade aos 10 projetos de pesquisa já em andamento e implementar ações que visam consolidar propostas de políticas públicas para o novo governo que se inicia em 1995. Nesta área a ENAP deverá manter o Programa de Apoio a

Pesquisa em Administração Pública e o Projeto de Auxílio à Conclusão de Pesquisas no Campo da Administração Pública, implementado em cooperação com a CAPES.

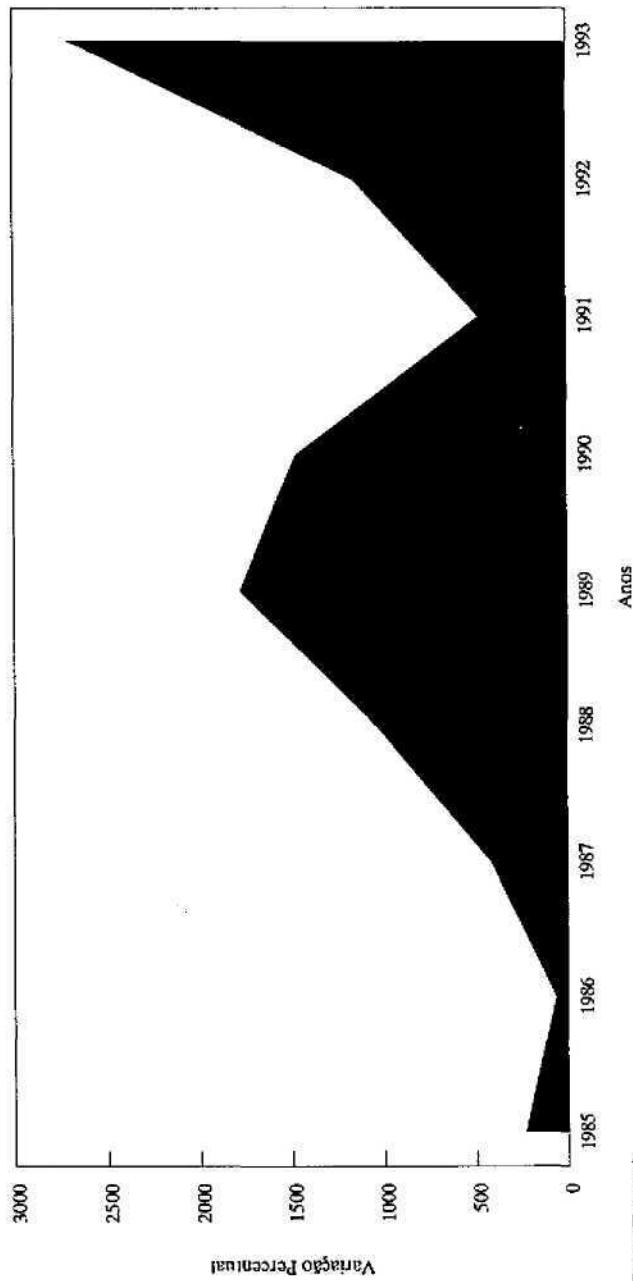


PARTE III

APÊNDICE ESTATÍSTICO

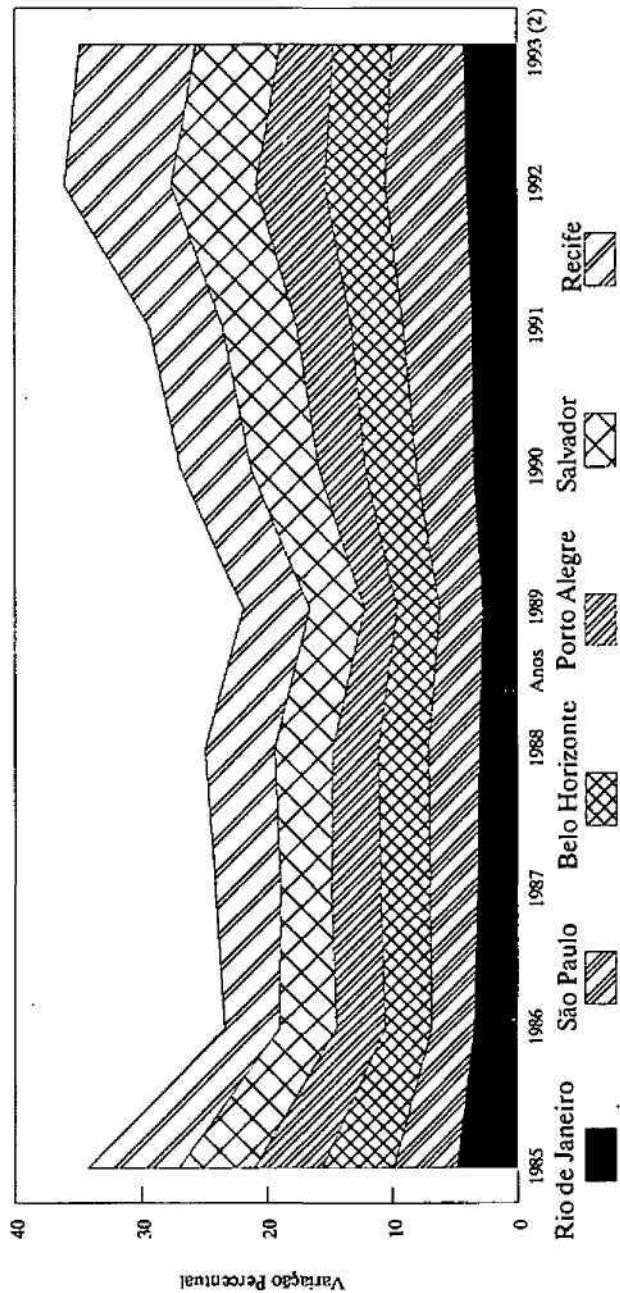
O Apêndice Estatístico tem como objetivo servir de fonte de consulta para os interessados em um melhor entendimento do comportamento das principais variáveis macroeconômicas frente às diferentes políticas adotadas ao longo do tempo, reunindo, num mesmo documento, informações de origens diversas. Nesse sentido, os dados utilizados no corpo da presente Mensagem, bem como outros de enfoques específicos, foram selecionados e são apresentados nas tabelas e gráficos a seguir.

Inflação: Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI/FGV)



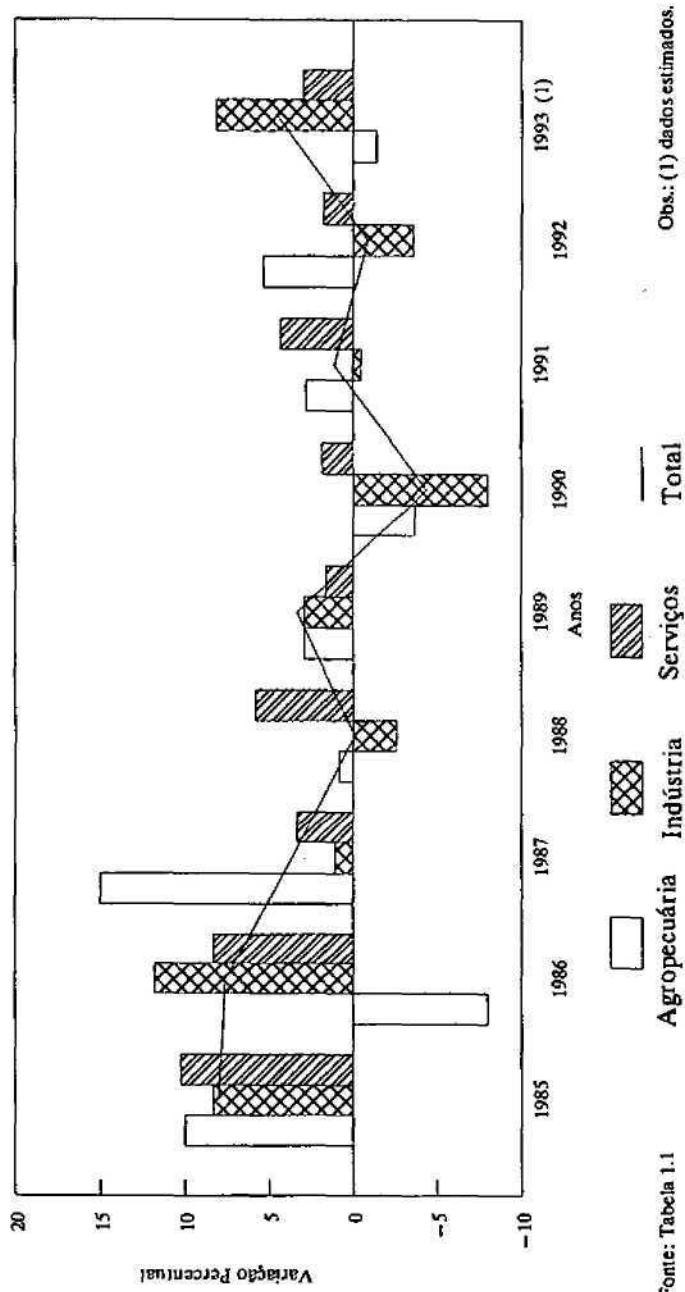
Fonte: Tabela 3.

Comportamento da Taxa Média de Desemprego Aberto Principais Capitais

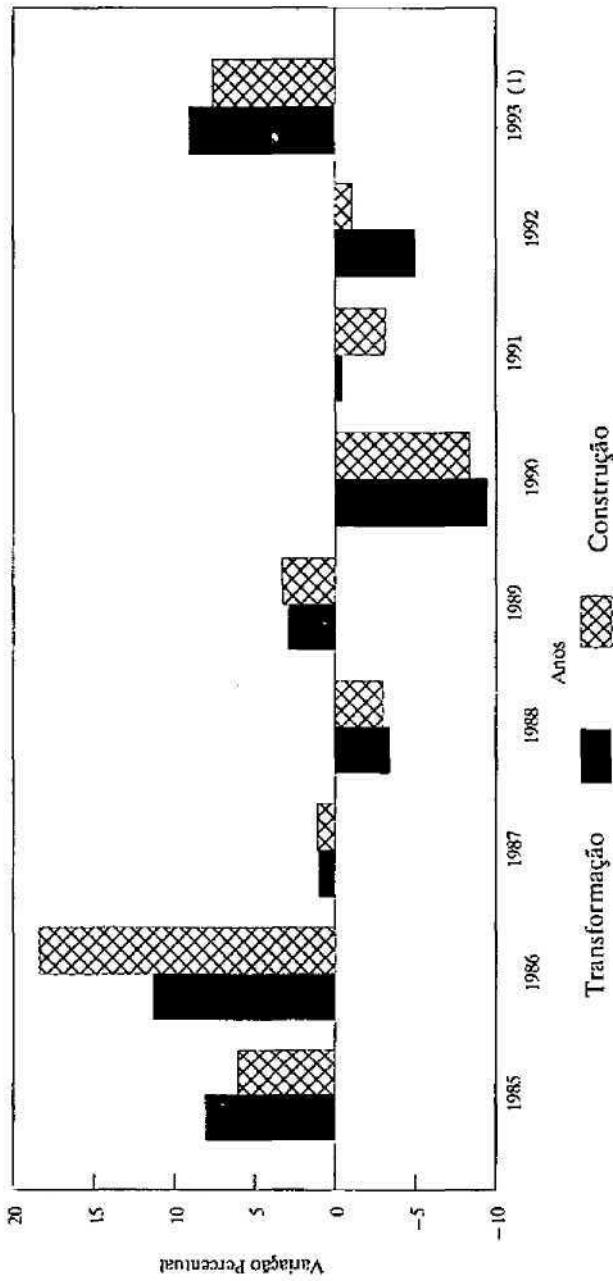


Fonte: Tabela 2.

20
**Taxas Reais de Variação Anual do PIB
 Por Setor**



Taxas Reais de Variação Anual do PIB na Indústria
Setores de Transformação e Construção Civil



Fonte: Tabela 1.1

1.1 • CONTAS NACIONAIS

ITEM	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993 ⁽¹⁾
PIB* (Preço de Mercado (CR\$ mil))	1.387	3.673	11.574	86.551	121.736	32.645.793	154.486.127	1.846.812.706	53.533.093.666
Déficit Implied do PIB (%)	748	146	204	649	1.233	2.983	398	1.033	-
Taxes Ráias de Variação Anual do PIB (%)	8,0	7,6	3,6	(0,1)	3,3	(4,4)	1,1	(0,9)	-4,5 ⁽²⁾
Total	10,0	(8,0)	15,0	0,3	2,9	(3,7)	5,3	(1,4) ⁽³⁾	8,1 ⁽⁴⁾
- Agropecuária	8,3	11,8	1,1	(2,6)	2,9	(8,0)	(0,5)	(0,6)	-
- Indústria	11,6	1,7	(0,6)	0,4	4,0	2,7	0,3	(0,2)	-
- Extração Mineral (3)	8,0	1,3	0,9	(3,4)	2,9	(9,1)	(0,5)	(5,8)	9,1 ⁽⁵⁾
- Transformação	6,0	18,4	1,1	(3,0)	3,3	(3,2)	(1,1)	7,6 ⁽⁶⁾	-
- Construção	10,2	8,2	3,2	5,3	1,6	1,8	-4,3	1,7	2,9 ⁽⁷⁾
- Serviços Industriais de Utilidade Pública	6,5	8,2	3,3	2,7	3,8	(0,8)	2,2	(0,1)	3,4 ⁽⁸⁾
- Serviços	7,4	7,8	2,6	(2,6)	3,1	(6,3)	1,4	(3,4)	7,1 ⁽⁹⁾
- Comércio	6,6	1,3	4,6	4,2	3,4	(2,8)	2,5	2,4	6,2 ⁽¹⁰⁾
- Transportes	18,0	15,6	9,1	10,6	19,2	9,0	19,6	5,7	-
- Comunicações	10,0	(1,7)	0,3	1,4	(3,1)	(8,0)	(4,6)	-	-
- Instituições Financeiras	2,2	2,1	2,1	2,1	1,9	1,9	1,9	1,9	-
- Administração Pública	16,2	3,7	4,7	1,0	1,0	(0,6)	(0,6)	(0,6)	1,5 ⁽¹¹⁾
- Outros Serviços	74	163	416	3.419	38.373	843.715	4.466.931	42.279.710	-
Renda Líquida Enviada ao Exterior (CR\$ mil)	1.313	3.510	11.138	83.131	1.223.383	31.802.078	160.079.171	1.804.532.996	-
PIB* (preço de Mercado) (CR\$ mil)	1	1	3	25	686	56.451	633.759	9.353.540	-
Transferências Unilaterais Líquidas (CR\$ mil)	1.314	3.511	11.141	83.157	1.224.669	31.838.329	160.714.920	1.813.898.346	-
Renda Nacional Disponível Bruto (CR\$ mil)	130.547	133.072	135.646	138.270	149.944	143.670	146.449	149.237	152.078
População (mil habitantes)	0,010	0,010	0,090	0,063	9.020	127.230	1.123.160	1.237.030	1.320.43.581
PIB per capita (preços corrigidos) (CR\$)									

Fonte: IBGE e Banco Central do Br.

(1) Dados estimados.

(2) Estimativa IPEA.

(3) Os dados referentes à estrada mineral para 1993 estão apresentados no item de serviços de utilidade pública.

OBS: Até o presente ano, os dados de 1993 não se encontram disponíveis.

1.2 - CONTAS NACIONAIS

ITEM	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
PIB à Preço do Mercado (Cr\$ mil)	1.387	3.673	11.574	86.551	1.271.756	32.645.791	164.486.122	1.846.812.706	13.538.053.666
Consumo Final (Cr\$ mil)	1.049.946	2.893.769	8.623.567	62.382.513	916.296.003	25.071.221.000	130.014.057.000	1.433.041.83.000	-
Formação Bruta de Capital Fixo (Cr\$ mil)	239.111	699.147	2.573.152	19.662.560	314.865.126	7.037.160.000	31.271.750.000	392.285.019.000	-
Varição do Estoque (Cr\$ mil)	31.140	983	-	-	-	-	-	-	-
Export. de Bens e Serv. não Facturados (Cr\$ mil)	(69.331)	321.848	1.091.348	9.425.743	104.511.000	2.345.010.000	14.041.820.000	178.248.897	-
Impressão de Bens e Serv. dos Fatores (Cr\$ mil)	98.094	232.693	714.470	4.977.413	63.919.000	1.813.492.000	10.347.356.000	116.766.073.000	-
Troca da Formação Bruta de Capital (Cr\$ mil)	234.311	699.147	2.573.152	19.662.560	314.865.126	7.037.160.000	31.271.750.000	392.285.019.000	-
Produção Interna Bruta (Cr\$ mil)	261.946	627.083	2.516.673	20.768.161	317.765.468	6.771.207.000	30.696.842.000	380.846.573.000	-
Produção Externa (Cr\$ mil)	1.491	72.062	16.490	(1.102.900)	(2.901.942)	233.351.000	574.908.000	(21.591.454.000)	-

Fonte: IBGE/DPI/Departamento de Contas Nacionais e Banco Central do Brasil.

(1) Dados anteriores.

* A partir de 1987 a variação de estoque está incluída no consumo final das famílias.

Obs.: Até o presente dato, os dados de 1993 não se encontram disponíveis.

2 - INDICADORES DO NÍVEL DE EMPREGO

ITEM	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993 (a)
<i>Varição do Percentual do Nível de Emprego (b)</i>									
· Total	5,71	5,28	(0,52)	1,35	1,66	3,99	(2,49)	(1,16)	1,87
· Indústria de Transformação	9,0	11,0	(4,8)	(0,40)	3,97	(8,1)	(4,43)	(1,51)	2,41
· Comércio	1,69	4,06	(3,16)	(0,20)	2,02	(2,20)	(4,64)	(0,76)	2,39
· Serviços	4,68	1,42	1,83	2,77	1,93	(2,15)	(1,15)	(0,94)	2
· Consumo Civil	7,0	8,35	8,87	3,2	(9,01)	(8,15)	(1,78)	(2,98)	0,63
<i>População Econometricamente Ativa (milhões de hab.) (c)</i>									
· Taxa Média de Desemprego Aberto (%) (d)	35,6	56,8	39,5	61,0	62,5	64,5	62,5	57,3	5,48
· Rio de Janeiro	3,23	3,59	3,73	3,35	3,35	4,2	4,83	4,03	4,17
· São Paulo	4,96	3,49	3,24	3,09	2,76	3,5	3,59	5,52	5,83
· Belo Horizonte	3,02	3,34	3,76	4,02	3,44	4,55	5,52	6,49	4,81
· Porto Alegre	5,72	3,72	3,92	4,02	3,39	4,09	4,11	4,62	4,25
· Salvador	5,37	3,87	3,92	3,63	2,58	3,72	4,34	5,51	6,72
· Recife	6,04	4,54	4,08	4,63	4,37	3,39	5,91	6,76	9,26

Fonte: IBGE e Min. Trabalho

(1) Peso do empregado em determinado dia da semana, período 1985-89 - Pesel RAIZ, MTB, período 1990-93 - Cadastro de Atividade e Desemprego, MTB.

(2) Período est estendido a 31.

(3) Prazo Nacional por Atividade de Doméstica (PNA), IBGE.

(4) Prazo Nacional de Emprego (PNE), IBGE.

3 - PREÇOS E SALÁRIOS

ITEM	1983	1985	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
<i>Índice de Preços ao Consumidor</i>									
· IPC	248,59	63,20	412,30	1.006,40	1.759,60	1.657,70	493,80	1.156,20	2.818,74
· IPC-A	233,69	91,90	363,00	980,00	1.971,00	1.621,00	473,00	1.119,00	2.477,14
Índice Nacional de Preços ao Consumidor									
· INPC	228,00	58,60	395,00	993,00	1.564,00	1.384,00	475,00	1.149,00	2.489,11
<i>Índice Único de Preços-Disponibilidade Interna</i>									
· IUPI-DI	235,11	63,00	415,20	1.037,30	1.781,90	1.376,60	480,20	1.159,00	2.708,53
Índice de Preços por Atacado-Dip. Interna									
· IPA-DI	235,70	62,60	407,20	1.050,00	1.748,80	1.449,50	417,70	1.154,20	2.639,27
<i>Índice de Preços à Altura da Oferta Global</i>									
· IPA-GO	234,61	59,92	400,66	1.035,41	1.732,42	1.423,26	472,86	1.161,01	1.435,83 ²¹
<i>Índice Nacional de Custo da Construção</i>									
· INCC	283,56	81,26	416,83	1.061,00	2.023,00	1.092,00	486,50	1.191,00	2.763,69
<i>Variação dos Preços dos Comestíveis²²</i>									
· Alcool Hidratado	145,81	131,73	322,20	811,11	1.713,01	1.228,39	486,82	1.184,72	2.644,47
· Cereais	146,73	131,52	323,75	762,32	1.653,87	1.222,69	489,82	1.184,72	2.644,47
· Ovo-Diesel	130,23	13,14	461,29	1.028,44	1.984,69	1.235,64	584,74	1.653,32	2.817,68
· GLP	124,00	10,71	544,97	770,26	1.680,97	1.311,82	619,84	1.171,56	3.292,16
<i>Salário Mínimo (Fim do Período)</i>									
· Valor (CR\$)	0,00	0,00	0,00	0,04	0,79	8,84	42,00	522,19	18.760,00
· Variação (%)	240,23	34,00	347,76	1.023,92	1.849,73	1.021,17	375,28	1.843,30	2.329,09
Índice Total de Sal. Nominal-Ind.									
Transform. (FIESP) ²³	269,09	183,13	201,00	654,00	1.414,00	2.202,00	376,00	1.051,00	1.613,60 ²⁴

Fonte: Banco Central do Brasil, M. Fazenda e NME (DNCE).

(1) Variação percentual da média anual

(2) Ano e outono

(3) Junho e setembro

4 - MEIOS DE PAGAMENTO, BASE MONETÁRIA E MULTIPLICADORES, PRINCIPAIS HÁVERES FINANCEIROS

ITEM	1983	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993 Out
Méios de Pagamento - M1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	2,5	10,8	104,6	2.359,2*
- Papel-moeda em poder do público	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	3,6	36,9	968,4*
- Depósitos à Vista	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	1,5	7,2	67,7	1.422,4*
Base Monetária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	1,6	6,3	69,2	1.421,0
Multiplicador	2,46	2,53	1,98	1,89	1,55	1,60	1,73	1,69	1,69
Méios de Pagamento - M2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	5,4	38,4	700,0	18.444,0*
Méios de Pagamento - M3	0,0	0,0	0,0	0,1	1,2	7,7	54,8	933,0	26.908,0*
Méios de Pagamento - M4	0,0	0,0	0,0	0,1	1,3	10,4	72,8	140,0	40.662,0*
Méios de Pagamento - M5	0,0	0,0	0,0	0,1	1,3	15,2	85,5	140,0	40.662,0*
Principais Háveres Financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	12,8	74,7	1.297,0	18.773,0*
- Fundos de Investigações Financeiras - FIF ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	10,3	114,0	2.562,0*	
- Depósitos Especiais Remunerados - DER	-	-	-	-	-	4,1	84,0	1.011,0*	
- Títulos Federais em Poder Público ⁽²⁾	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	2,0	8,2	248,0	7.561,0*
- Títulos Estrangeiros e Municipais em Poder do Públíco ⁽³⁾	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,9	5,1	139,0	4.521,0*
- Depósitos de Poupança	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	2,4	16,4	233,0	8.563,0*
- Títulos Privados ⁽⁴⁾	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	2,7	17,9	449,0	12.755,0*
Háveres à Orden do Banco Central - VOB ⁽⁵⁾	-	-	-	-	4,8	12,7	-	-	-

Fonte: Banco Central do Brasil/DEPEC

(1) Exclui os depósitos à vista da FAF.

(2) Exclui títulos em carência do Banco Central, da FAF e de outras instituições financeiras.

(3) Índice desípicio a prazo, letras de cambio e letras hipotecárias, exceto aquelas em uso no sistema de pagamentos.

(4) Saldo das entidades envolvidas Nôtrevedor que cessou de pôr o nome Brasil Novo (março de 1990).

OBS: * Dados de dezembro de 1993; provisórios.

5 - SALDOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA FEDERALE TAXAS DE JUROS

ITEM	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	Em Cr\$ milhares
Total									11.690.817,0
- Em Cartório do Banco Central	0,1	0,5	6,0	43,3	827,4	15.736,6	30.698,5	1.026.302,0	450.928,0
- Fora do Banco Central	0,1	0,4	0,7	31,3	706,6	2.212,2	12.356,4	-	6.956.743,0
ORTN/OTN									
- Em Cartório do Banco Central	0,1	0,4	2,7	17,6	2,4	-	-	-	-
- Fora do Banco Central	0,2	0,1	0,6	9,9	0,7	0,5	0,7	2,0	7,0
LTN									
- Em Cartório do Banco Central	0,1	0,9	0,3	-	-	168,2	-	-	-
- Fora do Banco Central	0,0	0,0	0,0	-	-	637,9	-	-	336.509,0
BTN									
- Em Cartório do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Fora do Banco Central	-	-	-	-	-	13,9	102,9	597,0	9.412,0
LFT									
- Em Cartório do Banco Central	-	-	-	7,2	637,8	704,1	10.819,9	59.817,0	2,0
- Fora do Banco Central	-	-	-	21,6	692,0	1.390,3	7.569,7	24.422,0	36.983,0
LBC									
- Em Cartório do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Fora do Banco Central	0,2	1,6	-	-	-	30,4	750,0	16.312,0	35.979,0
HTNE									
- Em Cartório do Banco Central	-	-	-	-	-	10.844,0	40.706,2	-	-
- Fora do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LNE									
- Em Cartório do Banco Central	-	-	2,8	18,6	167,1	1.966,3	18.843,1	217.316,0	-
- Fora do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN									
- Em Cartório do Banco Central	-	-	-	-	-	-	10.109,3	719.349,0	15.891.175,0
- Fora do Banco Central	-	-	-	-	-	-	1.533,5	162.493,0	5.817.864,0

Continua

5. - SALDOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA FEDERAL E TAXAS DE JUROS

ITEM	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	Em Cr\$ milhares
BBC									
· Em Cartório do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	
· Força do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	
Taxa de Juros IBC-LFT/BBC/NTN ⁽¹⁾									
· Taxas Nominais									
· Valor descontado									
· Acumulado no ano									
Taxa Básica - Acumuladas no ano ⁽²⁾	-	4,5	14,4	30,2	64,2	22,9	31,2	25,9	38,4
· Tabela Federal (Over-Sell)	-	48,6	353,0	1.037,7	2.407,3	1.153,2	516,9	1.592,2	1.326,7
· CDB profissional	-	-	-	(14,80)	(4,80)	18,70	(4,80)	6,7	5,7
				-14	-30,4	2,7	25,6	20,2	27,0

Fons: DTNAMEF e Banco Central do Brasil

(1) Poupança de investimento

(2) Oferecida livremente em Tabelas Públicas Federais.

(3) Tabela Federal: deflacionada pelo IGP-DI, com base em final de mês. Da séc. média geométrica dos índices de inflação de referência e do mês posterior. CDB, pelo IGP-DI (-1), que se refere à variação do mês anterior ao estimado.

6 - ARRECADACAO DE TRIBUTOS E CONTRIBUICOES SOCIAIS⁽¹⁾

ITEM	C.R\$ 1.000						1991	1992	1993 Novembro
	1985	1986	1987	1988	1989	1990			
A. Governo Federal - Total									
Imposto sobre Produtos Industrializados	1.46	377	1.014	8.464	115.661	3.658.550	15.715.067.946	181.920.874.189	3.031.678.397.841
Imposto sobre Produtos Financieras	74	190	456	1.944	54.710	1.387.613	5.474.191.371	65.625.556.684	1.013.329.815.707
Imposto sobre Operações Financeiras	30	81	203	1.905	27.226	764.332	3.505.931.174	40.654.161.713	667.985.467.419
Imposto sobre Importação	7	23	63	284	1.857	424.100	917.999.997	10.561.194.183	218.177.661.549
Imposto sobre Exportação	5	17	43	345	4.981	122.278	489.464.144	6.730.518.902	124.692.227.902
Imposto Territorial Rural	3	2	4	20	135	2.665	4.120.349	1.285.359	7.619.881
Imposto sobre Energia Elétrica	0	0	0	0	48	986	29.708.313	57.683.354	73.802.437
Imposto sobre Alimentos	1	3	8	126	224	64	-	-	-
Imposto sobre Combustíveis e Lubrificantes	2	4	29	74	74	71	-	-	-
Imposto sobre Serviços de Comunicação	2	5	15	103	82	66	-	-	-
Imposto sobre Transporte Rodoviário	1	5	8	53	75	166	-	-	-
Imposto Provisório sobre o PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	28.404.600.804
Contribuição para o Fomento	8	25	74	622	12.166	483.206	2.116.709.722	17.219.839.559	342.210.191.075
Contribuição de Salário Educação	3	6	26	181	2.409	103.064	404.790.306	4.801.255.146	56.375.588.901
Contribuição sobre o Lacre Liquidado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
de Peças Jurídicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição para o PIS/PASEP	-	-	-	139	7.570	359.919	1.681.475.678	18.329.900.308	321.411.169.318
Outros(2)	7	7	14	64	688	39.406	387.874.604	5.911.321.403	39.404.298.818
B. Estados e Municípios - Total	71.101	2.564.657	69.219	4.803.894	87.074.402	2.450.256.018	11.151.694.000	11.327.013.000	1.687.511.184.950
ICMS	70.499	222.938	608.426	4.354.448	76.970.159	2.311.682.846	11.151.694.000	11.327.013.000	1.687.511.184.950
Outros	2.210	33.539	84.793	490.446	10.224.046	138.571.472			

Fonte: Ministério da Fazenda - SRF, SITN e COTEPPE

(1) Adem, Imprensa e Arrecadação Bruta

(2) inclui os 26, outras contribuições sociais e outros impostos

N:

1985-1992 Acumulado do Arrecadado por Robôs Orçamentários - Brasil - Censo - SRF/NP

1993 - Estatística Básica da Arrecadação - Censo - SRF/NP

B: Indicadores Econômicos

7 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO FEDERAL

ITENS	CR\$ milhares					
	1986	1987	1988	1989	1990	1991
A. Revenus						
Reservatório Díctio	0,39	1,20	10,52	1,29	4,326	18,083
Incentivos Fiscais	-	-	-	1,14	4,016	16,983
Receitas das Operações Oficiais de Crédito	-	-	-	(1)	(34)	(189)
Retenção das Disponibilidades - B-BRASIL	-	-	-	17	291	1,239
Certificados de Privatização	-	-	-	-	30	150
B. Despesas						
Transferências a Estados e Municípios	0,69	0,24	1,66	22	1,006	47,101
Dénsas e Investimentos	0,02	0,07	0,61	10	358	7,75
Pessoal e Encargos Sociais	0,19	3,44	-	31	1,585	5,610
Serviço da Dívt. Corre : Imerra e Pernam	0,04	0,14	1,17	1	38	333
Finanças da Dívida Multilateral Federal	0,06	0,03	1,94	74	256	24
Liberação das Operações Oficiais de Crédito	-	-	4,58	26	327	1,169
Outras Despesas (Custo e Investimentos)	0,20	0,58	3,19	42	533	3,073
Custo de Subvenções	(0,02)	(0,05)	(1,23)	(14)	(19)	38
Fixa - Rester a Pagar	-	-	0,827	35	379,4	1,150
C. Resultado da Cxta. (A+B)	(0,11)	(0,19)	(4,99)	(43)	213	683
D. Colaboração Líquida de Títulos (Fimis-Brasil)	(0,26)	0,47	7,03	109	(1,290)	(5,086)
E. Retenção das Disponibilidades - BACEN	-	-	-	21	1,613	5,412
F. Resálido do Banco Central	-	-	-	19	1,060	2,334
G. Recursos do Exercício Complementar	-	-	-	-	222	222
H. Aumentação da Div. Corre : Interna e Externa	-	-	-	(3)	(86)	(614)
I. Disponibilidade de Recursos (C-D-E-F-G+H)	(0,37)	0,28	2,09	63	1,514	2,446

Fonte: Departamento do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil/DEPEC

8 - NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (1)

ITEM	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	Em percentagem do PIB	
								1992	1993 (2)
A. Total									
Nominal	28,5	11,3	32,3	53,0	33,1	29,6	23,8	41,3	52,2
Operacional	4,7	3,6	5,7	4,8	6,9	(1,3)	(1,4)	2,1	(1,1)
Prêmio	(2,30)	(1,80)	1,0	(0,90)	1,0	(4,60)	(2,70)	(2,40)	(3,40)
B. Orçamento Central									
Nominal	10,4	5,9	17,4	24,2	31,0	12,1	6,6	14,9	17,8
Operacional	1,5	1,3	2,2	3,4	3,9	(2,1)	(0,3)	0,8	(0,5)
Prêmio	(1,30)	(0,40)	1,80	1,0	1,40	(2,70)	(0,80)	(1,40)	(1,60)
C. Governo Estadual e Município									
Nominal	6,6	2,7	7,8	11,4	16,6	8,6	8,4	15,9	21,9
Operacional	0,9	0,9	1,6	0,4	0,6	0,4	(1,2)	0,8	(0,6)
Prêmio	(0,10)	(0,10)	0,60	(0,30)	(0,20)	(0,20)	(1,4)	(0,40)	(0,40)
D. Empresas Pétrolíferas									
Nominal	11,5	2,7	7,1	13,4	15,5	3,7	6,8	12,5	12,5
Operacional	2,3	1,4	0,9	1,0	2,4	0,6	0,1	0,6	0,0
Prêmio	(0,90)	(1,40)	(1,40)	(1,40)	(1,70)	(0,70)	(0,40)	(0,40)	(0,40)

Fundação Centro de Brasil.

(1) Os valores percentuais apresentados para o período 1985 a 1988, conceito operacional, foram calculados a partir da utilização do IPC (1x) para o ano de 1989 utilizou-se IPC (1x+1) para as operações sujeitas a taxas de juros de cartão-prato. e para 1990 e 1991, base utilizada IPC (01), respectivamente, para divida interna.

(2) Preferencial em relação ao PIB estimado para o período jan-setembro.

9 - SALDOS DA DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO

ITEM	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993 Sembre
Dívida Total	1,2	2,1	3,5	1,8	2,152	27.894	154.222	1.861.089	12.040.724
Governo Federal e Banco Central	0,2	0,3	3	12	451	901	(8.467)	44.972	428.705
Governos Estaduais e Municipais	0,1	0,2	1	13	270	4.496	24.781	409.854	4.441.473
Empresas Estatais	0,2	0,4	2	28	440	6.710	40.550	475.613	4.865.970
Dívida Externa	0,7	1,2	7	64	991	15.766	97.709	938.650	9.304.646
Dívida Interna	0,5	0,2	2	13	1.160	12.113	56.264	298.439	9.353.448
Governo Federal e Banco Central	0,1	0,3	3	12	451	901	(8.467)	44.972	428.705
Dir. Nôb. fora do Banco Central	-	-	2	32	707	2.212	12.356	446.928	4.953.935
Dívida Bancária	-	-	1	(8)	(91)	(1.498)	(7.388)	(99.339)	(1.223.590)
Autarquias e Fundações	-	-	(6)	(6)	(2)	(15)	(276)	(10.794)	(102.467)
Previdência Social	-	-	(6)	(6)	(1)	(93)	(46)	(13.628)	(12.211)
Agências Descentralizadas	-	-	0	2	24	63	420	15.794	272.258
Avto MF-30	-	-	(1)	(17)	(291)	(4.901)	(26.137)	(318.955)	(3.327.397)
Cp TDa DIR	-	-	-	-	-	257	1.411	24.428	178.769
Titulos Estaduais e Municipais	-	-	-	-	-	(344)	(2.71)	(473)	(1.173)
FAT	-	-	-	-	-	(43)	(3.955)	(63.794)	(770.875)
Base Monetária	-	-	7	4	67	1.621	6.342	69.210	312.337
Depósitos em NC25 no BCB (Líq. R\$ 0,24)	-	-	-	-	-	3.674	10.463	6	15
DER	-	-	-	-	-	-	1.356	17.008	189.556
Outros Depósitos no BCB	-	-	1	1	22	158	4.511	67.972	678.603
Créditos do IC às Inst. Financeiras	-	-	(6)	(12)	(505)	(1.907)	(41.801)	(289.772)	-
Aplicações em Fundos	-	-	-	-	-	-	(1.640)	(24.882)	(243.496)
Depósitos Comuns	-	-	2	1	29	(64)	(1.907)	(22.498)	(201.827)
FAT/DIVBAN	-	-	-	-	(381)	-	-	-	-
Governos Estaduais e Municipais	0,1	0,2	1	13	270	4.496	24.781	409.854	4.541.473
Dir. Nôb. fora do Banco Central	-	-	0	4	120	1.059	7.362	166.563	1.972.252
Dir. Nôb. no Banco Central	-	-	-	-	-	534	2.371	473	5.173

Continua

9 - SALDOS DA DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO

ITEM	1983	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993 Sobremba
Tributo em Trezeiros	-	-	-	-	-	(20)	(72)	(13.963)	(128.373)
Dívida Bancária	-	-	-	1	8	2.413	12.370	212.211	2.119.818
Arrendade à Zecoder	-	-	(6)	(6)	(19)	(66)	(1.119)	(7.009)	
Depósitos à Vista	-	-	(6)	(1)	(10)	(20)	(1.113)	(7.357)	(73.310)
Ativo MF-30	-	-	0	2	47	746	4.379	53.446	357.862
Empréstimos Estatais	0,2	0,4	2	28	440	6.720	40.550	475.613	4.865.570
Dívida Bancária	-	-	1	12	(7)	2.837	15.645	182.350	1.845.669
Depósitos à Vista	-	-	(6)	(6)	(2)	(48)	(259)	(3.236)	(17.482)
Empreéstimos e Fornecimentos	-	-	0	0	11	180	913	10.976	92.212
Debêntures	-	-	-	-	1	30	579	31.602	399.715
Cartera Exter. - Brasil	-	-	(6)	(1)	(15)	(89)	(740)	(10.778)	(116.319)
Ativo MF-30	-	-	1	13	244	3.261	21.759	264.749	2.774.315
Dívida Externa	0,7	1,2	7	64	991	15.376	97.799	918.650	9.204.846
Deveres Federais e Banco Central	0,3	0,6	4	37	614	9.469	60.417	329.834	4.834.493
Governos Estaduais e Municipais	0,0	0,1	0	4	46	767	4.500	54.255	576.099
Empreéstimos Estatais	0,4	0,6	3	24	311	5.140	32.792	354.341	3.773.454

10 - BALANÇO DE PAGAMENTOS DO BRASIL

	ITÉM	1987	1988	1989	1990	1991 *	1992 *	1993 *
A. Balança Comercial								
Exportações	11.172	12.144	16.120	10.753	10.779	13.525	7.809	
Importações	26.224	31.789	34.383	31.414	31.620	36.103	18.904	
B. Serviços	15.952	14.605	18.263	20.661	21.041	26.578	11.104	
Juros	(12.678)	(15.103)	(15.311)	(15.369)	(13.542)	(11.206)	(7.659)	
Outros Serviços (1)	(8.792)	(9.812)	(9.613)	(9.748)	(8.521)	(7.723)	(4.540)	
C. Transferências Unilaterais								
Recita	72	24	244	234	234	215	205	629
Despesa	361	132	265	878	1.098	3123	746	
D. Transações Correntes (A-B-C)	(1.436)	4.175	10.033	4.175	4.175	6.975	4.7	
E. Capital	(1.362)	2.922	(4.172)	(4.172)	(4.172)	(4.172)	840	
Investimento Direto (líquido)	531	2.269	123	0	170	2.816	492	
Reinvestimentos	617	714	531	273	365	175	55	
Finanças centrais	2.992	5.177	3.640	3.424	3.026	13.296	1.443	
Extratégicas	2915	5.909	3.788	3.474	2.123	13.177	1.194	
Nova dívida	2.993	2.631	2.257	2.662	2.133	1.594	697	
Refinanciamento	532	2678	1.531	812	-	1.153	697	
Bônus/obrigações	-333	-132	-148	50	99	119	49	
AutORIZAções	(13.593)	(15.226)	(33.975)	(8.665)	(7.930)	(8.572)	(4.605)	
Páginas	-3105	-7790	-5889	-8153	-7810	-7147	-4222	
Refinanciadas (Inclui Clube de Paris)	-10398	-7476	-28035 ⁽²⁾	-612	-	-4125	-383	
Empreendimentos em Moçambique	9.343	9.680	25.972	(397)	964	17.138	2.613	
Carro Faz	152	-376	-1664	-1208	-3013	2163	-1063	
Largo Prato	9191	-10156	27636	911	3997	14975	4296	
Fundo Desenvolvimento	1242	659	1463	-	-	274	0	
Novos Ingressos	-	-	-	-	-	274	0	
Refinanciamento	1242	659	1465	-	-	-	0	

Continua

10 - BALANÇO DE PAGAMENTOS DO BRASIL

	ITEM	1987	1988	1989	1990	1991 *	1992 *	1993 *
Bancos Comerciais Extrangeiros							773	231
Nova Imprensa	7797	9497	26053	-	-	-	623	231
Refinanciamento	-	4000	600	-	-	-	710	0
Intercâmbios	7797	3497	15457 ⁽²⁾	-	-	-	679	196
Demais **	132	100	196	258	108	871	6107	196
Outros Capitalis	-	-	-	633	3689	-	-	-
(1326)	(121)	69	550	157	4	-	-55	-
F. Ensa e Omissões	(885)	(813)	(776)	(328)	876	(1124)	(611)	-
G. Saldo do Itâmbu de Pagamentos (D-E-F)	(1.643)	6.263	(3.921)	(9.098)	(5.641)	(6.779)	721	-
H. Financiamento do Pecúlio	2.927	(5.927)	3.191	8.523	4.622	(20.029)	(662)	-
I. Salvores	(1.015)	(1.249)	(857)	(486)	369	(1.4.670)	(612)	-
Obrigações à FMI	(1.146)	(146)	(872)	(741)	(1.590)	(406)	(283)	-
Obrigações de Custo Fixo	5.138	5.222	5.339	10.046	9.299	(15.922)	209	-
Almadahe	4.143	(4.431)	3.099	9.929	3.621	(14.253)	502	-
Outras	1.005	-1129	1.141	87	-721	(699)	-253	-

Fonte: Banco Central do Brasil
 (1) Imobil houve reavaliação.
 (2) Imobil 15.261,9 milhão referente a comitê de seguro NYDPA.
 Obs.: * Dados Preliminares.

11 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - FOB

ITEM	1986		1987		1988		1989		1990		1991		1992		
	Valor	Volumen	Valor	Volumen											
Total	21.348	131.633	26.224	142.278	31.379	169.666	34.383	177.032	31.414	168.029	31.620	165.974	36.207	167.321	
Produtos Primitivos	7.349	107.922	8.922	115.801	9.411	125.477	9.529	144.116	9.747	138.103	8.217	113.474	8.172	128.158	
Açúcar Demerara	1.41	904	134	908	166	892	114	433	289	825	209	803	168	681.1	
Café em Grão	2.066	478	1.959	988	2.069	904	1.560	948	1.106	853	1.342	1.095	970	1.171.8	
Cácau em Amêndoas	273	135	266	143	215	134	134	107	128	118	82	84	84	86.3	
Milho e Farinha	1.613	91.135	1.613	95.332	1.891	112.815	2.233	118.775	2.407	113.497	2.600	113.621	2.381	109.189	
Minério de Ferro	31	760	28	716	43	1.048	63	1.035	83	924	86	854	38	44.6	
Minério de Manganês	294	149	405	147	511	171	512	164	551	156	681	190	760	173.6	
Fumo em Folha	1.253	6.952	1.430	7.802	2.023	8.127	2.136	9.871	1.610	8.744	1.369	7.489	1.593	8.508	
Farol de Sóia	83	3.066	75	2.821	133	4.712	145	4.691	163	5.319	194	5.931	114	5.407.8	
Outros Minérios Metálicos	242	1.198	570	3.024	728	2.351	1.154	4.618	910	4.077	448	2.023	812	3.779.6	
Sais	1.242	3.195	1.520	3.520	1.960	4.077	1.498	3.774	1.500	3.590	1.680	3.386	1.952	498.9	
Outros	14.895	24.687	18.014	23.890	24.079	32.501	24.443	31.659	22.119	28.573	22.448	25.181	26.863	37.783	
Produtos Industrializados	12.921	2.126	3.125	3.462	3.492	10.408	12.262	13.383	11.008	13.173	5.621	10.290	12.747	0	
Semiindustrializados	350	297	387	397	1.072	469	841	419	875	548	985	721	968	781.7	
Alumínio em Bruto	319	962	394	850	618	1.044	677	986	592	1.024	578	1.357	740	1618.9	
Pasta Química de Madeira	414	2.442	460	2.633	978	4.066	1.136	5.336	753	3.468	952	4.323	956	4.544.5	
Semiindustrializados em Ferro e aço	1.403	3.873	1.734	4.612	2.724	4.729	2.933	6.642	2.888	6.397	2.175	4.579	2.540	5.782.2	
Manufaturados	12.924	12.211	14.832	17.228	19.182	23.923	18.624	21.276	17.011	22.204	12.252	18.204	21.016	21.472	
Açúcar Refinado	190	1.196	160	1.895	163	781	158	504	186	577	142	506	111	809.9	
Cálcio, Soda, Perita e Concentrado	1.026	68	1.169	67	1.281	72	1.312	32	1.184	71	1.245	65	1.474	83.2	
Cálcios, Ágar e Iodo; Mucilíngua	1.477	503	1.634	356	2.291	465	2.723	534	2.486	494	2.597	482	2.844	525.3	
Gasolina	395	2.703	629	3.802	589	3.836	510	2.906	405	1.659	2.26	1.140	282	1516.1	
Máquinas e Aparelhos Elétricos	771	83	889	87	970	109	1.056	124	1.023	106	3.612	3.66	1.154	137	
Máteriais de Transporte	1.569	3.86	2.773	587	3.034	646	2.993	576	2.299	397	2.217	236	3.453	600.8	
Papel e seus Manufacturados	347	692	363	609	684	1.104	609	899	613	957	657	49	709	1238.4	
Produtos Químicos Orgânicos	512	941	611	1.079	870	1.191	792	1.049	743	1.027	732	64	751	1.170.7	
Produtos Siderúrgicos Manufacturados	1.179	3.797	1.060	3.200	2.333	6.165	3.842	3.592	1.644	3.920	2.643	5.859	2.185.4	1604.7	
Succo de Laranja	678	903	820	755	1.144	664	1.019	724	1.468	954	980	7.776	7.792	1.033	
Outros	4.373	6.235	4.717	5.791	7.048	5.588	6.866	4.960	7.039	7.776	7.792	16.326.7	7.475.3	1061.1	
Opreações Especiais	173	1.174	188	1.087	295	1.638	393	1.237	543	1.219	435	1.318	469	1.379.8	275

Fonte: SECEV e Banco Central do Brasil.

12 - IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

ITEM	1986			1987			1988			1989			1990			1991			1992		
	Valor	Volume	Valor																		
Totais	14.044	60.605	15.052	61.975	14.603	58.085	18.163	57.203	20.661	57.212	21.041	63.728	20.554	68.161	22.769	69.249	22.769	69.249	22.769	69.249	
Bens de Consumo	1.999	1.369	1.522	841	1.373	471	2.619	1.135	2.789	1.813	2.790	1.688	2.290	1.157	2.316	1.548	2.316	1.548	2.316	1.548	
- Alimentos	1.098	1.321	643	793	376	437	1.249	1.080	1.379	1.763	1.275	1.627	850	1.098	978	1.402	978	1.402	978	1.402	
- Vestuário	199	14	221	33	1.96	20	412	39	321	39	358	35	281	28	325	47	325	47	325	47	
- Chaves	702	14	656	13	801	16	958	16	1.089	21	1.157	26	1.069	31	1.033	99	1.033	99	1.033	99	
Materias-Primas	5.041	18.109	4.953	16.108	4.901	10.413	6.342	11.401	4.577	13.241	7.437	18.317	7.115	19.511	7.115	21.375	7.115	21.375	7.115	21.375	
- Trigo	248	2.255	250	2.719	97	941	211	1.308	295	1.962	453	4.672	1	5.432	1	5.186	1	5.186	1	5.186	
- Fertilizantes e Adubos	293	3.765	317	3.813	313	3.208	287	2.613	319	3.007	376	3.494	447	5.461	485	4.650	485	4.650	485	4.650	
- Produtos Químicos	1.868	2.161	1.942	2.420	2.078	2.006	2.469	1.881	2.631	2.404	2.832	2.832	2.745	3.004	3.152	3.154	3.154	3.154	3.154		
- Papel, Madeira, Celulose e Fibra	192	296	269	348	269	247	461	445	394	407	445	481	339	347	380	441	380	441	380	441	
- Obras de Plásticos e Derivados	417	191	476	224	533	629	262	684	262	373	337	542	726	353	474	358	465	358	465		
- Ferro Fundido e Aço	313	1.068	286	682	263	278	420	652	420	412	130	433	163	410	151	394	200	394	200		
- Metais Não-Ferrosos	273	181	369	262	281	118	441	178	429	1.485	4.717	1.814	5.978	1.548	5.390	2.000	6.171	2.000	6.171		
- Outras	1.423	6.192	954	5.608	1.376	3.150	1.489	4.292	3.265	4.310	44.326	3.263	41.859	4.848	49.974	4.904	47.053	4.904	47.053		
Combustíveis e Lubrificantes	7.540	40.793	4.709	44.754	4.126	46.966	4.410	44.326	3.753	32.457	4.734	30.869	4.973	33.613	3.876	32.850	3.876	32.850			
- Petróleo e Derivados	3.020	31.522	4.121	33.115	30.940	37.753	32.457	4.734	30.869	4.973	33.613	3.876	32.850	3.876	32.850	3.876	32.850				
- Outros	520	9.271	866	11.532	631	11.976	677	11.869	629	11.090	773	13.313	719	13.438	589	12.799	589	12.799			
Bens de Capital	3.464	334	3.959	272	4.193	233	4.872	231	5.932	239	5.966	299	6.333	440	7.620	686	7.620	686			
- Material de Transporte	750	180	947	109	325	63	693	49	756	49	595	84	1.223	103	1.583	354	1.583	354			
- Máquinas e Material Elétrico	2.714	154	3.011	163	3.070	170	4.179	182	5.176	210	4.971	215	5.053	337	5.658	332	5.658	332			

FONTE: Banco Central do Brasil

13 - PETRÓLEO BRUTO E DERIVADOS

ITEM	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991 ⁽¹⁾	1992 ⁽¹⁾	1993 ⁽¹⁾
Petróleo Bruto														
Produção Nacional (Mil bbl/d)	187	220	268	339	474	563	593	590	576	616	633	646	652	655
Importações (Mil bbl)	869	845	798	729	649	545	601	624	639	592	571	526	495	407 ⁽²⁾
· US\$ Milhões	9.372	10.644	9.366	7.822	6.735	5.418	7.786	3.859	31.94	3.390	4.354	3.371	3.122	1.491 ⁽³⁾
· LSS b	29,47	34,38	31,94	29,40	28,35	27,24	12,70	16,94	13,66	15,70	20,90	18,00	17,00	15,60 ⁽⁴⁾
Exportações (Mil bbl)	-	15	21	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
· US\$ Milhões	-	178	170	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
· LSS b	-	32,56	33,51	28,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de Petróleo														
Importações (Mil bbl)	44	28	69	31	14	36	44	52	66	80	70	103	157	188 ⁽²⁾
· US\$ Milhões	472	402	354	357	131	276	234	264	321	364	380	702	1.069	1.465 ⁽³⁾
· LSS b	29,10	39,12	22,03	31,55	25,57	21,93	14,57	13,91	10,20	12,41	14,87	18,00	18,00	-
Exportações (Mil bbl)	37	81	108	120	184	169	131	149	155	129	92	73	85	127 ⁽²⁾
· US\$ Milhões	350	946	1.149	1.121	1.793	1.686	674	930	876	832	671	722	758	548 ⁽³⁾
· LSS b	25,83	31,67	29,13	25,59	25,62	26,04	14,10	17,10	15,42	17,64	20,01	15,00	20,00	-
Produção Consumo Ajustado (%)	17,59	22,07	26,67	34,66	46,74	37,74	53,57	52,33	30,26	33,13	35,50	54,00	33,00	30,00
Total Import. de Petróleo e Derivados · US\$ Milhões	9.844	11.006	10.120	8.179	6.866	5.694	3.020	4.133	3.515	3.754	4.334	4.073	4.191	2956
Total Export. de Petróleo e Derivados/ Importações Totais do Brasil (%)	41,68	49,82	52,18	53,01	49,34	43,29	21,50	27,39	24,07	20,56	21,91	19,36	20,37	17,99
Exportações Totais do Brasil (%)	48,90	47,25	50,16	37,35	25,42	32,21	13,51	15,72	10,40	10,92	13,07	12,88	11,61	10,21

FONTE: PETROBRAS, DECEA e Banco Central do Brasil

(1) Dados Preliminares

(2) Dados até Setembro 1993

(3) Dados até Agosto 1993

14 - INTERCÂMBIO COMERCIAL DO BRASIL

ITEM	1996		1997		1998		1999		1990		1991*		1992**		1993 (Aprox.)	
	Export.	Import.	Export.	Import.												
Total	22.348	16.684	26.224	18.392	31.779	16.605	34.383	18.263	31.414	20.661	31.620	21.041	36.103	20.578	25.496	16.634
Total, restante OPEP	20.550	13.533	24.221	15.180	31.033	11.561	32.550	14.895	39.616	16.230	39.567	17.129	34.217	17.113	24.335	14.275
AELC	646	593	652	539	742	559	939	673	915	532	966	431	891	325	700	-
AmÉ	2.040	1.710	2.497	1.604	3.068	1.707	3.049	3.110	2.792	3.197	4.378	3.160	7.184	3.279	5.667	2.810
Argentina	678	737	831	585	975	707	710	1.479	639	1.412	1.476	1.615	3.070	1.617	2.265	1.697
Chile	246	278	335	353	541	349	693	515	484	485	677	494	930	475	760	296
Uruguai	203	301	268	247	521	314	334	306	295	317	434	517	343	493	272	-
Pernambuco	289	150	289	66	341	137	321	359	379	310	496	220	541	185	660	190
MatoGrosso	156	131	171	214	274	116	431	194	365	190	718	264	1.111	341	678	214
Outros	468	93	582	144	616	104	560	207	490	195	634	193	1.015	248	809	161
Canadá	436	434	563	410	874	419	886	456	512	406	464	511	402	471	299	315
CDE	5.869	3.174	6.931	3.154	9.542	3.227	9.917	3.726	9.832	4.212	9.850	4.679	10.720	4.552	6.646	3.714
República Federal da Alemanha	1.059	1.283	1.279	1.449	1.424	1.425	1.933	1.483	1.788	1.754	2.158	1.902	2.078	1.893	1.218	1.479
Prémer Reino	1.299	251	1.603	287	2.583	244	2.671	359	2.495	336	2.147	349	2.347	316	1.637	269
Itália	910	349	1.270	333	1.378	289	1.653	426	1.596	649	1.351	792	1.626	813	81	648
Reino Unido	646	346	756	379	1.065	403	1.012	413	943	416	1.037	456	1.294	404	767	340
França	718	569	678	661	850	574	916	529	902	573	854	606	849	583	515	417
Bulgária	434	103	611	128	921	129	947	212	910	168	1.084	213	-	-	-	-
Espanha	447	82	444	137	749	93	697	116	704	211	706	223	-	-	-	-
Outras	266	187	345	80	372	65	416	168	442	125	481	138	2.536	503	1.633	511
Centroam.	863	400	1.344	3.916	1.943	320	592	323	704	239	268	352	375	344	304	291
EUA	6.106	3.228	7.125	3.187	8.114	3.121	8.014	3.922	7.673	4.412	6.361	4.974	7.120	4.949	5.185	4.767
Japão	1.514	882	1.676	943	2.271	960	2.312	1.204	2.350	1.247	2.557	1.213	2.324	1.140	1.641	944
Demais Paises	2.876	1.061	3.283	1.184	3.832	1.065	6.810	1.005	5.099	1.422	5.157	1.674	5.650	1.547	4.271	1.735
OPEP	1.798	2.511	2.001	3.412	2.046	3.044	1.874	3.568	1.798	4.431	1.933	3.512	1.886	3.395	1.158	2.119

Fonte: Banco Central do Brasil
Obs.: * Dados provisórios

15 - ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRUTO

ITEM	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	Saldo em US\$ milhares	
													1992 Maio	1992 Junho
Dívida Total	64.240	73.260	81.461	92.554	102.033	105.124	111.045	121.174	133.462	143.096	153.818	163.910	173.259	
Dívida Registrada no Banco Central	25.862	61.402	73.122	81.17	91.029	23.828	107.252	107.514	102.252	22.282	26.246	22.226	24.527	
Empreendimentos do FMI	-	-	544	26.48	3.963	4.608	4.490	3.938	3.935	2.439	2.306	1.173	1.014	
USAID - Empreendimentos Programas	512	490	470	449	410	410	388	372	347	340	340	340	340	
Bemis	3.216	2.896	1.610	2.226	1.717	1.919	1.901	1.589	1.586	1.126	1.147	2.490	2.748	
Finsulamericano de Importações	12.108	13.881	16.242	18.379	22.630	27.713	33.609	33.603	34.251	34.251	34.251	32.235	33.038	
Entidades financeiras	3.485	3.581	3.847	4.174	5.714	7.411	9.059	10.027	10.195	11.514	13.081	11.462	10.292	
BIRD	2.246	2.264	2.341	2.588	3.903	5.057	6.367	6.932	6.946	8.310	8.593	8.227	7.477	
IBRD	1.047	1.071	1.202	1.367	1.397	1.920	2.071	2.465	2.591	2.380	2.624	2.488	2.428	
CITI	192	248	201	303	285	279	231	222	152	405	474	455	447	
Outras	-	3	66	127	155	390	468	406	419	390	299	299	299	
Agências Gerais estrangeiras	2.973	3.404	1.690	4.405	6.173	7.792	10.225	11.670	13.603	13.380	12.847	10.911	12.264	
USAID-Empreendimentos Projeto	518	529	519	513	456	476	460	460	476	462	456	453	453	
15. AID/Let nº 470 Trigo (TL VLT & VIL Acordo)	64	57	50	44	37	30	33	18	14	14	14	14	14	
Tripo-Otima Finançadoras	4.50	510	839	1.168	1.375	1.123	697	661	444	97	70	81	79	
Espanha-EUA	931	935	934	981	789	674	613	532	457	355	355	295	278	
E. Finlândia-Japão	489	508	477	502	384	349	510	602	523	370	346	340	307	
Kreditanstalt für Wiederaufbau	498	624	613	622	634	796	1.157	1.503	1.398	1.527	1.843	1.681	1.779	
OPIC	3	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Outras	-	219	256	469	2.477	4.341	6.734	8.865	9.690	10.354	9.752	8.046	9.736	
Otima Crédito de Fornecedores	5.550	5.894	3.973	7.513	6.492	7.427	8.429	10.912	9.833	9.357	10.024	9.862	9.973	
Dívida Pública Créditáviles	4	2	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	
Empreendimentos em Moeda	37.819	44.984	51.915	59.633	66.467	66.193	67.185	67.938	64.458	61.032	57.836	56.720	57.159	
Resgate do tr. 63.48.21.01.67	9.924	13.456	15.115	13.620	11.379	8.772	6.831	4.317	2.664	2.016	1.792	2.372		
Instituto de 289 de 14.01.65	9	8	7	7	7	7	7	8	8	8	8	8	8	
Ler nº 4.11.46.01.09.62	77.886	31.520	36.763	44.511	51.810	54.809	58.406	61.099	60.115	58.470	55.812	54.920	54.879	
Empreendimentos Diversos	168	137	136	119	110	94	82	68	58	47	45	38	38	
Total Não Registrada	10.927	12.152	12.106	12.327	10.928	2.268	2.276	11.652	10.214	11.811	26.222	20.214	22.912	
Lentes de Crédito de Imp. Petróleo	4.694	4.951	4.059	3.638	3.309	2.880	2.493	2.160	1.931	1.359	1.569	2.016	2.376	
Outras Linhas de Crédito	537	631	627	439	370	148	798	963	1.112	1.152	1.582	494	292	
Banco Comercial	4.966	6.556	6.404	5.329	6.870	6.006	5.459	5.905	6.635	7.228	8.352	9.354	15.782	
Operações Especiais	200	360	6016	2.640	3999	294	536	4.632	1.136	5.855	14.779	19.050	19.532	

Fonte: Banco Central do Brasil

16 - INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

ITEM	Valores em US\$ bilhões					
	1980	1981	1982	1983	1984	1985
1. Serviço da Dívida						
1.1. Juros	14,1	17,8	20,6	13,1	12,8	9,8
1.2. Amortizações ^(*)	7,5	10,3	12,6	10,0	10,4	10,1
1.3. Dívida Registrada Bruta	6,7	7,5	8,1	2,6	2,1	2,3
2. Dívida Registrada Bruta	51,3	61,4	70,2	91,4	91,1	95,9
3. Reservas Internacionais	6,9	7,5	4,0	4,6	12,0	10,4
4. Dívida Líquida ^(**)	46,9	51,9	66,2	76,8	79,1	85,4
5. Dívida de Câmbio Preço Bruto	10,4	12,6	15,1	12,2	10,9	9,3
6. Dívida Total ^(**)	64,1	74,0	85,3	93,6	102,0	105,1
7. Exportações	20,1	23,3	20,2	21,9	27,0	25,6
8. PIB	222,1	234,2	240,4	231,4	274,4	305,6
9. Serviços da Dívida Exportações (%)	70	76	102	58	48	50
10. Serviço da Dívida PIB (%)	6	8	8	5	4	4
11. Dívida Total Exportações (%)	31,9	31,8	42,3	42,7	37,8	41,0
12. Dívida Total PIB (%)	29	32	34	37	37	34

FONTE: Banco Central do Brasil/DEPEC

(1) Executado em moeda nacional. Não se consideram as empréstimos refinanciados a partir de 1983.

(2)

(3)

(4)

(5)

(6)

Obs.: Até a presente data, os dados de 1991 não se encontram disponíveis.

17 - INDICADORES DIVERSOS DAS RELAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS COM O EXTERIOR

ITEM	VALORES									VALORES EM U\$ milhares			
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1990	1991	1992
Taxa de Câmbio - Variação Percentual													
Compra - Final do Período (*)	54,0	91,1	97,7	289,4	223,6	229,6	41,4	383,6	959,2	1.384,2	1.391,7	533,9	1.059,1
Compra - Média Anual (*)	97,3	76,6	91,2	211,7	217,6	217,9	119,3	189,4	571,9	964,9	1.304,8	501,9	1.013,7
Venda - Final do Período (*)	54,9	93,1	97,7	289,4	223,6	229,6	41,4	383,6	959,2	1.384,2	1.391,3	526,5	1.059,0
Venda - Média Anual (*)	96,9	76,8	91,2	211,7	216,6	217,7	119,4	189,4	571,9	964,9	1.306,5	501,3	1.012,4
Reservas Internacionais (1)													
Caixa	-	-	-	(1.555)	7.522	7.690	4.355	4.433	5.359	7.268	8.751	5.552	19.008
Balanço de Pagamentos (2)	6.913	7.507	3.250	3.357	11.033	10.611	5.330	6.799	8.118	8.716	9.175	8.763	23.268
Lidehse	6.913	7.507	3.094	4.563	11.993	11.608	6.760	7.458	9.140	9.679	9.973	9.406	23.734
Índice de Credibilidade Exterior (1977=100) (3)													31.011
Exportações													
Preços	107	101	95	89	91	86	92	92	101	100	99	93	89
Quantum	152	113	167	191	214	248	204	237	279	279	257	266	136
Importações Globais													
Preços	164	182	176	167	158	149	118	129	141	153	159	147	121
Quantum	115	99	91	76	71	72	97	95	84	97	103	115	138
Importações Petróleo Bruto													
Preços	276	270	260	235	229	222	103	137	111	128	170	147	131
Quantum	107	104	98	90	89	66	73	76	78	72	70	63	65
Índice de Relações de Troca (1977=100) (4)													
Total	65	55	54	53	53	53	73	71	72	65	62	65	74
Exibitivo Petróleo	78	71	69	64	71	73	78	74	67	62	63	65	77
Títulos de Juros Internacionais Médios Anuais (%)	13,99	16,77	13,58	9,89	11,21	8,65	6,82	7,31	8,13	9,27	8,32	6,08	1,93
Líbor	15,24	18,83	14,83	10,79	12,65	9,93	8,33	8,20	9,32	10,87	10,01	8,46	6,25
Prime Rate	-	14,99	12,13	8,99	10,43	7,92	6,39	6,70	7,53	8,70	7,82	7,65	5,43
Certificado de Depósito NY	13,10	16,37	12,17	9,93	10,24	8,06	6,79	6,63	7,53	9,22	8,66	5,68	3,54
Federal Fund													3,06

Fonte: Banco Central do Brasil.

(1) Reserva Internacionais (décima posição em novembro de 1993). A partir de 1995, extraído o Banco do Brasil.

(2) Ponto em setembro de 1993.

(3)=a partir de 1985, estimativa.

**SUBCHEFIA PARA DIVULGAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS
DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

APOIO:

**SUBCHEFIA PARA ACOMPANHAMENTO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL
DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
ASSESSOR ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL
DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

ESTA OBRA FOI
IMPRESSA PELA
IMPRENSA NACIONAL
SIG. QUADRA 6, LOTE 800,
70604-900, BRASÍLIA, DF.
EM 1994, COM UMA TIRAGEM
DE 2.650 EXEMPLARES